

# Administração

# ATELIÊ

técnico-científico

2018

14 e 15  
de Junho

8h  
e  
19h

Local:  
Faculdade  
Doctum Vitória



**Faça uma escolha consciente**

A influência daquilo que você acredita torna maior o impacto do seu trabalho.



**Defina metas e não limites**

Ter metas é um dos principais pontos do seu planejamento.



**Avalie o seu aprendizado**

Preveja o sucesso do seu trabalho com uma carteira de negócios.



**Crie uma proposta sustentável**

A contribuição do seu trabalho pode estar muito além do que imagina.

**SEJA A MUDANÇA QUE VOCÊ  
QUER PARA SUA VIDA!**

Aqui suas ideias o levam ainda mais longe!

rede de ensino  
**DOCTUM**

Ateliê Técnico-Científico  
Caderno de Resumos de Vitória/ES



14 e 15 de junho de 2018  
Rede de Ensino Doctum  
Instituto Ensinar Brasil



Faculdades Doctum de Vitória/ES  
**volume 01 | número 01 | 2018**

**O *Ateliê Técnico-Científico Caderno de Resumos de Vitória/ES* é uma publicação semestral, onde serão aceitos os resumos, em língua portuguesa, dos trabalhos apresentados no Ateliê Técnico-Científico das Faculdades Doctum de Vitória/ES – Rede de Ensino Doctum.**

## **REDE DE ENSINO DOCTUM      Corpo Editorial**

### **Instituto Ensinar Brasil**

Autor Corporativo

**Cláudio Cezar Leitão**

Presidente

**Ma. Ivana Leitão**

Superintendente de Ensino

**Ma. Heloisa Albuquerque**

Diretora de Ensino Superior

**Dra. Iana Penna**

Coordenadora Geral de Pesquisa

**Janilda Prata Guimarães**

Diretora

**Dra. Anna Cecília**

Coordenadora Acadêmica

**Dr. Wanderson Muniz de Santana**

Coordenador de Pesquisa

Rua João Pinheiro 147  
Centro – Caratinga – MG  
CEP: 35.300-037  
(33) 3322- 6314

Rua Joaquim Leopoldino Lopes, 230  
Consolação – Vitória – ES  
CEP 29045-580  
(27) 3031-3017

# Ateliê Técnico-Científico Caderno de Resumos de Vitória/ES



## **Coordenadores da Unidade**

Administração | Prof<sup>ª</sup>. Sheyla Valkíria Passoni

Arquitetura e Urbanismo | Prof. Marcos Correa

Direito | Prof. Stefano Antonini D'Amato

Engenharia de Produção | Prof<sup>ª</sup>. Fabiana Battista

Engenharia Elétrica | Prof<sup>ª</sup>. Fabiana Battista

Pedagogia | Profa. Anna Cecilia

## **Projeto Gráfico, Capa, Edição de Textos e Diagramação**

Dr. Wanderson Muniz de Santana

\*O conteúdo de todos os textos é de responsabilidade de seus autores correspondentes.

# Resumos

<b>1º Período – Noturno .....</b>	<b>8</b>
O PAPEL DO CÓDIGO DE ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES.....	15
EMPREENDEDORISMO SOCIAL: ADAPTSURF .....	16
O EMPREENDEDORISMO SOCIAL COMO TEMÁTICA DE ESTUDO NA ADMINISTRAÇÃO - ESTUDO DE CASO DA STICHTING AMBULANCE WENS NEDERLAND (FUNDAÇÃO AMBULÂNCIA DOS DESEJOS).....	19
EMPREENDEDORISMO SOCIAL: ESTUDO DE CASO DA ASID BRASIL.....	22
EMPREENDEDORISMO SOCIAL: ESTUDO DE CASO DA BASHA BOUTIQUE...26	
O EMPREENDEDORISMO SOCIAL COMO TEMÁTICA DE ESTUDO NA ADMINISTRAÇÃO: ESTUDO DE CASO DA "FRUTA FEIA" .....	29
O EMPREENDEDORISMO SOCIAL COMO TEMÁTICA DE ESTUDO NA ADMINISTRAÇÃO : ESTUDO DE CASO DA "GASTROMOTIVA" .....	32
O EMPREENDEDORISMO SOCIAL COMO TEMÁTICA DE ESTUDO NA ADMINISTRAÇÃO - ESTUDO DE CASO DO GERANDO FALCÕES .....	35
O EMPREENDEDORISMO SOCIAL COMO TEMÁTICA DE ESTUDO NA ADMINISTRAÇÃO - ESTUDO DE CASO DA "GASTROMOTIVA" .....	38
O EMPREENDEDORISMO SOCIAL COMO TEMÁTICA DE ESTUDO NA ADMINISTRAÇÃO - ESTUDO DE CASO DA JUNIOR ACHIEVEMENT .....	41
O EMPREENDEDORISMO SOCIAL COMO TEMÁTICA DE ESTUDO NA ADMINISTRAÇÃO - ESTUDO DE CASO DA ONG LUISA MEL.....	44
O EMPREENDEDORISMO SOCIAL COMO TEMÁTICA DE ESTUDO NA ADMINISTRAÇÃO - ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO NEYMAR JUNIOR .....	47
<b>2º Período – Noturno .....</b>	<b>53</b>
O PAPEL DO CÓDIGO DE ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES.....	56
O PAPEL DO CÓDIGO DE ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES.....	57
O PAPEL DO CÓDIGO DE ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES.....	58
O PAPEL DO CÓDIGO DE ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES.....	59
<b>3º Período – Noturno .....</b>	<b>60</b>
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL.....	63
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL.....	64
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL E ESTRATEGIA .....	65
<b>6º Período – Noturno .....</b>	<b>66</b>
GESTÃO AMBIENTAL .....	69
GESTÃO AMBIENTAL .....	70
GESTÃO AMBIENTAL .....	71

GESTÃO AMBIENTAL .....	72
GESTÃO AMBIENTAL .....	73
GESTÃO AMBIENTAL .....	74

## **Apresentação**

O Ateliê Técnico-Científico da Faculdade Doctum de Vitória/ES - Rede de Ensino Doctum, caracteriza-se como um fórum de compartilhamento dos conhecimentos produzidos nos *Grupos de Leitura Supervisionada - GRULES*. Busca aprofundar os aspectos teóricos dos conteúdos abordados em sala de aula ao longo do semestre letivo, consolidando as bases científicas estruturadas pelo *Grupo Docente Interdisciplinar (GDI)* em cada um dos cursos de graduação da nossa unidade. Deste modo, pretende-se estimular o pensamento crítico do corpo docente e discente, além de fomentar a produção científica; proporcionando o desenvolvimento de uma massa crítica, aprofundamento teórico e motivando a autonomia e nova percepção da realidade pelo aluno.

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Administração	<b>1º Período – Noturno</b>
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Responsabilidade Social e Ambiental, Inovação Social e Tecnológica, Empreendedorismo
Subtema: A transformação da sociedade por meio do Empreendedorismo Social	
Componentes Curriculares Envolvidas: Empreendedorismo, TGA, Projeto Integrador	

### Justificativa

O fenômeno do empreendedorismo é de uma importância imprescindível para o desenvolvimento econômico já que o surgimento de novas empresas acarreta a geração de novos empregos. Além do mais, elas também geram uma série de valores que tem impacto no âmbito social, como por exemplo, as ações de responsabilidade social.

Hoje, vivemos inseridos em um mercado altamente competitivo, em que os consumidores não conseguem perceber as diferenças entre os produtos e serviços oferecidos pelas empresas, em virtude da semelhança de qualidade, preço e condições de pagamento, e, dessa forma, consomem sem saber a razão de suas escolhas. Entretanto, cada vez mais, as pessoas estão preocupadas com aquilo que consomem e passaram a dar mais valor às empresas que praticam a responsabilidade social. O empreendedorismo social é uma atividade empreendedora que se propõe a encontrar soluções inovadoras para problemas sociais, sendo que o empreendimento social pode visar, além do bem-estar social, à lucratividade. Transformação social e negócios inovadores têm tudo a ver. Vivemos dias difíceis na sociedade atual. Nunca foi tão urgente pensar no outro – principalmente em momentos em que grandes desigualdades vêm à tona, sejam raciais, econômicas ou de gênero.



O Empreendedorismo Social pode ser definido como o conjunto de ações empreendedoras que visam a melhoria da sociedade e, ao mesmo tempo, proporcionam lucro financeiro. Em outras palavras, Empreendedorismo Social significa um negócio lucrativo, que, ao mesmo tempo, traz desenvolvimento social. Diferentemente das organizações não governamentais (ONGs), das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e das empresas tradicionais, as empresas verdadeiramente sociais utilizam mecanismos de mercado para buscar soluções de problemas sociais, por meio de suas atividades principais, sem depender de doações e patrocínios. Essas empresas sociais geram receitas pela venda de seus produtos e serviços, com objetivos claros de autossustentação financeira e de ajuda às pessoas.

Alguns sociólogos e economistas enquadram os empreendimentos sociais em posição situada entre o segundo e o terceiro setores, ou seja, entre as atividades empresariais e as atividades sem fins lucrativos. Seria como o setor “dois e meio”, lembrando que o primeiro setor engloba as atividades estatais. Naturalmente, essa nomenclatura não é consensual e muitas organizações e empresas promotoras de bem-estar social não fazem separação entre negócios lucrativos ou aqueles sem fins lucrativos. Assim como ocorre com o empreendedorismo tradicional, o negócio social precisa de estudo, pesquisa e preparo por parte do empreendedor, a fim de que empreendedores brasileiros, jovens e experientes, formatem a sua atuação preocupados com a transformação social – e é isso que faz a sociedade crescer.

---

## Objetivos

---

Objetivo Geral: Compreender a importância da prática da responsabilidade social e reconsiderar a tão obsessiva ambição desmedida pelo lucro a qualquer preço, para, então, pautar os empreendimentos sob uma visão mais positiva, de forma justa, limpa e humanitária.

---

Objetivos Específicos: 1. Analisar a sociedade no intuito de propor produtos

---

---

e serviços de qualidade à população, visando o bem e o combate à pobreza, além de serem economicamente rentáveis.

2. Propor negócios com objetivos sociais e visando a inclusão social.
  3. Ampliar o conceito de geração de renda e a qualidade de vida da população.
  4. Pautar estratégias de empreendedorismo e negócios em valores sustentáveis.
- 

## **Metodologia**

A pesquisa será desenvolvida a partir dos estudos e vivências em grupo de trabalho, tanto em sala de aula quanto em campo, por meio das seguintes ações didático pedagógicas:

Conhecer diversas instituições que têm colaborado para a conceituação e fomento desse novo modelo de negócio, como a Ashoka, a Artemisia ([www.artemisia.org.br](http://www.artemisia.org.br)) e a Fundação Schwab ([www.schwabfound.org](http://www.schwabfound.org)), responsável pelo prêmio Empreendedor Social no Brasil e consideradas importantes entidades que apoiam e estimulam o desenvolvimento de negócios sociais.

Leitura da revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios, de maio de 2013, que apresentou os negócios sociais como tema de sua reportagem de capa e mostrou uma tabela com as principais diferenças entre os tipos, as motivações e as formas de distribuição dos lucros de sete tipos de negócios sociais (<http://revistapegn.globo.com/Revista/Common>).

Análise do filme Quem se Importa ([www.quemseimporta.com.br](http://www.quemseimporta.com.br)), que, na verdade, é um verdadeiro movimento em prol do empreendedorismo social, que inspira as

---

---

pessoas a serem transformadoras. Esse movimento intitula-se como uma plataforma de divulgação do Empreendedorismo Social, que pretende ajudar a divulgar a mensagem do filme para escolas, empresas, redes sociais e quaisquer pessoas interessadas em potencializar o seu próprio poder de transformação.

Pesquisa na Internet, no site Meu Sucesso (<https://meusuccesso.com>) sobre alguns casos de empreendedorismo social, com objetivos claros de ajuda aos seres humanos e ao ambiente, bem como de alavancagem de transformações positivas na sociedade brasileira. Um dos casos mais interessantes foi a iniciativa do oncologista pediátrico Antonio Sergio Petrilli, que, em 1991, criou a organização Graacc ([www.graacc.org.br](http://www.graacc.org.br)), e, desde então, vem ajudando a combater o câncer infantil no Brasil. A Graacc já tratou mais de 5 mil pacientes, com uma taxa de cura em torno de 70%, graças a uma gestão empresarial competente, cujo atendimento envolve pesquisadores de universidades, a iniciativa privada e a sociedade.

Estudo de outro caso de sucesso, a saber, o projeto Jovens Falcões ([www.jovensfalcoes.com.br](http://www.jovensfalcoes.com.br)), criado por Eduardo Lyra, nascido na periferia de São Paulo, que resolveu trabalhar para proporcionar melhorias na vida de crianças que tiveram as mesmas dificuldades que enfrentou na infância. O projeto Jovens Falcões vem influenciando a vida de 30 mil estudantes por meio das ações do projeto, cujo objetivo principal é promover o protagonismo dos jovens na transformação da sociedade.

Visitação ao blog Conta Azul (<https://blog.contaazul.com>) menciona a TOMS Shoes, empresa referência mundial em empreendedorismo social, criada pelo americano Blake Mycoskie, em 2006, durante uma viagem à Argentina, onde observou crianças pobres crescendo descalças, sem acesso a sapatos. Considerada inovadora, a proposta da TOMS Shoes é a seguinte: a cada par de calçados vendido pela empresa, um novo par é doado para crianças de baixa renda. Com isso, os calçados modernos, com design arrojado, são sucesso de venda e, até hoje, mais de 60 milhões de pares já foram

---

---

doados, tornando a TOMS Shoes um caso de sucesso comercial, que proporciona grande contribuição para comunidades de baixa renda. Conhecer também outro caso citado pelo blog Conta Azul é o da empresa brasileira Geo Energética, que desenvolveu uma fonte de energia inovadora e sustentável a partir do biogás, obtido em um processo biotecnológico, pelo reaproveitamento de resíduos da agroindústria sucroalcooleira. Produzido em escala industrial, esse biogás serve como fonte elétrica renovável ou produz biometano, substituindo o óleo diesel. Trata-se de uma relevante proposta social de tecnologia limpa, que é vendida no mercado livre e encontra-se integrada à rede do Operador Nacional do Sistema (ONS), trazendo grandes benefícios ambientais.

Leitura do artigo capturado no site da INC Empreendedor ([www.incorporativa.com.br](http://www.incorporativa.com.br)), de autoria do prof. Gledson Magalhães, no qual existem recomendações de procedimentos a serem colocados em prática pela empresa que deseja ser reconhecida como socialmente responsável, e que, para atingir esse objetivo, precisa promover mudanças radicais em sua cultura empresarial e nas atitudes de seus líderes em relação aos colaboradores da empresa.

Em resumo, essas recomendações são as seguintes: (a) alinhar os salários em relação ao mercado, se possível, um pouco acima da média; (b) praticar preços de venda justos e adequados ao poder de compra do público-alvo; (c) controlar os estoques e comprar o suficiente para um determinado período, de forma a não agredir o meio ambiente; (e) ser responsável por uma praça ou parque na região, para proporcionar preservação do meio ambiente e oferecer lazer para a sociedade; (f) comprar matérias-primas com certificações ambientais; (g) participar de ações comunitárias na região, gerando benefícios sociais; (h) utilizar cada vez mais energia renovável; (i) abolir o uso de plásticos e utilizar embalagens recicláveis.

Apresentar as possibilidades de um empreendedor social e o apoio do SEBRAE, que tem o propósito de colaborar e disseminar os conceitos desse tema, bem como

---

---

capacitar os empreendedores a lidar com a gestão de negócios sociais, por meio do site <http://www.sebrae.com.br/momento/quero-abrir-um-negocio/negocios-sociais/sebrae-nos-negocios-sociais>.

Ao final do semestre, cada grupo apresentará um relatório da pesquisa acerca do empreendimento proposto dentro da temática do “empreendedorismo social” Para o Ateliê Científico será realizado um salão com “Exposição de Ideias em Empreendedorismo Social”

---

---

## Avaliação

---

---

## Cronograma

Atividade:	Estudo sobre o tema “Negócios”	Data de Entrega:	09/03/2018
	Estudo sobre Direitos Humanos		30/03/2018
	Estudo sobre Empreendedorismo		13/04/2018
	Estudo sobre Empreendedorismo social		27/04/2018
	Produção de relatório		11/05/2018

---

---

## Referências

DRUCKER, P. F.. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios. São Paulo: Pioneira, 1986.

IORINI, Arlete. Ontem Funcionários, hoje concorrentes. Revista Exame, p.70-10, 816 abr.2004.

OLIVEIRA, D.C.. Perfil Empreendedor e Ações de Apoio ao Empreendedorismo: o NAE/SEBRAE em questão. Portal PUC Minas – APIMEC – MG: , 2003. Acesso em Dezembro/2017.

---

---

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Características do Empreendedor. Site Disponível em: . Acesso em: abril/2018

VELOSO, P. R.. A pequena e a média empresa familiar no contexto da economia globalizada. In: Empresa Familiar: tendências e racionalidades em conflito. Passo Fundo: UPF, 2000.

VERGARA, S.C.. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 1997.

MELO NETO, Francisco P; FROES, César. Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

GERBER, Michael E. O mito do empreendedor: como fazer de seu empreendimento um negócio bem sucedido. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

DOLABELA, Fernando. Oficina do Empreendedor. São Paulo: Cultura, 1999.

DOLABELA, Fernando. Empreendedorismo uma forma de ser. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2003a.

DOLABELA, Fernando. Pedagogia Empreendedora. São Paulo: Cultura, 2003b.

DORNELAS, José Carlos Assis. Transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DRUCKER, Peter. Inovação e espírito empreendedor. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

ASHOKA Empreendedores Sociais e McKinsey & Company, Inc. Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar planos de negócio para organizações sociais. São Paulo: Petrópolis, 2001.

CHIAVENATO, I. Teoria Geral da Administração. São Paulo: McGraw Hill, v. 1-2, 1993.

---

### **O papel do código de ética nas organizações**

*Douglas dos Santos Sausmickat da Cruz; Gabriella Ferreira de Paula; Leticia dos Santos Nague; Michele Gonçalves da Silva; Thiago Rodrigues da Penha.*

*1º Período*

A EcoLook, acredita que o sucesso de uma organização depende, do respeito e zelo pelo seu código de ética, por meio da busca por um relacionamento baseado em confiança, transparência e qualidade de seus produtos. Seu objetivo é apresentar um alto padrão de comportamento ético, além de definir responsabilidades e postura de seus colaboradores, diante da empresa. A metodologia utilizada foi por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa quantitativa. Este trabalho busca contribuir com uma boa conduta em relação à organização, seus colaboradores e clientes, definindo seus valores e um padrão de ética institucional.

Ética. Valores. Conduta. Responsabilidade.

---

*Orientação Professora Me Sheyla Valkiria Dias Passoni*

**Empreendedorismo Social: ADAPTSURF**

*Ana Clara Juvencio, Hilda Luiza da Silva, Isaque Falcão, Johnny Silva, Lucas Borssatto*

*1º Período*

O tema empreendedorismo vem ganhando, aos poucos, cada vez mais espaço no meio acadêmico, seja nos cursos de administração, como também, nos cursos de Turismo, Hotelaria, entre outros das mais diversas áreas. Por outro lado, uma de suas vertentes, o empreendedorismo social, ainda é praticamente desconhecido, pouco debatido, pesquisado e trabalhado em sala de aula. Prova disso é a carência de publicações nacionais relacionada ao tema. Grande parte do material encontrado sobre o empreendedorismo social é de origem estrangeira, principalmente dos Estados Unidos. Muito embora o termo empreendedorismo social seja considerado novo, alguns autores como Dees (1998) considera que, como fenômeno ele não é. Este autor entende que os empreendedores sociais sempre existiram, ainda que não eram chamados por essa denominação. Como exemplo de empreendedores sociais que tiveram grande capacidade de liderança e foram responsáveis por realizar mudanças sociais em larga escala é possível citar Luter King, Gandi, entre outros (OLIVEIRA, 2008). Segundo Filion “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (1999, p. 19). Em nível nacional, para o professor José Carlos de Assis Dornelas, com base em pesquisas que procuravam apontar as características mais marcantes nos empreendedores e levando em conta algumas premissas clássicas, (segundo este autor, certas premissas sempre são utilizadas como referência nas definições sobre o empreendedor como a iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz - utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive – aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar), este professor acabou fazendo a sua concepção. De acordo com Dornelas, “o empreendedor é aquele que faz acontecer, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização” (2007, p. 8). Já no entendimento de Dolabela, um dos precursores a introduzir o ensino de empreendedorismo no Brasil, “o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade” (2003a, p. 33).



Pelo fato do empreendedorismo social tratar-se de um tema novo, seu entendimento ainda está em construção. Apesar disso, já é possível identificar algumas concepções existentes. Mas, seguindo o raciocínio de Oliveira (2004), inicialmente será apresentado, no entendimento deste autor, o que não é empreendedorismo social. “O empreendedorismo social não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial (OLIVEIRA, 2004, p. 12)”.

Esclarecido o que não é empreendedorismo social, apresentam-se agora algumas considerações sobre a temática em questão. De acordo com Bornstein, o termo “empreendedor social” se popularizou em anos recentes. As principais universidades dos EUA oferecem cursos de empreendedorismo social, e os jornalistas, filantropos e profissionais da área de desenvolvimento frequentemente invocam o termo (2006, p. 15).

Bill Drayton é um dos principais responsáveis por introduzir e propagar o termo empreendedor social, por isso é considerado o pai deste termo. Ele é o fundador da Ashoka, organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social e trabalho e apoio aos empreendedores sociais, criada em 1980, com primeiro foco de atuação na Índia e presente em mais de 60 países e no Brasil desde 1986. Ashoka é considerada pioneira na criação do conceito e na caracterização do empreendedorismo social como campo de trabalho.

A concepção apresentada pela organização que Drayton criou, entende que o empreendedor social é “alguém que tem ideias novas, pensa e age criativamente, tem personalidade empreendedora e coloca em tudo o que pensa e faz o ideal de produzir impacto social benéfico” (ASHOKA, 2001, p. 35). Deste entendimento percebe-se que o ideal social é a característica principal que difere este empreendedor daquele dito como convencional.

Para Melo Neto e Froes (2002, p. 34) o empreendedor social é “movido a ideias transformadoras e assume uma atitude de inconformismo e crítica diante das injustiças sociais existente em sua região e no mundo”. O empreendedor social, acrescenta os

autores, traz aos problemas sociais a mesma imaginação que o empreendedor do mundo dos negócios traz ao seu negócio. Ele busca soluções inovadoras para os problemas sociais existentes e potenciais e os considera os seus objetivos principais, o seu sonho. Neste caso, o sonho do empreendedor social é justamente resolver o problema social que identificou, por conta própria ou não. E sua medida de sucesso será o impacto social causado pelas suas ações.

O empreendedorismo social não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais; ele não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de riscos. Portanto, o foco é nos problemas sociais, o objetivo a ser alcançado é a solução ou a amenização do problema identificado e o escopo de atuação é a comunidade ou a própria cidade em sua extensão territorial.

Considerando a necessidade de pensar a formação de Administração pelo viés da Formação em Direitos Humanos, com o objetivo de conhecer as abordagens e os conceitos que referenciam as diversas teorias administrativas, conduzindo a uma reflexão conceitual e estratégica, com vistas ao subsídio teórico para o desenvolvimento de habilidades de percepção, diagnóstico e avaliação situacional, orientando a ação do administrador como agente de mudança e inovação, enveredamos pelo caminho do estudo de caso da “ONG ADAPTSURF”, uma organização (Organização não governamental), que possibilita o acesso de pessoas com deficiência à natureza através do surf fazendo com que os mesmos tenham as mesmas oportunidades de acesso ao lazer, além de lutar pela preservação das praias. O projeto tem ajudado pessoas com algum tipo de deficiência a terem uma melhora na reabilitação, além de muitos outros benefícios.

Empreendedorismo social, inovação, negócios

---

*Orientação FABIOLA VASCONCELLOS PATTA SAMPAIO*

**O Empreendedorismo Social como Temática de Estudo na Administração -  
Estudo de caso da Stichting Ambulance Wens Nederland (Fundação Ambulância  
dos Desejos)**

*HIRVING NUNES GOMES, HYGOR GERALDO SIQUEIRA GOMES, LIVIA FERREIRA  
DOS SANTOS, VALKIRIA KOSKI LOPES, VANESSA BERNARDO SIQUEIRA*

*1º Período*

O tema empreendedorismo vem ganhando, aos poucos, cada vez mais espaço no meio acadêmico, seja nos cursos de administração, como também, nos cursos de Turismo, Hotelaria, entre outros das mais diversas áreas. Por outro lado, uma de suas vertentes, o empreendedorismo social, ainda é praticamente desconhecido, pouco debatido, pesquisado e trabalhado em sala de aula. Prova disso é a carência de publicações nacionais relacionada ao tema. Grande parte do material encontrado sobre o empreendedorismo social é de origem estrangeira, principalmente dos Estados Unidos. Muito embora o termo empreendedorismo social seja considerado novo, alguns autores como Dees (1998) considera que, como fenômeno ele não é. Este autor entende que os empreendedores sociais sempre existiram, ainda que não eram chamados por essa denominação. Como exemplo de empreendedores sociais que tiveram grande capacidade de liderança e foram responsáveis por realizar mudanças sociais em larga escala é possível citar Luter King, Gandi, entre outros (OLIVEIRA, 2008). Segundo Filion “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (1999, p. 19). Em nível nacional, para o professor José Carlos de Assis Dornelas, com base em pesquisas que procuravam apontar as características mais marcantes nos empreendedores e levando em conta algumas premissas clássicas, (segundo este autor, certas premissas sempre são utilizadas como referência nas definições sobre o empreendedor como a iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz - utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive – aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar), este professor acabou fazendo a sua concepção. De acordo com Dornelas, “o empreendedor é aquele que faz acontecer, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização” (2007, p. 8). Já no entendimento de Dolabela, um dos

precursores a introduzir o ensino de empreendedorismo no Brasil, “o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade” (2003a, p. 33). Pelo fato do empreendedorismo social tratar-se de um tema novo, seu entendimento ainda está em construção. Apesar disso, já é possível identificar algumas concepções existentes. Mas, seguindo o raciocínio de Oliveira (2004), inicialmente será apresentado, no entendimento deste autor, o que não é empreendedorismo social. “O empreendedorismo social não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial (OLIVEIRA, 2004, p. 12)”. Esclarecido o que não é empreendedorismo social, apresentam-se agora algumas considerações sobre a temática em questão. De acordo com Bornstein, o termo “empreendedor social” se popularizou em anos recentes. As principais universidades dos EUA oferecem cursos de empreendedorismo social, e os jornalistas, filantropos e profissionais da área de desenvolvimento frequentemente invocam o termo (2006, p. 15). Bill Drayton é um dos principais responsáveis por introduzir e propagar o termo empreendedor social, por isso é considerado o pai deste termo. Ele é o fundador da Ashoka, organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social e trabalho e apoio aos empreendedores sociais, criada em 1980, com primeiro foco de atuação na Índia e presente em mais de 60 países e no Brasil desde 1986. Ashoka é considerada pioneira na criação do conceito e na caracterização do empreendedorismo social como campo de trabalho. A concepção apresentada pela organização que Drayton criou, entende que o empreendedor social é “alguém que tem ideias novas, pensa e age criativamente, tem personalidade empreendedora e coloca em tudo o que pensa e faz o ideal de produzir impacto social benéfico” (ASHOKA, 2001, p. 35). Deste entendimento percebe-se que o ideal social é a característica principal que difere este empreendedor daquele dito como convencional. Para Melo Neto e Froes (2002, p. 34) o empreendedor social é “movido a ideias transformadoras e assume uma atitude de inconformismo e crítica diante das injustiças sociais existente em sua região e no mundo”. O empreendedor social, acrescenta os autores, traz aos problemas sociais a mesma

imaginação que o empreendedor do mundo dos negócios traz ao seu negócio. Ele busca soluções inovadoras para os problemas sociais existentes e potenciais e os considera os seus objetivos principais, o seu sonho. Neste caso, o sonho do empreendedor social é justamente resolver o problema social que identificou, por conta própria ou não. E sua medida de sucesso será o impacto social causado pelas suas ações. O empreendedorismo social não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais; ele não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de riscos. Portanto, o foco é nos problemas sociais, o objetivo a ser alcançado é a solução ou a amenização do problema identificado e o escopo de atuação é a comunidade ou a própria cidade em sua extensão territorial. Considerando a necessidade de pensar a formação de Administração pelo viés da Formação em Direitos Humanos, com o objetivo de conhecer as abordagens e os conceitos que referenciam as diversas teorias administrativas, conduzindo a uma reflexão conceitual e estratégica, com vistas ao subsídio teórico para o desenvolvimento de habilidades de percepção, diagnóstico e avaliação situacional, orientando a ação do administrador como agente de mudança e inovação, enveredamos pelo caminho do estudo de caso da Stichting Ambulance Wens Nederland (Fundação Ambulância dos Desejos) Criada em 2006, esta ONG se dedica a cumprir os últimos desejos de doentes terminais. Ler as histórias narradas em seu site é comprovar que no final do caminho essas pessoas não sentem falta de experiências exóticas nem de aventuras custosas, que são as pequenas coisas. As entregas, os afetos e as lembranças, estas que conferem a autêntica medida do percurso feito e que se fixam na memória como pérolas das quais é difícil abrir mão.

Empreendedorismo social, inovação, negócios

---

*Orientação FABIOLA VASCONCELLOS PATTA SAMPAIO*

**Empreendedorismo Social: Estudo de caso da ASID Brasil**

*DEREK DE OLIVEIRA GONÇALVES, MIQUELLE SANTOS DE OLIVEIRA, RAFAEL RODRIGUES GUIMARÃES, RUAN JORGE DE SOUZA VIEIRA, YONARA GONÇALVES DAS CANDEIAS*

*1º Período*

O tema empreendedorismo vem ganhando, aos poucos, cada vez mais espaço no meio acadêmico, seja nos cursos de administração, como também, nos cursos de Turismo, Hotelaria, entre outros das mais diversas áreas. Por outro lado, uma de suas vertentes, o empreendedorismo social, ainda é praticamente desconhecido, pouco debatido, pesquisado e trabalhado em sala de aula. Prova disso é a carência de publicações nacionais relacionada ao tema. Grande parte do material encontrado sobre o empreendedorismo social é de origem estrangeira, principalmente dos Estados Unidos. Muito embora o termo empreendedorismo social seja considerado novo, alguns autores como Dees (1998) considera que, como fenômeno ele não é. Este autor entende que os empreendedores sociais sempre existiram, ainda que não eram chamados por essa denominação. Como exemplo de empreendedores sociais que tiveram grande capacidade de liderança e foram responsáveis por realizar mudanças sociais em larga escala é possível citar Luter King, Gandi, entre outros (OLIVEIRA, 2008). Segundo Filion “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (1999, p. 19). Em nível nacional, para o professor José Carlos de Assis Dornelas, com base em pesquisas que procuravam apontar as características mais marcantes nos empreendedores e levando em conta algumas premissas clássicas, (segundo este autor, certas premissas sempre são utilizadas como referência nas definições sobre o empreendedor como a iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz - utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive – aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar), este professor acabou fazendo a sua concepção. De acordo com Dornelas, “o empreendedor é aquele que faz acontecer, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização” (2007, p. 8).

Já no entendimento de Dolabela, um dos precursores a introduzir o ensino de empreendedorismo no Brasil, “o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade” (2003a, p. 33). Pelo fato do empreendedorismo social tratar-se de um tema novo, seu entendimento ainda está em construção. Apesar disso, já é possível identificar algumas concepções existentes. Mas, seguindo o raciocínio de Oliveira (2004), inicialmente será apresentado, no entendimento deste autor, o que não é empreendedorismo social. “O empreendedorismo social não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial (OLIVEIRA, 2004, p. 12)”.

Esclarecido o que não é empreendedorismo social, apresentam-se agora algumas considerações sobre a temática em questão. De acordo com Bornstein, o termo “empreendedor social” se popularizou em anos recentes. As principais universidades dos EUA oferecem cursos de empreendedorismo social, e os jornalistas, filantropos e profissionais da área de desenvolvimento frequentemente invocam o termo (2006, p. 15).

Bill Drayton é um dos principais responsáveis por introduzir e propagar o termo empreendedor social, por isso é considerado o pai deste termo. Ele é o fundador da Ashoka, organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social e trabalho e apoio aos empreendedores sociais, criada em 1980, com primeiro foco de atuação na Índia e presente em mais de 60 países e no Brasil desde 1986. Ashoka é considerada pioneira na criação do conceito e na caracterização do empreendedorismo social como campo de trabalho. A concepção apresentada pela organização que Drayton criou, entende que o empreendedor social é “alguém que tem ideias novas, pensa e age criativamente, tem personalidade empreendedora e coloca em tudo o que pensa e faz o ideal de produzir impacto social benéfico” (ASHOKA, 2001, p. 35). Deste entendimento percebe-se que o ideal social é a característica principal que difere este empreendedor daquele dito como convencional.

Para Melo Neto e Froes (2002, p. 34) o empreendedor social é “movido a ideias transformadoras e assume uma atitude de inconformismo e crítica diante das injustiças sociais existente em sua região e no mundo”. O empreendedor social, acrescenta os autores, traz aos problemas sociais a mesma imaginação que o empreendedor do mundo dos negócios traz ao seu negócio. Ele busca soluções inovadoras para os problemas sociais existentes e potenciais e os considera os seus objetivos principais, o seu sonho. Neste caso, o sonho do empreendedor social é justamente resolver o problema social que identificou, por conta própria ou não. E sua medida de sucesso será o impacto social causado pelas suas ações. O empreendedorismo social não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais; ele não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de riscos. Portanto, o foco é nos problemas sociais, o objetivo a ser alcançado é a solução ou a amenização do problema identificado e o escopo de atuação é a comunidade ou a própria cidade em sua extensão territorial.

Considerando a necessidade de pensar a formação de Administração pelo viés da Formação em Direitos Humanos, com o objetivo de conhecer as abordagens e os conceitos que referenciam as diversas teorias administrativas, conduzindo a uma reflexão conceitual e estratégica, com vistas ao subsídio teórico para o desenvolvimento de habilidades de percepção, diagnóstico e avaliação situacional, orientando a ação do administrador como agente de mudança e inovação, enveredamos pelo caminho do estudo de caso da “A ASID”, organização que trabalha unindo diagnóstico (IDEE), assessoria e formação de redes para que as instituições possam se estruturar, oferecer melhor qualidade de atendimento e aumentar o número de vagas para a sociedade, para acabar com a fila de espera do emprego. O IDEE é o primeiro passo pelo qual as instituições atendidas pela ASID passam. Nele, com o uso de 26 indicadores e 143 itens de avaliação, são analisadas 8 áreas da gestão. Com os resultados obtidos é possível identificar como a instituição se encontra no geral, bem como em cada área separadamente, gerando base para a sugestão de melhorias, definição de metas e a indicação de workshops para seu desenvolvimento.

– Voluntariado Corporativo: ao longo dos últimos 7 anos a ASID criou programas que envolvem capacitação, sensibilização e mão na massa. Os programas de capacitação aproveitam o potencial multiplicador dos voluntários, que transmitem seus conhecimentos, são mentores ou mentorados dos líderes das instituições. A sensibilização envolve atividades dos voluntários com as pessoas com deficiência, onde eles podem aprender coisas novas juntos. Mão na massa define aquelas



atividades para gerar mudanças na parte visual e até mesmo estrutural das instituições apoiadas. Também atuamos com a gestão de programas e comitês de voluntariado, acompanhando, capacitando e empoderando estes atores para que o voluntariado se multiplique e seja mais impactante.

– Diversidade e Inclusão: Por quê não unir o potencial das pessoas com deficiência que são atendidas pelas instituições da Rede ASID com empresas que querem trabalhar a inclusão no mercado de trabalho? Assim nasceu uma metodologia de inclusão criada pela ASID, com base na sensibilização dos colaboradores das empresas como pilar do processo de inclusão das pessoas com deficiência no mercado trabalho. Um processo que envolve o desenvolvimento dos colaboradores das empresas parceiras e possibilita que as PcD's envolvidas utilizem o máximo de seu potencial.

Empreendedorismo social, inovação, inclusão

---

*Orientação FABIOLA VASCONCELLOS PATTA SAMPAIO*

**Empreendedorismo Social: Estudo de caso da BASHA BOUTIQUE**

*DEIVISSON ALTOÉ FERREIRA, SAMANTA RICARDO PEDRO, VALÉRIA GOMES DE ANDRADE*

*1º Período*

O Empreendedorismo Social como Temática de Estudo na Administração  
O tema empreendedorismo vem ganhando, aos poucos, cada vez mais espaço no meio acadêmico, seja nos cursos de administração, como também, nos cursos de Turismo, Hotelaria, entre outros das mais diversas áreas. Por outro lado, uma de suas vertentes, o empreendedorismo social, ainda é praticamente desconhecido, pouco debatido, pesquisado e trabalhado em sala de aula. Prova disso é a carência de publicações nacionais relacionada ao tema. Grande parte do material encontrado sobre o empreendedorismo social é de origem estrangeira, principalmente dos Estados Unidos. Muito embora o termo empreendedorismo social seja considerado novo, alguns autores como Dees (1998) considera que, como fenômeno ele não é. Este autor entende que os empreendedores sociais sempre existiram, ainda que não eram chamados por essa denominação. Como exemplo de empreendedores sociais que tiveram grande capacidade de liderança e foram responsáveis por realizar mudanças sociais em larga escala é possível citar Luter King, Gandi, entre outros (OLIVEIRA, 2008). Segundo Filion “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (1999, p. 19). Em nível nacional, para o professor José Carlos de Assis Dornelas, com base em pesquisas que procuravam apontar as características mais marcantes nos empreendedores e levando em conta algumas premissas clássicas, (segundo este autor, certas premissas sempre são utilizadas como referência nas definições sobre o empreendedor como a iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz - utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive – aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar), este professor acabou fazendo a sua concepção. De acordo com Dornelas, “o empreendedor é aquele que faz acontecer, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização” (2007, p. 8). Já no entendimento de Dolabela, um dos precursores a introduzir o ensino de

empreendedorismo no Brasil, “o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade” (2003a, p. 33). Pelo fato do empreendedorismo social tratar-se de um tema novo, seu entendimento ainda está em construção. Apesar disso, já é possível identificar algumas concepções existentes. Mas, seguindo o raciocínio de Oliveira (2004), inicialmente será apresentado, no entendimento deste autor, o que não é empreendedorismo social. “O empreendedorismo social não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial (OLIVEIRA, 2004, p. 12)”. Esclarecido o que não é empreendedorismo social, apresentam-se agora algumas considerações sobre a temática em questão. De acordo com Bornstein, o termo “empreendedor social” se popularizou em anos recentes. As principais universidades dos EUA oferecem cursos de empreendedorismo social, e os jornalistas, filantropos e profissionais da área de desenvolvimento frequentemente invocam o termo (2006, p. 15).

Bill Drayton é um dos principais responsáveis por introduzir e propagar o termo empreendedor social, por isso é considerado o pai deste termo. Ele é o fundador da Ashoka, organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social e trabalho e apoio aos empreendedores sociais, criada em 1980, com primeiro foco de atuação na Índia e presente em mais de 60 países e no Brasil desde 1986. Ashoka é considerada pioneira na criação do conceito e na caracterização do empreendedorismo social como campo de trabalho. A concepção apresentada pela organização que Drayton criou, entende que o empreendedor social é “alguém que tem ideias novas, pensa e age criativamente, tem personalidade empreendedora e coloca em tudo o que pensa e faz o ideal de produzir impacto social benéfico” (ASHOKA, 2001, p. 35). Deste entendimento percebe-se que o ideal social é a característica principal que difere este empreendedor daquele dito como convencional.

Para Melo Neto e Froes (2002, p. 34) o empreendedor social é “movido a ideias

transformadoras e assume uma atitude de inconformismo e crítica diante das injustiças sociais existente em sua região e no mundo”. O empreendedor social, acrescenta os autores, traz aos problemas sociais a mesma imaginação que o empreendedor do mundo dos negócios traz ao seu negócio. Ele busca soluções inovadoras para os problemas sociais existentes e potenciais e os considera os seus objetivos principais, o seu sonho. Neste caso, o sonho do empreendedor social é justamente resolver o problema social que identificou, por conta própria ou não. E sua medida de sucesso será o impacto social causado pelas suas ações.

O empreendedorismo social não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais; ele não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de riscos. Portanto, o foco é nos problemas sociais, o objetivo a ser alcançado é a solução ou a amenização do problema identificado e o escopo de atuação é a comunidade ou a própria cidade em sua extensão territorial.

Considerando a necessidade de pensar a formação de Administração pelo viés da Formação em Direitos Humanos, com o objetivo de conhecer as abordagens e os conceitos que referenciam as diversas teorias administrativas, conduzindo a uma reflexão conceitual e estratégica, com vistas ao subsídio teórico para o desenvolvimento de habilidades de percepção, diagnóstico e avaliação situacional, orientando a ação do administrador como agente de mudança e inovação, enveredamos pelo caminho do estudo de caso da Basha Boutoque, que cria produtos artesanais de qualidade boutique que refletem as tradições de Bangladesh enquanto empregam mulheres em risco e sobreviventes de tráfico.

Empreendedorismo social, inovação, negócios

**O Empreendedorismo Social como Temática de Estudo na Administração:  
ESTUDO DE CASO DA "FRUTA FEIA"**

*Felipe Paes da Silva Lima, Jeanderson Lozório, Júlia Oliveira Carvalho, Mariany Alves da Cruz, Mayani Santos Santana*

*1º Período*

O Empreendedorismo Social como Temática de Estudo na Administração

O tema empreendedorismo vem ganhando, aos poucos, cada vez mais espaço no meio acadêmico, seja nos cursos de administração, como também, nos cursos de Turismo, Hotelaria, entre outros das mais diversas áreas. Por outro lado, uma de suas vertentes, o empreendedorismo social, ainda é praticamente desconhecido, pouco debatido, pesquisado e trabalhado em sala de aula. Prova disso é a carência de publicações nacionais relacionada ao tema. Grande parte do material encontrado sobre o empreendedorismo social é de origem estrangeira, principalmente dos Estados Unidos. Muito embora o termo empreendedorismo social seja considerado novo, alguns autores como Dees (1998) considera que, como fenômeno ele não é. Este autor entende que os empreendedores sociais sempre existiram, ainda que não eram chamados por essa denominação. Como exemplo de empreendedores sociais que tiveram grande capacidade de liderança e foram responsáveis por realizar mudanças sociais em larga escala é possível citar Luter King, Gandi, entre outros (OLIVEIRA, 2008). Segundo Filion “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (1999, p. 19). Em nível nacional, para o professor José Carlos de Assis Dornelas, com base em pesquisas que procuravam apontar as características mais marcantes nos empreendedores e levando em conta algumas premissas clássicas, (segundo este autor, certas premissas sempre são utilizadas como referência nas definições sobre o empreendedor como a iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz - utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive – aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar), este professor acabou fazendo a sua concepção. De acordo com Dornelas, “o empreendedor é aquele que faz acontecer, se antecipa

aos fatos e tem uma visão futura da organização” (2007, p. 8). Já no entendimento de Dolabela, um dos precursores a introduzir o ensino de empreendedorismo no Brasil, “o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade” (2003a, p. 33). Pelo fato do empreendedorismo social tratar-se de um tema novo, seu entendimento ainda está em construção. Apesar disso, já é possível identificar algumas concepções existentes. Mas, seguindo o raciocínio de Oliveira (2004), inicialmente será apresentado, no entendimento deste autor, o que não é empreendedorismo social. “O empreendedorismo social não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial (OLIVEIRA, 2004, p. 12)”.

Esclarecido o que não é empreendedorismo social, apresentam-se agora algumas considerações sobre a temática em questão. De acordo com Bornstein, o termo “empreendedor social” se popularizou em anos recentes. As principais universidades dos EUA oferecem cursos de empreendedorismo social, e os jornalistas, filantropos e profissionais da área de desenvolvimento frequentemente invocam o termo (2006, p. 15).

Bill Drayton é um dos principais responsáveis por introduzir e propagar o termo empreendedor social, por isso é considerado o pai deste termo. Ele é o fundador da Ashoka, organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social e trabalho e apoio aos empreendedores sociais, criada em 1980, com primeiro foco de atuação na Índia e presente em mais de 60 países e no Brasil desde 1986. Ashoka é considerada pioneira na criação do conceito e na caracterização do empreendedorismo social como campo de trabalho.

A concepção apresentada pela organização que Drayton criou, entende que o empreendedor social é “alguém que tem ideias novas, pensa e age criativamente, tem personalidade empreendedora e coloca em tudo o que pensa e faz o ideal de produzir impacto social benéfico” (ASHOKA, 2001, p. 35). Deste entendimento percebe-se que o ideal social é a característica principal que difere este empreendedor daquele dito como

convencional.

Para Melo Neto e Froes (2002, p. 34) o empreendedor social é “movido a ideias transformadoras e assume uma atitude de inconformismo e crítica diante das injustiças sociais existente em sua região e no mundo”. O empreendedor social, acrescenta os autores, traz aos problemas sociais a mesma imaginação que o empreendedor do mundo dos negócios traz ao seu negócio. Ele busca soluções inovadoras para os problemas sociais existentes e potenciais e os considera os seus objetivos principais, o seu sonho. Neste caso, o sonho do empreendedor social é justamente resolver o problema social que identificou, por conta própria ou não. E sua medida de sucesso será o impacto social causado pelas suas ações.

O empreendedorismo social não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais; ele não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de riscos. Portanto, o foco é nos problemas sociais, o objetivo a ser alcançado é a solução ou a amenização do problema identificado e o escopo de atuação é a comunidade ou a própria cidade em sua extensão territorial.

Considerando a necessidade de pensar a formação de Administração pelo viés da Formação em Direitos Humanos, com o objetivo de conhecer as abordagens e os conceitos que referenciam as diversas teorias administrativas, conduzindo a uma reflexão conceitual e estratégica, com vistas ao subsídio teórico para o desenvolvimento de habilidades de percepção, diagnóstico e avaliação situacional, orientando a ação do administrador como agente de mudança e inovação, enveredamos pelo caminho do estudo de caso da ONG Fruta Feia. Alimentos são desperdiçados de várias formas: pela produção em excesso, ao caírem dos caminhões durante o transporte, ficando em estoque... Entretanto, boa parte do desperdício ocorre exatamente onde o alimento deveria ser aproveitado: na cozinha. O descarte de cascas, sementes e raízes que poderiam ser usadas em diversas receitas é um exemplo de como jogamos na lixeira o que deveria estar no prato. A alimentação sustentável combate este processo, por meio do aproveitamento integral, do planejamento na hora de ir às compras e da conservação. Menos lixo acumulado, menos dinheiro gasto em vão e melhor distribuição de mantimentos.

Empreendedorismo social, inovação, solidariedade

**O Empreendedorismo Social como Temática de Estudo na Administração :  
Estudo de caso da "Gastromotiva"**

*ALINE GOLDNER, FABIENE GRILLO, FRANKLIN BARROSO, MATHEUS SANTOS*

*1º Período*

O Empreendedorismo Social como Temática de Estudo na Administração  
O tema empreendedorismo vem ganhando, aos poucos, cada vez mais espaço no meio acadêmico, seja nos cursos de administração, como também, nos cursos de Turismo, Hotelaria, entre outros das mais diversas áreas. Por outro lado, uma de suas vertentes, o empreendedorismo social, ainda é praticamente desconhecido, pouco debatido, pesquisado e trabalhado em sala de aula. Prova disso é a carência de publicações nacionais relacionada ao tema. Grande parte do material encontrado sobre o empreendedorismo social é de origem estrangeira, principalmente dos Estados Unidos. Muito embora o termo empreendedorismo social seja considerado novo, alguns autores como Dees (1998) considera que, como fenômeno ele não é. Este autor entende que os empreendedores sociais sempre existiram, ainda que não eram chamados por essa denominação. Como exemplo de empreendedores sociais que tiveram grande capacidade de liderança e foram responsáveis por realizar mudanças sociais em larga escala é possível citar Luter King, Gandi, entre outros (OLIVEIRA, 2008). Segundo Filion “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (1999, p. 19). Em nível nacional, para o professor José Carlos de Assis Dornelas, com base em pesquisas que procuravam apontar as características mais marcantes nos empreendedores e levando em conta algumas premissas clássicas, (segundo este autor, certas premissas sempre são utilizadas como referência nas definições sobre o empreendedor como a iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz - utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive – aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar), este professor acabou fazendo a sua concepção.

De acordo com Dornelas, “o empreendedor é aquele que faz acontecer, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização” (2007, p. 8).



Já no entendimento de Dolabela, um dos precursores a introduzir o ensino de empreendedorismo no Brasil, “o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade” (2003a, p. 33).

Pelo fato do empreendedorismo social tratar-se de um tema novo, seu entendimento ainda está em construção. Apesar disso, já é possível identificar algumas concepções existentes. Mas, seguindo o raciocínio de Oliveira (2004), inicialmente será apresentado, no entendimento deste autor, o que não é empreendedorismo social. “O empreendedorismo social não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial (OLIVEIRA, 2004, p. 12)”.

Esclarecido o que não é empreendedorismo social, apresentam-se agora algumas considerações sobre a temática em questão. De acordo com Bornstein, o termo “empreendedor social” se popularizou em anos recentes. As principais universidades dos EUA oferecem cursos de empreendedorismo social, e os jornalistas, filantropos e profissionais da área de desenvolvimento frequentemente invocam o termo (2006, p. 15).

Bill Drayton é um dos principais responsáveis por introduzir e propagar o termo empreendedor social, por isso é considerado o pai deste termo. Ele é o fundador da Ashoka, organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social e trabalho e apoio aos empreendedores sociais, criada em 1980, com primeiro foco de atuação na Índia e presente em mais de 60 países e no Brasil desde 1986. Ashoka é considerada pioneira na criação do conceito e na caracterização do empreendedorismo social como campo de trabalho.

A concepção apresentada pela organização que Drayton criou, entende que o empreendedor social é “alguém que tem ideias novas, pensa e age criativamente, tem personalidade empreendedora e coloca em tudo o que pensa e faz o ideal de produzir impacto social benéfico” (ASHOKA, 2001, p. 35). Deste entendimento percebe-se que o ideal social é a característica principal que difere este empreendedor daquele dito como convencional.

Para Melo Neto e Froes (2002, p. 34) o empreendedor social é “movido a ideias transformadoras e assume uma atitude de inconformismo e crítica diante das injustiças sociais existente em sua região e no mundo”. O empreendedor social, acrescenta os autores, traz aos problemas sociais a mesma imaginação que o empreendedor do mundo dos negócios traz ao seu negócio. Ele busca soluções inovadoras para os problemas sociais existentes e potenciais e os considera os seus objetivos principais, o seu sonho. Neste caso, o sonho do empreendedor social é justamente resolver o problema social que identificou, por conta própria ou não. E sua medida de sucesso será o impacto social causado pelas suas ações.

O empreendedorismo social não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais; ele não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de riscos. Portanto, o foco é nos problemas sociais, o objetivo a ser alcançado é a solução ou a amenização do problema identificado e o escopo de atuação é a comunidade ou a própria cidade em sua extensão territorial.

Considerando a necessidade de pensar a formação de Administração pelo viés da Formação em Direitos Humanos, com o objetivo de conhecer as abordagens e os conceitos que referenciam as diversas teorias administrativas, conduzindo a uma reflexão conceitual e estratégica, com vistas ao subsídio teórico para o desenvolvimento de habilidades de percepção, diagnóstico e avaliação situacional, orientando a ação do administrador como agente de mudança e inovação, enveredamos pelo caminho do estudo de caso da ONG Gastromotiva, criada em 2007, por David Hertz, Chef e empreendedor social, cujo objetivo principal é o de ensinar alunos da favela do Jaguaré em São Paulo dentro da Universidade Anhembi Morumbi, que cedia a cozinha para o curso.

Empreendedorismo social, inovação, solidariedade

**O Empreendedorismo Social como Temática de Estudo na Administração - estudo de caso do GERANDO FALCÕES**

*Juliana Bissoli de Assis,  
Karine Santos Maria,  
Rebeca Oliveira da Silva Vila Real,  
Thayná de Souza Dutra*

*1º Período*

O Empreendedorismo Social como Temática de Estudo na Administração

O tema empreendedorismo vem ganhando, aos poucos, cada vez mais espaço no meio acadêmico, seja nos cursos de administração, como também, nos cursos de Turismo, Hotelaria, entre outros das mais diversas áreas. Por outro lado, uma de suas vertentes, o empreendedorismo social, ainda é praticamente desconhecido, pouco debatido, pesquisado e trabalhado em sala de aula. Prova disso é a carência de publicações nacionais relacionada ao tema. Grande parte do material encontrado sobre o empreendedorismo social é de origem estrangeira, principalmente dos Estados Unidos. Muito embora o termo empreendedorismo social seja considerado novo, alguns autores como Dees (1998) considera que, como fenômeno ele não é. Este autor entende que os empreendedores sociais sempre existiram, ainda que não eram chamados por essa denominação. Como exemplo de empreendedores sociais que tiveram grande capacidade de liderança e foram responsáveis por realizar mudanças sociais em larga escala é possível citar Luter King, Gandi, entre outros (OLIVEIRA, 2008). Segundo Filion “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (1999, p. 19). Em nível nacional, para o professor José Carlos de Assis Dornelas, com base em pesquisas que procuravam apontar as características mais marcantes nos empreendedores e levando em conta algumas premissas clássicas, (segundo este autor, certas premissas sempre são utilizadas como referência nas definições sobre o empreendedor como a iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz - utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o

ambiente social e econômico onde vive – aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar), este professor acabou fazendo a sua concepção. De acordo com Dornelas, “o empreendedor é aquele que faz acontecer, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização” (2007, p. 8).

Já no entendimento de Dolabela, um dos precursores a introduzir o ensino de empreendedorismo no Brasil, “o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade” (2003a, p. 33).

Pelo fato do empreendedorismo social tratar-se de um tema novo, seu entendimento ainda está em construção. Apesar disso, já é possível identificar algumas concepções existentes. Mas, seguindo o raciocínio de Oliveira (2004), inicialmente será apresentado, no entendimento deste autor, o que não é empreendedorismo social. “O empreendedorismo social não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial (OLIVEIRA, 2004, p. 12)”.

Esclarecido o que não é empreendedorismo social, apresentam-se agora algumas considerações sobre a temática em questão. De acordo com Bornstein, o termo “empreendedor social” se popularizou em anos recentes. As principais universidades dos EUA oferecem cursos de empreendedorismo social, e os jornalistas, filantropos e profissionais da área de desenvolvimento frequentemente invocam o termo (2006, p. 15).

Bill Drayton é um dos principais responsáveis por introduzir e propagar o termo empreendedor social, por isso é considerado o pai deste termo. Ele é o fundador da Ashoka, organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social e trabalho e apoio aos empreendedores sociais, criada em 1980, com primeiro foco de atuação na Índia e presente em mais de 60 países e no Brasil desde 1986. Ashoka é considerada pioneira na criação do conceito e na caracterização do empreendedorismo social como campo de trabalho.

A concepção apresentada pela organização que Drayton criou, entende que o empreendedor social é “alguém que tem ideias novas, pensa e age criativamente, tem

personalidade empreendedora e coloca em tudo o que pensa e faz o ideal de produzir impacto social benéfico” (ASHOKA, 2001, p. 35). Deste entendimento percebe-se que o ideal social é a característica principal que difere este empreendedor daquele dito como convencional.

Para Melo Neto e Froes (2002, p. 34) o empreendedor social é “movido a ideias transformadoras e assume uma atitude de inconformismo e crítica diante das injustiças sociais existente em sua região e no mundo”. O empreendedor social, acrescenta os autores, traz aos problemas sociais a mesma imaginação que o empreendedor do mundo dos negócios traz ao seu negócio. Ele busca soluções inovadoras para os problemas sociais existentes e potenciais e os considera os seus objetivos principais, o seu sonho. Neste caso, o sonho do empreendedor social é justamente resolver o problema social que identificou, por conta própria ou não. E sua medida de sucesso será o impacto social causado pelas suas ações.

O empreendedorismo social não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais; ele não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de riscos. Portanto, o foco é nos problemas sociais, o objetivo a ser alcançado é a solução ou a amenização do problema identificado e o escopo de atuação é a comunidade ou a própria cidade em sua extensão territorial.

Considerando a necessidade de pensar a formação de Administração pelo viés da Formação em Direitos Humanos, com o objetivo de conhecer as abordagens e os conceitos que referenciam as diversas teorias administrativas, conduzindo a uma reflexão conceitual e estratégica, com vistas ao subsídio teórico para o desenvolvimento de habilidades de percepção, diagnóstico e avaliação situacional, orientando a ação do administrador como agente de mudança e inovação, enveredamos pelo caminho do estudo de caso da franquia social GERANDO FALCÕES, que atua dentro de estratégia de rede, em periferias e favelas, com projetos focados em esporte e cultura para crianças e adolescentes e qualificação profissional para jovens e adultos, sendo um motor de geração de renda para famílias, inclusive egressos do sistema penitenciário.

Empreendedorismo social, inovação, negócios

**O Empreendedorismo Social como Temática de Estudo na Administração -  
ESTUDO DE CASO DA "GASTROMOTIVA"**

*ALINE GOLDNER, FABIENE GRILLO, FRANKLIN BARROSO, MATHEUS SANTOS*

*1º Período*

O tema empreendedorismo vem ganhando, aos poucos, cada vez mais espaço no meio acadêmico, seja nos cursos de administração, como também, nos cursos de Turismo, Hotelaria, entre outros das mais diversas áreas. Por outro lado, uma de suas vertentes, o empreendedorismo social, ainda é praticamente desconhecido, pouco debatido, pesquisado e trabalhado em sala de aula. Prova disso é a carência de publicações nacionais relacionada ao tema. Grande parte do material encontrado sobre o empreendedorismo social é de origem estrangeira, principalmente dos Estados Unidos. Muito embora o termo empreendedorismo social seja considerado novo, alguns autores como Dees (1998) considera que, como fenômeno ele não é. Este autor entende que os empreendedores sociais sempre existiram, ainda que não eram chamados por essa denominação. Como exemplo de empreendedores sociais que tiveram grande capacidade de liderança e foram responsáveis por realizar mudanças sociais em larga escala é possível citar Luter King, Gandi, entre outros (OLIVEIRA, 2008). Segundo Filion “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (1999, p. 19). Em nível nacional, para o professor José Carlos de Assis Dornelas, com base em pesquisas que procuravam apontar as características mais marcantes nos empreendedores e levando em conta algumas premissas clássicas, (segundo este autor, certas premissas sempre são utilizadas como referência nas definições sobre o empreendedor como a iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz - utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive – aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar), este professor acabou fazendo a sua concepção. De acordo com Dornelas, “o empreendedor é aquele que faz acontecer, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização” (2007, p. 8).

Já no entendimento de Dolabela, um dos precursores a introduzir o ensino de

empreendedorismo no Brasil, “o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade” (2003a, p. 33).

Pelo fato do empreendedorismo social tratar-se de um tema novo, seu entendimento ainda está em construção. Apesar disso, já é possível identificar algumas concepções existentes. Mas, seguindo o raciocínio de Oliveira (2004), inicialmente será apresentado, no entendimento deste autor, o que não é empreendedorismo social. “O empreendedorismo social não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial (OLIVEIRA, 2004, p. 12)”.

Esclarecido o que não é empreendedorismo social, apresentam-se agora algumas considerações sobre a temática em questão. De acordo com Bornstein, o termo “empreendedor social” se popularizou em anos recentes. As principais universidades dos EUA oferecem cursos de empreendedorismo social, e os jornalistas, filantropos e profissionais da área de desenvolvimento frequentemente invocam o termo (2006, p. 15).

Bill Drayton é um dos principais responsáveis por introduzir e propagar o termo empreendedor social, por isso é considerado o pai deste termo. Ele é o fundador da Ashoka, organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social e trabalho e apoio aos empreendedores sociais, criada em 1980, com primeiro foco de atuação na Índia e presente em mais de 60 países e no Brasil desde 1986. Ashoka é considerada pioneira na criação do conceito e na caracterização do empreendedorismo social como campo de trabalho.

A concepção apresentada pela organização que Drayton criou, entende que o empreendedor social é “alguém que tem ideias novas, pensa e age criativamente, tem personalidade empreendedora e coloca em tudo o que pensa e faz o ideal de produzir impacto social benéfico” (ASHOKA, 2001, p. 35). Deste entendimento percebe-se que o ideal social é a característica principal que difere este empreendedor daquele dito como convencional.

Para Melo Neto e Froes (2002, p. 34) o empreendedor social é “movido a ideias

transformadoras e assume uma atitude de inconformismo e crítica diante das injustiças sociais existente em sua região e no mundo”. O empreendedor social, acrescenta os autores, traz aos problemas sociais a mesma imaginação que o empreendedor do mundo dos negócios traz ao seu negócio. Ele busca soluções inovadoras para os problemas sociais existentes e potenciais e os considera os seus objetivos principais, o seu sonho. Neste caso, o sonho do empreendedor social é justamente resolver o problema social que identificou, por conta própria ou não. E sua medida de sucesso será o impacto social causado pelas suas ações.

O empreendedorismo social não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais; ele não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de riscos. Portanto, o foco é nos problemas sociais, o objetivo a ser alcançado é a solução ou a amenização do problema identificado e o escopo de atuação é a comunidade ou a própria cidade em sua extensão territorial.

Considerando a necessidade de pensar a formação de Administração pelo viés da Formação em Direitos Humanos, com o objetivo de conhecer as abordagens e os conceitos que referenciam as diversas teorias administrativas, conduzindo a uma reflexão conceitual e estratégica, com vistas ao subsídio teórico para o desenvolvimento de habilidades de percepção, diagnóstico e avaliação situacional, orientando a ação do administrador como agente de mudança e inovação, enveredamos pelo caminho do estudo de caso da ONG Gastromotiva, criada em 2007, por David Hertz, Chef e empreendedor social, cujo objetivo principal é o de ensinar alunos da favela do Jaguaré em São Paulo dentro da Universidade Anhembi Morumbi, que cedia a cozinha para o curso.

Empreendedorismo social, inovação, solidatriedade



## **O Empreendedorismo Social como Temática de Estudo na Administração - Estudo de caso da Junior Achievement**

*Alice Martins Carvalho, Gabriel Rodrigues Ferreira, Nascib de Souza Barboza e Pâmela  
Lorrany Pereira Lemos*

*1º Período*

O tema empreendedorismo vem ganhando, aos poucos, cada vez mais espaço no meio acadêmico, seja nos cursos de administração, como também, nos cursos de Turismo, Hotelaria, entre outros das mais diversas áreas. Por outro lado, uma de suas vertentes, o empreendedorismo social, ainda é praticamente desconhecido, pouco debatido, pesquisado e trabalhado em sala de aula. Prova disso é a carência de publicações nacionais relacionada ao tema. Grande parte do material encontrado sobre o empreendedorismo social é de origem estrangeira, principalmente dos Estados Unidos. Muito embora o termo empreendedorismo social seja considerado novo, alguns autores como Dees (1998) considera que, como fenômeno ele não é. Este autor entende que os empreendedores sociais sempre existiram, ainda que não eram chamados por essa denominação. Como exemplo de empreendedores sociais que tiveram grande capacidade de liderança e foram responsáveis por realizar mudanças sociais em larga escala é possível citar Luter King, Gandi, entre outros (OLIVEIRA, 2008). Segundo Filion “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (1999, p. 19). Em nível nacional, para o professor José Carlos de Assis Dornelas, com base em pesquisas que procuravam apontar as características mais marcantes nos empreendedores e levando em conta algumas premissas clássicas, (segundo este autor, certas premissas sempre são utilizadas como referência nas definições sobre o empreendedor como a iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz - utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive – aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar), este professor acabou fazendo a sua concepção. De acordo com Dornelas, “o empreendedor é aquele que faz acontecer, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização” (2007, p. 8). Já no entendimento de Dolabela, um dos precursores a introduzir o ensino de

empreendedorismo no Brasil, “o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade” (2003a, p. 33).

Pelo fato do empreendedorismo social tratar-se de um tema novo, seu entendimento ainda está em construção. Apesar disso, já é possível identificar algumas concepções existentes. Mas, seguindo o raciocínio de Oliveira (2004), inicialmente será apresentado, no entendimento deste autor, o que não é empreendedorismo social. “O empreendedorismo social não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial (OLIVEIRA, 2004, p. 12)”.

Esclarecido o que não é empreendedorismo social, apresentam-se agora algumas considerações sobre a temática em questão. De acordo com Bornstein, o termo “empreendedor social” se popularizou em anos recentes. As principais universidades dos EUA oferecem cursos de empreendedorismo social, e os jornalistas, filantropos e profissionais da área de desenvolvimento frequentemente invocam o termo (2006, p. 15).

Bill Drayton é um dos principais responsáveis por introduzir e propagar o termo empreendedor social, por isso é considerado o pai deste termo. Ele é o fundador da Ashoka, organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social e trabalho e apoio aos empreendedores sociais, criada em 1980, com primeiro foco de atuação na Índia e presente em mais de 60 países e no Brasil desde 1986. Ashoka é considerada pioneira na criação do conceito e na caracterização do empreendedorismo social como campo de trabalho.

A concepção apresentada pela organização que Drayton criou, entende que o empreendedor social é “alguém que tem ideias novas, pensa e age criativamente, tem personalidade empreendedora e coloca em tudo o que pensa e faz o ideal de produzir impacto social benéfico” (ASHOKA, 2001, p. 35). Deste entendimento percebe-se que o ideal social é a característica principal que difere este empreendedor daquele dito como convencional.

Para Melo Neto e Froes (2002, p. 34) o empreendedor social é “movido a ideias

transformadoras e assume uma atitude de inconformismo e crítica diante das injustiças sociais existente em sua região e no mundo”. O empreendedor social, acrescenta os autores, traz aos problemas sociais a mesma imaginação que o empreendedor do mundo dos negócios traz ao seu negócio. Ele busca soluções inovadoras para os problemas sociais existentes e potenciais e os considera os seus objetivos principais, o seu sonho. Neste caso, o sonho do empreendedor social é justamente resolver o problema social que identificou, por conta própria ou não. E sua medida de sucesso será o impacto social causado pelas suas ações.

O empreendedorismo social não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais; ele não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de riscos. Portanto, o foco é nos problemas sociais, o objetivo a ser alcançado é a solução ou a amenização do problema identificado e o escopo de atuação é a comunidade ou a própria cidade em sua extensão territorial.

Considerando a necessidade de pensar a formação de Administração pelo viés da Formação em Direitos Humanos, com o objetivo de conhecer as abordagens e os conceitos que referenciam as diversas teorias administrativas, conduzindo a uma reflexão conceitual e estratégica, com vistas ao subsídio teórico para o desenvolvimento de habilidades de percepção, diagnóstico e avaliação situacional, orientando a ação do administrador como agente de mudança e inovação, enveredamos pelo caminho do estudo de caso da JUNIOR ACHIEVEMENT, CUJA MISSÃO É A DE Inspirar e preparar jovens, despertando seu espírito empreendedor para serem bem sucedidos na sociedade e em uma economia globalizada, transformando-os em cidadãos qualificados e realizados, que possam contribuir positivamente para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Empreendedorismo social, inovação, negócios

**O Empreendedorismo Social como Temática de Estudo na Administração -  
ESTUDO DE CASO DA ONG LUISA MEL***Lavínia Ribeiro Dias**Karen Barbosa Santos**Rafael Ferreira Santos**Rafaella Sperandio dos Santos**Rafaella Zanon Bussular**1º Período*

O tema empreendedorismo vem ganhando, aos poucos, cada vez mais espaço no meio acadêmico, seja nos cursos de administração, como também, nos cursos de Turismo, Hotelaria, entre outros das mais diversas áreas. Por outro lado, uma de suas vertentes, o empreendedorismo social, ainda é praticamente desconhecido, pouco debatido, pesquisado e trabalhado em sala de aula. Prova disso é a carência de publicações nacionais relacionada ao tema. Grande parte do material encontrado sobre o empreendedorismo social é de origem estrangeira, principalmente dos Estados Unidos. Muito embora o termo empreendedorismo social seja considerado novo, alguns autores como Dees (1998) considera que, como fenômeno ele não é. Este autor entende que os empreendedores sociais sempre existiram, ainda que não eram chamados por essa denominação. Como exemplo de empreendedores sociais que tiveram grande capacidade de liderança e foram responsáveis por realizar mudanças sociais em larga escala é possível citar Luter King, Gandi, entre outros (OLIVEIRA, 2008). Segundo Filion “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (1999, p. 19). Em nível nacional, para o professor José Carlos de Assis Dornelas, com base em pesquisas que procuravam apontar as características mais marcantes nos empreendedores e levando em conta algumas premissas clássicas, (segundo este autor, certas premissas sempre são utilizadas como referência nas definições sobre o empreendedor como a iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz - utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive – aceita assumir os riscos e a possibilidade de

fracassar), este professor acabou fazendo a sua concepção. De acordo com Dornelas, “o empreendedor é aquele que faz acontecer, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização” (2007, p. 8).

Já no entendimento de Dolabela, um dos precursores a introduzir o ensino de empreendedorismo no Brasil, “o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade” (2003a, p. 33).

Pelo fato do empreendedorismo social tratar-se de um tema novo, seu entendimento ainda está em construção. Apesar disso, já é possível identificar algumas concepções existentes. Mas, seguindo o raciocínio de Oliveira (2004), inicialmente será apresentado, no entendimento deste autor, o que não é empreendedorismo social. “O empreendedorismo social não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial (OLIVEIRA, 2004, p. 12)”.

Esclarecido o que não é empreendedorismo social, apresentam-se agora algumas considerações sobre a temática em questão. De acordo com Bornstein, o termo “empreendedor social” se popularizou em anos recentes. As principais universidades dos EUA oferecem cursos de empreendedorismo social, e os jornalistas, filantropos e profissionais da área de desenvolvimento frequentemente invocam o termo (2006, p. 15).

Bill Drayton é um dos principais responsáveis por introduzir e propagar o termo empreendedor social, por isso é considerado o pai deste termo. Ele é o fundador da Ashoka, organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social e trabalho e apoio aos empreendedores sociais, criada em 1980, com primeiro foco de atuação na Índia e presente em mais de 60 países e no Brasil desde 1986. Ashoka é considerada pioneira na criação do conceito e na caracterização do empreendedorismo social como campo de trabalho.

A concepção apresentada pela organização que Drayton criou, entende que o empreendedor social é “alguém que tem ideias novas, pensa e age criativamente, tem personalidade empreendedora e coloca em tudo o que pensa e faz o ideal de produzir

impacto social benéfico” (ASHOKA, 2001, p. 35). Deste entendimento percebe-se que o ideal social é a característica principal que difere este empreendedor daquele dito como convencional.

Para Melo Neto e Froes (2002, p. 34) o empreendedor social é “movido a ideias transformadoras e assume uma atitude de inconformismo e crítica diante das injustiças sociais existente em sua região e no mundo”. O empreendedor social, acrescenta os autores, traz aos problemas sociais a mesma imaginação que o empreendedor do mundo dos negócios traz ao seu negócio. Ele busca soluções inovadoras para os problemas sociais existentes e potenciais e os considera os seus objetivos principais, o seu sonho. Neste caso, o sonho do empreendedor social é justamente resolver o problema social que identificou, por conta própria ou não. E sua medida de sucesso será o impacto social causado pelas suas ações.

O empreendedorismo social não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais; ele não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de riscos. Portanto, o foco é nos problemas sociais, o objetivo a ser alcançado é a solução ou a amenização do problema identificado e o escopo de atuação é a comunidade ou a própria cidade em sua extensão territorial.

Considerando a necessidade de pensar a formação de Administração pelo viés da Formação em Direitos Humanos, com o objetivo de conhecer as abordagens e os conceitos que referenciam as diversas teorias administrativas, conduzindo a uma reflexão conceitual e estratégica, com vistas ao subsídio teórico para o desenvolvimento de habilidades de percepção, diagnóstico e avaliação situacional, orientando a ação do administrador como agente de mudança e inovação, enveredamos pelo caminho do estudo de caso do Instituto LUISA MEL, um grupo de pessoas voluntárias apaixonadas por animais e que trabalham por eles, gerindo o Instituto de maneira profissional.

Empreendedorismo social, inovação, solidariedade

**O Empreendedorismo Social como Temática de Estudo na Administração -  
Estudo de caso do Instituto Neymar Junior**

*Breno de Freitas do Nascimento, Cleyton César Gomes Anselmo, Guilherme Henrique Silva Lemos, Lucas Trindade Bezerra da Silva e Matheus de Sá Rocha*

*1º Período*

O tema empreendedorismo vem ganhando, aos poucos, cada vez mais espaço no meio acadêmico, seja nos cursos de administração, como também, nos cursos de Turismo, Hotelaria, entre outros das mais diversas áreas. Por outro lado, uma de suas vertentes, o empreendedorismo social, ainda é praticamente desconhecido, pouco debatido, pesquisado e trabalhado em sala de aula. Prova disso é a carência de publicações nacionais relacionada ao tema. Grande parte do material encontrado sobre o empreendedorismo social é de origem estrangeira, principalmente dos Estados Unidos. Muito embora o termo empreendedorismo social seja considerado novo, alguns autores como Dees (1998) considera que, como fenômeno ele não é. Este autor entende que os empreendedores sociais sempre existiram, ainda que não eram chamados por essa denominação. Como exemplo de empreendedores sociais que tiveram grande capacidade de liderança e foram responsáveis por realizar mudanças sociais em larga escala é possível citar Luter King, Gandi, entre outros (OLIVEIRA, 2008). Segundo Filion “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (1999, p. 19). Em nível nacional, para o professor José Carlos de Assis Dornelas, com base em pesquisas que procuravam apontar as características mais marcantes nos empreendedores e levando em conta algumas premissas clássicas, (segundo este autor, certas premissas sempre são utilizadas como referência nas definições sobre o empreendedor como a iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz - utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive – aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar), este professor acabou fazendo a sua concepção. De acordo com Dornelas, “o empreendedor é aquele que faz acontecer, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização” (2007, p. 8).

Já no entendimento de Dolabela, um dos precursores a introduzir o ensino de empreendedorismo no Brasil, “o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade” (2003a, p. 33).

Pelo fato do empreendedorismo social tratar-se de um tema novo, seu entendimento ainda está em construção. Apesar disso, já é possível identificar algumas concepções existentes. Mas, seguindo o raciocínio de Oliveira (2004), inicialmente será apresentado, no entendimento deste autor, o que não é empreendedorismo social. “O empreendedorismo social não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial (OLIVEIRA, 2004, p. 12)”.

Esclarecido o que não é empreendedorismo social, apresentam-se agora algumas considerações sobre a temática em questão. De acordo com Bornstein, o termo “empreendedor social” se popularizou em anos recentes. As principais universidades dos EUA oferecem cursos de empreendedorismo social, e os jornalistas, filantropos e profissionais da área de desenvolvimento frequentemente invocam o termo (2006, p. 15).

Bill Drayton é um dos principais responsáveis por introduzir e propagar o termo empreendedor social, por isso é considerado o pai deste termo. Ele é o fundador da Ashoka, organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social e trabalho e apoio aos empreendedores sociais, criada em 1980, com primeiro foco de atuação na Índia e presente em mais de 60 países e no Brasil desde 1986. Ashoka é considerada pioneira na criação do conceito e na caracterização do empreendedorismo social como campo de trabalho.

A concepção apresentada pela organização que Drayton criou, entende que o empreendedor social é “alguém que tem ideias novas, pensa e age criativamente, tem personalidade empreendedora e coloca em tudo o que pensa e faz o ideal de produzir impacto social benéfico” (ASHOKA, 2001, p. 35). Deste entendimento percebe-se que o ideal social é a característica principal que difere este empreendedor daquele dito como convencional.



Para Melo Neto e Froes (2002, p. 34) o empreendedor social é “movido a ideias transformadoras e assume uma atitude de inconformismo e crítica diante das injustiças sociais existente em sua região e no mundo”. O empreendedor social, acrescenta os autores, traz aos problemas sociais a mesma imaginação que o empreendedor do mundo dos negócios traz ao seu negócio. Ele busca soluções inovadoras para os problemas sociais existentes e potenciais e os considera os seus objetivos principais, o seu sonho. Neste caso, o sonho do empreendedor social é justamente resolver o problema social que identificou, por conta própria ou não. E sua medida de sucesso será o impacto social causado pelas suas ações.

O empreendedorismo social não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais; ele não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de riscos. Portanto, o foco é nos problemas sociais, o objetivo a ser alcançado é a solução ou a amenização do problema identificado e o escopo de atuação é a comunidade ou a própria cidade em sua extensão territorial.

Considerando a necessidade de pensar a formação de Administração pelo viés da Formação em Direitos Humanos, com o objetivo de conhecer as abordagens e os conceitos que referenciam as diversas teorias administrativas, conduzindo a uma reflexão conceitual e estratégica, com vistas ao subsídio teórico para o desenvolvimento de habilidades de percepção, diagnóstico e avaliação situacional, orientando a ação do administrador como agente de mudança e inovação, enveredamos pelo caminho do estudo de caso do Instituto NEYMAR JUNIOR. O Projeto Neymar Junior é uma associação civil sem fins lucrativos, que tem por objetivo ampliar as oportunidades de crianças, adolescentes e suas famílias, que vivem em situação de vulnerabilidade social, por meio da educação, cultura, esporte e saúde. Começou em 2010, e após dois anos, ele foi constituído. Foram diversas etapas de construção até sua inauguração, ocorrida em dezembro de 2014. Atualmente são atendidas milhares de crianças e jovens (cerca de 10.000 pessoas), em uma área de 8.400 m<sup>2</sup>. O instituto está localizado no Jardim Glória, na Praia Grande, comunidade que possui diversas dificuldades e limitações já vivenciadas por Neymar Jr. e sua família, que foram moradores do bairro.

Empreendedorismo social, inovação, solidariedade

## O Empreendedorismo Social como Temática de Estudo na Administração

*Danilo Gomes da Silva, Evelyn Rosa da Vitória Chaves, Leonardo Sehischini Junior, Rhayane Camila Souza Miranda*

*1º Período*

O tema empreendedorismo vem ganhando, aos poucos, cada vez mais espaço no meio acadêmico, seja nos cursos de administração, como também, nos cursos de Turismo, Hotelaria, entre outros das mais diversas áreas. Por outro lado, uma de suas vertentes, o empreendedorismo social, ainda é praticamente desconhecido, pouco debatido, pesquisado e trabalhado em sala de aula. Prova disso é a carência de publicações nacionais relacionada ao tema. Grande parte do material encontrado sobre o empreendedorismo social é de origem estrangeira, principalmente dos Estados Unidos. Muito embora o termo empreendedorismo social seja considerado novo, alguns autores como Dees (1998) considera que, como fenômeno ele não é. Este autor entende que os empreendedores sociais sempre existiram, ainda que não eram chamados por essa denominação. Como exemplo de empreendedores sociais que tiveram grande capacidade de liderança e foram responsáveis por realizar mudanças sociais em larga escala é possível citar Luter King, Gandi, entre outros (OLIVEIRA, 2008). Segundo Filion “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (1999, p. 19). Em nível nacional, para o professor José Carlos de Assis Dornelas, com base em pesquisas que procuravam apontar as características mais marcantes nos empreendedores e levando em conta algumas premissas clássicas, (segundo este autor, certas premissas sempre são utilizadas como referência nas definições sobre o empreendedor como a iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz - utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive – aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar), este professor acabou fazendo a sua concepção. De acordo com Dornelas, “o empreendedor é aquele que faz acontecer, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização” (2007, p. 8). Já no entendimento de Dolabela, um dos precursores a introduzir o ensino de

empreendedorismo no Brasil, “o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade” (2003a, p. 33). Pelo fato do empreendedorismo social tratar-se de um tema novo, seu entendimento ainda está em construção. Apesar disso, já é possível identificar algumas concepções existentes. Mas, seguindo o raciocínio de Oliveira (2004), inicialmente será apresentado, no entendimento deste autor, o que não é empreendedorismo social. “O empreendedorismo social não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial (OLIVEIRA, 2004, p. 12)”.

Esclarecido o que não é empreendedorismo social, apresentam-se agora algumas considerações sobre a temática em questão. De acordo com Bornstein, o termo “empreendedor social” se popularizou em anos recentes. As principais universidades dos EUA oferecem cursos de empreendedorismo social, e os jornalistas, filantropos e profissionais da área de desenvolvimento frequentemente invocam o termo (2006, p. 15).

Bill Drayton é um dos principais responsáveis por introduzir e propagar o termo empreendedor social, por isso é considerado o pai deste termo. Ele é o fundador da Ashoka, organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social e trabalho e apoio aos empreendedores sociais, criada em 1980, com primeiro foco de atuação na Índia e presente em mais de 60 países e no Brasil desde 1986. Ashoka é considerada pioneira na criação do conceito e na caracterização do empreendedorismo social como campo de trabalho. A concepção apresentada pela organização que Drayton criou, entende que o empreendedor social é “alguém que tem ideias novas, pensa e age criativamente, tem personalidade empreendedora e coloca em tudo o que pensa e faz o ideal de produzir impacto social benéfico” (ASHOKA, 2001, p. 35). Deste entendimento percebe-se que o ideal social é a característica principal que difere este empreendedor daquele dito como convencional.

Para Melo Neto e Froes (2002, p. 34) o empreendedor social é “movido a ideias

transformadoras e assume uma atitude de inconformismo e crítica diante das injustiças sociais existente em sua região e no mundo”. O empreendedor social, acrescenta os autores, traz aos problemas sociais a mesma imaginação que o empreendedor do mundo dos negócios traz ao seu negócio. Ele busca soluções inovadoras para os problemas sociais existentes e potenciais e os considera os seus objetivos principais, o seu sonho. Neste caso, o sonho do empreendedor social é justamente resolver o problema social que identificou, por conta própria ou não. E sua medida de sucesso será o impacto social causado pelas suas ações.

O empreendedorismo social não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais; ele não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de riscos. Portanto, o foco é nos problemas sociais, o objetivo a ser alcançado é a solução ou a amenização do problema identificado e o escopo de atuação é a comunidade ou a própria cidade em sua extensão territorial.

Considerando a necessidade de pensar a formação de Administração pelo viés da Formação em Direitos Humanos, com o objetivo de conhecer as abordagens e os conceitos que referenciam as diversas teorias administrativas, conduzindo a uma reflexão conceitual e estratégica, com vistas ao subsídio teórico para o desenvolvimento de habilidades de percepção, diagnóstico e avaliação situacional, orientando a ação do administrador como agente de mudança e inovação, enveredamos pelo caminho do estudo de caso do Instituto TOMS, que nasceu de uma viagem à Argentina, realizada pelo fundador, Blake Mycoskie , um jovem empreendedor que viajou para este país em 2006 para aprender a jogar pólo. O que realmente aconteceu foi que o contato com as comunidades mais desfavorecidas no país sul-americano inspirou uma ideia de negócio com finalidade social: vender, em sua terra natal, EUA, sapatos como aqueles usados por essas comunidades, um novo estilo que poderia ser de marketing abordagem como "cool" e que cada sapato vendido significava que outro par iria para alguém que precisava deles. Assim nasceu o sistema One for One (um por um).

Empreendedorismo, solidariedade, negócios

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Administração	<b>2º Período – Noturno</b>
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Responsabilidade Social e Ambiental, Inovação Social e Tecnológica, Formação Profissional
Subtema: O papel do código de ética nas organizações	
Componentes Curriculares Envolvidas: Empreendedorismo; TGA; Projeto Integrador II;	

### Justificativa

Hoje, o mundo vive-se grandes mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. Mas, destaca-se também a mudança no comportamento das pessoas. Desta forma, cada vez mais, faz-se necessário estabelecer regras comportamentais no ambiente organizacional, pois há exigências de valores morais em todas as instâncias da sociedade.

A interlocução com a disciplina Empreendedorismo descreve a importância do código de ética como ferramenta que busca a realização e definição da missão, visão e valores nas organizações.

Já para a disciplina TGA perpassa na condução de se estabelecer o código de ética como uma declaração formal das expectativas das organizações como norteador das ações dos seus colaboradores, como mecanismo de integridade organizacional.

### Objetivos

Objetivo Geral: Apresentar a importância da ética nas organizações.

Objetivos Específicos: 1. Relacionar a ética à vida em sociedade;

- 
2. Pesquisar a ética como processo decisório estratégico e sustentável;
  3. Conhecer o conjunto de valores e regras comportamentais por meio do código de ética.
- 

---

### **Metodologia**

---

A pesquisa será desenvolvida a partir dos estudos e vivências em grupo de trabalho, tanto em sala de aula quanto em campo, por meio das seguintes ações didático pedagógicas:

Conhecer diversas instituições que implementaram o código de ética  
Leitura do Livro Gestão de Pessoas que abordou a Ética, conceitos, a existência dos valores universais, a ética e a participação social e o papel do código de ética nas organizações.

Análise da reportagem Código de Conduta: Você sabe como agir no ambiente de trabalho? Esse artigo retrata a importância da empresa em implantar seu código de ética objetivando o que se espera do colaborador em termos comportamentais, além de apresentar os valores e a cultura da empresa.

Ao final do semestre, cada grupo apresentará um relatório da pesquisa acerca da importância do código de ética nas organizações.  
Para o Ateliê Científico será realizado um salão com “Ilustração do Código de Ética nas Organizações”.

---

---

### **Avaliação**

---

---

## Cronograma

---

Atividade:	Estudo sobre o tema “Ética” -	Data de Entrega:	30/03/2018
	Estudo sobre Direitos Humanos		20/04/2018
	Estudo sobre Código de Ética		27/04/2018
	Entrega do Resumo à Coordenação		11/05/2018
	Produção de relatório		27/04/2018

---

---

## Referências

---

CARVALHO, Maria do Carmo Nacif de. Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2008.

AGAZETA. Código de Conduta: Você sabe como agir no ambiente de trabalho? Jornal A Gazeta, Economia, p.19, 21 jun 2009.

VERGARA, S.C.. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 1997.

CHIAVENATO, I. Teoria Geral da Administração. São Paulo: McGraw Hill, v. 1-2, 1993.

---

### **O papel do código de ética nas organizações**

*Gianny Alvarenga; Larisa Coslop; Neia Rezende; Rafael Antonio Migliorelli.*

*2º Período*

A Cervejaria aposta em um relacionamento íntegro, visando sempre o sucesso empresarial sendo referência no seguimento. O objetivo é despertar nas pessoas a importância da ética tanto no meio empresarial quanto no meio social. A metodologia utilizada foi realizada por meio de pesquisas de internet, bibliográficas e pesquisas de opinião. Este trabalho apresenta contribuir com transparência, respeito e honestidade sem qualquer tipo de discriminação.

Ética. Transparência. Honestidade.

---

*Orientação Professora Me Sheyla Valkiria Dias Passoni*



### **O papel do código de ética nas organizações**

*Marcos Manoel Martins Neppel de Lima; Regiane Zanetti de Oliveira; Átillus Raphael  
Jacinto Silva; Lorraine Serafim da Silva*

*2º Período*

O código de ética da empresa está baseado no respeito ao ser humano e ao respeito ao meio ambiente e valores. O objetivo é proporcionar aos nossos clientes a melhor experiência com dedicação, compromisso e excelência. A metodologia utilizada foi por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa quantitativa. Este trabalho apresenta contribuir com a melhoria no desempenho organizacional da empresa.

Ética. Conduta. Compromisso. Excelência.

---

*Orientação Professora Me Sheyla Valkiria Dias Passoni*

### **O papel do código de ética nas organizações**

*Maiara S. Costa; Jéssica Moraes*

*2º Período*

A empresa América Vistos preza pela integridade e confidencialidade de seus clientes com o âmbito de realizar sonhos de forma rápida e eficaz. O objetivo é manter o respeito entre seus funcionários e com seus clientes. A metodologia utilizada foi por meio de pesquisas bibliográficas e pesquisas quantitativas. Este trabalho apresenta contribuir para os direitos e deveres da empresa

Ética. Integridade. Cliente. Sonhos.

---

*Orientação Professora Me Sheyla Valkiria Dias Passoni*

### **O papel do código de ética nas organizações**

*Isabela Aparecida de Lima; Glenda Furtado Soares; Nathalia Cristina Adeodato Pereira;  
Taciane Yasmin Pereira da Silva.*

*2º Período*

Ética é um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade, para que haja um equilíbrio e bom funcionamento social. O objetivo é divulgar e mostrar a importância em se adotar a Ética, buscando servir de exemplo e motivação. A metodologia utilizada foi por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa quantitativa. Este trabalho apresenta contribuir com o desenvolvimento ético do indivíduo, visando orientar o comportamento humano em sociedade.

Ética. Conduta. Indivíduo. Exemplo. Valores.

---

*Orientação Professora Me Sheyla Valkiria Dias Passoni*

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Administração	<b>3º Período – Noturno</b>
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Inovação Social e Tecnológica, Formação Profissional
Subtema: Direitos Humanos e Fundamental	
Componentes Curriculares Envolvidas: Disciplina Integradora, Comunicação Empresarial.	

### Justificativa

As estratégias de enfrentamento da problemática social, para surtirem o efeito desejável na construção de sociedades sustentáveis, envolvem uma articulação coordenada entre todos os tipos de intervenção direta, incluindo neste contexto as ações em direitos Humanos.

O envolvimento do componente curricular Comunicação Empresarial será imprescindível, pois será utilizado o embasamento teórico de conceitos de comunicação. Aliado a isso, a praticidade da atividade de estágio estimula a efetividade das ações propostas.

### Objetivos

Objetivo Geral: Elaboração de uma atividade lúdica em Direitos Humanos através da construção de um Resumo Expandido.

Objetivos Específicos: - Elaboração de fichamento de livros e artigos para construção do trabalho;  
- Planejamento, desenvolvimento e construção do Resumo Expandido.

---

## **Metodologia**

---

O estudo do livro. “A ESTRATEGIA DO OCEANO AZUL” será desenvolvido a partir da perspectiva de trabalho voltado para reflexão crítica em torno do caráter multifuncional do Profissional Administrador no contexto social em que está inserido junto a Sociedade, estudando características e habilidades do LIDER, e sua importância a necessária interface com sociólogos, economistas, administradores e psicólogos, tudo a fim de enfatizar os direitos humanos e sociais.

As diferentes áreas de conhecimento têm como foco comum a análise crítica deste compromisso, desempenho, entendimento de que seu capital intelectual vá de encontro a prover com soluções e resultados junto ao contexto social , que por sua vez estão instaladas as empresas, onde desenvolve seu cotidiano profissional.

Desta forma, organizamos metodologicamente o trabalho do Grupo Docente Interdisciplinar (GDI) voltado para a reflexão do compromisso do profissional com a sociedade através de:

- Leitura e discussões do texto em questão;
- Debates em torno das posições propostas a partir das diferentes áreas de conhecimento;
- Fichamento
- Encaminhamento da elaboração de pôster sobre o assunto estudado.

Os grupos de leitura (GRULES) serão constituídos com formação de até 08 alunos. A turma será organizada a partir desta formação.

---

---

## **Avaliação**

---

---

## **Cronograma**

---

Atividade:	Entrega Fichamento	Data de Entrega:	19/04/2018
	Entrega de Fichamento		24/04/2018
	Apresentação		21/05/2018

---

---

## **Referências**

---

- KIM, W Chan, A Estratégia do Oceano Azul. Ed. Sextante, São Paulo, 2015
- CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas O novo papel dos Recursos Humanos nas Organizações. 16. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- WOOD Jr. Mudança organizacional: aprofundando temas atuais em administração de empresas. São Paulo: Atlas, 1995, p.188-216.
- BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2002.
- WEFFORT, Francisco C. (Org.). Os Clássicos da Política. Vol. I e II São Paulo: Ática, 2006.
-

### **Comunicação Empresarial**

*Darline Constantino, Jacqueline Silva, Jessica Moraes, Maira Pereira, Suelem da Silva*

*3º Período*

Espera-se que neste trabalho possa compreender a importância da comunicação nas estratégias empresariais, contribuindo para a sustentabilidade da empresa e competitividade do mercado.

Comunicação, Estratégia empresarial, Competitividade

---

*Orientação Thiago Malta Leite Nascimento*

### **Comunicação Empresarial**

*Carlos Jamerson, Eniele Fonseca, Fagner Campos, Giuliano Pereira, Jaqueline Goulart, João Wilian, Laís Lucas, Luis Feijo, Marina Faria, Mateus Araujo*

*3º Período*

Espera-se que neste trabalho possa compreender a importância da comunicação nas estratégias empresariais, contribuindo para a sustentabilidade da empresa e competitividade do mercado.

Comunicação, Estratégia empresarial, Competitividade

---

*Orientação Thiago Malta Leite Nascimento*



### **Comunicação empresarial e Estratégia**

*Frânnia Costa, José Paulo, Josué de Souza, Julieth Chavier, Lázaro Machado*

*4º Período*

Espera-se que neste trabalho possa compreender a importância da comunicação nas estratégias empresariais, contribuindo para a sustentabilidade da empresa e competitividade do mercado.

Comunicação, Estratégia empresarial, Competitividade

---

*Orientação Thiago Malta Leite Nascimento*

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Administração	<b>6º Período – Noturno</b>
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Responsabilidade Social e Ambiental
Subtema: Gestão Ambiental	
Componentes Curriculares Envolvidas: Gestão Pública, Gestão da Produção	

### Justificativa

Necessidade de elevar o nível de conscientização das pessoas em relação à coleta seletiva de resíduos sólidos. A coleta seletiva consiste em serviços voltados à gestão adequada as etapas de separação e recolhimento dos resíduos descartados pelos municípios. Distinguindo e promovendo tratamentos diferenciados para cada tipo de matéria, possibilitando o reaproveitamento e a destinação correta, podendo ser realizada através da coleta dos resíduos orgânicos e inorgânicos, secos ou úmidos, recicláveis e não recicláveis que são previamente separados direto na fonte geradora. O planejamento é fundamentado por meio da análise de diagnóstico construído a partir de dados secundários fornecidos pela administração municipal, estudos, informações coletadas in loco e revisões bibliográficas.

O envolvimento do componente curricular gestão pública será imprescindível, pois será utilizado no embasamento teórico de conceitos contidos no plano municipal de coleta seletiva.

Em relação ao componente curricular “gestão da produção”, a sua dinâmica de operacionalização ocorre através da utilização das funções básicas da gestão (Planejar, Organizar, Comandar, Controlar e Coordenar), desse modo, há fundamental importância desse componente curricular no estímulo a efetividade das ações propostas neste projeto.

---

## Objetivos

---

Objetivo Geral: Com base no diagnóstico contido no plano de coleta seletiva do município de Vitória, elaborar propostas que efetivem a conscientização e a mudança de hábito, sensibilizando, assim, as pessoas para a questão do tratamento dispensado aos resíduos sólidos produzidos no dia a dia.

---

Objetivos Específicos: **Gestão Pública:** O envolvimento do componente curricular gestão pública será imprescindível, pois será utilizado no embasamento teórico de conceitos contidos no plano municipal de coleta seletiva.

**Gestão da Produção:** A sua dinâmica de operacionalização ocorre através da utilização das funções básicas da gestão (Planejar, Organizar, Comandar, Controlar e Coordenar), desse modo, há fundamental importância desse componente curricular no estímulo a efetividade das ações propostas neste projeto.

---

---

## Metodologia

---

- Apresentação dos temas para os discentes;
  - Planejamento, desenvolvimento e construção dos projetos, conforme temas propostos;
  - O envolvimento do componente curricular gestão pública será imprescindível, pois será utilizado no embasamento teórico de conceitos contidos no plano municipal de coleta seletiva. Em relação ao componente curricular “gestão da produção”, a sua dinâmica de operacionalização ocorre através da utilização das funções básicas da gestão, desse modo, há fundamental importância desse componente curricular no estímulo a efetividade das ações propostas neste projeto.
-

- 
- O produto final da pesquisa será o resumo científico;
  - Relação com a extensão através da aplicação prática do produto final em painéis integrados na própria comunidade acadêmica ou fora dela.
- 

---

## Avaliação

---

---

## Cronograma

---

Atividade:	Apresentação dos temas e dos grupos	Data de Entrega:	01/03/2018
	Discussão do embasamento teórico		29/03/2018
	Planejamento, desenvolvimento do projeto, finalização e apresentação do projeto		03/05/2018
	Entrega do Resumo à Coordenação		24/05/2018
	Apresentação - Ateliê Técnico Científico		12/06/2018

---

---

## Referências

---

D'ALMEIDA, M. L. O., VILHENA, A. Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. São Paulo: IPT: CEMPRE, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Plano municipal de coleta seletiva: relatório do diagnóstico para coleta seletiva. Vitória, 2016.

---

**Gestão Ambiental**

*FLAVIA MEDEIROS LEITE, WALKIRIA MENESES DOS REIS, TATIANE LACERDA  
DE OLIVEIRA, LEIRYANI DALTTIO BRAGA*

*6º Período*

Demanda no mercado de recicláveis e o programa de educação ambiental para a coleta seletiva no município de Vitória

O objetivo do presente trabalho consiste em estudar e avaliar a demanda no mercado de recicláveis para o estado do Espírito Santo bem como o programa de educação ambiental para a coleta seletiva, proposto pelo Plano Municipal de Coleta Seletiva da Prefeitura Municipal de Vitória. A coleta seletiva consiste em serviços voltados à gestão adequada as etapas de separação e recolhimento dos resíduos descartados pelos municípios. A coleta seletiva também é uma maneira de sensibilizar as pessoas para questão do tratamento dispensado aos resíduos sólidos produzidos no dia a dia, quer seja nos ambientes públicos quanto nos privados. Visa atender questões de limpeza urbana e controle dos resíduos produzidos pelo município, promovendo melhor qualidade de vida e meio ambiente. Como metodologia foram utilizadas pesquisas bibliográficas e levantamento de dados no referido Plano Municipal de Coleta Seletiva. O estudo foi analisado por duas perspectivas, uma que levará em consideração a quantidade de empresas do seguimento de recicláveis existentes no Estado e outra que levará em consideração os preços praticados de acordo com os dados fornecidos pelas associações que trabalham no município de Vitória e outras fontes do mercado de recicláveis.

Mercado de Recicláveis. Educação Ambiental. Coleta Seletiva.

---

*Orientação PAULO CEZAR RIBEIRO DA SILVA*

**Gestão Ambiental**

*PRISCIELLY SANTANA COELHO MIRANDA DE SOUZA, SARAH VANDEKOLKEN  
SALLES OLIVEIRA, THAIS CRUZ ABRAHÃO, CARLOS ANTONIO RODRIGUES  
JUNIOR*

*6º Período*

Gerenciamento dos resíduos da coleta seletiva no município de Vitória

O presente trabalho tem como objetivo principal a avaliação do gerenciamento dos resíduos da coleta seletiva, contido no Plano Municipal de Coleta Seletiva da Prefeitura Municipal de Vitória. A coleta seletiva é um sistema de recolhimento de materiais recicláveis (papéis, plásticos, vidros, metais e orgânicos), previamente separados na fonte geradora e que podem ser reutilizados ou reciclados. A coleta seletiva funciona, também, como um processo de educação ambiental na medida em que sensibiliza a comunidade sobre os problemas do desperdício de recursos naturais e da poluição causada pelos resíduos. Como metodologia foram utilizadas pesquisas bibliográficas e levantamento de dados no referido Plano Municipal de Coleta Seletiva. O detalhamento do serviço de coleta seletiva foi apresentado de acordo com o tipo de coleta que é realizado, seja por caminhão do tipo baú, com pontos pré-definidos, seja por caminhão lifter, porta a porta, seja por caminhão do tipo munck, em ecopostos de entrega voluntária.

Gerenciamento de Resíduos. Educação Ambiental. Coleta Seletiva.

---

*Orientação PAULO CEZAR RIBEIRO DA SILVA*

**Gestão Ambiental**

*ATHUS JORDAN BOEKER DE OLIVEIRA, ANDRE FELIPE DUARTE, VINICIUS  
SALVADOR DE ALMEIDA, WESLEY NASCIMENTO DE SOUZA*

*6º Período*

A pré-triagem, a caracterização dos resíduos sólidos e os cenários para a coleta seletiva no município de Vitória

O objetivo central do presente trabalho consiste na avaliação da pré-triagem, a caracterização dos resíduos sólidos e os cenários para a coleta seletiva no município de Vitória, contido no Plano Municipal de Coleta Seletiva da Prefeitura Municipal de Vitória. A Coleta Seletiva em Vitória recolhe em média 184 toneladas por mês de resíduos segregados na fonte. Desse total, 115 toneladas em média são processadas pelas duas associações. O restante, em torno de 70 toneladas, é armazenado na unidade de Tratamento de Vitória - UTV, ou seja, em torno de 38% de todo o material recolhido pela coleta seletiva municipal não é processado pelos catadores devido às limitações operacionais das associações. Como metodologia foram utilizadas pesquisas bibliográficas e levantamento de dados no referido Plano Municipal de Coleta Seletiva. No cenário futuro bom e factível, em um horizonte de 20 anos o município também possuirá boa situação com relação à coleta seletiva e a recuperação de materiais recicláveis, com muitos avanços sobre o que é observado atualmente. Neste cenário, estima-se que em 2036 o município terá um percentual de recuperação de materiais recicláveis através da coleta seletiva de 20% sobre o total coletado.

Pré-triagem de Resíduos. Resíduos Sólidos. Coleta Seletiva.

---

*Orientação PAULO CEZAR RIBEIRO DA SILVA*

### **Gestão Ambiental**

*ALEXSANDER VITOR BARBOSA SILVA, JHONATAN BOLDT CARVALHO, INGRID GONÇALVES SANTANA DOS SANTOS, MERYELEN TOREZANI VASCONCELOS*

*6º Período*

Aspectos sociais envolvidos na gestão de resíduos sólidos em Vitória

O presente trabalho tem como objetivo principal a avaliação dos aspectos sociais envolvidos na gestão de resíduos sólidos em Vitória, contido no Plano Municipal de Coleta Seletiva da Prefeitura Municipal de Vitória. Na capital não se pratica a atividade de catação em lixões, devido à inexistência destes no município. Entretanto, existem importantes aspectos sociais e atores envolvidos na cadeia da gestão dos resíduos sólidos, principalmente nas atividades de recuperação e reciclagem. Nesse processo estão envolvidos catadores formais e informais de materiais recicláveis, que atuam no município e as Secretarias envolvidas nas relações entre esses agentes e o poder público. Como metodologia foram utilizadas pesquisas bibliográficas e levantamento de dados no referido Plano Municipal de Coleta Seletiva. Para que ocorram as atividades da cadeia produtiva de materiais recicláveis é necessário que haja a participação dos diversos agentes e atores, que englobam as comunidades, os catadores, os sucateiros e as empresas e indústrias recicladoras.

Ascamare. Amariv. Sucateiros. Catadores informais. Coleta Seletiva.

---

*Orientação PAULO CEZAR RIBEIRO DA SILVA*



**Gestão Ambiental**

*PRISCIELLY SANTANA COELHO MIRANDA DE SOUZA, SARAH VANDEKOLKEN  
SALLES OLIVEIRA, THAIS CRUZ ABRAHÃO, CARLOS ANTONIO RODRIGUES  
JUNIOR*

*6º Período*

Gerenciamento dos resíduos da coleta seletiva no município de Vitória

O presente trabalho tem como objetivo principal a avaliação do gerenciamento dos resíduos da coleta seletiva, contido no Plano Municipal de Coleta Seletiva da Prefeitura Municipal de Vitória. A coleta seletiva é um sistema de recolhimento de materiais recicláveis (papéis, plásticos, vidros, metais e orgânicos), previamente separados na fonte geradora e que podem ser reutilizados ou reciclados. A coleta seletiva funciona, também, como um processo de educação ambiental na medida em que sensibiliza a comunidade sobre os problemas do desperdício de recursos naturais e da poluição causada pelos resíduos. Como metodologia foram utilizadas pesquisas bibliográficas e levantamento de dados no referido Plano Municipal de Coleta Seletiva. O detalhamento do serviço de coleta seletiva foi apresentado de acordo com o tipo de coleta que é realizado, seja por caminhão do tipo baú, com pontos pré-definidos, seja por caminhão lifter, porta a porta, seja por caminhão do tipo munck, em ecopostos de entrega voluntária.

Gerenciamento de Resíduos. Educação Ambiental. Coleta Seletiva.

---

*Orientação PAULO CEZAR RIBEIRO DA SILVA*

**Gestão Ambiental**

*ATHUS JORDAN BOEKER DE OLIVEIRA, ANDRE FELIPE DUARTE, VINICIUS  
SALVADOR DE ALMEIDA, WESLEY NASCIMENTO DE SOUZA*

*6º Período*

A pré-triagem, a caracterização dos resíduos sólidos e os cenários para a coleta seletiva no município de Vitória

O objetivo central do presente trabalho consiste na avaliação da pré-triagem, a caracterização dos resíduos sólidos e os cenários para a coleta seletiva no município de Vitória, contido no Plano Municipal de Coleta Seletiva da Prefeitura Municipal de Vitória. A Coleta Seletiva em Vitória recolhe em média 184 toneladas por mês de resíduos segregados na fonte. Desse total, 115 toneladas em média são processadas pelas duas associações. O restante, em torno de 70 toneladas, é armazenado na unidade de Tratamento de Vitória - UTV, ou seja, em torno de 38% de todo o material recolhido pela coleta seletiva municipal não é processado pelos catadores devido às limitações operacionais das associações. Em relação aos aspectos metodológicos foram utilizadas pesquisas bibliográficas e levantamento de dados no referido Plano Municipal de Coleta Seletiva. No cenário futuro bom e factível, em um horizonte de 20 anos o município também possuirá boa situação com relação à coleta seletiva e a recuperação de materiais recicláveis, com muitos avanços sobre o que é observado atualmente. Neste cenário, estima-se que em 2036 o município terá um percentual de recuperação de materiais recicláveis através da coleta seletiva de 20% sobre o total coletado.

Pré-triagem de Resíduos. Resíduos Sólidos. Coleta Seletiva.

---

*Orientação PAULO CEZAR RIBEIRO DA SILVA*



# Arquitetura

# ATELIÊ

técnico-científico

2018

14 e 15  
de Junho

8h  
e  
19h

Local:  
Faculdade  
Doctum Vitória



#### Faça uma escolha consciente

A influência daquilo que você acredita torna maior o impacto do seu trabalho.



#### Defina metas e não limites

Ter metas é um dos principais pontos do seu planejamento.



#### Avalie o seu aprendizado

Preveja o sucesso do seu trabalho com uma carteira de negócios.



#### Crie uma proposta sustentável

A contribuição do seu trabalho pode estar muito além do que imagina.

SEJA A MUDANÇA QUE VOCÊ  
QUER PARA SUA VIDA!

Aqui suas ideias o levam ainda mais longe!

rede de ensino  
**DOCTUM**

Ateliê Técnico-Científico  
Caderno de Resumos de Vitória/ES



14 e 15 de junho de 2018  
Rede de Ensino Doctum  
Instituto Ensinar Brasil



Faculdades Doctum de Vitória/ES  
**volume 01 | número 01 | 2018**

**O *Ateliê Técnico-Científico Caderno de Resumos de Vitória/ES* é uma publicação semestral, onde serão aceitos os resumos, em língua portuguesa, dos trabalhos apresentados no Ateliê Técnico-Científico das Faculdades Doctum de Vitória/ES – Rede de Ensino Doctum.**

## **REDE DE ENSINO DOCTUM      Corpo Editorial**

### **Instituto Ensinar Brasil**

Autor Corporativo

**Cláudio Cezar Leitão**

Presidente

**Ma. Ivana Leitão**

Superintendente de Ensino

**Ma. Heloisa Albuquerque**

Diretora de Ensino Superior

**Dra. Iana Penna**

Coordenadora Geral de Pesquisa

**Janilda Prata Guimarães**

Diretora

**Dra. Anna Cecília**

Coordenadora Acadêmica

**Dr. Wanderson Muniz de Santana**

Coordenador de Pesquisa

Rua João Pinheiro 147  
Centro – Caratinga – MG  
CEP: 35.300-037  
(33) 3322- 6314

Rua Joaquim Leopoldino Lopes, 230  
Consolação – Vitória – ES  
CEP 29045-580  
(27) 3031-3017

# Ateliê Técnico-Científico Caderno de Resumos de Vitória/ES



## **Coordenadores da Unidade**

Administração | Prof<sup>ª</sup>. Sheyla Valkíria Passoni

Arquitetura e Urbanismo | Prof. Marcos Correa

Direito | Prof. Stefano Antonini D'Amato

Engenharia de Produção | Prof<sup>ª</sup>. Fabiana Battista

Engenharia Elétrica | Prof<sup>ª</sup>. Fabiana Battista

Pedagogia | Profa. Anna Cecilia

## **Projeto Gráfico, Capa, Edição de Textos e Diagramação**

Dr. Wanderson Muniz de Santana

\*O conteúdo de todos os textos é de responsabilidade de seus autores correspondentes.

## Resumos

<b>1º Período – Noturno .....</b>	<b>7</b>
<b>2º Período – Noturno .....</b>	<b>10</b>
<b>3º Período – Noturno .....</b>	<b>13</b>
<b>PARTIDO ARQUITETÔNICO .....</b>	<b>19</b>



## **Apresentação**

O Ateliê Técnico-Científico da Faculdade Doctum de Vitória/ES - Rede de Ensino Doctum, caracteriza-se como um fórum de compartilhamento dos conhecimentos produzidos nos *Grupos de Leitura Supervisionada - GRULES*. Busca aprofundar os aspectos teóricos dos conteúdos abordados em sala de aula ao longo do semestre letivo, consolidando as bases científicas estruturadas pelo *Grupo Docente Interdisciplinar (GDI)* em cada um dos cursos de graduação da nossa unidade. Deste modo, pretende-se estimular o pensamento crítico do corpo docente e discente, além de fomentar a produção científica; proporcionando o desenvolvimento de uma massa crítica, aprofundamento teórico e motivando a autonomia e nova percepção da realidade pelo aluno.

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Arquitetura e Urbanismo	1º Período – Noturno
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Responsabilidade Social e Ambiental
Subtema: O papel do arquiteto e urbanista na promoção da dignidade humana	
Componentes Curriculares Envolvidas: Introdução a arquitetura e urbanismo; expressão e representação; metodologia científica	

### Justificativa

Ao iniciar os seus estudos no campo da Arquitetura & Urbanismo, é fundamental que o aluno compreenda a função social do arquiteto urbanista e sua importância na criação de espaços livre e edificados, de modo que possa ver que suas intervenções zelem pelo bem estar do homem.

Neste contexto, com Introdução à Arquitetura e Urbanismo, será possível compreender as interfaces disciplinares existentes com a história, artes, sociologia, antropologia, filosofia, economia e geografia. Além disso, o aluno será apresentado aos seus futuros campos de atuação e suas diversas atribuições.

Iniciando o aluno na linguagem gráfica, fundamental para a comunicação do arquiteto urbanista, em Expressão e Representação I, será exercitada, por meio de exercícios práticos, a representação de formas através do desenho de observação, do desenho da paisagem, da análise estrutural da forma e do estudo de figuras geométricas planas. Onde serão aplicadas noções de perspectiva, luz e sombra.

Os produtos de pesquisa e extensão propostos são coerentes com o início da trajetória acadêmica do aluno, onde o mesmo ainda não possui experiência e nem conhecimento prévio.

Para estímulo à Pesquisa é proposta a leitura e Fichamento dos livros: CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 e CONSELHO DE

ARQUITETURA E URBANISMO. Manual do arquiteto e urbanista. Brasília: CAU-BR, 2015.

Além disso, a componente curricular Metodologia Científica irá promover a iniciação científica dos alunos por meio dos procedimentos metodológicos de pesquisa. Os produtos de Extensão decorrentes das leituras acima podem se manifestar na organização de uma representação gráfica e de desenhos elaborados em Expressão e Representação I que retratem a cidade e a sensibilidade de se observar o espaço urbano.

---

## **Objetivos**

Objetivo Geral: Integrar os estudos e as atividades aplicadas nas demais disciplinas do período.

Estimular à crítica, através da pesquisa e análise da arquitetura e urbanismo ao longo da história. Trabalhar com a construção gráfica, modelos e maquetes, visando à construção e a leitura espacial.

---

Objetivos Específicos: Demonstração de conhecimento sobre o papel social do arquiteto e sua importância no desenho das cidades.

Demonstração de capacidade crítica sobre a cidade e seus desafios.

Escrita clara e concisa.

---

---

## **Metodologia**

Os alunos deverão, baseados nas pesquisas e análises do Livro *As Cidades Invisíveis*, escolher uma das cidades apresentadas no livro e criar um desenho livre que represente a sua interpretação da descrição feita pelo autor.

---

---

## Avaliação

---

---

## Cronograma

---

Atividade:	GRULES	Data de Entrega:	19/04/2018
	Avaliação Continuada		19/04/2018
	Trabalho Integrador		19/04/2018
	GRULES - 2 ETAPA		21/06/2018
	Avaliação continuada - 2 etapa		21/06/2018

---

---

## Referências

---

LEMOS, Carlos A. C.; O QUE é ARQUITETURA. 1 ed. SAO PAULO: Brasiliense, 2014

SUMMERSON, John; A LINGUAGEM CLÁSSICA DA ARQUITETURA. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ZEVI, Bruno; SABER VER A ARQUITETURA. 6 ed. SAO PAULO: Martins Fontes, 2011.

COELHO NETO, J. Teixeira; A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NA ARQUITETURA. 1 ed. SAO PAULO: Perspectiva, 2014.

NEVES, Laert Pedreira; ADOÇÃO DO PARTIDO NA ARQUITETURA. 3 ed. SALVADOR: EDUFBA, 2012.

CHING, Francis; ARQUITETURA: FORMA, ESPAÇO E ORDEM. 3 ed. PORTO ALEGRE: Bookman, 2013.

PERRONE, Rafael Antonio Cunha; FUNDAMENTOS DE PROJETO: ARQUITETURA E URBANISMO. 1 ed. SAO PAULO: Edusp, 2014.

FARRELLY, Lorraine ; FUNDAMENTOS DE ARQUITETURA. 2 ed. PORTO ALEGRE: Bookman, 2014.

---

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Arquitetura e Urbanismo	<b>2º Período – Noturno</b>
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Responsabilidade Social e Ambiental
Subtema: O papel do Arquiteto Urbanista na promoção Cultural e Artística	
Componentes Curriculares Envolvidas:	Expressão e representação II; História da Arquitetura e Urbanismo II; Desenho de Arquitetura I

### **Justificativa**

Uma vez tendo o contato com a amplitude disciplinar que deverá ser conciliada na sua trajetória acadêmica, e ainda trabalhando, sob o pano de fundo da Arte e Cultura, em Fundamentos de Projeto, o aluno terá a oportunidade de desenvolver o projeto, em nível de Estudo Preliminar, de um equipamento cultural (Galeria de Artes) no Bairro Consolação, Vitória/ES, com características de uso local. O objetivo é suprir a crescente demanda e crescimento da cidade nos aspectos de cunho cultural e artístico. A ênfase será dada para a análise de referências, de modo que seja iniciada a construção de um repertório de referências projetuais, e realizadas com o suporte de Expressão e Representação II, na elaboração de sínteses gráficas e para suporte teórico História da Arquitetura e Urbanismo II. Para a representação técnica do objeto arquitetônico proposto Desenho de Arquitetura I irá aprofundar a representação técnica e fornecer suporte ao registro arquitetônico.

Buscando aprofundar e fixar os conceitos trabalhados no período anterior, é proposta a leitura e Fichamento do livro NEVES, Laert Pedreira. Adoção do partido na arquitetura. 3ª Edição. Salvador: EDUFBA, 2012. e ZEVI, Bruno. Saber ver a arquitetura. 6ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2009. de modo que seja reforçado o estudo e a importância da conceituação do projeto e da definição de seu conceito.

## Objetivos

Objetivo Geral: Desenvolvimento de anteprojeto / estudo preliminar de uma galeria de arte.

Objetivos Específicos: A Galeria de Artes deverá atender a um público variado. O espaço cultural deve ser democrático e o acesso à arte é um direito de todos. Com espaços de multi uso, esta galeria deve ser um espaço de convivência para a população local permitindo uma interação com exposições itinerantes e permanentes. Deve ser um espaço educacional, permitindo cursos e palestras.

## Metodologia

Leitura de livros e artigos, resumo expandido e elaboração de desenhos

## Avaliação

## Cronograma

Atividade:	GRULES	Data de Entrega:	20/04/2018
	Trabalho Integrador		20/04/2018
	Avaliação Continuada		20/04/2018
	GRULES - 2 ETAPA		22/06/2018
	Trabalho Integrador - 2 etapa		22/06/2018

---

## Referências

- MONTENEGRO, Gildo; A INVENÇÃO DO PROJETO. 1 ed. SAO PAULO: Blucher, 2015.
- NEVES, Laert Pedreira; ADOÇÃO DO PARTIDO NA ARQUITETURA. 3 ed. SALVADOR: EDUFBA, 2012.
- FARRELLY, Lorraine ; FUNDAMENTOS DE ARQUITETURA. 2 ed. PORTO ALEGRE: Bookman, 2014.
- CHING, Francis D.K.; REPRESENTAÇÃO GRÁFICA EM ARQUITETURA. 5 ed. PORTO ALEGRE: Bookman, 2011.
- FERREIRA, Patricia; DESENHO DE ARQUITETURA. 1 ed. RIO DE JANEIRO: Imperial novo milenio, 2011.
- HOLANDA, Frederico de ; 10 MANDAMENTOS DA ARQUITETURA. 1 ed. BRASILIA: FRBH, 2013.
- CONSALEZ, Lorenzo; MAQUETES: A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO NO PROJETO ARQUITETÔNICO. 1 ed. SAO PAULO: GG, 2014.
- GRAGOE, Carol Davidson; COMO DECIFRAR ARQUITETURA: UM GUIA VISUAL COMPLETO DOS ESTILOS. 1 ed. RIO DE JANEIRO: Edições de Janeiro, 2014.
-

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Arquitetura e Urbanismo	<b>3º Período – Noturno</b>
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Responsabilidade Social e Ambiental, Inovação Social e Tecnológica, Formação Profissional
Subtema: O Espaço de Morar	
Componentes Curriculares Envolvidas:	Projeto de Arquitetura I, Desenho de Arquitetura II, Arquitetura Digital I, Conforto Ambiental I

### Justificativa

Desde o início da história humana o desafio de construir um abrigo para se proteger das intempéries e das adversas do ambiente, sempre esteve presente. As tecnologias, os materiais, a estética e as demandas mudaram com o tempo, mas o objetivo continua o mesmo: tornar as condições de vida melhores para nossa espécie. Com o passar dos tempos surgiram outras demandas por espaços: Espaços religiosos, espaços educacionais, espaços administrativos, entretanto o espaço de morar é o que representa melhor a luta do ser humano em se adaptar as condições deste planeta. Em pouco tempo teremos 7 bilhões de pessoas morando nas cidades e os arquitetos possuem uma grande responsabilidade na criação e construção destes espaços. A Faculdade Doctum de Vitória, imersa na sua missão de Transformar a Vida das Pessoas pela Educação, reconhece o importante papel social que o Ensino, a Pesquisa e a Extensão desempenham para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade. Deste modo, enquanto componente curricular do Curso de Arquitetura & Urbanismo, o Projeto Integrador se propõe como um espaço de trabalho interdisciplinar, valorizando a relação existente entre a teoria e sua articulação com a prática, sobretudo com sua aplicação em contextos cotidianos do aluno. O Projeto Integrador tem como principal objetivo ser um espaço no qual a



indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa [Iniciação Científica] e a Extensão possa ser vista de forma clara por meio da integração dos conteúdos disciplinares. Como consequência do cumprimento desse objetivo os conteúdos trabalhados pelas demais disciplinas do período serão reforçados. Assim, atende-se ao objetivo maior da instituição de formar profissionais qualificados a atuarem e influírem no mercado de trabalho, mediante efetiva interação entre o saber teórico, interdisciplinar e científico e a realidade prática e os princípios da ética e da responsabilidade social, econômica, social, cultural, política e ambiental.

Almeja-se organizar estratégias educativas voltadas à interdisciplinaridade entre os campos do saber da Arquitetura, do Urbanismo e áreas afins, as quais estão indissociavelmente ligadas à pesquisa e à extensão, como a seguir se demonstrará. Inicialmente devemos considerar que a matriz curricular do nosso Curso de Arquitetura & Urbanismo segue padrões tradicionais, os quais há muito tem se demonstrado insuficientes para promover processos de ensino-aprendizagem divergindo das demandas atuais de mercado. A construção da cidade não é composta da junção de disciplinas desconexas, tampouco se resume à apreensão de conteúdos normativos claramente expostos por normas ou manuais técnicos. A atuação do arquiteto urbanista vai além do domínio da técnica da sobreposição de blocos para a construção do espaço ou manifestando-se pela escolha dos revestimentos de um ambiente. Enquanto Ciência Social Aplicada, a Arquitetura & Urbanismo, deve ser sensível às necessidades do homem e da sociedade. Considerando a temática geral trabalhada pela Rede de Ensino Doctum: Direitos Humanos Fundamentais, o Curso de Arquitetura & Urbanismo da Faculdade Doctum de Vitória, almejando formar profissionais éticos e socialmente responsáveis para atuarem junto à sociedade no intuito de contribuir para o desenvolvimento humano e regional, estrutura sua matriz curricular e fomenta, por meio do Projeto Integrador, a articulação entre a Responsabilidade Social e Ambiental e Inovação Social e Tecnológica. Deste modo a linha de pesquisa do curso de Arquitetura & Urbanismo é: Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis.

No âmbito do Curso de Arquitetura & Urbanismo nos preocupamos em atender os anseios do homem por meio da melhoria da cidade e seus elementos constituintes, quer sejam físicos, quer sejam imateriais; contribuindo para o desenvolvimento humano e regional, de forma mais sensível às questões pertinentes aos espaços edificados e livres que constituem a região da Grande Vitória. O Projeto Integrador funcionará como um componente curricular que contribui para um rompimento da compartimentação do processo do ensino-aprendizado em disciplinas estanques e sem conexões umas com as outras. Além disso, por meio da Iniciação Científica, os alunos serão estimulados à refletirem sobre os aspectos teóricos que cerceiam o ato de projetar, zelando pelo bem estar da coletividade, tendo como pressuposto as questões da ética profissional, buscando, ainda, a universalização do acesso a um "habitat" adequado e moradia digna, por meio de soluções compatíveis com a natureza da demanda sócio-econômica de todos os grupos que compõem a nossa sociedade, para que esse direito a moradia seja para todos, o direito de se ter um lugar para se viver, sonhar e morar com dignidade, alegria e esperança.

Quanto aos produtos científicos, a cada período, de forma gradual, os alunos irão desenvolver fichamentos, resumos, resenhas críticas, resumos expandidos, pôsteres e artigos científicos.

No âmbito da Extensão, entendida como "processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade" (NOGUEIRA, 2000), serão desenvolvidos pequenos vídeos, documentários, debates, vistas técnicas, entrevistas, catálogos fotográficos, folders informativos, mesa redonda, roda de bate papo, workshop, seminários, semanas acadêmicas, congressos, simpósios, protótipos, modelos, etc.

Deste modo, o componente curricular Projeto Integrador, irá ajudar o aluno a compreender graus mais elevados das articulações entre os saberes que compõe o campo disciplinar na Arquitetura & Urbanismo, além de ser estimulado a desenvolver

seu pensamento crítico através da Iniciação Científica e consciência social, por meio das atividades de extensão, norteados pela temática de Direitos Humanos Fundamentais e que, a cada período do curso, irá ser direcionada por meio das articulações entre as componentes curriculares.

---

## **Objetivos**

Objetivo Geral: Estudar o processo de criação de um espaço para morar e sua inter-relação com o contexto socioambiental.

---

Objetivos Específicos: Devem Iniciando, de fato, o processo de projeção, em Projeto de Arquitetura I, será desenvolvida uma edificação residencial unifamiliar, onde serão trabalhadas as questões de escala, ergonomia, dimensionamentos mínimos, circulação vertical e horizontal, detalhamento de cobertura; com o apoio de Desenho de Arquitetura II. Para a representação efetiva do projeto, o aluno será iniciado nas funções e utilização de desenho auxiliado por computador em Arquitetura Digital I, além de realizar algumas reflexões teóricas a respeito da virtualização da arquitetura. Além disso, com o suporte de Conforto Ambiental I, será possível a aplicação dos conceitos de conforto térmico. Aprofundando as questões a respeito da morada, em História da Arquitetura Brasileira I o assunto será trabalhado historicamente.

---

---

## **Metodologia**

Devem Iniciando, de fato, o processo de projeção, em Projeto de Arquitetura I, será desenvolvida uma edificação residencial unifamiliar, onde serão trabalhadas as questões de escala, ergonomia, dimensionamentos mínimos, circulação vertical e

---

---

horizontal, detalhamento de cobertura; com o apoio de Desenho de Arquitetura II. Para a representação efetiva do projeto, o aluno será iniciado nas funções e utilização de desenho auxiliado por computador em Arquitetura Digital I, além de realizar algumas reflexões teóricas a respeito da virtualização da arquitetura. Além disso, com o suporte de Conforto Ambiental I, será possível a aplicação dos conceitos de conforto térmico. Aprofundando as questões a respeito da moradia, em História da Arquitetura Brasileira I o assunto será trabalhado historicamente. Será realizada a leitura do livro CORNILLE, Didier. Pela casa se conhece o dono. São Paulo: Cosac Naify, 2014 reforçando o estudo e análise das relações espaciais e humanas no espaço da moradia. Como proposta para Extensão, é pensada a elaboração de Maquete que instiguem os alunos a repensarem moradia, seja em termos de processos construtivos, ou ainda em questões mais conceituais.

---

## Avaliação

---

## Cronograma

---

Atividade:	Apresentação do Plano de Trabalho do Projeto Integrador e definição dos subtemas que serão trabalhados pelas equipes	Data de Entrega:	07/02/2018
	Seminário de leitura (Sugestão= Pesquisa sobre projetos de galerias e apresentação em sala de aula)		07/03/2018
	Redação do Texto Científico para o Ateliê Técnico-Científico Fichamento do Livro CORNILLE, Didier. Pela casa se conhece o dono. São Paulo: Cosac Naify, 2014. Fechamento da 1ª Etapa		18/04/2018

---

---

Entrega do Memorial Descritivo para o Ateliê Técnico-Científico	06/06/2018
Seminário de Apresentação do Exercício Projetual Integrado Apresentação do Estudo Preliminar de uma Residência Participação no Ateliê Técnico-Científico	11/06/2018

---

---

### **Referências**

---

CORNILLE, Didier. Pela casa se conhece o dono. São Paulo: Cosac Naify, 2014

---

**Partido Arquitetônico**

*Barbara Gonçalves, Cláudile Gonçalves Sabino, Nyvia Rodrigues, Tiago Alves de Oliveira, Priscila Vieira, Jhardel Goulart Mota de Souza, Débora Bartes da Silva, Fabrício albino de carvalho, Fernanda Shaila Loss Brandão, Mireli Chagas de Holanda, Kamilla Nunes da Silva, Gabriela Botti Silva, Luany Rodrigues Vieira, Paola Gomes Silva, Miquéias Silva Santana, Rogério Moreira Do Carmo Filho, Jhonnatan Souza Ferraz, Zenildo Kuster,*  
3º Período

Leitura, análise e desenvolvimento de um resumo da Tese de doutorado com o título: Teoria e Prática do Partido Arquitetônico. Autor: Mário Biselli.

Partido arquitetônico, metodologias de projeto

---

*Orientação Kneipp de Figueiredo Caiado*



**Direito**

# ATELIÊ

técnico-científico

---

2018

**14 e 15**  
de Junho

**8h**  
e  
**19h**

Local:  
Faculdade  
Doctum Vitória



#### Faça uma escolha consciente

A influência daquilo que você acredita torna maior o impacto do seu trabalho.



#### Defina metas e não limites

Ter metas é um dos principais pontos do seu planejamento.



#### Avalie o seu aprendizado

Preveja o sucesso do seu trabalho com uma carteira de negócios.



#### Crie uma proposta sustentável

A contribuição do seu trabalho pode estar muito além do que imagina.

**SEJA A MUDANÇA QUE VOCÊ  
QUER PARA SUA VIDA!**

*Aqui suas ideias o levam ainda mais longe!*

rede de ensino  
**DOCTUM**



Ateliê Técnico-Científico  
Caderno de Resumos de Vitória/ES



14 e 15 de junho de 2018  
Rede de Ensino Doctum  
Instituto Ensinar Brasil



Faculdades Doctum de Vitória/ES  
**volume 01 | número 01 | 2018**

**O *Ateliê Técnico-Científico Caderno de Resumos de Vitória/ES* é uma publicação semestral, onde serão aceitos os resumos, em língua portuguesa, dos trabalhos apresentados no Ateliê Técnico-Científico das Faculdades Doctum de Vitória/ES – Rede de Ensino Doctum.**

## **REDE DE ENSINO DOCTUM      Corpo Editorial**

### **Instituto Ensinar Brasil**

Autor Corporativo

**Cláudio Cezar Leitão**

Presidente

**Ma. Ivana Leitão**

Superintendente de Ensino

**Ma. Heloisa Albuquerque**

Diretora de Ensino Superior

**Dra. Iana Penna**

Coordenadora Geral de Pesquisa

**Janilda Prata Guimarães**

Diretora

**Dra. Anna Cecília**

Coordenadora Acadêmica

**Dr. Wanderson Muniz de Santana**

Coordenador de Pesquisa

Rua João Pinheiro 147  
Centro – Caratinga – MG  
CEP: 35.300-037  
(33) 3322- 6314

Rua Joaquim Leopoldino Lopes, 230  
Consolação – Vitória – ES  
CEP 29045-580  
(27) 3031-3017

# Ateliê Técnico-Científico Caderno de Resumos de Vitória/ES



## **Coordenadores da Unidade**

Administração | Prof<sup>ª</sup>. Sheyla Valkíria Passoni

Arquitetura e Urbanismo | Prof. Marcos Correa

Direito | Prof. Stefano Antonini D'Amato

Engenharia de Produção | Prof<sup>ª</sup>. Fabiana Battista

Engenharia Elétrica | Prof<sup>ª</sup>. Fabiana Battista

Pedagogia | Profa. Anna Cecilia

## **Projeto Gráfico, Capa, Edição de Textos e Diagramação**

Dr. Wanderson Muniz de Santana

\*O conteúdo de todos os textos é de responsabilidade de seus autores correspondentes.

# Resumos

<b>1º Período – Diurno .....</b>	<b>10</b>
IDENTIFICANDO A DIFERENÇA E AS PECULIARIDADES DO MUNDO JURÍDICO. DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS. ESTUDO DE CASO ARACELI.....	12
IDENTIFICANDO A DIFERENÇA E AS PECULIARIDADES DO MUNDO JURÍDICO. DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ATUAÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA. ....	13
IDENTIFICANDO A DIFERENÇA E AS PECULIARIDADES DO MUNDO JURÍDICO. DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ATUAÇÃO DO ESCRIVÃO. ....	14
IDENTIFICANDO A DIFERENÇA E AS PECULIARIDADES DO MUNDO JURÍDICO. DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ATUAÇÃO DO JUIZ. ..	15
IDENTIFICANDO A DIFERENÇA E AS PECULIARIDADES DO MUNDO JURÍDICO. DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ATUAÇÃO DO DELEGADO. ....	16
IDENTIFICANDO A DIFERENÇA E AS PECULIARIDADES DO MUNDO JURÍDICO. DIA INTERNACIONAL DO COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CASO ARACELI:NA PERSPECTIVA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E DO ECRIDAD. ....	17
DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NA EXTENSÃO DO CASO ARACELI: DENÚNCIA, PROCEDIMENTO, PERICIA E PROTEÇÃO.....	19
IDENTIFICANDO A DIFERENÇA E AS PECULIARIDADES DO MUNDO JURÍDICO. DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ATUAÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA.....	20
SUBTEMA CENTRAL DO GRUPO. DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CASO ARACELI: DIFICULDADE NA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA PUBLICA DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE. ....	21
IDENTIFICANDO A DIFERENÇA E AS PECULIARIDADES DO MUNDO JURÍDICO. CASO ARACELI: REDE DE PROTEÇÃO .....	22
DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTUDO DO CASO DA ARACELI: ESTUPRO E VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA VULNERÁVEL .....	25
IDENTIFICANDO AS DIFERENÇAS E AS PECULIARIDADES DO MUNDO JURÍDICO: DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ATUAÇÃO DO ADVOGADO. ....	26
<b>1º Período – Noturno .....</b>	<b>27</b>
CRIMES SEXUAL CONTRA VULNERÁVEL E ESTUPRO .....	30
FORMAS DE VIOLÊNCIA .....	31

DIFICULDADES NA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E AO ADOLESCENTES.....	32
DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A CRIANÇA.....	33
O CASO ARACELI CRESPO.....	34
DENÚNCIA NO CASO ARACELI CRESPO: PROCEDIMENTO, PERÍCIA E PROTEÇÃO .....	36
<b>2º Período – Noturno .....</b>	<b>37</b>
PRECONCEITO NA ADVOCACIA.....	40
11 DE AGOSTO - DIA DO ADVOGADO.....	41
A ADVOCACIA É A PROFISSÃO DAS ESPERANÇAS .....	43
II CONFERÊNCIA NACIONAL DA JOVEM ADVOCACIA - CAUSAS CONTRAMAJORITÁRIAS .....	44
II CONFERÊNCIA NACIONAL (CLÁUSULA DE BARREIRA E PRERROGATIVAS) .....	45
ADVOCACIA: INDISPENSÁVEL À ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA.....	46
OS PRECONCEITOS COM OS JOVENS NA ADVOCACIA.....	47
<b>3º Período – Diurno .....</b>	<b>48</b>
RELAÇÕES HOMOAFETIVAS E A ADOÇÃO NO BRASIL .....	50
ASSÉDIO: UMA ANÁLISE NO AMBIENTE DE TRABALHO .....	51
O ESTADO MAIS POBRE DO BRASIL E A AUSÊNCIA DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	52
ASSÉDIO SEXUAL CONTRA MULHER PRATICADO NO AMBIENTE DE TRABALHO .....	53
EUTANÁSIA .....	54
GUERRA NA SÍRIA .....	55
A GREVE DOS CAMINHONEIROS - INTERVENÇÃO MILITAR E A DEMOCRACIA .....	56
<b>3º Período – Noturno .....</b>	<b>57</b>
GÊNERO E IDENTIDADE .....	60
A EXTENSÃO DO REGIME JURÍDICO DAS UNIÕES ESTÁVEIS ÀS UNIÕES HOMOAFETIVAS.....	61
CIDADANIA, INCLUSÃO, GÊNERO E IDENTIDADE .....	62
UNIÃO HOMOAFETIVA: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	63
UNIÃO HOMOAFETIVA: ANTES E DEPOIS DA CF/88 .....	64
<b>4º Período – Noturno .....</b>	<b>66</b>

RAÇAS MINORITÁRIAS: OS ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E O MERCADO DE TRABALHO.....	69
<b>5º Período B – Diurno.....</b>	<b>70</b>
<b>5º Período – Noturno.....</b>	<b>73</b>
CIDADANIA E INCLUSÃO: DEFICIÊNCIA E MEIO AMBIENTE: CADEIRANTE, UMA NOVA REALIDADE.....	75
CIDADANIA E INCLUSÃO: DEFICIÊNCIA E MEIO AMBIENTE: PROTEÇÃO E GARANTIA CONSTITUCIONAL DOS PORTADORES DE DOENÇAS DEGENERATIVAS.....	76
CIDADANIA E INCLUSÃO: DEFICIÊNCIA E MEIO AMBIENTE: INSERÇÃO DA LINGUAGEM DE SINAIS.....	77
CIDADANIA E INCLUSÃO: DEFICIÊNCIA E MEIO AMBIENTE: INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL NO ENSINO SUPERIOR.....	78
CIDADANIA E INCLUSÃO: DEFICIÊNCIA E MEIO AMBIENTE.SÍNDROME DE DOWN.....	79
CONFLITOS ECONOMICOS E SOCIAIS : EDUCACAO.....	80
CONFLITOS ECONOMICOS E SOCIAIS : COTAS RACIAIS.....	84
CRIMES SEXUAIS:ESTUPRO.....	86
CONFLITOS ECONOMICOS E SOCIAIS : REFORMA AGRÁRIA.....	88
<b>7º Período – Noturno.....</b>	<b>90</b>
AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES BRASILEIRAS - FAMÍLIA MULTIFACETADA BRASILEIRA.....	92
ADOÇÃO UNILATERAL.....	93
GUARDA COMPARTILHADA.....	94
ALIENAÇÃO PARENTAL.....	95
A MEDIAÇÃO NO ÂMBITO DO DIREITO DAS FAMÍLIAS.....	96
RESPONSABILIDADE AVOENGA NA OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS.....	97
ACESSO A JUSTIÇA: DILEMAS DO DIREITO DE FAMÍLIA.....	98
ACESSO A JUSTIÇA: DILEMAS DO DIREITO DE FAMÍLIA.....	99
ACESSO A JUSTIÇA: DILEMAS DO DIREITO DE FAMÍLIA.....	100
ACESSO A JUSTIÇA: DILEMAS DO DIREITO DE FAMÍLIA.....	101
ACESSO A JUSTIÇA: DILEMAS DO DIREITO DE FAMÍLIA.....	102
ACESSO A JUSTIÇA: DILEMAS DO DIREITO DE FAMÍLIA.....	103
JURISDIÇÃO E JUSTIÇA: O ACESSO A JUSTIÇA: A BUROCRACIA JUDICIÁRIA E PRECARIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	104
JURISDIÇÃO E JUSTIÇA: O ACESSO A JUSTIÇA: A BUROCRACIA JUDICIÁRIA E PRECARIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	105

JURISDIÇÃO E JUSTIÇA: O ACESSO A JUSTIÇA: A BUROCRACIA JUDICIÁRIA E PRECARIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	107
JURISDIÇÃO E JUSTIÇA: O ACESSO A JUSTIÇA: A BUROCRACIA JUDICIÁRIA E PRECARIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	109
JURISDIÇÃO E JUSTIÇA: O ACESSO A JUSTIÇA: A BUROCRACIA JUDICIÁRIA E PRECARIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	110
JURISDIÇÃO E JUSTIÇA: O ACESSO A JUSTIÇA: A BUROCRACIA JUDICIÁRIA E PRECARIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	111
JURISDIÇÃO E JUSTIÇA: O ACESSO A JUSTIÇA: A BUROCRACIA JUDICIÁRIA E PRECARIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	112

## **Apresentação**

O Ateliê Técnico-Científico da Faculdade Doctum de Vitória/ES - Rede de Ensino Doctum, caracteriza-se como um fórum de compartilhamento dos conhecimentos produzidos nos *Grupos de Leitura Supervisionada - GRULES*. Busca aprofundar os aspectos teóricos dos conteúdos abordados em sala de aula ao longo do semestre letivo, consolidando as bases científicas estruturadas pelo *Grupo Docente Interdisciplinar (GDI)* em cada um dos cursos de graduação da nossa unidade. Deste modo, pretende-se estimular o pensamento crítico do corpo docente e discente, além de fomentar a produção científica; proporcionando o desenvolvimento de uma massa crítica, aprofundamento teórico e motivando a autonomia e nova percepção da realidade pelo aluno.



## PLANO DE TRABALHO

Curso: <b>Direito</b>	<b>1º Período – Diurno</b>
Tema: <b>Direitos Humanos Fundamentais</b>	Eixo(s): <b>DEMOCRACIA E CIDADANIA.</b>
Subtema: <b>IDENTIFICANDO A DIFERENÇA: AS PECULIARIDADES DO MUNDO JURÍDICO</b>	
Componentes Curriculares Envolvidas:	<b>Formação geral, metodologia da pesquisa, ciência política, antropologia e Introdução ao Estudo do Direito. Integradora I.</b>

### **Justificativa**

O primeiro contato com o ensino superior deve pretender reconstruir a compreensão do educando, (re)apresentado-o à diversidade, em suas diversas dimensões, da realidade, sobretudo, local, na qual o jurista exerce suas atividades. Neste sentido, o tema apresentado tem o propósito de despertar a consciência para as diversas formas que a relação do humano com a realidade que o circunda podem assumir. Trata-se, por assim dizer, de um choque de realidade, que objetiva expandir os horizontes e promover a compreensão de que é na diferença que reside grande parte do trabalho de afirmação das normas jurídicas, cuja pretensão formal é de generalidade.

No 1º período do curso, o aluno, à medida que é confrontado com a diversidade, sobretudo antropológica de uma comunidade jurídica, estuda as diversas formas de organização destas comunidades (Ciência política - com ênfase em Teoria Geral do Estado), aprende a operacionalizar instrumentos como a linguagem, em suas diversas acepções, sem as quais os processos comunicativos restariam prejudicados (Formação Geral) e, também, inicia-se no estudo da Direito (IED I), forma tradicional das sociedades ocidentais de regular as relações sociais.

Os “produtos” - da pesquisa e da extensão - esperados são, portanto, consentâneos com o início de um processo de reconstrução dos conceitos do ingressante, bem como

com suas experiências e conhecimentos prévios.

## Objetivos

Objetivo Geral: Pesquisa: Fichamento e Resenha Crítica.  
Extensão: paródia e, visita técnica com relatório.

Objetivos Específicos: Identificar as diferentes áreas de atuação do profissional do direito.

## Metodologia

Visita técnica. Pesquisa teórica. Resenha crítica.

## Avaliação

## Cronograma

Atividade:	Fichamento.	Data de Entrega:	14/06/2018
	Paródia		15/06/2018
	visita técnica		30/05/2018

## Referências

"O Criminalista". Bittencourt, Vinícius.

**Identificando a diferença e as peculiaridades do mundo jurídico. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. ESTUDO DE CASO ARACELI**

*Marcelo Lima Ribeiro e Tatiane dos Santos Carlini*

*1º Período -*

Esta apresentação tem como objetivo tratar questões do abuso sexual de menores, através de uma reflexão do caso Araceli, levando em consideração a perspectiva da acusação e da defesa. Através de fatos concretos, depoimentos, notícias da época e documentários.

Apresentação se divide em duas etapas: A descrição do caso e demonstração da legislação vigente e de programas governamentais de proteção à criança e adolescentes vítima de abuso e exploração sexual. O caso Araceli marcou o início de combate à exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. No ano de 2000 foi estabelecida a data de 18 de maio como dia nacional dessa luta, pois foi nesta data no ano de 1973 ocorreu o crime bárbaro contra a menina Araceli de apenas 8 (oito) anos. Na ocasião, Araceli foi raptada, drogada, estuprada, morta e desfigurada com ácido por jovens de classe média alta. Até hoje o crime está impune.

DIREITOS FUNDAMENTAIS.

---

*Orientação LETICIA DE OLIVEIRA RIBEIRO*

**Identificando a diferença e as peculiaridades do mundo jurídico.  
Direitos Humanos e Direitos Fundamentais na atuação do Oficial de Justiça.**

*Marcelo Lima Ribeiro e Tatiane dos Santos Carlini*

*1º Período -*

O trabalho tem como objetivo analisar as responsabilidades e as dificuldades do Oficial de Justiça no cumprimento de sua função, bem como à relevância de sua atuação para a sociedade. Realizando um paralelo com o livro “O Criminalista” no qual exemplifica uma das atribuições da profissão e as dificuldades enfrentadas no seu cumprimento. Ressaltando que o profissional deve atuar em conformidade com as normas de Direitos Humanos (respeito à pessoa e a dignidade humana) e Direitos Fundamentais (não-discriminação de qualquer tipo, impessoalidade e legalidade).

A resenha será construída a partir da entrevista realizada com o Oficial de Justiça, no qual serão abordadas atribuições, dificuldades e importância para a sociedade. E, também da pesquisa realizada na legislação vigente e da análise do livro “O Criminalista”.

No livro “O Criminalista” é possível observar a ação do Oficial de Justiça, no mandado de prisão ao acusado Jorge Muniz. E também em sua presença nas audiências no decorrer do caso, para coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.

PROFISSÃO JURÍDICA. OFICIAL JUSTIÇA. CONHECENDO O DIREITO.

---

*Orientação LETICIA DE OLIVEIRA RIBEIRO*

**Identificando a diferença e as peculiaridades do mundo jurídico.  
Direitos Humanos e Direitos Fundamentais na atuação do Escrivão.**

*Amanda Tetzner Santos, Douglas Nunes Costa, Isabella Rangel Costa, Julia Bazani  
Ferreira, Leonardo Epifanio Vitoria, Maycon Wagner Borges da Silva, Nathalia Laurindo  
Folador.*

*1º Período -*

Sua função é documentar e acompanhar o desenvolvimento de processos policiais. Ele materializa os atos de Polícia Judiciária definidos na esfera de sua competência funcional pelo Código de Processo Penal e por outras normas que regem essa atividade, inclusive técnicas e éticas.

O profissional é responsável pela formalização do Inquérito Policial, ou pela documentação do mesmo. Tudo o que acontece no Inquérito deve ser “colocado no papel” pelo Escrivão. O profissional pode ser graduado em ensino superior em qualquer área e seu trabalho é de suma importância no andamento dos processos e depoimentos na delegacia.

Suas atribuições são assessorar, executar e controlar os trabalhos relacionados à formalização dos atos de Polícia Judiciária por determinação e orientação da Autoridade Policial a que estiver subordinado nos inquéritos policiais, sindicâncias e processos administrativos disciplinares; expedir certidões de ofício e mediante requerimento deferido pela Autoridade Policial.

Trata-se de um trabalho burocrático, de organização. O profissional deve possuir capacidade de identificar e lidar com problemas simultaneamente, discriminando partes de um todo, englobando-as em uma percepção geral. É preciso ser atento, possuir boa memória e raciocínio lógico. Além da capacidade para estabelecer relacionamentos interpessoais de forma cortês, criando um clima de confiança, cordialidade e respeito mútuo.

CONHECENDO DIREITO. CRIMINALISTA. ESCRIVÃO.

---

*Orientação LETICIA DE OLIVEIRA RIBEIRO*

**Identificando a diferença e as peculiaridades do mundo jurídico.  
Direitos Humanos e Direitos Fundamentais na atuação do juiz.**

*Ana Flávia Batiston, Davi Mendes Ventura, Débora Rangel, Diana Pires, Higor Silva de Lima Almeida, Lavinia Marback, Renato Ferreira, Taynara Amaral Barbedo e Vitor Sunderhuss Andrião.*

*1º Período -*

Espera-se que nesse texto o leitor possa encontrar detalhes sobre os objetivos, materiais e os métodos utilizados, bem como os resultados e as conclusões do trabalho, de tal forma que este possa, inclusive, dispensar a consulta a algum outro manuscrito mais extenso.

CONHECENDO O DIREITO. CRIMINALISTA. JUIZ

**Identificando a diferença e as peculiaridades do mundo jurídico. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais na atuação do Delegado.**

*Brenda Rodrigues da Silva, Jamile de Almeida Gomes, Jhenifer Rosa de Freitas, Jhenyff Jesus da Silva, Leticia Boa Morte Poncio Rodrigues.*

*1º Período -*

O livro Criminalista deu ao grupo uma base do mundo jurídico mostrando em uma obra feita por um advogado capixaba que mostra de forma lúdica como um advogado pode usar as leis e normas para defender o que quer e cometer crimes sem ser pego por ninguém.

Tendo em vista que o delegado é responsável pelo primeiro interrogatório e pela primeira visão do crime, podemos afirmar que ele dá ao juiz a base de como o réu deve ser julgado, introduzindo seu trabalho e investigando como e o porquê do crime ser investigado, levando ao tribunal o depoimento narrando ou omitindo o crime, sendo assim, o delegado pode dar a “primeira sentença”, guiando o trâmite do processo até o tribunal.

No livro o delegado tem um depoimento do réu que nega seus crimes e demonstra um sentimento de tristeza, isso leva a população e até o próprio tribunal acreditar na inocência do julgado, baseando-se em sua carreira e história dentro dos tribunais. Provando assim o que já foi dito anteriormente: o primeiro depoimento colhido pelo delegado é base do julgamento.

CONHECENDO O DIREITO. CRIMINALISTA. ATUAÇÃO DO DELEGADO

---

*Orientação leticia de oliveira ribeiro*

**IDENTIFICANDO A DIFERENÇA E AS PECULIARIDADES DO MUNDO JURÍDICO.****Dia Internacional do combate ao abuso e exploração sexual da criança e do adolescente. Caso Araceli: Na perspectiva da proteção integral e do ECRIAD.**

*Eduardo Carvalho Lima do Nascimento, Jhenyff Jesus da Silva, Karini Cubani Tolentino, Thamires Marques dos Santos e Thiago Oliveira Alves de Morais.*

*1º Período -*

O dia Nacional do Combate ao Abuso Sexual Infanto-Juvenil é uma homenagem à pequena Araceli, assassinada brutalmente em 18/05/1973. A menina tinha apenas 8 anos quando foi raptada, drogada, estuprada e morta. Partindo do pressuposto do princípio de proteção integral, de acordo com o artigo 227, da Constituição Federal, compete a família, sociedade e Estado assegurar a criança, ao adolescente e ao jovem. Cabe a essa tríade priorizar “[...] o direito à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Com o rompimento de fundamentais obrigações para com a criança, o adolescente e o jovem, colocam-se em risco a integridade física, psicológica, emocional destes. De acordo com o livro: “Araceli, meu amor”, de José Louzeiro, afirma que a mãe da menina foi, indiretamente, a causadora do crime hediondo, a partir do momento em que usou a própria filha como “mula” para entregar drogas em um edifício em construção, para ser mais exato no oitavo andar, onde a meninas se encontrou com Paulinho Helal, Dantinho e outros, que se drogavam. Depois deste dia, Araceli nunca mais foi vista. Lola Sánches, a mãe de Araceli, contribuiu para que a menina fosse espancada, estuprada, drogada, morta e tivesse a desfiguração do seu corpo, com mais ênfase no rosto.

Como assegurar a segurança dessa menina, se nem mesmo a sociedade está segura tendo como representantes públicos pessoas tão cruéis e corrompidas? Dante Barros Michelinini era um influente exportador de café e Paulinho filho de Constantte Helal, membro da Maçonaria Capixaba, eles tiveram o apoio da polícia civil e do judiciário, que impediu a apuração do crime e o julgamento dos acusados. Quem ousou se manifestar contrário a eles eram mortos. Silenciaram a sociedade, impuseram medo e opressão. Mesmo sendo os principais suspeitos e havendo testemunhas contra eles,



jamais foram condenados pela morte de Araceli, um relato de José Louzeiro. O caso produziu 14 mortes, todos possíveis testemunhas, alvos de tentativa de queima de arquivo.

ESTUDO CASO ARACELI. ECRÍAD.

---

*Orientação LETÍCIA DE OLIVEIRA RIBEIRO*

**Direitos Humanos e Direitos Fundamentais na extensão do caso Araceli:  
Denúncia, procedimento, pericia e proteção.**

*Nome: Ana Clara Moreira Nascimento, Alciney de Oliveira Rodrigues, Igor Cichoni Valadão Almeida, Samuel Gonçalves de Carvalho, Thamyrez Fernandes Limas dos Santos.*

*1º Período -*

Baseado nas informações do caso Araceli, em que a vítima foi seqüestrada, drogada, estuprada e assassinada, iremos a partir deste citar formas de denúncia, procedimentos, pericia e proteção a criança e ao adolescente vítima de crimes sexuais. Conforme o estatuto da criança e do adolescente, que tem como objetivo assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Todavia, proceder com a denúncia para que possa dar continuidade com as demais etapas de procedimento para que as autoridades competentes ao caso possam atuar conforme rege a lei.

ESTUDO DE CASO ARACELI.

---

*Orientação letícia de oliveira ribeiro*

**Identificando a diferença e as peculiaridades do mundo Jurídico. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais na atuação do Promotor de Justiça.**

*Ana Clara Moreira Nascimento, Alciney De Oliveira Rodrigues, Eduardo de Carvalho Lima do Nascimento, Igor Cichoni Valadão Almeida, Karini Curbani Tolentino, Samuel Gonçalves de Carvalho, Thamires Marques Dos Santos, Thamyrez Fernandes Lima Dos Santos e Thiago Oliveira Alves De Moraes.*

*1º Período -*

A partir da análise do livro, é possível identificar, a grosso modo, a área de atuação do Promotor de Justiça. O romance de Vinícius Bittencourt, inicia-se com o julgamento do advogado criminalista Jorge Muniz , acusado de Uxoricídio. Durante o julgamento, é possível observar, mesmo que indiretamente a posição do promotor, que na expectativa de uma possível negação do réu, alegando inocência, ele já tinha em mãos, seu questionário baseado nas provas colidas no crime, na qual, o réu era acusado. O romance é repleto de mistérios e entrelinhas que torna o livro prazeroso de se ler, além disso, nos permite analisar o exercício de algumas profissões jurídicas no decorrer da história como o Promotor de Justiça, o Juiz , o Advogado, o Delegado e os Policiais.

CONHECENDO O DIREITO. MUNDO JURÍDICO.

---

*Orientação LETÍCIA DE OLIVEIRA RIBEIRO*

**Subtema Central do Grupo.**

**Direitos Humanos e Direitos Fundamentais no caso Araceli: Dificuldade na efetivação da política pública de proteção a criança e adolescente.**

*Arthur Alvarenga da Rocha, João Victor Rosa do Vale Nazaret, Leandro da Gloria Lelles, Lohana Caitano dos Santos, Sandro Vinicius Pinto Júnior, Schenia Siqueira Cezar.*

*1º Período -*

Espera-se que nesse texto o leitor possa encontrar detalhes sobre os objetivos, materiais e os métodos utilizados, bem como os resultados e as conclusões do trabalho, de tal forma que esta possa, inclusive, dispensar a consulta a algum outro manuscrito mais extenso.

ESTUDO CASO ARACELI. EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

---

*Orientação LETÍCIA DE OLIVEIRA RIBEIRO*

**Identificando a diferença e as peculiaridades do mundo jurídico.  
Caso Araceli: Rede de Proteção**

*Débora Rangel, Douglas Nunes Costa, Higor Almeida, Leonardo Epifanio Vitoria,  
Maycon Wagner Borges da Silva.*

1º Período -

“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”, diz o Art. 5º, Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa frase traduz todo o trabalho da equipe da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). A unidade, que foi criada no dia 8 de julho de 1993, é responsável por apurar os crimes cometidos contra as crianças e adolescentes, nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana, totalizando atendimentos para mais de 600 bairros. De acordo com o titular da DPCA, que atua na unidade desde 2008, delegado Marcelo Nolasco, de 2008 a 2010 foram 3.530 boletins de ocorrência lavrados na Delegacia e 700 inquéritos policiais instaurados. Atualmente, a DPCA conta com atuação de um delegado, 16 policiais, quatro agentes e quatro escrivães. Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente  
Horário de Funcionamento: Segunda a Sexta-feira, de 8h às 18 horas  
Telefone: (27) 3132 1916 - 3132 1917  
Endereço: Rua Lisandro Nicoletti, s/nº (Em frente à pracinha de Jucutuquara), Jucutuquara, Vitória.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
Criado pela Lei Municipal 3.751/91, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Concav) tem como objetivo formular, deliberar e controlar as políticas de atendimento a crianças e adolescentes em Vitória. No âmbito municipal, o Concav deve definir as ações públicas de proteção integral à criança e ao adolescente e divulgar a política de atendimento estabelecida no Estatuto

da Criança e do Adolescente (ECA).

Além disso, o conselho é o órgão responsável pela gestão do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA), definindo os critérios de aplicação dos recursos financeiros recebidos.

Composição. O Concav é composto por 12 membros: seis representantes de instituições da sociedade civil de atenção a crianças e adolescentes, nas áreas de defesa, atendimento, estudos e pesquisas; e seis representantes do poder público, sendo das secretarias municipais de Assistência Social; Cultura; Educação; Esportes e Lazer; Gestão Estratégica; Meio Ambiente e Saúde. O mandato é de três anos.

### Escolas

É lei: o professor e demais profissionais das redes públicas e particulares de ensino têm a responsabilidade de comunicar às autoridades competentes qualquer caso suspeito de violência ou maus-tratos contra estudantes com menos de 18 anos. Esta determinação está prevista no artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90). Mas, para exercer de forma eficaz este papel de vigilância, o corpo docente precisa estar capacitado para reconhecer os sinais de que a criança pode estar sendo vítima de violência – em especial nas situações de cunho sexual. O Governo Federal desenvolve desde 2004 o Projeto Escola que Protege (EqP) por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (MEC). A iniciativa está inserida na agenda de promoção e disseminação dos direitos humanos no espaço escolar, dialogando com outros projetos, como o “Educação em Direitos” e o “Gênero e Diversidade Sexual”. O objetivo é combater as diferentes formas de discriminação vivenciadas no ambiente da escola, como a étnico-racial, de gênero e de orientação sexual. O trabalho de qualificação de professores é realizado por universidades selecionadas pelo Ministério da Educação (MEC).

### POSTOS DE SAÚDE

Segundo a referência técnica da Vigilância Estadual de Prevenção de Acidentes e Violências, Edleusa Cupertino, no Espírito Santo a notificação aumentou a partir de 2013, desde que as equipes de saúde intensificaram o olhar sobre a violência a partir da implantação da Linha de Cuidados de crianças e adolescentes e suas famílias em situação de violência.

“O número de profissionais, bem como os serviços de saúde que estão atentos e

observando casos e suspeitas de violência está aumentando. No entanto, ainda é pouco e é preciso sensibilizar ainda mais sobre a importância da notificação, para que possamos enxergar além das patologias geradas, visualizando a ocorrência que trouxe a vítima ao serviço de saúde. Dessa forma, além de cuidar da saúde imediata das vítimas, com a notificação, a saúde pode também proteger a vítima e acionar os órgãos de proteção competentes, como o Conselho Tutelar e evitar que ocorram outras violências, muitas vezes mais graves ainda”, explica Edleusa. De acordo com a referência técnica, como o trabalho dos agentes de saúde inclui ir às residências, eles podem observar indícios de violência e devem notificar à sua equipe de Saúde da Família quaisquer suspeitas. “Na Saúde, temos protocolos de prevenção e promoção de saúde a cumprir e construímos políticas juntos a outros gestores para melhorar a vida das pessoas”, disse Edleusa Cupertino.

Para notificar os casos de violência, utiliza-se a Ficha de Notificação de Violência, um formulário desenvolvido pelo Ministério da Saúde e usado em âmbito nacional e intersetorialmente. Segundo Edleusa, esse formulário deve ser preenchido por todo profissional de saúde que esteja diante de uma situação de violência, mesmo que seja apenas um caso suspeito. Ainda de acordo com a referência técnica da Vigilância Estadual de Prevenção de Acidentes e Violências, a ficha sofreu alterações e o novo formato ainda será lançado oficialmente pelo Ministério da Saúde (MS), mas já começou a ser usado por estados e municípios. “É importante ressaltar que o município que mais notifica não é necessariamente o mais violento, mas é, sim, o que mais cuida de sua população”, afirma Edleusa. Ela salienta que a população também ajude a proteger crianças e adolescentes fazendo sua denúncia anonimamente pelo serviço Disque 100

ESTUDO CASO ARACELI. VIOLÊNCIA SEXUAL.

**Direitos Humanos e Direitos Fundamentais no estudo do caso da Araceli: Estupro e Violência Sexual Contra Vulnerável.**

*Alana Silva dos Santos, Sarah Batista Nascimento, Vittória Dias Augusto, Youssef Henriques Alcure, Valeska Silva Pereira.*

*1º Período -*

No seminário, os objetivos serão: apresentar estatísticas de ocorrência do crime no Brasil, lugares com maior e menor ocorrência, possíveis motivações do ato, análise das semelhanças dos casos em busca de um padrão de maior acontecimento, prejuízos à vítima além do ato em si, informações legislativas sobre o crime e procedimentos judiciários.

Sendo assim, visa-se no trabalho identificar as problemáticas envolvidas na prática do crime de violência sexual contra vulneráveis, motivos e consequências, ou seja, analisar o antes, durante e depois do ato.

Portanto, informaremos mais sobre o assunto, que apesar da alta ocorrência, ainda é um tabu na sociedade, onde a única maneira de “combater” esse crime tão pejorativo e entendendo-o mais. Dessa maneira, busca-se o benefício das vítimas e também das possíveis vítimas, que precisam ser entendidas e terem alternativas de ajuda, onde alcançaremos somente bem informados sobre o assunto.

ESTUDO DE CASO ARACELI.

---

*Orientação letícia de oliveira ribeiro*



**IDENTIFICANDO AS DIFERENÇAS E AS PECULIARIDADES DO MUNDO JURÍDICO: DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ATUAÇÃO DO ADVOGADO.**

*ALANA SILVA DOS SANTOS, SARAH BATISTA NASCIMENTO, VITÓRIA DIAS AUGUSTO, YOUSSEF HENRIQUE ALCURE.*

*1º Período -*

NO TEXTO, FUNÇÃO DO ADVOGADO TANTO PROFISSIONAL QUANTO SOCIAL, ÁREAS E MANEIRA DE ATUAÇÃO, FORMA DE GRADUAÇÃO, SALÁRIO E APOSENTADORIA, EXPLICITANDO-LOS. NO LIVRO: CRÍTICA SOBRE A PROFISSÃO, PODENDO-SE EXTRAIR ALGUNS PROBLEMAS QUE SÃO COMUNS DE ENFRENTAMENTO DESSE PROFISSIONAL, COMO POR EXEMPLO, A INFLUÊNCIA E A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE OS CASOS QUE TOMAM GRANDES PROPORÇÕES E A CORRUPÇÃO OU FALTA DE ÉTICA EXISTENTE NESTA ÁREA, QUE VAI CONTRA OS PRINCÍPIOS DO DIREITO

CONHECENDO A PROFISSÃO JURÍDICA. CRIMINALISTA. ADVOGADO

---

*Orientação LETÍCIA DE OLIVEIRA RIBEIRO*

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Direito	1º Período – Noturno
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Cidadania e Direitos Humanos
Subtema: O Caso Araceli Crespo e os Direitos Humanos	
Componentes Curriculares Envolvidas: Projeto Integrador I, Antropologia, Ciência Política e Introdução ao Estudo do Direito I	

### Justificativa

Em conformidade com o PPC do Curso de Direito da Faculdade Doctum de Vitória – Doctum, defende-se que o curso de Direito se apresenta como um importante veículo de conhecimento acerca das instituições jurídico-políticas que constituem o Estado Democrático de Direito a ser implantado conforme a Constituição da República de 1988. A concepção pedagógica que norteia o ensino jurídico não pode jamais estar dissociada das noções de cidadania e democracia, sendo este o norte desta IES, no tocante a seu curso de Direito. (ppc, Curso de Direito, Faculdade Doctum de Vitória).

Nesse sentido, e em conformidade com a missão institucional - “transformar vidas das pessoas pela educação” -, pretende-se a formação, no caso do curso de Direito, de um jurista apto a desenvolver múltiplas tarefas de acordo com a complexidade da realidade das relações sociais atuais, numa perspectiva em que associe e relacione o conceito de Direito, Democracia e Cidadania.

A formação pretendida perpassa pela composição plural e dialética reconhecida na Constituição da República de 1988, numa escolha da tutela da pessoa humana. Deste modo, temas como o multiculturalismo, a democracia, os direitos humanos, a preservação ambiental, a diversidade (étnica, de gênero, racial, etc.), bem como a inserção local do aluno, esta última tanto profissional quanto existencial, são referenciais para a formação do alunado. Para tanto, as práticas de ensino, capitaneadas pelo Projeto Integrador; pesquisa, aliada aos Grupos de Leitura

Supervisionada (GRULES), e; extensão, na qual o retorno à comunidade é normalmente limitado à Prática Jurídica desenvolvido no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), mas que não deve se restringir a ele, devem estar alinhadas aos temas transversais indispensáveis à formação do jurista, bem como unidas entre si em processos de ensino-aprendizagem integrais.

---

## **Objetivos**

---

Objetivo Geral: Verificar a aplicação dos conceitos relacionados aos Direitos Humanos e Garantias Fundamentais com o caso da menina Araceli Crespo, que levou o dia de sua morte a se tornar Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

---

Objetivos Específicos: ANTROPOLOGIA: analisar questões antropológicas ligadas ao caso.

CIÊNCIA POLÍTICA: levantar a formulação de políticas de proteção a crianças e adolescentes.

IED I: verificar a legislação pertinente ao caso.

PROJETO INTEGRADOR: fomentar e organizar a preparação e apresentação do trabalho.

---

---

## **Metodologia**

---

O trabalho será desenvolvido a partir de pesquisa teórica – revisional bibliográfica, que culminará na elaboração de apresentação em slides. Ao final do semestre pretende-se socializar o material produzido em apresentação oral no Ateliê Científico.

---

---

## **Avaliação**

---

---

## **Cronograma**

---

Atividade:	Leitura de documentos	Data de Entrega:	03/04/2018
	Preparação dos slides		16/05/2018
	Apresentação oral		04/06/2016

---

---

## **Referências**

---

BONTEMPO, D, BOSETTI, E., CÉSAR, M.A. e LEAL, M.L.P. Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes no Brasil. Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995.

---

### **CRIMES SEXUAL CONTRA VULNERÁVEL E ESTUPRO**

*Daniele Ferrari Vieira, Dhiullyanna Shara, Maiara Celina Rosa, Nathalia Caron Barbosa,  
Robert Storch Pereira, Rosicléia Amorim Da Costa, Stephanie Taylor Diniz*

*1º Período -*

O trabalho tem como objetivo principal expor a criminalidade sexual contra vulnerável e estupro. Através do levantamento de dados, informações e definições serão estabelecidas as características e incidentes dos estupros no estado do Espírito Santo. Os pilares do estudo serão as diferenciações do estupro, do crime, da violência sexual e dos aspectos jurídicos. Nele, serão pontuados os principais perfis dos praticantes desses delitos e formas, majoritariamente eficazes, de educação, prevenção e punição dos acusados.

Estupro - Aspectos jurídicos. Crime sexual – Violência sexual. Vulnerável.

---

*Orientação José Eduardo Balikian*

## FORMAS DE VIOLÊNCIA

*Aghata Coimbra Cedro, Fabiana de Souza Ribeiro, Jônathas Ramos Nascimento, Juliana Lima Farias, Lourryan Felipe Dias de Souza, William Nunes dos Santos.*

*1º Período -*

Em se tratando do assunto violência contra crianças, e as grandes polêmicas que norteiam esse delicado tema, pode-se analisar as tipificações de violência sofridas no caso Araceli Cabrera Crespo, menina de 8 anos que foi violentada de forma física, psicológica, sexual e de negligência, em Vitória no estado do Espírito Santo na década de 70. Araceli foi sequestrada, dopada, esganada, espancada e estuprada, após sair da escola sozinha com destino a sua casa. Dados da perícia inteiram que ela tinha marcas de dentadas em seus seios, barriga, região pubiana e seu queixo deslocado, o que caracteriza algumas formas de violência, dentre as outras que se evidenciam ao longo do discorrer do caso.

Violência. Araceli. Negligência.

---

*Orientação José Eduardo Balikian*

## **DIFICULDADES NA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E AO ADOLESCENTES**

*Amanda Littig Farias, Andre Aguiar de Souza, Bruno Pinto Daleprane, Daniel dos Santos Lebarc, Debora Souza dos Santos Bretas, Gabriel Peres de Oliveira, Maxcielle Tigre Belshoff, Thalisson Marcos de Oliveira Banhos, Thayna Costa Nascimento*

*1º Período -*

Esta pesquisa mostra a dificuldade de efetivação de Políticas Públicas de Proteção à Criança e ao Adolescente, abordando o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - como ferramenta de amparo e proteção. A partir da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, os menores de 18 anos foram entendidos como sujeitos de direitos, um processo marcado por transformações ocorridas no Estado, na sociedade e na família, definido através do art. 227, que as crianças e os adolescentes, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte do Estado, da sociedade e da família. A garantia desses direitos independe da situação legal da relação dos pais das crianças e dos adolescentes, de sua origem social ou condição econômica. O ECA vem assegurar todas as oportunidades e facilidades, com a finalidade de facultar o desenvolvimento físico, moral, mental, espiritual e social, como também quebrar velhos paradigmas que orientavam as ações sobre o tema. Vale ressaltar que a legislação brasileira garante direitos sociais para todo cidadão e para que esses direitos sejam efetivamente assegurados são necessárias políticas públicas consistentes.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Criança, Adolescente.

---

*Orientação José Eduardo Balikian*

## **DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A CRIANÇA**

*Bárbara Barcelos Lima Silva, Charles Pereira Schwambach, Cremildes Pereira Nascimento, Jerônimo Gonçalves da Cunha, Marinalda de Fátima Pereira, Nathália de Oliveira Campos, Rogério Domingos de Andrade e Romário de Moraes Aurélio.*

*1º Período -*

Este trabalho trata de um pequeno relato acerca da violência contra a mulher, que em nossos dias vem crescendo de forma alarmante, uma vez que a cada noticiário vemos relatos de violência contra a mulher, e também contra a criança, ferindo assim todas as normas e leis dos Direitos Humanos. Situação esta que fere a dignidade humana dos envolvidos, que ficam vulneráveis quando está dentro do recinto familiar, local este onde a violência sempre acontece. Vamos mostrar neste trabalho, que algumas ações do poder público Nacional e Internacional, através de suas agencias de proteção a dignidade da pessoa humana, trazer um alento ainda que timidamente, mas com ações de punir estes casos de degradação e violência que estas pessoas estão sendo exposta.

Violência contra a Mulher; Direitos Humanos; Direito das Crianças.

---

*Orientação José Eduardo Balikian*



**O CASO ARACELI CRESPO**

*Antônio Carlos, André Luiz, Alef Franco, Daniel Braum, James Dias, Lucimar Rangel*

*1º Período -*

Este trabalho é referente ao caso da menor Araceli Cabrera Crespo, foi um fato que aconteceu que criou o dia nacional de combate ao abuso sexual contra crianças, essa menina tinha 8 anos quando foi raptada, drogada, estuprada coletivamente, morta e carbonizada pelos agressores. No dia 18 de maio de 1973 foi comunicado a policia o seu desaparecimento. Após o comunicado a policia começou a investigar o paradeiro dessa menina que foi vista pela ultima vez por um adolescente em um bar brincando com um gato entre o cruzamento das avenidas Ferreira Coelho e Cesar Hilal, em vitória, que fica poucos minutos da escola onde a menina estudava. Segundo esse adolescente a menina não tinha entrado no coletivo, conforme a sua mãe havia lhe recomendado, para que ela saísse mais cedo da escola por conta do horário do ônibus. Depois disso Araceli não foi mais vista. No dia 24 de maio o corpo de uma criança foi encontrado desfigurado e avançado estado de decomposição em uma mata atrás do hospital infantil, em vitória, inicialmente o pai de Araceli reconheceu o corpo como sendo da menina, mas no dia seguinte ele negou dizendo que o corpo não era da filha desaparecida, meses depois após exames foi constatado que o corpo era mesmo de Araceli. Durante as investigações a justiça chegou a três principais suspeitos, Dante de Barros Michelini (O Dantinho), Dante de Brito Michelini (pai de Dantinho) e Paulo Constanteen Helal, todos membros de tradicionais e influentes famílias do Espírito Santo. A versão da morte da menina apresentada pela acusação, afirma que Araceli foi raptada por Paulo Helal após sair da escola no bar, no mesmo dia a menina teria sido levada para o então bar Franciscano, que pertencia a Dante Michelini. Lá ela teria sido estuprada, mantida em cárcere privado sob efeito de drogas, por causa do excesso de drogas Araceli entrou em coma e foi levada para o hospital aonde já chegou morta, segundo essa versão, Paulo Helal e Dantinho jogaram o corpo da menina em uma mata atrás do hospital. Ainda segundo a justiça Dante Michelini usou sua influência com a policia capixaba para dificultar o trabalho da policia. Além disso, várias testemunhas do processo morreram durante as investigações. Durante o julgamento

Dantinho e Paulo Helal negaram conhecer Araceli ou qualquer outro membro da família dela. Em 1980 o Juiz Hilton Silly sentenciou Paulo e Dantinho a 18 anos de reclusão, Dante Michelini foi condenado a 5 anos de reclusão, os acusados recorreram da decisão e o caso voltou a ser investigado. O tribunal de Justiça do Espírito Santo anulou a sentença, o Juiz Paulo Copolilo gastou 5 anos para estudar o processo e por falta de provas contundentes os principais acusados foram absolvidos.

Caso Araceli. Violência. Direito.

---

*Orientação José Eduardo Balikian*

## DENÚNCIA NO CASO ARACELI CRESPO: PROCEDIMENTO, PERÍCIA E PROTEÇÃO

*Charlison Melo Guimarães, Elvis Jubini Sebastião, Gabriel Inácio Cabral, Jamires Monteiro dos Passos, Julia Tinoco Sant'Anna de Oliveira, Matheus de Souza Fernandes, Pollyana da Silva Barreto, Reginaldo dos Anjos Santos, Sarah Gonçalves Botelho.*

*1º Período -*

Este trabalho trata da denúncia, procedimento, perícia e proteção do caso da menina Araceli Cabrera Sanchez Crespo. Seu corpo foi encontrado em maio de 1973 em um matagal próximo ao hospital Infantil de Vitória – ES. O Inquérito policial foi instaurado no mesmo dia em que foi encontrada. Ao final do inquérito, em junho de 1977 e, logo depois, em 18 de agosto de 1977, os possíveis suspeitos, Paulo Constanteen Helal, Dante Brito Michelini e Dante de Barros Michelini, foram indiciados e requerido a custódia preventiva. O procedimento desenvolvia em ritmo lento por falta de recursos operacionais e ordem técnica por parte dos órgãos policiais locais, que, tiveram que recorrer ao Departamento de polícia Federal e a Segurança Pública do Estado de Guanabara. Mesmo com a fragilidade das provas, o laudo indicou a morte de Araceli como Intoxicação por barbitúricos. (uma substância química). A proteção do caso de Araceli foi prejudicada devido a incompetência e despreparo das polícias competentes e dos órgãos responsáveis pelo caso. Até hoje, há um clamor da sociedade por justiça e, afirmando a impunidade. A falta de proteção às testemunhas; às provas; ao local do crime, foi determinante ao esclarecimento real dos fatos.

Araceli, impunidade, justiça, denuncia.

---

*Orientação José Eduardo Balikian*

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Direito	<b>2º Período – Noturno</b>
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Direito, Democracia e Cidadania
Subtema: Reconhecendo a diferença: as peculiaridades do universo jurídico.	
Componentes Curriculares Envolvidas: Projeto Integrador II, Introdução ao Estudo do Direito II, Teoria da Constituição	

### Justificativa

Em conformidade com o PPC do Curso de Direito da Faculdade Doctum de Vitória – Doctum, defende-se que o curso de Direito se apresenta como um importante veículo de conhecimento acerca das instituições jurídico-políticas que constituem o Estado Democrático de Direito a ser implantado conforme a Constituição da República de 1988. A concepção pedagógica que norteia o ensino jurídico não pode jamais estar dissociada das noções de cidadania e democracia, sendo este o norte desta IES, no tocante a seu curso de Direito. (ppc, Curso de Direito, Faculdade Doctum de Vitória).

Nesse sentido, e em conformidade com a missão institucional - “transformar vidas das pessoas pela educação” -, pretende-se a formação, no caso do curso de Direito, de um jurista apto a desenvolver múltiplas tarefas de acordo com a complexidade da realidade das relações sociais atuais, numa perspectiva em que associe e relacione o conceito de Direito, Democracia e Cidadania.

A formação pretendida perpassa pela composição plural e dialética reconhecida na Constituição da República de 1988, numa escolha da tutela da pessoa humana. Deste modo, temas como o multiculturalismo, a democracia, os direitos humanos, a preservação ambiental, a diversidade (étnica, de gênero, racial, etc.), bem como a inserção local do aluno, esta última tanto profissional quanto existencial, são referenciais para a formação do alunado. Para tanto, as práticas de ensino,

capitaneadas pelo Projeto Integrador; pesquisa, aliada aos Grupos de Leitura Supervisionada (GRULES), e; extensão, na qual o retorno à comunidade é normalmente limitado à Prática Jurídica desenvolvido no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), mas que não deve se restringir a ele, devem estar alinhadas aos temas transversais indispensáveis à formação do jurista, bem como unidas entre si em processos de ensino-aprendizagem integrais.

---

## **Objetivos**

---

Objetivo Geral: Refletir sobre as peculiaridades do mundo jurídico.

---

Objetivos Específicos: Estudar os desafios da jovem advocacia.  
Reconhecer a advocacia como uma profissão da esperança.  
Trabalhar os conceitos e as legislações que regulam o exercício das diversas profissões jurídicas.

---

---

## **Metodologia**

---

O trabalho será desenvolvido a partir de pesquisa teórica – revisional bibliográfica e de campo, que culminará na elaboração de artigo e de uma produção audiovisual. Ao final do semestre pretende-se socializar o material produzido em apresentação oral no Ateliê Científico.

---

---

## **Avaliação**

---

---

## **Cronograma**

---

Atividade: Levantamento da bibliografia

Data de Entrega: 06/03/2018

---

---

Primeira apresentação em sala	22/05/2018
Apresentação no Ateliê Científico	14/06/2018

---

---

### **Referências**

ARAÚJO, Thiago Cássio D'Ávila. História da advocacia e da OAB no Brasil. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1032, 29 abr. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8326>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

---

### **Preconceito na advocacia**

*Allan Castro de Mello, Allan Silva Donato, Erick Peterson Silva Santana, Hemerson Vasco Nascimento, Raphael Barreiros Pinto, Robert Vieira Tavares, Roberto Coutinho Haddad, Samuel Bispo dos Santos, Yury do Rosário Freitas.*

*2º Período -*

Há preconceito a partir das universidades ditas renomadas. Isso não é correto, pois se assim fosse, a maior sabedoria estaria nas maiores universidades, o que é uma inverdade. A sabedoria ou conhecimento está disposta para todos, e qualquer um que se proponha a disponibilizar um tempo para conseguir, pode se tornar conhecedor do direito. Por conta do preconceito, ainda há uma grande discriminação por parte das pessoas que erroneamente acreditam que os melhores profissionais estão nas grandes empresas com grande poder econômico, fato que se torna irrelevante quando se leva em consideração que todos temos plena condição de nos tornarmos bons naquilo que queremos. Existem muitos jovens advogados mostrando que a idade e o tempo na profissão não determinam a qualidade profissional, obviamente que a experiência conta, mas, ele pode ser superada com esforço e dedicação mostrando que é possível superar os obstáculos e fazer a diferença.

Advocacia, Preconceito, Jovens e Universidade.

---

*Orientação José Eduardo Balikian*

**11 de Agosto - Dia do Advogado**

*Ana Carolina Santana Amorim, Ana Clara Nascimento Vasconcelos, Caroline Araujo Bessa, Deyziane Boaventura dos Santos, Josiely Sacht Damascena, Marcella Caroline Costa Corrêa, Márcia Coelho Gomes da Silva e Raissa Almeida Couto.*

*2º Período -*

A advocacia é uma das profissões existentes mais antigas, sendo o advogado um profissional indispensável para o Direito, no geral este era chamado para agir em defesa da moral daqueles que sofriam injustiças e precisavam de um profissional que os representassem. Essa profissão tem suas raízes em Atenas, na Grécia, onde surgiram importantes oradores, que eram considerados advogados pelas habilidades de convencimento, por meio da oratória. Nessa evolução histórica, foi em Roma que a função do advogado ganhou grande importância, visto que foi o surgimento formal da representação processual. É importante também destacar, que o surgimento da expressão “honorário” ocorreu em Roma, sendo este, sinônimo de remuneração dos advogados, tendo em vista que na prática advocatícia romana, os advogados recebiam honorarias pela sua atuação. A profissão de advogado regula-se pela consolidação dos Direitos Fundamentais. Em 11 de agosto de 1827 foi elaborado por Dom Pedro I, em Olinda e no Mosteiro de São Bento, em São Paulo, os primeiros cursos de Direito no Brasil. Ao longo dos anos houve um grande avanço jurisdicional nesta profissão com a chegada do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil (IOAB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nos anos de 1843 e 1930. O dia do advogado também ficou conhecido como o dia da pendura, essa tradição veio por meio dos acadêmicos de direito e advogados que se recusavam a pagar a conta ou até mesmo recebiam convites de proprietários de bares e restaurantes, fazendo-se que os operadores do direito viessem brindar e comer sem pagar nada, mas os proprietários só aceitavam e só liberavam essa comemoração para pequenos grupos sem chamar atenção no



recinto. Essa comemoração é feita até nos dias de hoje, porém os acadêmicos de direito e advogados devem se auto-convidarem para não gerar prejuízo ao estabelecimento.

Advocacia. Evolução histórica. Pendura.

---

*Orientação José Eduardo Balikian*

**A advocacia é a profissão das esperanças**

*Débora Cavati, Raphaella Almeida, Robson Moreira, Solange Araujo, Ueristonis Olimpia, Vanilda Rodrigues.*

*2º Período -*

Nós advogados somos criaturas humanas e fomos criados para sermos felizes. A advocacia é instrumento da felicidade, pois viabiliza a liberdade daquele que a tenha perdido injustamente ou que se veja ameaçado de perdê-la. Como disse Ferreira Gullar: “Não quero ter razão, quero é ser feliz”. Há muitos preconceitos ridículos no cotidiano do advogado que devemos eliminar. Estamos no século 21, onde a única coisa permanente é a mudança, a transformação e onde preconceitos revelam apenas ignorância e atraso. Um advogado já falecido me dizia que um grande escritório poderia ser comparado a uma boiada onde havia muitas cabeças, mas todas de quadrúpedes. Advocacia é profissão e meio de vida. Dela tiramos o nosso sustento e o de nossos dependentes. Se o advogado está habilitado a fazer concursos e exercer funções que ofereçam determinada remuneração, deve ganhar o suficiente para compensar a escolha profissional, a opção pela advocacia. Nessas condições, é impossível admitir a existência de um estado de direito, de uma sociedade civilizada, se afastar a presença da advocacia, consequência lógica disso: não há civilização sem advogados. Portanto, a advocacia pode se transformar ao longo do tempo, mas jamais deixará de existir. O Dia do Advogado deve ser comemorado não apenas em 11 de agosto, mas todos os dias em que realizamos nosso trabalho com respeito, seriedade e ética. Por tudo isso e mais algumas coisas é que a advocacia faz a felicidade de nossos clientes e a nossa também. Destarte, ninguém pode ter êxito na advocacia se exercê-la a partir de preconceitos, de visões ultrapassadas do mundo, de uma posição genuflexa ante os falsos proprietários da verdade ou aos ridículos monstros do direito.

Advocacia, profissão, sociedade.

---

*Orientação José Eduardo Balikian*

## **II Conferência Nacional da Jovem Advocacia - Causas contramajoritárias**

*Bruna Lorena da Silva Henrique, Emmilaine Barbosa, Felipe de Souza Soares, Larissa Ricio, Mackny Scota, Samir Calil, Vinicius Simões.*

*2º Período -*

Aborda-se a temática das causas de natureza contramajoritária discutida da II Conferência Nacional da Jovem Advocacia, ocorrida em Natal na data de 23.03.2018, reduzindo em análise os diferentes aspectos e efeitos produzidos por este fenômeno, objetivando demonstrar a relevância social e o interesse jurídico que pode ser revelado na contramão fática atual. Para tanto, faz-se uso de referências bibliográficas em pesquisa documental, mídias sociais informativas e pesquisa de campo.

Jovem Advocacia. Carta de Natal. Causas Contramajoritária.

---

*Orientação José Eduardo Balikian*

## **II Conferência Nacional (Cláusula de Barreira e Prerrogativas)**

*Jéssica Sant'Anna de Souza, Lavínia Teles de Souza Bello, Letícia Xavier Barbosa e Yara Oliveira de Aquino.*

*2º Período -*

Pesquisa que retrata a inserção da Jovem advocacia para participar ativamente do processo de eleição como membro da OAB. Dessa forma, eles vem lutando ativamente para derrubar a cláusula de barreira presente no Estatuto da Advocacia, art 63, § 2º Lei Nº 8.906/94. Toma-se como fundamento a Carta de Natal, documento com as proposições e conclusões levantadas na II Conferência Nacional da Jovem Advocacia que aconteceu no dia 23 de março de 2018 em Natal. Apresentam-se as prerrogativas dos jovens advogados, bem como entrevista com a presidente da Comissão Estadual da Advocacia em Início de Carreira (CEAIC), Natálya Assunção na referida conferência.

Jovem Advocacia. Carta Natal. Cláusula de Barreira - OAB

---

*Orientação José Eduardo Balikian*

**Advocacia: indispensável à administração da Justiça**

*Alex Novaes Lima, Ana Paula Siqueira Belo, Bianca Welter da Silva, Fernanda Luiza Ferreira Guimarães, Leandro da Costa Mattoso, Luiz Anderson Gomes da Silva e Raquel Gonçalves do Carmo.*

*2º Período -*

Conforme o artigo 133 da CF/88, onde positiva o advogado como ser indispensável à administração da justiça, assim, podemos perceber o quão é importante a função de exercer a advocacia, por cumprir um trabalho essencial à concretização da justiça. Cabe ao profissional do direito postular a favor do cidadão que desconhece a estrutura jurídica, mas, que busca no advogado mediar à causa em favor dos seus direitos plenamente reconhecidos em lei, que em regra geral, somente o advogado dispõe da capacidade de requerer ações em juízo e elaborar sua respectiva defesa. O advogado não é apenas um mero defensor de seu cliente perante o Juiz, ele atua também como orientador, na intenção de evitar desgastes com processos judiciais, que em sua grande parte costumam levar vários anos para serem julgados. Destarte, a advocacia está longe de ser extinta, tendo em vista que é o advogado que cuida da litigiosidade social, dos conflitos entre pessoas e de problemas mais relevantes do homem, como patrimônio, honra e a liberdade.

Advocacia. Advogado. Justiça. Cidadão.

---

*Orientação José Eduardo Balikian*

**OS PRECONCEITOS COM OS JOVENS NA ADVOCACIA**

*BRUNO MESQUITA, FABRICIO VASCONCELLOS, GÉSSICA DE OLIVEIRA,  
ISABELA ZARDINI, JOÃO VICTOR FLAUZINO E THAINARA RODRIGUES*

*2º Período -*

O tema que iremos abordar trata-se do preconceito com os jovens advogados. Nos primeiros cinco anos de atuação, o advogado é considerado iniciante. Neste período, muitos relatam ofensas às prerrogativas da Advocacia. Os advogados sofrem preconceito em órgãos do estado tais como: delegacia de policia repartições publica e cartórios, queixas relatando dificuldades no atendimento dos órgãos do poder judiciário, em determinadas situações falta respeito e confiabilidade por parte dos atendentes. Alguns casos ocorrem também quando clientes buscam o profissional em rede social e se depara com o lazer do advogado em baladas, roupas mais curta e etc.. E acaba desistindo de contratá-lo. E muitas vezes o preconceito não é uma má fé, mas uma mera ignorância acerca de algum tema.

Jovens advogados. Preconceito. Direitos humanos.

---

*Orientação José Eduardo Balikian*

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Direito	<b>3º Período – Diurno</b>
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): DIREITO, DEMOCRACIA E CIDADADE
Subtema: Cidadania e Inclusão: Genero e Identidade	
Componentes Curriculares Envolvidas: Direito Constitucional I; Filosofia do Direito; Direito Penal I	

### Justificativa

Em conformidade com o PPC do Curso de Direito da Faculdade Doctum de Vitória – Doctum, defende-se que o curso de Direito se apresenta como um importante veículo de conhecimento acerca das instituições jurídico-políticas que constituem o Estado Democrático de Direito a ser implantado conforme a Constituição da República de 1988.

### Objetivos

- Objetivo Geral:
- Identificar qual a extensão da Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos no ordenamento jurídico pátrio.

- Objetivos Específicos:
- Trabalhar os conceitos de Direitos humanos, Direitos fundamentais e internacionais.
  - Pesquisar a relação da jurisprudência da Corte Interamericana com o ordenamento jurídico brasileiro.

- 
- Trabalhar a leitura da temática por meio do(s) texto (s) base:  
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: 2002;  
SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 38ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.
  - Na disciplina Integradora: promover a interação e a interlocução com todas as disciplinas envolvidas no aprendizado no 3º período, permitindo a análise criminal, social e contratual do tema citado.
- 

### **Metodologia**

O trabalho será desenvolvido a partir de pesquisa teórica – revisional bibliográfico e de campo, que culminará na elaboração de artigo e de uma paródia musical grupos. Ao final do semestre pretende-se socializar o material produzido em apresentação oral.

---

### **Avaliação**

---

### **Cronograma**

Atividade:	Levantamento de Bibliografia	Data de Entrega:	23/03/2018
	Primeira apresentação em sala de aula		25/05/2018
	Apresentação no Atêlier Científico		14/06/2018

---

### **Referências**

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 38ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

---



**Relações Homoafetivas e a Adoção no Brasil**

*Felipe dos Santos Vinco e Aline Pereira da Rocha*

*3º Período -*

A homossexualidade vista através do princípio da Dignidade da pessoa, devendo por conseguinte alcançar o pleno direito da Adoção em sua plenitude. A adoção e o seu desenvolvimento através do mesmo princípio.

Homossexualismo; adoção; sociabilidade

---

*Orientação Ademir João Costalonga*

**Assédio: uma análise no ambiente de trabalho**

*Genilda de Souza Damasceno; Iltiery Santos Marinho; Lorena Damasceno Candido,  
Maria Nazaré M.N. Oliveira; Marta Cristina Toger; Pedro Paulo de Oliveira Chaves;  
Rayson Dias; Wando Belffi*

*3º Período -*

Esse trabalho tem como objetivo identificar quais são os tipos assédio no ambiente de trabalho. Muitas vezes o indivíduo que sofre esse tipo de abuso não sabe como se comportar diante dessa situação. Comprovar esse tipo de situação é um trabalho difícil por envolverem N questões que serão debatidas nesse estudo.

Trabalho; assédio;abuso

---

*Orientação Ademir João Costalonga*

**O ESTADO MAIS POBRE DO BRASIL E A AUSÊNCIA DAS GARANTIAS  
CONSTITUCIONAIS**

*BEATRYZ PENIDO, DANIELE GOMES, IVANA SABARÁ, JOÃO GUILHERME E  
THAYNÁ VASCONCELOS.*

*3º Período -*

O estado do Maranhão encontra-se defasado sendo colocado no ranking como o estado mais pobre do País. O trabalho buscará o conhecimento mais amplo do assunto abordado, visando esclarecer a ausência dos princípios constitucionais em face do mesmo, analisaremos a situação econômica, social, cultural, educacional, etc.

Pobreza; ausência e sociedade

---

*Orientação Ademir João Costalonga*

**ASSÉDIO SEXUAL CONTRA MULHER PRATICADO NO AMBIENTE DE TRABALHO**

*ANDRÉ PINTO, BEATRIZ BRAGA, BRUNNA RIBEIRO, GILBERTO GONZAGA,  
ISABELLA MARTINS LOPES, MAYARA PIMENTEL, MONIQUE SANTANA.*

*3º Período -*

Temos o intuito de apresentar um meio de proteção eficaz à integridade física e moral da mulher, o presente trabalho enfatiza a grande utilidade e eficiência no combate à violência e assédio sexual contra a mulher praticado no ambiente de trabalho.

Integridade; assédio; mulher

---

*Orientação Ademir João Costalonga*

## **EUTANÁSIA**

*Carlos Eduardo Chagas; Emanuelle Viana; Judith Vieira; Luis Felipe Ferraz; Salomão Netto; Sthefany Dalfior e Valléria Ribeiro.*

*3º Período -*

A eutanásia tem sido um assunto muito discutido porque descreve o processo de acelerar a morte de um paciente em estado crítico de saúde. Alguns argumentos a favor, apontam que viver é um direito e não uma obrigação, outros, os ativistas contra eutanásia, apostam que a vida deve ser mantida até o corpo falecer naturalmente. Desta forma, procuramos abranger todo o assunto mostrando os dois lados, com auxílio da Constituição Federal e Lei Penal.

Vida; Escolha; Morte Assistida

---

*Orientação Ademir João Costalonga*

## **GUERRA NA SÍRIA**

*Carla Jordana Vitória de Oliveira; Débora Duarte Egídio Negrini; Gesse Dias Freitas;*

*Hannah Vasconcellos C. Sampaio; Karolaine Oliveira da Conceição;*

*Paula Letícia Barbosa de Lima*

*3º Período -*

A guerra da Síria, que começou como um levante pacífico contra o presidente Bashar al-Assad, se converteu em um conflito brutal e sangrento que não apenas afeta a população local, mas arrasta potências regionais e internacionais.

Guerra; população; conflito

---

*Orientação Ademir João Costalonga*

**A greve dos caminhoneiros - Intervenção militar e a democracia**

*André Rodrigues; Lays Scopel; Istefani Alves; Victor Loureiro Mesquita; Thais Will.*

*3º Período -*

Nosso trabalho visa fazer uma análise da atual situação do país referente à greve dos caminhoneiros, apontando os prejuízos para a população e os direitos que a classe busca. A referida greve levantou uma minoria que apoia a intervenção militar devido a má gestão do atual governo e toda crise de corrupção vivida pelo país. Por isso, abordaremos ainda o regime ditatorial versus a democracia. Apontando características desses dois regimes de governo.

Caminhoneiros - mercado - corrupção - democracia - intervenção.

---

*Orientação Ademir João Costalonga*

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Direito	<b>3º Período – Noturno</b>
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Direitos Humanos e Direitos Fundamentais
Subtema: Cidadania e inclusão: gênero e identidade.	
Componentes Curriculares Envolvidas: Projeto Integrador III, Filosofia do Direito, Direito Constitucional I e Direito Penal I	

### **Justificativa**

Em conformidade com o PPC do Curso de Direito da Faculdade Doctum de Vitória – Doctum, defende-se que o curso de Direito se apresenta como um importante veículo de conhecimento acerca das instituições jurídico-políticas que constituem o Estado Democrático de Direito a ser implantado conforme a Constituição da República de 1988. A concepção pedagógica que norteia o ensino jurídico não pode jamais estar dissociada das noções de cidadania e democracia, sendo este o norte desta IES, no tocante a seu curso de Direito. (ppc, Curso de Direito, Faculdade Doctum de Vitória) Nesse sentido, e em conformidade com a missão institucional - “transformar vidas das pessoas pela educação” -, pretende-se a formação, no caso do curso de Direito, de um jurista apto a desenvolver múltiplas tarefas de acordo com a complexidade da realidade das relações sociais atuais, numa perspectiva em que associe e relacione os conceitos de Direito, Democracia e Cidadania.

A formação pretendida perpassa pela composição plural e dialética reconhecida na Constituição da República de 1988, numa escolha da tutela da pessoa humana.

Deste modo, temas como o multiculturalismo, a democracia, os direitos humanos, a preservação ambiental, a diversidade (étnica, de gênero, racial, etc.), bem como a inserção local do aluno, esta última tanto profissional quanto existencial, são



referenciais para a formação do alunado. Para tanto, as práticas de ensino, capitaneadas pelo Projeto Integrador; pesquisa, aliada aos Grupos de Leitura Supervisionada (GRULES), e; extensão, na qual o retorno à comunidade é normalmente limitado à Prática Jurídica desenvolvido no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), mas que não deve se restringir a ele, devem estar alinhadas aos temas transversais indispensáveis à formação do jurista, bem como unidas entre si em processos de ensino-aprendizagem integrais.

## Objetivos

Objetivo Geral: Refletir sobre as questões jurídicas ligadas às relações homoafetivas.

Objetivos Específicos: Aproximar-se de literatura específica sobre o tema. Levantar a problemática do reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil.

## Metodologia

O trabalho será desenvolvido a partir de pesquisa teórica – revisional bibliográfica, que culminará na elaboração de artigo e de uma produção audiovisual pelos grupos. Ao final do semestre pretende-se socializar o material produzido em apresentação oral.

## Avaliação

## Cronograma

Atividade:	Levantamento da bibliografia	Data de Entrega:	22/03/2018
	Primeira apresentação para a sala		10/05/2018
	Apresentação no Ateliê Científico		14/06/2018

---

**Referências**

---

BARROSO, L.R. Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil. In: SARMENTO, D. et alli (coord.). Igualdade, diferença e direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

---

**GÊNERO E IDENTIDADE**

*Fernanda Rangel Cozer Silva, Jaqueline Crem Fraga, Jéssica Santos Traspadini,  
Lunaya Rodrigues, Stephanie Victoria Merschitz, Suiany Antonieta, Thayná  
Nascimento, Thaysa Carla Duarte Mônico, Wandressa Oliveira*

*3º Período - A*

O trabalho desenvolvido pelo grupo terá como tema: “Gênero e identidade”. O conceito de gênero denota uma diferenciação. A lógica ocidental tradicional funciona como uma divisão binária, ou seja, que se divide em dois opostos: masculino x feminino, macho x fêmea ou homem x mulher. Sob esse ponto de vista, o ser humano nasce dotado de determinadas características biológicas que o enquadra como um indivíduo do sexo masculino ou feminino. O sexo é definido biologicamente tomando como base a genitália, cromossomos sexuais e hormônios com os quais se nasce. No entanto, o sexo não determina por si só, a identidade de gênero de uma pessoa, a identidade de gênero diz respeito a como a pessoa se sente, se do gênero feminino ou masculino. O tema estudado terá como delimitação a análise do contexto histórico, sociológico e Jurídico aplicados ao tema em questão, abordaremos a problemática da ideologia de gênero em toda a sociedade desde os tempos mais remotos até os dias de hoje, comparando eventualmente com moldes aplicados com excelência por países estrangeiros. Nosso problema de pesquisa é descobrir se a sociedade aceita essa distinção entre Gênero e Identidade, o que pensam os especialistas a respeito do tema e se existem impactos sociais nessa aceitação ou não da sociedade em torno do tema. Nosso objetivo com a pesquisa é estudar os impactos de tal contexto na sociedade, descobrir se o problema da sociedade e como lidamos com isso enquanto comunidade pode ser resolvido, como se sentem pessoas envolvidas no contexto a ser abordado, como a opinião de especialistas pode ajudar no contexto social em favor do tema, como crianças devem ser abordadas sobre a problemática e se devem ser incluídas neste.

Identidade - Gênero - Sociedade

---

*Orientação ELCY MILITAO DA SILVA*

## **A EXTENSÃO DO REGIME JURÍDICO DAS UNIÕES ESTÁVEIS ÀS UNIÕES HOMOAFETIVAS**

*ÁLEFE THOMAS RODRIGUES GAVI, ANA CAROLINA FERREIRA DA ROSA  
ANA KAROLINI LEITE MATOS, ELVIS ROSSONI RIBEIRO, FRANZ WAGNER DE  
OLIVEIRA STINGHEL, GILVAN CARLOS DE ALMEIDA MOTTA, MARCELO  
RODRIGUES DA ROSA, RICHARD CLEYDMAN ZIOTO FRIGGI,*

*3º Período - A*

Esse estudo tem como objetivo geral analisar a extensão do regime jurídico das uniões estáveis às uniões homoafetivas. Traçamos esse objetivo, porque ao observarmos o artigo 226 da Constituição Federal constatamos que é reconhecida a união estável entre homem e mulher ao casamento, pois está explicitado em seu parágrafo 3º que “é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher, como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”. Nesse segmento, o novo Código Civil explicita os requisitos necessários para a constituição de união estável em seus artigos 1723, 1727 e 1790, nesse sentido, o artigo 1723 dispõe que “é reconhecida como entidade familiar a união estável entre homem e mulher, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento, configurada pela convivência pública, contínua e duradoura estabelecida com o objetivo de constituição de família”. Dessa forma, destacamos que o legislador foi omissivo no que tange as relações estáveis homoafetivas, sendo necessário que a jurisprudência utilize-se da aplicação da interpretação extensiva. Contudo, devemos destacar a existência de alguns dispositivos que permitem uma saída para o intérprete, dentre eles o julgamento da ADIN nº 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132 pelo Supremo Tribunal Federal que julgou os pedidos relacionados a essa situação como precedentes. Com intuito de sanar o objetivo geral estabelecido inicialmente, realizamos uma pesquisa de cunho bibliográfico, pois recorreremos a uma gama de saberes sistematizados, tais como: legislações, doutrinas, artigos acadêmicos, dentre outros.

União estável homoafetiva. Interpretação extensiva.

---

*Orientação ELCY MILITAO DA SILVA*

**CIDADANIA, INCLUSÃO, GÊNERO E IDENTIDADE**

*ABNER SANTOS DIAS, FABIANA NUNES TONONI, LORENA BOSI RIBEIRO  
NAYANE SANTOS MARQUES, RAQUEL LOMBARDI DE JESUS, SCHISLAYNE  
SILVA COELHO SUBTIL, WALLACE SÃO PEDRO BULHÕES REIS*

*3º Período - A*

O presente artigo trata da comparação da relação homoafetiva e dos direitos dos homossexuais no Brasil, do reconhecimento como entidades familiares e da verificação do desenvolvimento da união estável entre estas pessoas pela legislação brasileira, trazendo uma abordagem com panorama comparativo dos países do Oriente Médio, que penalizam estas relações homoafetivas. Não obstante, mostrando as diferentes concepções sobre o assunto, ressaltando, para tanto, os principais fatores que influenciam, tanto no desenvolvimento quanto na repressão dos direitos legislativos, doutrinários dos homossexuais. Verificam-se as consequências jurídicas a esses vínculos, observa-se a escusa em considerar as uniões, como família, em sua maioria a quebra de paradigma causa mais aceitação e redução de uma cultura conservadora acerca deste tema.

CIDADANIA, INCLUSÃO, GÊNERO E IDENTIDADE

---

*Orientação ELCY MILITAO DA SILVA*

**UNIÃO HOMOAFETIVA: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS**

*ALEX IGLESIAS SANTOS, ANA KAROLLYNA DA COSTA RAMOS, CAMILA VALADARES DA SILVA RAMOS, CARLA VIANA BELOTE, DEIVID CARDOSO AGUIAR, HELENA MIRANDA MONTEIRO DE SOUZA, ÍCARO GALVÃO MOURA JULIANE FERREIRA DA SILVA, LARISSA RIBEIRO BRITO, LUIZ FILIPE AMORIM SERAPHIM, RANIEL JÚLIO GABRIEL SILVA*

*3º Período - A*

Em face do tema base – Cidadania e inclusão: gênero e identidade - foi abordado a análise social de *stricto sensu* nas Uniões homoafetivas: princípios constitucionais, em objetivo seguimos uma linha evolutiva desses princípios e os benefícios provocados por esses na vida daqueles que se encaixam nas uniões homoafetivas, visto que essa união revolucionou a estrutura primária da definição de cônjuge e família gerando um marco histórico de uma conquista significativa que ultrapassou todas as rejeições e críticas sociais. Como instrumento de pesquisa foi usado nossa norma fundamental do ordenamento jurídico brasileiro, as demais normas infraconstitucionais ressaltando os princípios que possuem relevante valor no parâmetro jurídico-social e alguns casos concretos que sofreram esse processo de superação utilizando esses princípios constitucionais. Em resultado obtivemos que os princípios abriram portas para que cônjuges e famílias que partilham dessa união pudessem viver de forma mais espontânea, natural e livre sem recuar-se dos olhos críticos sociais, porém as pesquisas apontam que esses olhos ainda não se fecharam e é grande a parcela de pessoas que sofrem desta opressão

Evolução social. Princípios. União Homoafetiva

---

*Orientação ELCY MILITAO DA SILVA*

**UNIÃO HOMOAFETIVA: ANTES E DEPOIS DA CF/88**

*DEBORA FREIRE, HADASSA RODRIGUES, KATIA MIRIANE, LORENZO BRUNELLO  
RASERA, LUCIMARA CANDIDO, MIRILANDES ALVES SOUZA, SAMARA LESLI*

*3º Período - A*

O objeto de estudo aqui é a evolução da forma como é encarada a União Homoafetiva no Brasil, comportando não só a aceitação jurídica, mas também na forma social, apontando como marco a nossa Constituição Federal de 1988 e criando panoramas em análise anterior e posterior a ela.

Em 1970, iniciou-se os primeiros movimentos sociais que almejavam alcançar os Direitos inerentes a igualdade dos homossexuais, contudo esses movimentos se depararam com uma sociedade machista e intolerante, construída no modelo familiar patriarcal e fortalecida por conceitos religiosos rígidos. Por causa disso, a sociedade se encontrou em confronto com as leis que não resguardavam estes Direitos, ou seja, uma lei que não estava acompanhando a evolução social, e com isso ficando ultrapassada para aquela sociedade naquele tempo, enfraquecendo sua eficiência.

A nação brasileira foi forjada com uma cultura profundamente enraizada na religião católica, que defendia a ideia de família ser construída apenas por homem e mulher, sendo o homem o chefe da família, e o que passasse disso era considerado depravação. Casamento entre pessoas do mesmo sexo era um grande pecado. As leis, por sua vez, acompanhavam estes princípios religiosos, pois a igreja era a principal referência social. Com a evolução da sociedade e de sua forma de pensar, as pessoas envoltas em insatisfação, segregação e preconceito, a medida em que encontraram respaldo jurídico, foram à luta a fim de serem ouvidas e respeitadas em suas opções e personalidades.

Neste contexto será retratado em nossa pesquisa a forma com que a Constituição Federal de 1988 influenciou na trajetória de luta pela aceitação, social e jurídica, da união homoafetiva, e em que concretamente resultaram essas mudanças. Apesar de em sua textualidade a nossa CF/88 indicar a entidade familiar como união estável entre homem e mulher, diversos outros dispositivos nos levam a perceber a inconstitucionalidade que haveria em impedir que a união homoafetiva fosse

reconhecida, e esses dispositivos que tornaram nossa atual constituição um marco para esse reconhecimento, mesmo com a textualidade do Art. 226 § 4º parecendo dizer o contrário.

Nesta forma o trabalho trará por meio de dados estatísticos, estudos da evolução histórica, conceitos doutrinários, pesquisa de campo e por análises pessoais do grupo uma síntese da situação-problema da União Homoafetiva, de como é hoje, como era, e qual a contribuição da Constituição Federal de 1988 nessa série de mudanças, além do avanço jurídico proporcionado pela ADI 4.277 e ADPF 132, que regularizaram por fim o entendimento aqui estudado.

União Homoafetiva - Casamento – União estável – ADI 4.277 – ADPF 132

---

*Orientação ELCY MILITAO DA SILVA*



## PLANO DE TRABALHO

Curso: Direito	<b>4º Período – Noturno</b>
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Direito, Democracia e Cidadania.
Subtema: Cidadania e inclusão: raça e etnia.	
Componentes Curriculares Envolvidas:	Projeto Integrador IV, Direito Constitucional II, Direito Penal II

### Justificativa

Em conformidade com o PPC do Curso de Direito da Faculdade Doctum de Vitória – Doctum, defende-se que o curso de Direito se apresenta como um importante veículo de conhecimento acerca das instituições jurídico-políticas que constituem o Estado Democrático de Direito a ser implantado conforme a Constituição da República de 1988. A concepção pedagógica que norteia o ensino jurídico não pode jamais estar dissociada das noções de cidadania e democracia, sendo este o norte desta IES, no tocante a seu curso de Direito. (ppc, Curso de Direito, Faculdade Doctum de Vitória). Nesse sentido, e em conformidade com a missão institucional - “transformar vidas das pessoas pela educação” -, pretende-se a formação, no caso do curso de Direito, de um jurista apto a desenvolver múltiplas tarefas de acordo com a complexidade da realidade das relações sociais atuais, numa perspectiva em que associe e relacione os conceitos de Direito, Democracia e Cidadania.

A formação pretendida perpassa pela composição plural e dialética reconhecida na Constituição da República de 1988, numa escolha da tutela da pessoa humana. Deste modo, temas como o multiculturalismo, a democracia, os direitos humanos, a preservação ambiental, a diversidade (étnica, de gênero, racial, etc.), bem como a inserção local do aluno, esta última tanto profissional quanto existencial, são referenciais para a formação do alunado. Para tanto, as práticas de ensino,

capitaneadas pelo Projeto Integrador; pesquisa, aliada aos Grupos de Leitura Supervisionada (GRULES), e; extensão, na qual o retorno à comunidade é normalmente limitado à Prática Jurídica desenvolvido no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), mas que não deve se restringir a ele, devem estar alinhadas aos temas transversais indispensáveis à formação do jurista, bem como unidas entre si em processos de ensino-aprendizagem integrais.

## Objetivos

Objetivo Geral: Refletir sobre a questão dos direitos humanos relacionadas à inclusão de raça e etnia.

Objetivos Específicos: Aproximar-se da literatura específica sobre o tema.  
Produzir material audiovisual para apresentação da temática.

## Metodologia

O trabalho será desenvolvido a partir de pesquisa teórica – revisional bibliográfica, que culminará na elaboração de artigo e de uma produção audiovisual. Ao final do semestre pretende-se socializar o material produzido em apresentação oral.

## Avaliação

## Cronograma

Atividade:	Levantamento da bibliografia	Data de Entrega:	21/03/2018
	Primeira apresentação em sala		23/05/2018
	Apresentação no Ateliê Científico		14/06/2018

---

**Referências**

SARMENTO, D.; IKAWA, D.; PIOVESAN, F. (coord.). Igualdade, diferença e direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

---

**RAÇAS MINORITÁRIAS: OS ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E O MERCADO DE TRABALHO**

*Amilton Carlos Banhos Junior, Felipe dos Santos Barbosa Sant'anna, Iago Luis Alves Novaes, Iraneide Gorete Valente Barbosa, Luís Vinicius Neves Quintanilha, Marlon*

*Rogério de Souza Biasutti*

*4º Período -*

Esse trabalho tem como objetivo principal expor a atual situação no Estado do Espírito Santo, em relação aos grupos minoritários que se estabelecem até os dias atuais. O foco do estudo será majoritariamente as condições econômicas e sociais que se encontram tais indivíduos. O mercado de trabalho e oportunidades de emprego também serão analisados, frente ao problema do descaso que acomete esse grupo cotidianamente. O preconceito e a falta de apoio e amparo que esses grupos minoritários enfrentam é desmoralizante e desanimador quando, principalmente, é vivido por uma sociedade que na lei preza por igualdade de inclusão e cidadania. Ante ao estudado é preciso ponderar em relação aos grupos minoritários não se trata da sua quantidade de integrantes, mas sim do seu poder de voz e sua visibilidade na sociedade. Inicialmente serão estudados os grupos de estrangeiros, indígenas, negros, mulheres e os detentos do sistema prisional capixaba. Diante de um tempo em que a alteridade, que é capacidade de ver e entender o outro no sentido da diferença, se esvaiu é preciso compreender que tal acontecimento dá brechas para o preconceito e para não aceitação do outro defronte das suas distinções. Ainda em busca de respostas, é preciso compreender qual o processo e quais relações históricas que infelizmente levaram tais grupos a virarem minorias na sociedade atual.

Raças. Minorias. Social. Econômico. Desigualdade.

---

*Orientação José Eduardo Balikian*

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Direito	5º Período B – Diurno
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Direito, Democracia e Cidadania
Subtema: Cidadania e inclusão: deficiência e meio ambiente	
Componentes Curriculares Envolvidas: Projeto Integrador V, Direito Constitucional III, Direito Civil IV, Direito Administrativo I	

### Justificativa

Em conformidade com o PPC do Curso de Direito da Faculdade Doctum de Vitória – Doctum, defende-se que o curso de Direito se apresenta como um importante veículo de conhecimento acerca das instituições jurídico-políticas que constituem o Estado Democrático de Direito a ser implantado conforme a Constituição da República de 1988. A concepção pedagógica que norteia o ensino jurídico não pode jamais estar dissociada das noções de cidadania e democracia, sendo este o norte desta IES, no tocante a seu curso de Direito. (ppc, Curso de Direito, Faculdade Doctum de Vitória).

Nesse sentido, e em conformidade com a missão institucional - “transformar vidas das pessoas pela educação” -, pretende-se a formação, no caso do curso de Direito, de um jurista apto a desenvolver múltiplas tarefas de acordo com a complexidade da realidade das relações sociais atuais, numa perspectiva em que associe e relacione os conceitos de Direito, Democracia e Cidadania.

A formação pretendida perpassa pela composição plural e dialética reconhecida na Constituição da República de 1988, numa escolha da tutela da pessoa humana. Deste modo, temas como o multiculturalismo, a democracia, os direitos humanos, a preservação ambiental, a diversidade (étnica, de gênero, racial, etc.), bem como a inserção local do aluno, esta última tanto profissional quanto existencial, são referenciais para a formação do alunado. Para tanto, as práticas de ensino,

capitaneadas pelo Projeto Integrador; pesquisa, aliada aos Grupos de Leitura Supervisionada (GRULES), e; extensão, na qual o retorno à comunidade é normalmente limitado à Prática Jurídica desenvolvido no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), mas que não deve se restringir a ele, devem estar alinhadas aos temas transversais indispensáveis à formação do jurista, bem como unidas entre si em processos de ensino-aprendizagem integrais.

---

## **Objetivos**

---

Objetivo Geral: Refletir sobre cidadania e inclusão na ótica das pessoas portadoras de deficiência.

Objetivos Específicos: Analisar bibliografia relevante sobre o tema.  
Produzir material audiovisual explicativo da temática para a comunidade.

---

---

## **Metodologia**

---

O trabalho será desenvolvido a partir de pesquisa teórica – revisional bibliográfica, que culminará na elaboração de artigo e de uma produção audiovisual. Ao final do semestre pretende-se socializar o material produzido em apresentação oral.

---

---

## **Avaliação**

---

---

## **Cronograma**

---

Atividade:	Levantamento de bibliografia	Data de Entrega:	22/03/2018
	Primeira apresentação em sala		24/05/2018
	Apresentação no Ateliê Científico		14/06/2018

---

---

## Referências

---

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência: algumas dificuldades para efetivação do direitos. In: SARMENTO, D. et alli (coord.). Igualdade, diferença e direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

---

## PLANO DE TRABALHO

Curso: <b>Direito</b>	<b>5º Período – Noturno</b>
Tema: <b>Direitos Humanos Fundamentais</b>	Eixo(s): <b>DEMOCRACIA E CIDADANIA</b>
Subtema: <b>CIDADANIA E INCLUSÃO: DEFICIÊNCIA E MEIO AMBIENTE.</b>	
Componentes Curriculares Envolvidas: <b>Integradora V, Direito Civil, Constitucional III.</b>	

### Justificativa

A cidadania e a inclusão, neste período, serão estudadas a partir da perspectiva da deficiência e do meio ambiente de modo a permitir que a temática da inclusão e da cidadania perpassasse transversalmente pelas disciplinas do Direito Penal e Direito Processual Penal, de modo a observar a necessária tutela às pessoas com deficiência e a tutela ao meio ambiente. No plano do Direito Constitucional os estudos se darão a partir da tutela da (in)efetividade dos direitos sociais que, por sua vez, alinham-se ao Direito Administrativo, na concepção de tutela a ser deferida à pessoa humana por meio da atuação positiva do Estado-administrador e no plano do Direito Civil e Direito Processual Civil poderão ser observados os meios para se alcançar a interrelação de efetividade dos direitos individuais associados aos direitos sociais. No plano da pesquisa, os alunos produzirão resumos científicos que serão ofertados à comunidade acadêmica e exterior à IES por meio do diálogo-dialético conduzido na forma da mesa redonda, o que permitirá a interrelação entre comunidade científica e comunidade local, de modo a assegurar a contextualização da IES para com a comunidade local.

### Objetivos

Objetivo Geral: **Pesquisa: resumo científico. Extensão: mesa redonda.**

Objetivos Específicos: **Reconhecer a importância da inclusão.**



---

## **Metodologia**

---

Pesquisa teórica e de campo.

---

---

## **Avaliação**

---

---

## **Cronograma**

Atividade:	Leitura ao texto indicado na bibliografia base.	Data de Entrega:	11/04/2018
	Pesquisa de campo.		30/05/2018
	Apresentação da mesa redonda		14/06/2018

---

---

## **Referências**

Afirmção Histórica dos Direitos Humanos, Fábio Konder.

---

**CIDADANIA E INCLUSÃO: DEFICIÊNCIA E MEIO AMBIENTE: CADEIRANTE, UMA NOVA REALIDADE.**

*ANTÔNIO CARLOS GOMES, ROBERT DOS SANTOS BARRETO, THIAGO DA CONCEIÇÃO PEREIRA, NATÁLIA COSTA DAL COL, LARYSSA RIBEIRO, ARTHUR SANTANA NASCIMENTO.*

*5º Período -*

O PRESENTE PROJETO DE PESQUISA, VISA, EM PRIMEIRO LUGAR, INDAGAR 15 DIFICULDADES ORIUNDAS DA NOVA REALIDADE VIVENCIADA POR UMA PESSOA QUE APÓS SOFRER UM ACIDENTE, TORNA-SE DEFICIENTE FÍSICO, BEM COMO, A ASSISTÊNCIA DO ESTADO PARA SANAR AS NOVAS DIFICULDADES, VERIFICANDO A EFICÁCIA DOO TEXTO CONSTITUCIONAL, DA LEI ESPECÍFICA E DO MEIO AMBIENTE QUE DEVE SER PENSADO PARA TODAS AS PESSOAS QUE TÊM DEFICIÊNCIA OU NÃO.

DEFICIÊNCIA. INCLUSÃO. CADEIRANTE.

---

*Orientação LETÍCIA DE OLIVEIRA RIBEIRO*

**Cidadania e Inclusão: deficiência e meio ambiente: PROTEÇÃO E GARANTIA CONSTITUCIONAL DOS PORTADORES DE DOENÇAS DEGENERATIVAS.**

*BEATRIZ VIEIRA, GABRIELA ANDRADE, ERIKA VANESSA, LEONARDO DIAS.*

*5º Período -*

O FOCO DO PRESENTE TRABALHO É BUSCAR O DEBATE REFERENTE AOS PROBLEMAS VIVENCIADOS POR PESSOAS PORTADORAS DE DOENÇAS DEGENERATIVAS, QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PELO SISTEMA DE SAÚDE, BEM COMO VERIFICAR AS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELO ESTADO GRAVOSO DA DOENÇA. ENTRE AS DIVERSAS DOENÇAS DEGENERATIVAS PODEMOS CITAR: DIABETES, ESCLEROSE MÚLTIPLA, HANSENÍASE, NEOPLASTIA MALIGNA, GLAUCOMA, OSTEOPOROSE, ENTRE OUTRAS. A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DA DOENÇA, INCIA-SE A DIFICULDADE NO ACESSO A SAÚDE, NA BUSCA DE UM TRATAMENTO ADEQUADO. NESSE CONTEXTO, PRETENDE-SE REALIZAR UM LEVANTAMENTO DOS DIREITOS DAS PESSOAS ACOMETIDAS POR ESSAS DOENÇAS, VERIFICANDO COM TÊM SE DESENVOLVIDOS CASOS SEMELHANTES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. POR FIM, SERÃO ANALISADOS OS CASOS DETECTADOS AFIM DE SE VERIFICAR SE ESTÃO SENDO CUMPRIDAS AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS, ASSIM COMO EXPOR QUAIS AS DIFICULDADES E BENEFÍCIOS ENCONTRADOS PELOS PORTADORES E FAMILIARES QUE VIVENCIAM ESSA SITUAÇÃO EM SEU COTIDIANO.

DEFICIÊNCIA. INCLUSÃO. DOENÇA DEGENERATIVA.

---

*Orientação LETICIA DE OLIVEIRA RIBEIRO*

**Cidadania e Inclusão: deficiência e meio ambiente: INSERÇÃO DA LINGUAGEM DE SINAIS.**

GABRIELE SALOMÃO, PRISCILA DOS SANTOS, AIRA FARIAS, YCARO RAMOS.

5º Período -

OS DEFICIENTES AUDITIVOS, POSTOS À MARGEM DAS QUESTÕES SOCIAIS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS, NÃO SÃO VISTOS PELA SOCIEDADE POR SUAS POTENCIALIDADES, MAS SIM, PELAS LIMITAÇÕES IMPOSTAS POR SUA CONDIÇÃO. ISSO SE DÁ, NÃO SOMENTE PELA FORMA INCOMPREENSIVA DA SOCIEDADE ANALISAR A SURDEZ, MAS PRINCIPALMENTE PELO ATRASO NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM QUE OS SURDOS TÊM NO SEU DESENVOLVIMENTO, JÁ QUE NA MAIORIA DAS VEZES, O ACESSO A ELA É INEXISTENTE. POR OUTRO LADO, O GOVERNO TENTA DE VÁRIAS FORMAS, PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL DESSE PÚBLICO EM MEIO A SOCIEDADE ATRAVÉS DE COTAS SOCIAIS EM INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS E NO ÂMBITO PROFISSIONAL, EM EMPRESAS PRIVADAS, OUTROSSIM, NÃO EXISTE UMA FISCALIZAÇÃO EFETIVA NA INSERÇÃO DOS SURDOS DENTRE OS OUTROS COLABORADORES, O RESULTADO DESSA FALTA, É A ADMISSÃO DESSE PÚBLICO NAS EMPRESAS E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS, SEM QUE HAJA O APROVEITAMENTO IDEAL E O SEU DESENVOLVIMENTO EFETIVO. A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM DE SINAIS COMO BASE NA ALFABETIZAÇÃO, NÃO SOMENTE DOS SURDOS, MAS PARA TODOS OS DEMAIS ESTUDANTES SERIA UMA SOLUÇÃO PARA ESSE PROBLEMA. JÁ QUE ESSAS PESSOAS PRECISAM ESTAR EM MEIO A SOCIEDADE E NÓS PRECISAMOS ESTAR PREPARADOS PARA RECEBÊ-LOS, ALÉM DE PRESTAR O DEVIDO APOIO QUANDO NECESSÁRIO. É DIREITO DO SURDO CONSTRUIR UMA VIDA PROFISSIONAL, ASSIM COMO QUALQUER OUTRO, TER UMA BASE SÓLIDA DESDE O INÍCIO DE SUA FORMAÇÃO, AUXILIARÁ DE FATO, QUE ESSE PÚBLICO ALCANCE CARGOS DE GESTÃO, ESPECIALIZAÇÕES, DA MESMA FORMA QUE É OPORTUNO AOS DEMAIS CIDADÃOS.

DEFICIÊNCIA, INCLUSÃO, SURDOS.

---

*Orientação LETICIA DE OLIVEIRA RIBEIRO*

**CIDADANIA E INCLUSÃO: DEFICIÊNCIA E MEIO AMBIENTE: INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL NO ENSINO SUPERIOR**

*GILBERTO VAGO PINTO, HENDRICK LOPES FADINI, MATHEUS ANDRADE DE SOUZA, PEDRO HENRIQUE SILVA DOS SANTOS, POLYANA FARIA RODRIGUES, SANDRO PANDOLPHO DA COSTA.*

*5º Período -*

O presente trabalho visa tratar da problemática da inclusão das pessoas com deficiência mental no ensino superior brasileiro, apontando os mecanismos já existentes para tal.

Por meio deste levantamento, os pesquisadores pretendem abordar a incidência (ou não) de mecanismos existentes, sua eficiência, eficácia e efetividade, sob o prisma da igualdade material, insculpida no art. 5.º da Carta Magna.

Serviu como fonte de inspiração para esta pesquisa a obra cinematográfica “meu nome é rádio”, que aborda a história de superação do jovem James Kennedy, pessoa com deficiência mental e o professor e treinador de futebol americano Harold Jones, tendo este promovido a inserção de James no âmbito escolar e, conseqüentemente, na sociedade.

Assim sendo, esta pesquisa possibilitará aos seus realizadores experienciar a realidade em apreço, visando demonstrar a instrumentalidade do direito vigente e sua efetividade na realização dos direitos fundamentais e sociais.

DEFICIÊNCIA, INCLUSÃO, DEFICIÊNCIA MENTAL.

---

*Orientação LETICIA DE OLIVEIRA RIBEIRO*

**Cidadania e Inclusão: deficiência e meio ambiente. Síndrome de Down**

*Cassio Mello, Jéssica Mandelli da Silva, Jonathan de Oliveira, Josiane Costa Henker e Sther Alves Muller.*

*5º Período -*

O presente trabalho tem como objetivo falar sobre a síndrome de Down na sociedade, pretendemos mostrar a realidade vivida das pessoas que tem esta síndrome, juntamente com a família.

Identificamos que muitas das vezes o preconceito começa dentro do ambiente familiar, sendo muita das vezes ela própria que reduz a possibilidade de desenvolvimento de uma criança com síndrome de Down. Além disso existe a parte do Estado que muitas das vezes tira sua responsabilidade de garantir o direito, deixando por parte de ONG, fazer isto.

Abordamos também sobre a inclusão no ambiente escolar, e sobre os muitos preconceitos que estas pessoas que tem a síndrome enfrentam pela vida. Mostraremos quais os seus direitos e qual é o papel do Estado e da família para com eles. A metodologia utilizada foi enfatizada em uma pesquisa com uma mãe que fez de tudo um pouco para que sua filha com síndrome pudesse ter uma vida digna. Com o intuito final do trabalho de demonstrar que quando a estimulação ocorre desde seu nascimento, e com o acompanhamento correto, conseguem vencer as limitações e tornar a vida mais fácil na sociedade para as pessoas com síndrome de Down.

DEFICIÊNCIA, INCLUSÃO, SÍNDROME DOWN

---

*Orientação LETICIA DE OLIVEIRA RIBEIRO*

### **CONFLITOS ECONOMICOS E SOCIAIS : EDUCACAO**

*ADRIELY SAMORA DIAS MARONI, CIRLEY RIBEIRO DOS SANTOS, EMANOEL DE MOURA, HEMANUELY LOPES SAAR, JACILDA ROCHA DE SOUZA LIMA, KÁSSIA LENE DE PAULO NASCIMENTO BENTO, THIAGO MACHADO DOS SANTOS*

*6º Período -*

O presente artigo tem como objetivo explanar aos operadores do direito e a todos aqueles que se interessar, a respeito de um tema de suma importância para todo território nacional, que é a educação.

A palavra educação em sentido formal é todo o processo contínuo de aprendizagem que o aluno recebe dos estabelecimentos oficializados de ensino, sejam eles públicos ou particulares.

Em um sentido amplo, a educação é hábitos, costumes e valores de comunidades que passam de geração, para geração, é uma somatória de fatores presenciada e vivida pelos indivíduos ao longo de sua vida.

A educação deve ser prioridade no Brasil e em qualquer país do mundo, pois se trata de uma forma de ascensão social, porém no Brasil existem diversos problemas que estão presentes na rede de ensino que estão proporcionando desta forma resultados negativos.

É necessário um plano nacional que indique onde os recursos devem ser aplicados, sendo que um dos pontos de melhoria na qualidade do ensino público no país é a valorização e o melhor preparo dos professores e demais trabalhadores da área, através de investimento na sua formação e bons salários.

Se tratando da desigualdade, o Brasil está em 10º lugar no ranking dos países com maior desigualdade social do mundo, segundo dados divulgados pelo relatório de desenvolvimento humano. A ONU em 2010 apresentou um relatório que apontou as

principais causas dessa desigualdade social, entre elas estão à falta de educação de qualidade, política fiscal injusta, baixos salários e a dificuldade de acesso a serviços básicos, tais como, saúde, transporte público e saneamento básico.

Nota-se que a falta de educação de qualidade é uma das causas da desigualdade social e a má educação no país.

O problema da desigualdade na educação vem de muitos séculos atrás, desde a época dos Jesuítas, quando fizeram papel de professores e catequistas dos Índios, nesta época somente os escravos não tiveram acesso à educação.

Trazendo para os dias atuais, em se tratando de educação pública, o investimento é o mínimo comparado ao investimento dado à educação privada, fator este que aumenta ainda mais a desigualdade.

A realidade é que a falta de preparo faz com que alunos saem do ensino médio sem uma bagagem escolar e acaba perdendo a perspectiva, pois são tratados como iguais em um mundo de desigualdade, quando disputa uma vaga em na universidade.

O Estado é o órgão que comanda toda a sociedade brasileira e é incumbindo a ele a responsabilidade por assegurar a educação comum a todos os cidadãos.

A fim de atingir esse objetivo, o Estado vem implantando políticas públicas a com o intuito de assegurar o bom funcionamento do país e melhorar a qualidade de vida da população.

As políticas públicas têm como objetivo promover mudanças qualitativas nas ações e no desempenho escolar, a partir da participação de projetos pedagógicos nas escolas, voltadas para a melhoria da qualidade na educação.

Ao profissional da educação é fundamental conhecer as políticas públicas para que assim possa lutar pela efetivação e qualidade.

Pensando nisso, o governo implantou programas que facilitam o acesso à educação, como o “Caminho da Escola” que tem a finalidade de renovar a frota de veículos escolares facilitando o acesso à educação, o programa de saúde e prevenção nas



escolas, que tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de Educação Básica, por meio de ações de prevenção à saúde, o programa educação para jovens e adultos que trata de uma modalidade de Educação Básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos do Ensino Fundamental e do ensino médio e também o Pro Uni, criado em 2014 pelo Governo Federal que concede bolsas de estudos integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior.

A partir deste momento levanta-se a bandeira da inclusão de diversos alunos, cada uma com suas peculiaridades especiais.

Evidentemente os desafios são muitos quando buscamos entender a inclusão na educação, é preciso criar redes de apoio entre as famílias, docentes e gestores escolares, profissionais especializados, tais como, os psicólogos médicos entre outros.

A socioeducação é um conjunto articulado de programas, serviços e ações desenvolvidas a partir da articulação entre práticas educativas e demandas sociais.

No meio escolar surge diversos desafios, um deles é agressão, o uso da força real ou ameaça contra si ou outrem, contra um grupo ou comunidade, que possa resultar morte, lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento ou privação.

A relação entre violência e educação é tema de estudo em diversas áreas e perspectivas teóricas e conseqüentemente acabam por definir e analisar o fenômeno de modos distintos. Existem diferentes tipos de violência, física, verbal, simbólica e suas manifestações.

Existe um programa educacional voltado ao combate e resistência às drogas intituladas PROERD que conta com quatro cursos, que consiste em uma ação conjunta entre o Policial Militar devidamente capacitado, professores, especialistas, estudantes, pais e comunidade, no sentido de prevenir e reduzir o uso indevido de drogas e a violência entre estudantes, bem como ajudar os estudantes a reconhecerem as pressões e a influência diária para usarem drogas e praticarem a violência, e a resistirem a elas. Em fim, para que a desigualdade social em especial na área da educação possa alcançar o seu objetivo, deverá haver uma união entre Estado, professores, gestores, alunos, pais, comunidade, segurança pública entre outros, pois só agindo juntos que ao

longo do tempo irá obter resultados satisfatórios e notórios com relação à educação no estado brasileiro.

Políticas públicas, Estado, Educação

---

*Orientação ELCY MILITAO DA SILVA*

**CONFLITOS ECONOMICOS E SOCIAIS : COTAS RACIAIS**

*ANA PAULA MESSIAS PAGANI, BRENNO LOUREIRO MACHADO, GABRIEL SOUZA GOMES, IAGO BICALHO MUCIACCIA, JOÃO CARLOS BINS*

*6º Período -*

O presente trabalho objetiva realizar uma pesquisa acerca do sistema de cotas raciais no âmbito da sociedade brasileira, levando em consideração o histórico social que induziu a necessidade da aplicação da política das cotas raciais. Considerando o impacto do grande período em que o Brasil utilizava-se do sistema escravocrata como parte de sua base econômica, provocando na população negra relevante desgaste e diferenciação social, bem como o induzimento a situação de párias sociais após normatizações que findaram oficialmente com o regime da escravidão no país, pois mesmo com a implementação da Lei Imperial nº 3.353 – Lei Áurea – a realidade social dos negros no país é carregada de estigmas sociais, que se tornaram a base argumentativa para luta social em busca de direitos fundamentais igualitários sobre reconhecimento e empoderamento social.

Para tanto, serão objetos desta pesquisa a história, em si, da população negra e seus desafios sociais, calcados nas gradativas conquistas alcançadas por movimentos sociais organizados, como o Movimento Negro no Brasil. Além da utilização de marcos legais, que provocaram mudanças relevantes para importante parcela da nossa sociedade; apontando, desde legislações que aboliram o sistema escravocrata até as recentes, que refletem conquistas legais de direitos que buscam determinada reparação de danos históricos, sociais e econômicos aos negros brasileiros. Intencionando, apresentação de motivação social e legal para criação do Sistema de Cotas Raciais no seio da sociedade brasileira, bem como seu processo e sua aplicabilidade social.

Percebendo, portanto, que a implementação das cotas raciais configuram-se, sim, como políticas afirmativas sociais importantes não apenas aos atendidos diretamente, que é o povo negro, mas também como uma correção de postura social de forma

genérica, para que cada agente social compreenda-se como igual, respeitando e entendendo toda e qualquer diferença que haja entre os indivíduos da nossa sociedade.

Lei aurea, cotas sociais, cotas raciais

---

*Orientação ELCY MILITAO DA SILVA*

**CRIMES SEXUAIS:ESTUPRO**

*DEIVID LORAM, GEOVANA MAIA, IDAYNARA DAMAZIO, RODRIGO CASTRO,  
VALQUIRIA VIEIRA*

*6º Período -*

O presente trabalho tem como temática a ofensa ao direito constitucionalmente tutelado da Dignidade da Pessoa Humana, sob o prisma dos crimes sexuais com ênfase maior ao crime de estupro. O referido direito é um dos fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estando disposto no art.1º da CF/88 em seu inciso III: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III – a dignidade da pessoa humana. O citado direito e também princípio, da Dignidade da Pessoa Humana, tem como uma de suas vertentes a Dignidade Sexual, sendo corolário desta o bem jurídico da Liberdade Sexual. Ambos valores são, portanto, interesses sociais que obtêm proteção jurídica, dada a sua relevante importância para a sociedade, propiciando a manutenção da pacificação social. Com base em tais bens jurídicos, o Código Penal elenca os crimes que estão dispostos no Título VI – Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual – sendo divididos em seis capítulos: Capítulo I – Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual; Capítulo II – Dos Crimes Sexuais Contra Vulnerável; Capítulo III – Do Rapto (este atualmente revogado); Capítulo IV – Disposições Gerais; Capítulo V – Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual; Capítulo VI – Do Ultraje Público ao Pudor. Insta destacar que os valores juridicamente protegidos acompanham sempre o contexto da sociedade em que se encontra, o que não é exceção no Brasil. Ao passar dos anos conceitos e paradigmas são desconstruídos e essa mudança de pensamento influencia diretamente a elaboração das leis, como no caso da esfera penal. Em nosso país grande alteração e sendo considerada como evolução na seara penal foi a vigência da lei 12.015/09. Esta lei trouxe alterações como a nomenclatura do próprio Título, em que antes lia-se “Dos Crimes Contra os Costumes” e agora lê-se “Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual” . Malgrado parecer de ínfima importância, veio simbolizar toda uma mudança de

mentalidade, pois agora o que deseja-se realmente proteger é a Dignidade e Liberdade Sexual da vítima e não a honra dos familiares ou pensamentos conservadores da sociedade. Outras alterações são de extrema valia, como a modificação do crime de estupro – crime de grande relevância e destaque do corrente trabalho – posto que agora tanto a prática da conjunção carnal, quanto a ocorrência dos atos libidinosos configuram o comentado delito. Conjunção carnal é a penetração do pênis com a vagina e ato libidinoso é qualquer outro ato sexual diverso da conjunção carnal, como por exemplo a masturbação, sexo oral, sexo anal, apalpar nádegas e seios, ... Isso, portanto, na prática significou a abrangência de mais pessoas no polo passivo do referido delito, englobando agora tanto as relações heterossexuais como as homossexuais. O estupro pode ser marital, sempre que houver ausência de consentimento terá o crime de estupro não importando se é casado ou não. O estupro pode ser de vulnerável, sempre que no sujeito passivo houver menor de 14 anos, enfermo ou deficiente mental que não obtiver o necessário discernimento ou qualquer outra pessoa que não puder oferecer resistência. Há ainda diversos outros crimes sexuais dispostos no Código Penal Brasileiro, porém sempre no final protegendo a Dignidade Sexual da pessoa e a Liberdade, inclusive da escolha de como dispor do corpo ou do parceiro desejado. Hodiernamente, ainda há muito o que se conquistar, pois os dados sobre o estupro no Brasil ainda são deveras preocupante e a cultura de culpabilização da vítima é muito presente em nosso cotidiano.

Estupro, dignidade, sociedade

**CONFLITOS ECONOMICOS E SOCIAIS : Reforma Agrária**

*Andreia dos Santos Nunes, Camila Rodrigues Nascimento, José Luiz Gomes Pinheiro,  
Leandro Montesinos Pereira, Maiane de Oliveira Sena, Raphael Silva Israel, Renato  
Cezar Bravin*

*6º Período -*

Diante do tema exposto, trabalhamos buscando concentrar maiores informações sobre o tema afim de contextualizar, desde sua historicidades, conflitos e também a evolução da reforma agrária. A princípio abrangemos a historicidade que mostra o início no período colonial, a criação das leis das terra em 1850. A elaboração do Estatuto da Terra que foi editado da lei nº 4.504, de 1964; criando o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em substituição à antiga SUPRA até a criação INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Abrangendo assim todas suas histórias. Além de abranger toda história da reforma agrária brasileira, demos um ênfase na história agrária do estado do Espírito Santo, buscando apresentar os casos de maiores repercussões e mostrando a importância da terra cumprir seu papel social. Não obstante, demonstramos toda jurisdição que engloba a reforma agrária, sendo ela um ramo do direito com natureza jurídica predominantemente social, conforme determina a Constituição Federal. Sendo que envolve três instituto do direito, que são os constitucionais, administrativos, civis e os processuais. O Direito Constitucional estabelece acerca dos direitos individuais e coletivos, estabelecendo os fundamentos para a desapropriação; no âmbito do Direito Administrativo é desenvolvida como se dá a aplicação desse instituto, determinando a competência e a finalidade para expropriar, ao passo que o Direito Civil, no âmbito da eficácia, reconhece a desapropriação como forma legal de cessar, além do domínio e da posse, os direitos e obrigações. A Constituição Federal de 1988 estabelece três formas de desapropriação com caráter de sanção: pelo descumprimento da função social da propriedade urbana (art. 182, § 4º, III) ou da propriedade rural (art. 184), e pelo cultivo de plantas psicotrópicas proibidas por lei (art. 243). Esta última hipótese, na realidade, trata-se de confisco, vez que não assegura qualquer indenização ao proprietário. Tendo em visto todos os casos estudados e expostos, ficam o

questionamento sobre a análise quanto ao instituto da reforma agrária. Qual seria o principal objetivo da reforma agrária hoje no Brasil e no Espírito Santo? Quem seriam os reais beneficiados por tais medidas? Qual o verdadeiro alcance da reforma em si? O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) que é hoje um dos principais movimentos em torno desse assunto, busca fundamentalmente a redistribuição das terras improdutivas para que estas possam de fato cumprir a sua função social, e conseqüentemente também trazer dignidade às pessoas que precisam de renda e moradia. Visto que a reforma agrária seja um tema amplo, e muito complexo, percebe-se que em vários momentos o Brasil teve a oportunidade de criar uma reforma agrária mais justa, com mais equidade e eficiência, para fins de cumprir seu verdadeiro papel social no Brasil. Porém decidiu apoiar a burguesia. Após tantos avanços na legislação, ainda percebemos que ainda é um setor frágil, onde precisa de uma evolução ampla e eficaz para que se cumpra seu papel social, buscando a equidade na distribuição de terras.

Reforma agrária, habitação, dignidade

---

*Orientação ELCY MILITAO DA SILVA*



## PLANO DE TRABALHO

Curso: <b>Direito</b>	<b>7º Período – Noturno</b>
Tema: <b>Direitos Humanos Fundamentais</b>	Eixo(s): <b>DIREITO, DEMOCRACIA E CIDADADE</b>
Subtema: <b>Jurisdição e Justiça: o acesso a Justiça; dilemas do direito de família</b>	
Componentes Curriculares Envolvidas:	<b>Direito Civil VI (Família; Direito Processual Civil IV; Prática Jurídica Simulada Civil I</b>

### Justificativa

O curso de Direito se apresenta como um importante veículo de conhecimento acerca das instituições jurídico-políticas que constituem o Estado Democrático de Direito a ser implantado conforme a Constituição da República de 1988. A concepção pedagógica que norteia o ensino jurídico não pode jamais estar dissociada das noções de cidadania e democracia, sendo este o norte desta IES, no tocante a seu curso de Direito. (ppc, Curso de Direito, Faculdade Doctum de Vitória).

### Objetivos

Objetivo Geral:

- Identificar qual a extensão da Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos no ordenamento jurídico pátrio.

Objetivos Específicos:

- Trabalhar os conceitos de Direitos humanos, Direitos fundamentais e internacionais.
- Pesquisar a relação da jurisprudência da Corte Interamericana com o ordenamento jurídico brasileiro.

---

### **Metodologia**

O trabalho será desenvolvido a partir de pesquisa teórica – revisional bibliográfico e de campo, que culminará na elaboração de artigo e de uma paródia musical grupos. Ao final do semestre pretende-se socializar o material produzido em apresentação oral.

---

---

### **Avaliação**

---

---

### **Cronograma**

Atividade:	Escolha e apresentação da bibliografia	Data de Entrega:	26/03/2018
	Elaboração de um paper		28/05/2018
	Apresentação Seminário para a comunidade		14/06/2018

---

---

### **Referências**

Farias. Cristiano Chaves de. Curso de Direito Civil: família, volume 6- 7. Ed. Ver. Ampl. E atual.- São Paulo: Atlas, 2015.

---

**As novas configurações familiares brasileiras - Família multifacetada brasileira**

*João Vítor Leal Rabbi, Kleiton Reinaldo, Fellipe Bernardino, Luis Carlos Coutinho,  
Viviane Campos, Alex Campos, Ester Lima.*

*7º Período -*

Algumas das principais mudanças ocorreram no Direito Civil, mais especificamente, no Direito de Família. posição de destaque para o Princípio da Afetividade, largamente defendido pela doutrina e jurisprudência. Pelo exposto, justifica-se a escolha do presente tema para a realização do trabalho em questão.

Afetividade; sociedade; família

---

*Orientação Ademir João Costalonga*

**ADOÇÃO UNILATERAL.**

*DAIANE OLIVEIRA; EUDES MENDONÇA; FRANCIELE ROCHA NUNES; FRANCIELE MENDES; IARA ÂNGELA BORGES MENDES; JÉSIA DE OLIVEIRA E JORDANA MARQUES.*

*7º Período -*

A adoção unilateral consiste na adoção, geralmente pelo padrasto ou madrasta, do filho do cônjuge ou companheiro. Nesta modalidade de adoção, ocorre o rompimento do vínculo de filiação com um dos pais, para que seja criado um novo vínculo com o pai adotivo.

ADOÇÃO; UNILATERAL; FILIAÇÃO.

---

*Orientação Ademir João Costalonga*

### **GUARDA COMPARTILHADA**

*FABIO LOUREIRO RANGEL FILHO; FREDERICO TADEU BORLOT PEIXOTO; GIL ELBER DIAS GOMES JUNIOR; JEFERSON DA SILVA VIANA; RAISSA MENDES VIEIRA; SAYONARA MARTINS DE OLIVEIRA*

*7º Período -*

A guarda compartilhada, hoje em dia regra no ordenamento jurídico brasileiro, encontra-se regulada no Código Civil de 2002, sendo acrescentada pela Lei nº 13.058/2014 que alterou artigos essenciais daquele diploma legal. A Guarda Compartilhada tem como principal objetivo manter a mesma relação pai e filho, ou mãe e filho, que havia anteriormente à separação.

Família; Guarda Compartilhada; Código Civil.

---

*Orientação Ademir João Costalonga*

## **ALIENAÇÃO PARENTAL**

*ALINE BELSHOFF; ANDERSON LAUVS; BRUNA CAROLINA A. QUIRINO; IGOR LIBARDI; LUIS FELLIPE MATOS ; MÁIRA OLIVEIRA CARVALHO.*

*7º Período -*

A alienação parental é um dos temas mais delicados tratados pelo direito de família, considerando os efeitos psicológicos e emocionais negativos que pode provocar nas relações entre pais e filhos. O objetivo da conduta, na maior parte dos casos, é prejudicar o vínculo da criança ou do adolescente com o genitor.

Direito Civil, Direito de família, Alienação parental.

---

*Orientação Ademir João Costalonga*

### **A MEDIAÇÃO NO ÂMBITO DO DIREITO DAS FAMÍLIAS**

*ÁLVARO RAMOS DUTRA; DÉBORA ANDRADE ROOS; GABRIELLA VIEIRA  
QUADROS; JOYCE LEMOS LYRIO ; RAFAELA ARAUJO PEREIRA*

*7º Período -*

O presente trabalho visa fazer apontamentos sobre o instituto da mediação, estudando seus termos. Hoje, a mediação é um instrumento de pacificação, que busca solucionar os conflitos familiares de forma eficiente. Ademais, tem o intuito de ajustar os pontos conflitivos para a manutenção dos relacionamentos futuros, resgatando os vínculos e a convivência familiar.

DIREITO DE FAMÍLIA; MEDIAÇÃO;

---

*Orientação Ademir João Costalonga*

**RESPONSABILIDADE AVOENGA NA OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS**

*CARLOS FERNANDO BRANDÃO DALLA JUNIOR; EZEQUIEL DOS SANTOS;  
HARIANE SCHLETZ; IASMIN ANACLETO; JEFFERSON DALLA NETTO; PAULO  
ROBERTO FONSECA LOPES; PHELLIPE ARAUJO.*

*7º Período -*

No que tange o trabalho, a nossa pesquisa faz uma análise em relação à responsabilidade dos avós em alimentar seus netos. Portanto, reza o direito civil, que os avós tem a responsabilidade de prestar alimentos aos seus descendentes e, que esses alimentos tem o caráter subsidiário ou complementar, bem como, excepcional.

Obrigação; Alimentos; Avoengas; Avós

---

*Orientação Ademir João Costalonga*



**Acesso a Justiça: Dilemas do Direito de Família**

1. *Alexandre Sarmiento Ramos, Kaio Bonfim, Rafaela Azevedo, José Eduardo Balikian, Paulo Leopoldino*  
7º Período -

Recortes Histórico da evolução dos direitos dos casais homoafetivos  
O presente trabalho busca mostrar a trajetória da evolução dos direitos dos casais homoafetivos, dentro da seara do direito de família, por meio de recortes históricos.

Direitos dos casais homoafetivos

---

*Orientação Paula Jenaina Costa*

**Acesso a Justiça: Dilemas do Direito de Família**

1. *Débora Aquino Blunque de Moraes, Débora Christina de Oliveira Lopes, Emanoéle Silva Santos, Mayra Caroliny Bertolani Costa*

7º Período -

A família monoparental é aquela onde apenas um dos pais é responsável pelos filhos menores, esta instituição não era reconhecida como entidade familiar até a Constituição Federal de 1988, este foi apenas o ponto inicial para grandes mudanças pois esta inclusão abriu a porta para que em 2009 a nova lei de adoção permitisse a adoção pela família monoparental, na espera de um aumento nas filas de adoção.

Família monoparental

---

*Orientação Paula Jenaina Costa*

**Acesso a Justiça: Dilemas do Direito de Família**

*Matheus Medeiros, Suellen Negrini, Thais Ribeiro e Thiago Cirilo.*

*7º Período -*

Guarda Compartilhada e seus Desafios

O tema abordado se tornou muito comum nos dias atuais, devido ao infeliz aumento no número de divórcios, sendo uma grande responsabilidade do Judiciário decidir e orientar a organização do futuro da prole, com isso, é de suma importância para o Direito, e obviamente, para as pessoas que serão afetadas por ela estudar e estar ciente de todos os desafios enfrentados. A guarda compartilhada encontra-se no Direito de Família, no Código de Direito Civil, contudo, dissertaremos além do que está descrito na lei, mas também sobre os diversos aspectos desse tipo de guarda, sendo eles positivos e negativos, não só na visão dos filhos, mas também na visão dos pais. O presente trabalho busca estudar os possíveis efeitos físicos, psicológicos, financeiros, sociais e educativos demonstrando a realidade enfrentada não só pelas partes envolvidas, mas também pela responsabilidade do Judiciário ao ter que decidir por tal guarda, prevendo todas as consequências possíveis.

Guarda Compartilhada e seus Desafios

---

*Orientação Paula Jenaina Costa*

**Acesso a Justiça: Dilemas do Direito de Família**

*Cynthia Viviane Coelho Jacob, Geovane Barbosa, Hilda Félix Daniel, Valter da Cunha Resende*

*7º Período -*

ABANDONO AFETIVO - O presente trabalho tem como objetivo analisar a responsabilidade civil por abandono afetivo dos pais em relação aos filhos, partindo das transformações ocorridas no Direito de Família, e em observância das leis pertinentes ao tema, em especial as garantias fundamentais. A cronologia das leis culmina com o advento da Constituição Federal e os princípios que dela irradiam para todo o sistema jurídico, alterando conceitos e posições seculares. Nessa linha de raciocínio, busca-se demonstrar a evolução da família e a importância do afeto e responsabilidade parental no desenvolvimento dos filhos. Abre-se, então, um espaço para ressaltar os direitos e deveres essenciais para a construção da família, em que o abandono e ausência de convivência com os pais, podem ocasionar sofrimento passível de ser indenizado diante da configuração dos danos morais. Portanto, o trabalho compreende a importância dos pais na vida dos filhos e as consequências em razão da ausência de afeto.

ABANDONO AFETIVO

---

*Orientação Paula Jenaina Costa*

### **Acesso a Justiça: Dilemas do Direito de Família**

*Bruno Beling, Eliel Araújo, Marcio André, Rayner Dossi, Rodolfo Malhame, Wanderlei Valentin*

*7º Período -*

Este trabalho pretende realizar uma breve explanação a respeito da união poliafetiva, abordando seus impactos na sociedade, bem como seus efeitos jurídicos no que tange ao término da relação, seja por sua dissolução ou morte, bem como seus impactos nas relações civis contratuais, através de análise de doutrinas, jurisprudências e direito comparado.

UNIÃO POLIAFETIVA

---

*Orientação Paula Jenaina Costa*

### **Acesso a Justiça: Dilemas do Direito de Família**

*Alessandro Da Hora Cristino, Camila Soares Lubiana, Lorryne Da Silva Belling, Rubia Maria Perine, Rosana Maria Marques Santos*

*7º Período -*

O presente trabalho tem como tema central união estável, buscaremos ao longo do mesmo mostrar os requisitos, formas e espécies da união estável, também qual a sua diferença para o casamento civil e também a semelhanças que ambos possuem. Será discutido a evolução que a união estável vem sofrendo ao longo dos anos no direito brasileiro e também as fontes jurídicas pelas quais tratam a respeito deste tema que hoje é aceito, mas que já passou por grandes polêmicas.

UNIÃO ESTÁVEL

---

*Orientação Paula Jenaina Costa*

**Jurisdição e Justiça: o acesso a justiça: a burocracia judiciária e precarização da prestação jurisdicional.**

*ANA HELENA BERNARDES DE OLIVEIRA, ELIZELMA FALCÃO  
CARRIÇO, JULIELY DO CARMO FERREIRA, LARISSA GOMES FREITAS;  
DIRLENE PEREIRA PEDRO*

*8º Período -*

Tendo em vista a repercussão de da Lei nº 13.467/2017 que alterou significativamente as ações de natureza trabalhista, no que tange ao pagamento de honorários sucumbenciais. Segundo artigos publicados em revistas de grande circulação, a queda de ações trabalhistas chega a cerca de 90% em todo Brasil. Portanto, a reforma trabalhista trouxe um novo panorama a justiça do trabalho, tendo em vista que visa a valorização do profissional que atua na causa, mas também trouxe insegurança para a parte mais frágil da relação, qual seja, o trabalhador. Tais mudanças na legislação trouxeram novo meio de solução para evitar ações na justiça, sendo ela a mediação extrajudicial e ainda assim proporcionando segurança jurídica. Segundo a revista digital 'Justificando' uma condenação a pulsos fortes, com aplicação literal da lei, pode gerar a insolvência civil do trabalhador, o que vai de encontro com os valores que trabalhistas que são apresentados na Constituição Federal. Se um trabalhador ingressa com ação e esta julgada improcedente, aquele que busca reparo aos danos causados pela empresa poderá ver seu dinheiro ser 'devolvido' àquela que lhe causou dano, e assim, novamente lhe causará. Socialmente falando, não há acesso a justiça quando a parte mais frágil da relação não é protegida e aquele que deveria assisti-la torna-se seu carrasco.

A diminuição das demandas trabalhistas

---

*Orientação Paula Jenaina Costa*

**Jurisdição e Justiça: o acesso a justiça: a burocracia judiciária e precarização da prestação jurisdicional.**

*Alcides Rogério Norato, Cícero Assad, Dylan Luiz Petri Rodrigues, Fabio Binda Junior, George Silva Carvalho, Marcello Abreu Silva*

8º Período -

O acesso a justiça, esta estabelecido nos pressupostos segundo o qual deve ser uma preocupação central da Ciência do Direito, e de outras disciplinas científicas. Sua compreensão exata faz necessária para sua efetivação plena, não restringindo apenas à Ciência do Direito, mas as outras que poderão dar sua colaboração e por isto, devem necessariamente ser estudado por diversas áreas de conhecimento e quanto maior o número de estudiosos debruçarem-se sobre a problemática, maior será a contribuição na solução dessa grande demanda que ainda assola a sociedade brasileira. Todos os obstáculos para a efetivação do direito e o acesso à justiça, devem ser corretamente enfrentados, seja em sede de Ciência Política e de Direito Constitucional, bem como na concepção das novas coo sociologia, psicologia, ciência sociais entre os mais variados campos de pesquisas, esculpindo uma inovadora estrutura de Estado buscando uma organização mais adequada do Judiciário, como também na área da Ciência Processual, para a reformulação de institutos e categorias processuais e concepções de novas alternativas e novas técnicas de solução dos conflitos A sociedade atual clama pela efetivação da justiça e dos direitos fundamentais, os quais somente poderão ser alcançados em sua plenitude através de uma visão democrática e pluralista das necessidades desta sociedade. Nesse passo, no que concerne à resolução de conflitos, os processualistas passaram a buscar novos meios de solução de conflitos, que fossem menos formais, mais céleres e com custas menores. Assim, vislumbrou-se então, as soluções não-jurisdicionais dos litígios como meios aptos a alcançar a tão almejada pacificação social de maneira menos burocratizada e até mesmo mais eficiente do que os processos tradicionais judiciais. Atendendo aos anseios da doutrina, o novo diploma processual civil inseriu no seu texto a expressa regulamentação da conciliação e da mediação,



determinando especificamente o seu funcionamento.

O acesso a justiça

---

*Orientação Paula Jenaina Costa*

**Jurisdição e Justiça: o acesso a justiça: a burocracia judiciária e precarização da prestação jurisdicional.**

*ANDERSON JUNIOR OASKE, CLEIA MENDES PINHEIRO, CENY COUTINHO MENDES, REGIANNY DO NASCIMENTO SERQUEIRA, SIMONE ALVES MOREIRA BOSCHETTI, VANESSA ALVES PIONT*

*8º Período -*

**O RETRATO DO SUCATEAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

A linha de pesquisa deste trabalho científico esta voltada em torno do sucateamento da defensoria pública do estado do Espírito Santo em que tal ponto este sucateamento afeta a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos capixabas. O presente trabalho tem como objetivo explanar, algumas das dificuldades encontradas na prestação do serviço da Defensoria Pública tendo em vista que de acordo com a ANADEP (Associação Nacional Dos Defensores Públicos) e de acordo com o artigo 98 da ADCT (Atos das disposições constitucionais transitórias) inserido por meio da emenda constitucional 80/2014, a pretensão é que se tenha pelo menos um Defensor Público para cada Comarca até o ano de 2022, pois apesar de garantido pelo artigo 134 da Constituição Federal de 1988, o direito à assistência jurídica gratuita no Brasil ainda é, em certa medida, cerceado à população carente. Segundo dados fornecidos pela Associação dos Defensores Públicos do Espírito Santo (ADEPES), dos 78 municípios do estado do Espírito Santo, 48 deles não possuem atendimentos fornecidos pela defensoria pública e das 69 comarcas do Estado, 48 não possuem defensores à disposição. Destarte, se tem um número de 170 (cento e setenta) defensores disponíveis aos cidadãos capixabas, tendo a estimativa de 01(um) defensor para um grupo de 24 mil capixabas. Essa deficiência ocorre porque, embora a garantia esteja determinada no papel, a falta de defensores públicos, especialmente no interior não permite o efetivo acesso da população ao poder Judiciário ou mesmo à defesa plena de seus direitos, que se trata de uma garantia constitucional. Ressalta-se que de acordo com o renomado autor Mauro Cappelletti, é cada vez mais indispensável o auxílio de um advogado para que o indivíduo tenha o ideal acesso à justiça, uma vez que as leis se tornam cada vez mais complexas para serem interpretadas por pessoas

juridicamente leigas.

UCATEAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

---

*Orientação Paula Jenaina Costa*

**Jurisdição e Justiça: o acesso a justiça: a burocracia judiciária e precarização da prestação jurisdicional.**

*Layla Gonçalves Batista, Luciana Maria Marim e Maila Hering.*

*8º Período -*

Partindo do princípio dos freios e contra pesos, os três poderes do Estado Brasileiro estão em pé de igualdade, entretanto o que notamos é a falta de efetividade e de igualdade quando se trata da população. Apesar de termos o advento da Constituição Federal, que oferece á população, nos termos do art. 5º inciso XXXV da CRFB/88, a garantia a todos os cidadãos brasileiros a possibilidade de ter seu conflito apreciado pelo Poder Judiciário, existem muitas ressalvas vinculadas a real situação enfrentada por quem resolve ingressar no judiciário. Além da Constituição Federal, outros institutos que trouxeram uma melhora ao acesso à justiça, principalmente no âmbito cível, foi o Código de Defesa do Consumidor e o Novo Código de Processo Civil, que inovou no que tange aos métodos de resolução de conflitos, implantando a arbitragem, a mediação e a conciliação. Não obstante, a criação de Juizados Especiais no ramo cível e criminal também foi uma inovação que possibilitaram um amplo acesso à justiça. O foco do artigo é demonstrar como a justiça funciona na prática, e se existe distinção relacionada às pessoas com maiores recursos e informações, sobre as que não são atingidas pela ampla divulgação de conhecimento do âmbito jurídico e são desprovidas de capital.

As garantias constitucionais e a real efetivação do acesso à justiça.

---

*Orientação Paula Jenaina Costa*

**Jurisdição e Justiça: o acesso a justiça: a burocracia judiciária e precarização da prestação jurisdicional.**

*Aline de Assis Teixeira Amm, Cinthia Patrocínio, Cristiane Matias, Rafaela da Silva Vidal, Valéria Sepulcri.*  
8º Período -

O presente trabalho buscará abordar a controvérsia entre o serviço da advocacia gratuita aos hipossuficientes e a condenação dos mesmos nas despesas processuais e sucumbenciais, bem como a figura do advogado dativo. Serão suscitadas as possíveis barreiras existentes para a máxima efetividade da atuação da Defensoria Pública, de maneira a demonstrar a precarização dos serviços prestados e a relativização do princípio da isonomia. Nesse sentido, pautar-se-á nos ensinamentos de Capelletti que diz: “...A assistência judiciária baseia-se no fornecimento de serviços jurídicos relativamente caros, através de advogados que normalmente utilizam o sistema judiciário formal. Para obter os serviços de um profissional altamente treinado, é preciso pagar caro, sejam os honorários atendidos pelo cliente ou pelo Estado... a realidade diz que, sem remuneração adequada, os serviços jurídicos para os pobres tendem a ser pobres, também. Poucos advogados se interessam em assumi-los e aqueles que o fazem tendem a desempenhá-los em níveis menos rigorosos. Tendo em vista o alto custo dos advogados, não é surpreendente que até agora muito poucas sociedades tenham sequer tentado alcançar a meta de prover um profissional para todas as pessoas para quem essa despesa represente um peso econômico excessivo.” (CAPELETTI, pag. 47,48)

Abordando a precarização da prestação jurisdicional no que tange o serviço da advocacia gratuita

---

*Orientação Paula Jenaina Costa*

**Jurisdição e Justiça: o acesso a justiça: a burocracia judiciária e precarização da prestação jurisdicional.**

*Daniele Rosa, Deusa Esperança, Jéssica Simão, Lucas Gastaldi.*

*8º Período -*

Há uma constante banalização do poder judiciário frente às supérfluas necessidades individuais, crescente é o ajuizamento de demandas firmadas em entendimento próprio e não com base no direito, aliado a este fato está a falta de conscientização às partes que deveria ser proposta pelo do poder judiciário a fim de prevenir o tema em tela, bem como evitar excesso de demandas ajuizadas de forma desnecessária, e frente a isto está o princípio da inafastabilidade da jurisdição que assegura o direito de demandar e a inafastabilidade do Estado ante a lide, aliado ao princípio do acesso à justiça. Diante desta problemática, o presente trabalho visa descortinar a banalização do poder judiciário em conflito com o princípio da inafastabilidade jurisdicional e o princípio do acesso à justiça, e propor soluções para o conflito apresentado. Palavras-Chave: Acesso à justiça. Banalização. Inafastabilidade jurisdicional. Poder Judiciário.

Banalização do poder judiciário

---

*Orientação Paula Jenaina Costa*

**Jurisdição e Justiça: o acesso a justiça: a burocracia judiciária e precarização da prestação jurisdicional.**

*Débora S. Teixeira, Marcos Antônio Gonzaga, Theodorino P. Sacramento.*

*8º Período -*

Diferença entre o acesso à prestação de serviço de um defensor público e um advogado particular. O acesso é o ponto de partida para o início de qualquer consultoria, socorro, litígio, processo e defesa judicial. Quaisquer que sejam as demandas judiciais, tudo se inicia com o acesso. Por isso iniciamos este exposto com um dado alarmante sobre o nosso estado, 67% de nossos municípios (um total de 52 municípios no ano de 2017) não contam o serviço de defensoria pública, o que nos leva a pensar nos milhares de cidadãos capixabas que não possuem o básico, o acesso. Este dado é aponta do iceberg, pois como não bastasse 67% dos municípios sem acesso a defensoria pública, descobrimos que os 33% dos municípios que contam com os serviços da defensoria enfrentam diversos problemas, o que nos leva ao segundo ponto. A relevância da pesquisa sobre o tema “A Defensoria Pública” está em apresentar os pontos de destaque sobre o assunto. Nossa pretensão é avaliar o papel da Defensoria Pública como forma de acesso do cidadão comum à justiça. Em 2017 o orçamento destinado a defensoria pública no estado do Espírito Santo foi o menor dos últimos três anos anteriores. Conseqüentemente o número de Defensores é reduzido em face da demanda que não de subir, no Espírito Santo, apesar do crescimento da procura pelos serviços da Defensoria, a falta de valorização da instituição por parte do poder público faz com que ocorra uma preocupante evasão de defensores públicos. Eram 215 profissionais no final de 2013, e em 2017 eram apenas 170. Diante desse quadro, entendemos que a Defensoria Pública, instituição constitucional incumbida de conferir acesso à justiça aos necessitados, apesar dos diversos avanços alcançados, ainda deve superar muitas dificuldades para cumprir com sua missão constitucional de forma efetiva; principalmente em termos de concretização da autonomia, estrutura, recursos e quantidade de defensores públicos. Mais adiante, apresentaremos as novas

perspectivas para a Defensoria Pública, destacando o exemplo da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

Diferença entre o acesso à prestação de serviço de um defensor público e um advogado particular.

---

*Orientação Paula Jenaina Costa*





# Engenharia Elétrica ATELIE

técnico-científico

2018

14 e 15  
de Junho

8h  
e  
19h

Local:  
Faculdade  
Doctum Vitória



#### Faça uma escolha consciente

A influência daquilo que você acredita torna maior o impacto do seu trabalho.



#### Defina metas e não limites

Ter metas é um dos principais pontos do seu planejamento.



#### Avalie o seu aprendizado

Preveja o sucesso do seu trabalho com uma carteira de negócios.



#### Crie uma proposta sustentável

A contribuição do seu trabalho pode estar muito além do que imagina.

**SEJA A MUDANÇA QUE VOCÊ  
QUER PARA SUA VIDA!**

*Aqui suas ideias o levam ainda mais longe!*

rede de ensino

**DOCTUM**

Ateliê Técnico-Científico  
Caderno de Resumos de Vitória/ES



14 e 15 de junho de 2018  
Rede de Ensino Doctum  
Instituto Ensinar Brasil



Faculdades Doctum de Vitória/ES  
**volume 01 | número 01 | 2018**

**O *Ateliê Técnico-Científico Caderno de Resumos de Vitória/ES* é uma publicação semestral, onde serão aceitos os resumos, em língua portuguesa, dos trabalhos apresentados no Ateliê Técnico-Científico das Faculdades Doctum de Vitória/ES – Rede de Ensino Doctum.**

## **REDE DE ENSINO DOCTUM      Corpo Editorial**

### **Instituto Ensinar Brasil**

Autor Corporativo

**Cláudio Cezar Leitão**

Presidente

**Ma. Ivana Leitão**

Superintendente de Ensino

**Ma. Heloisa Albuquerque**

Diretora de Ensino Superior

**Dra. Iana Penna**

Coordenadora Geral de Pesquisa

**Janilda Prata Guimarães**

Diretora

**Dra. Anna Cecília**

Coordenadora Acadêmica

**Dr. Wanderson Muniz de Santana**

Coordenador de Pesquisa

Rua João Pinheiro 147  
Centro – Caratinga – MG  
CEP: 35.300-037  
(33) 3322- 6314

Rua Joaquim Leopoldino Lopes, 230  
Consolação – Vitória – ES  
CEP 29045-580  
(27) 3031-3017

# Ateliê Técnico-Científico Caderno de Resumos de Vitória/ES



## **Coordenadores da Unidade**

Administração | Prof<sup>ª</sup>. Sheyla Valkíria Passoni

Arquitetura e Urbanismo | Prof. Marcos Correa

Direito | Prof. Stefano Antonini D'Amato

Engenharia de Produção | Prof<sup>ª</sup>. Fabiana Battista

Engenharia Elétrica | Prof<sup>ª</sup>. Fabiana Battista

Pedagogia | Profa. Anna Cecilia

## **Projeto Gráfico, Capa, Edição de Textos e Diagramação**

Dr. Wanderson Muniz de Santana

\*O conteúdo de todos os textos é de responsabilidade de seus autores correspondentes.

# Resumos

<b>1º Período – Noturno .....</b>	<b>8</b>
ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES FÍSICOS E IDOSOS PLATAFORMA PARA NIVELAMENTO ENTRE PESSOA E O TRANSPORTE PÚBLICO .....	11
ENERGIA DO BEM - IMPLANTAÇÃO DE CIRCUITOS ELÉTRICOS EFICIENTES, FOCADOS EM SEGURANÇA DAS RESIDÊNCIAS, NAS COMUNIDADES CARENTES .....	12
ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES FÍSICOS E IDOSOS: PLATAFORMA PARA NIVELAMENTO ENTRE PESSOA E O TRANSPORTE PÚBLICO .....	13
AUTOMATIZAÇÃO DA REUTILIZAÇÃO DE ÁGUA PLUVIAL .....	14
AUTOMAÇÃO AGRÍCOLA-SISTEMA DE IRRIGAÇÃO AUTOMATIZADA COM SENSOR DE UMIDADE PARA AGRICULTURA FAMILIAR E AFINS .....	15
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA: INSTALAÇÃO DE MINI USINA HIDRELÉTRICA EM CAIXA D'ÁGUA.....	16
PROJETO DE CIRCUITOS ELÉTRICOS EFICIENTES, FOCANDO NA SEGURANÇA DAS RESIDÊNCIAS EM COMUNIDADES CARENTES. ....	17
<b>2º Período – Noturno .....</b>	<b>18</b>
GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA NO MEIO RURAL .....	21
<b>3º Período -Noturno.....</b>	<b>23</b>
A ELETRICIDADE E O COTIDIANO .....	26
FONTES GERADORAS DE ENERGIA.....	28
ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS REALIZADOS PELAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA.....	29
ENGENHARIA ACÚSTICA – O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS ELETROACÚSTICOS E CONTROLE DA INTENSIDADE DE RÚIDOS E VIBRAÇÕES .....	31
ENERGIA INFINITA.....	32
NOBREAK DE PONTA COM PAINEL SOLAR.....	33
<b>4º e 5º Períodos – Noturno.....</b>	<b>34</b>
ESTUDO DO CIRCUITO INTEGRADO 555.....	38
AMPLIFICADOR DE ÁUDIO MONO E ESTÉREO: UMA PRIMEIRA ABORDAGEM .....	39
AMPLIFICADORES OPERACIONAIS: UMA ABORDAGEM DIDÁTICA .....	40
AMPLIFICADOR DE HEADPHONE .....	41
CIRCUITO MONITOR ELÉTRICO .....	42
AMPLIFICADORES LINEARES .....	43

GELADEIRA DE PELTIER .....	44
AMPLIFICADOR INSTRUMENTAL DE BAIXO CUSTO .....	45

## Apresentação

O Ateliê Técnico-Científico da Faculdade Doctum de Vitória/ES - Rede de Ensino Doctum, caracteriza-se como um fórum de compartilhamento dos conhecimentos produzidos nos *Grupos de Leitura Supervisionada - GRULES*. Busca aprofundar os aspectos teóricos dos conteúdos abordados em sala de aula ao longo do semestre letivo, consolidando as bases científicas estruturadas pelo *Grupo Docente Interdisciplinar (GDI)* em cada um dos cursos de graduação da nossa unidade. Deste modo, pretende-se estimular o pensamento crítico do corpo docente e discente, além de fomentar a produção científica; proporcionando o desenvolvimento de uma massa crítica, aprofundamento teórico e motivando a autonomia e nova percepção da realidade pelo aluno.



## PLANO DE TRABALHO

Curso: Engenharia Elétrica	<b>1º Período – Noturno</b>
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Responsabilidade Social e Ambiental, Empreendedorismo
Subtema: ENGENHARIA E DIRETOS HUMANOS	
Componentes Curriculares Envolvidas: ALGEBRA - DESENHO - PROJETO INTEGRADOR	

### Justificativa

O objetivo deste trabalho consiste em abordar as tecnologias das áreas da Engenharia Elétrica, com soluções inovadoras já existente ou em desenvolvimento, atuando na garantia e na manutenção dos direitos humanos fundamentais. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição que diferencie um ser humano do outro, a razão desses direitos está na própria viabilidade da existência do ser humano, uma existência assegurada em todas as suas dimensões, garantida através do oferecimento de condições essenciais, tais como a vida, a liberdade de expressão, o trabalho, a saúde, a alimentação, a moradia, a educação e ao meio ambiente preservado, condições perseguidas a muito tempo e sendo conquistada através de uma luta muito grande. Este trabalho vem de forma a apresentar um pouco sobre a atuação das ideias da Engenharia Elétrica podem contribuir com os direitos humanos fundamentais

### Objetivos

Objetivo Geral: Com o intuito de aproximar os alunos das Engenharias ao mercado de trabalho e promover a interação academia com a sociedade, as pesquisas e trabalho que serão apresentados neste Ateliê, tem como objetivo ressaltar a importância da engenharia

---

para a vida e levar os jovens estudantes a refletirem sobre suas futuras profissões de um ponto de vista mais humano.

---

- Objetivos Específicos:
- 1- Demonstrar na formação dos futuros engenheiros a necessidade de adequação à complexidade do mundo contemporâneo;
  - 2- Propiciar uma visão integradora e ao mesmo tempo, especializada do seu campo de trabalho ao favorecer uma consciência crítica quanto ao uso do instrumental teórico e prático do seu curso;
  - 3- Inspirar atitudes solidárias, éticas, inovadoras e ousadas em todas as ações, enfatizando que todo esse esforço deve se voltar para o atendimento das necessidades de uma sociedade mais justa, equilibrada e humanizada.
- 

## **Metodologia**

O trabalho será desenvolvido a partir da análise das conjunturas sociais a que pertencem os alunos. Em princípio, será realizado um estudo sobre o conceito de Direitos Humanos. Depois qual a relação da Engenharia e os Direitos Humanos. Movidos por tais questionamentos, os alunos serão agrupados, conforme interesses comuns e pesquisas afins e iniciarão uma série de atividades, no intuito de focarem suas ideias em projetos que possam intervir nas vidas das pessoas, possibilitando o acesso ao que se está estabelecido nas legislações relacionadas aos Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Para chegarem aos seus respectivos objetivos, serão utilizados estudos bibliográficos, visitas monitoradas, entrevistas, pesquisas na internet, pesquisas de campo, experimentos, etc.

---

---

## Avaliação

---

---

## Cronograma

---

Atividade:	Elaboração do conceito de Direitos Humanos Relacionando Direitos Humanos e Engenharia Definição da Pesquisa Desenvolvimento do Pré-Projeto Seminário de exposição das pesquisas	Data de Entrega:
------------	---	------------------

---

---

## Referências

---

BOBBIO, Norberto. Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH – 3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República– ver. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. PNDH. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

---

**ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES FÍSICOS E IDOSOS****Plataforma para nivelamento entre pessoa e o transporte público**

JOÃO VITOR PAUSEM, JOSÉ AUGUSTO ROCHA JUNIOR, MARCIO KLIPPER  
MATHEUS FALTZ. VICTOR BERGAMIN

*1º Período*

O envelhecimento populacional crescente durante as últimas décadas e pessoas com necessidades especiais vem impondo desafios no sentido de que ocorram transformações nas cidades de modo a garantir aos idosos sua independência e autonomia, bem como uma vida ativa e produtiva. Um aspecto de relevância para que essa população mantenha a independência e autonomia, retardando a instalação de incapacidades, é a sua capacidade de se mover pela cidade. Essa mobilidade pode ser limitada por fatores pessoais associados ao processo fisiológico de envelhecimento, fatores ambientais ou problemas genéticos, sendo os pessoais, a diminuição da força muscular e da flexibilidade, aumento da rigidez dos tecidos conjuntivos particulares e intramusculares, declínio da tolerância de todo o corpo ao exercício, diminuição na condução nervosa e diminuição da acuidade visual, auditiva e vestibular. Entre os fatores ambientais, as principais barreiras estão associadas às inadequações de acessibilidade dos meios de transporte público e às irregularidades nas calçadas e vias utilizadas pelos idosos. Diante disso, a plataforma solucionaria algumas dificuldades impostas aos idosos e deficientes físicos, sendo que a forma de locomoção e o esforço exigido seria grandemente minimizado, garantindo uma melhor locomoção e um transporte mais rápido para todos.

Mobilidade - Acessibilidade - Transporte

---

*Orientação Fabiola Vasconcellos P. Sampaio*

**ENERGIA DO BEM -  
IMPLANTAÇÃO DE CIRCUITOS ELÉTRICOS EFICIENTES, FOCADOS EM  
SEGURANÇA DAS RESIDÊNCIAS, NAS COMUNIDADES CARENTES**

*FELIPE CORREIA, GABRIEL BARBOSA, MICHEL Y BRAVIM, PATRICK FELIPE  
PATRICK DE SOUZA PATROCINIO, TAISSON DOS SANTOS FONSECA*

*1º Período*

O cenário de instalações elétricas irregulares ainda é preocupante. E o descaso com a NBR 5410 é mais comum em residências de baixa renda, por não terem condições e assistência para a elaboração e instalação de um projeto dentro das norma que a regulamenta. É notável cada vez mais incidente de superaquecimentos em sistemas mal dimensionados causando incêndios freqüentes, acidentes por corrente elétrica. Deste modo pode se notar a viabilidade do projeto de forma a minimizar tais acontecimentos e oferecer mais segurança nas instalações de classe baixa.

Instalações elétricas, projeto, segurança

---

*Orientação Fabiola Vasconcellos P. Sampaio*

**ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES FÍSICOS E IDOSOS: Plataforma para nivelamento entre pessoa e o transporte público**

JOÃO VITOR PAUSEM, JOSÉ AUGUSTO ROCHA JUNIOR, MARCIO KLIPPER  
MATHEUS FALTZ, VICTOR BERGAMIN

1º Período

O objetivo deste trabalho consiste em abordar as tecnologias das áreas da Engenharia Produção, com soluções inovadoras já existente ou em desenvolvimento, atuando na garantia e na manutenção dos direitos humanos fundamentais. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição que diferencie um ser humano do outro, a razão desses direitos está na própria viabilidade da existência do ser humano, uma existência assegurada em todas as suas dimensões, garantida através do oferecimento de condições essenciais, tais como a vida, a liberdade de expressão, o trabalho, a saúde, a alimentação, a moradia, a educação e ao meio ambiente preservado, condições perseguidas a muito tempo e sendo conquistada através de uma luta muito grande. Este trabalho vem de forma a apresentar um pouco sobre a atuação das ideias da Engenharia Elétrica podem contribuir com os direitos humanos fundamentais, para tanto o grupo pretende desenvolver algumas ideias voltadas para o conceito de acessibilidade.

acessibilidade - transporte publico - cidades inteligentes

---

*Orientação Fabiola Vasconcellos Patta Sampaio*

**AUTOMATIZAÇÃO DA REUTILIZAÇÃO DE ÁGUA PLUVIAL**

ALEXANDRE VIEIRA GUIMARÃES, DANIEL AZEREDO SEIDEL, ERICK PEREIRA MARTINS, LEÔNIDAS FREITAS PORTUGAL, VINICUS FREIRE GONÇALVES

*1º Período*

O objetivo deste trabalho consiste em abordar as tecnologias das áreas da Engenharia Elétrica e de Produção, com soluções inovadoras já existente ou em desenvolvimento, atuando na garantia e na manutenção dos direitos humanos fundamentais. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição que diferencie um ser humano do outro, a razão desses direitos está na própria viabilidade da existência do ser humano, uma existência assegurada em todas as suas dimensões, garantida através do oferecimento de condições essenciais, tais como a vida, a liberdade de expressão, o trabalho, a saúde, a alimentação, a moradia, a educação e ao meio ambiente preservado, condições perseguidas a muito tempo e sendo conquistada através de uma luta muito grande. Este trabalho vem de forma a apresentar um pouco sobre a atuação das ideias da Engenharia Elétrica podem contribuir com os direitos humanos fundamentais. Baseando-se nestes pressupostos e Tendo em vista que durante o período de estiagem o nível de água dos rios e reservas de estoque de água ficam abaixo do limite crítico, nossa proposta é aprimorar o processo de captação das águas pluviais através da automatização do mesmo, com a finalidade de suprir a falta de água durante estes períodos.

Captação - chuva - sustentabilidade

---

*Orientação Fabiola Vasconcellos Patta Sampaio*

**Automação Agrícola-Sistema de Irrigação Automatizada com Sensor de Umidade para Agricultura Familiar e Afins**

*Caio Loss; Leonardo Rodrigues; Guilherme Neto; Thiago Santana*

*1º Período*

O objetivo deste trabalho consiste em abordar as tecnologias das áreas da Engenharia Elétrica e de Produção, com soluções inovadoras já existente ou em desenvolvimento, atuando na garantia e na manutenção dos direitos humanos fundamentais. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição que diferencie um ser humano do outro, a razão desses direitos está na própria viabilidade da existência do ser humano, uma existência assegurada em todas as suas dimensões, garantida através do oferecimento de condições essenciais, tais como a vida, a liberdade de expressão, o trabalho, a saúde, a alimentação, a moradia, a educação e ao meio ambiente preservado, condições perseguidas a muito tempo e sendo conquistada através de uma luta muito grande. Este trabalho vem de forma a apresentar um pouco sobre a atuação das ideias da Engenharia Elétrica podem contribuir com os direitos humanos fundamentais. Baseando-se nestes pressupostos nosso projeto pretende desenvolver meios para: Automatizar a irrigação; Economizar recursos hídricos; Reduzir custo do produto; Beneficiar o agricultor/pecuarista.

Irrigação - automatização - recursos hidricos

---

*Orientação Fabiola Vasconcellos Patta Sampaio*



**GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA: Instalação de Mini Usina Hidrelétrica em Caixa D'água**

*Bruno Camata Serpa, Jefferson da Silva, Luiz Gustavo Da Silva Zani, Rennan Otaviano Helms Demuner, Rick Gama Frigini*

*1º Período*

O objetivo deste trabalho consiste em abordar as tecnologias das áreas da Engenharia Elétrica e de Produção, com soluções inovadoras já existente ou em desenvolvimento, atuando na garantia e na manutenção dos direitos humanos fundamentais. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição que diferencie um ser humano do outro, a razão desses direitos está na própria viabilidade da existência do ser humano, uma existência assegurada em todas as suas dimensões, garantida através do oferecimento de condições essenciais, tais como a vida, a liberdade de expressão, o trabalho, a saúde, a alimentação, a moradia, a educação e ao meio ambiente preservado, condições perseguidas a muito tempo e sendo conquistada através de uma luta muito grande. Este trabalho vem de forma a apresentar um pouco sobre a atuação das ideias da Engenharia Elétrica podem contribuir com os direitos humanos fundamentais. Este trabalho tem como base a preocupação com o consumo excessivo dos recursos finitos do planeta, tornando o nosso meio cada vez mais insalubre. Isto se evidencia na crise energética que se anuncia diante da escassez do petróleo. Desta forma é importante buscar novas formas de pensar sobre a administração de recursos como a água e a energia elétrica. Dentro da ideia de desenvolvimento sustentável, criamos o conceito da utilização da água que abastece os reservatórios residenciais (Caixas d'água) para produzir energia elétrica, ou seja, utilizar a vazão como motriz dos geradores de pequeno porte, apoiando-se no conceito de geração distribuída.

Sustentabilidade - crise energética – água

---

*Orientação Fabiola Vasconcellos Patta Sampaio*

**Projeto de circuitos elétricos eficientes, focando na segurança das residências em comunidades carentes.**

*Felipe Correia da Silva, Gabriel de Sá Barbosa, Michely Pereira Bravim Furtado  
Patrick Felipe de Souza, Patrick de Souza Patrocinio, Taisson dos Santos Fonseca*

*1º Período*

O objetivo deste trabalho consiste em abordar as tecnologias das áreas da Engenharia Elétrica e de Produção, com soluções inovadoras já existente ou em desenvolvimento, atuando na garantia e na manutenção dos direitos humanos fundamentais. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição que diferencie um ser humano do outro, a razão desses direitos está na própria viabilidade da existência do ser humano, uma existência assegurada em todas as suas dimensões, garantida através do oferecimento de condições essenciais, tais como a vida, a liberdade de expressão, o trabalho, a saúde, a alimentação, a moradia, a educação e ao meio ambiente preservado, condições perseguidas a muito tempo e sendo conquistada através de uma luta muito grande. Este trabalho vem de forma a apresentar um pouco sobre a atuação das ideias da Engenharia Elétrica podem contribuir com os direitos humanos fundamentais. Considerando: Falta de renda para elaborar um circuito de qualidade; O descaso com a NBR 5410 é mais comum em residências de baixa renda; Incidente de superaquecimentos em sistemas irregulares; Viabilidade do projeto social. O grupo pretende atuar na: Criação de projetos elétricos de caráter social; Aperfeiçoamento das instalações elétricas atuais; Segurança dos circuitos residenciais; Melhoria no custo familiar.

baixa renda - segurança - circuitos elétricos

---

*Orientação Fabiola Vasconcelos Patta Sampaio*

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Engenharia Elétrica	2º Período – Noturno
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Responsabilidade Social e Ambiental
Subtema: Engenharia e Direitos Humanos	
Componentes Curriculares Envolvidas: Desenho Técnico - Álgebra e Projeto Integrador	

### Justificativa

O objetivo deste trabalho consiste em abordar as tecnologias das áreas da Engenharia Elétrica, com soluções inovadoras já existente ou em desenvolvimento, atuando na garantia e na manutenção dos direitos humanos fundamentais. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição que diferencie um ser humano do outro, a razão desses direitos está na própria viabilidade da existência do ser humano, uma existência assegurada em todas as suas dimensões, garantida através do oferecimento de condições essenciais, tais como a vida, a liberdade de expressão, o trabalho, a saúde, a alimentação, a moradia, a educação e ao meio ambiente preservado, condições perseguidas a muito tempo e sendo conquistada através de uma luta muito grande. Este trabalho vem de forma a apresentar um pouco sobre a atuação das ideias da Engenharia Elétrica podem contribuir com os direitos humanos fundamentais

### Objetivos

Objetivo Geral: Com o intuito de aproximar os alunos das Engenharias ao mercado de trabalho e promover a interação academia com a sociedade, as pesquisas e trabalho que serão apresentados neste Ateliê, tem como objetivo ressaltar a importância da engenharia para a vida e

---

levar os jovens estudantes a refletirem sobre suas futuras profissões de um ponto de vista mais humano.

---

Objetivos Específicos:

- 1- Demonstrar na formação dos futuros engenheiros a necessidade de adequação à complexidade do mundo contemporâneo;
  - 2- Propiciar uma visão integradora e ao mesmo tempo, especializada do seu campo de trabalho ao favorecer uma consciência crítica quanto ao uso do instrumental teórico e prático do seu curso;
  - 3- Inspirar atitudes solidárias, éticas, inovadoras e ousadas em todas as ações, enfatizando que todo esse esforço deve se voltar para o atendimento das necessidades de uma sociedade mais justa, equilibrada e humanizada.
- 

### **Metodologia**

O trabalho será desenvolvido a partir da análise das conjunturas sociais a que pertencem os alunos. Em princípio, será realizado um estudo sobre o conceito de Direitos Humanos. Depois qual a relação da Engenharia e os Direitos Humanos. Movidos por tais questionamentos, os alunos serão agrupados, conforme interesses comuns e pesquisas afins e iniciarão uma série de atividades, no intuito de focarem suas ideias em projetos que possam intervir nas vidas das pessoas, possibilitando o acesso ao que se está estabelecido nas legislações relacionadas aos Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Para chegarem aos seus respectivos objetivos, serão utilizados estudos bibliográficos, visitas monitoradas, entrevistas, pesquisas na internet, pesquisas de campo, experimentos, etc.

---

---

## Avaliação

---

---

## Cronograma

Atividade:	Elaboração do conceito de Direitos Humanos Relacionando Direitos Humanos e Engenharia Definição da Pesquisa Desenvolvimento do Pré-Projeto	Data de Entrega:
------------	---	------------------

---

---

## Referências

BOBBIO, Norberto. Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH – 3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República– ver. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. PNDH. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

---

## GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA NO MEIO RURAL

*Cleiton Jorge Gomes, Diego Dias Silva, Felipe Santos da Penha, João Victor Mendonça, Rafael dos Santos Nague, Wanderson Souza Santos*

### *2º Período*

O objetivo deste trabalho consiste em abordar as tecnologias das áreas da Engenharia Elétrica e de Produção, com soluções inovadoras já existente ou em desenvolvimento, atuando na garantia e na manutenção dos direitos humanos fundamentais. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição que diferencie um ser humano do outro, a razão desses direitos está na própria viabilidade da existência do ser humano, uma existência assegurada em todas as suas dimensões, garantida através do oferecimento de condições essenciais, tais como a vida, a liberdade de expressão, o trabalho, a saúde, a alimentação, a moradia, a educação e ao meio ambiente preservado, condições perseguidas a muito tempo e sendo conquistada através de uma luta muito grande. Este trabalho vem de forma a apresentar um pouco sobre a atuação das ideias da Engenharia Elétrica podem contribuir com os direitos humanos fundamentais. Os combustíveis fósseis são os meios de geração de energia mais utilizados atualmente. Eles incluem o petróleo e seus derivados (gasolina, óleo diesel etc.), o gás natural, o xisto e o carvão mineral. Esses combustíveis vêm trazendo uma série de problemas ambientais em virtude dos gases poluentes que eles lançam na atmosfera no momento de sua combustão. Na sua combustão completa, eles produzem o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>). Por isso, os cientistas estão cada vez mais pesquisando novos modelos energéticos. Um modo de geração de energia mecânica ou elétrica é considerado limpo se não liberar substâncias poluentes para o meio ambiente. Solar: Recebemos do Sol uma quantidade 10 mil vezes maior de energia do que a necessária para a população mundial em um ano. Assim, toda essa energia pode ser aproveitada por meio de painéis com células fotovoltaicas. Essa energia térmica captada pode ser usada de modo direto em residências, como para aquecer a água do chuveiro ou aquecer ambientes, e pode também ser usada indiretamente para a geração de energia elétrica. Considerando a dependência mundial de energia elétrica e visando os direitos humanos escolhemos esse tema pois vai mostrar como os meios de

energia limpas podem supri totalmente por exemplos a matriz energética brasileira que é a base de hidrelétricas. E mostrar também essa aplicação no meio rural. Onde normalmente o governo deixa de lado.

Geração de energia - Energia solar - sustentabilidade

---

*Orientação Fabiola Vasconcellos Patta Sampaio*

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Engenharia Elétrica	3º Período -Noturno
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Inovação Social e Tecnológica
Subtema: A eletricidade e o cotidiano	
Componentes Curriculares Envolvidas: Calculo De Várias Variáveis, Física Eletricidade Magnetismo, Programação de Computadores	

### Justificativa

A eletricidade se tornou a principal fonte de energia utilizada no mundo moderno, graças a sua facilidade de transporte, baixo índice de perda energética durante conversões. Ela pode ser convertida para gerar luz, força e fazer funcionar diversos produtos elétricos e eletrônicos, como chuveiro elétrico, aspirador, geladeira, telefone, computador, televisão, etc.

Portanto, pelo fato de necessitarmos da energia em quase todas nossas atividades diárias, propõe-se o subtema “A eletricidade e o cotidiano” como assunto central de leituras, pesquisas e trabalhos, reconhecendo a importância desse conceito para a atual e as futuras gerações, e verificando a ampla possibilidade de atuação dos discentes no desenvolvimento de projetos relacionados a este tema.

### Objetivos

Objetivo Geral: Desenvolver, num grupo supervisionado, um projeto integrador, relacionado com as disciplinas do currículo, tornando o processo de construção do conhecimento mais dinâmico e interessante, evidenciando por meio de situações problema a importância do desenvolvimento de competências, habilidades, valores e atitudes essenciais ao bom desempenho profissional dos futuros



---

engenheiros.

---

Objetivos Específicos: Conceber o conceito de integração, a partir da união de um conjunto de disciplinas que têm como objetivo a interação.

Relacionar os conteúdos das disciplinas de cada semestre.

Absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

---

### **Metodologia**

A partir da apresentação do plano de trabalho, serão realizados Grupos de Leitura Supervisionada (GRULES), em que são formados grupos, dentro da disciplina em curso, para a leitura de textos científicos que servirão de base para a elaboração de produções científicas ao final do período. No caso específico do 3º período do curso de Engenharia Elétrica será produzido um relatório de pesquisa que será apresentado em forma de vídeo no Atelier Científico.

---

### **Avaliação**

---

### **Cronograma**

Atividade:	PESQUISA BIBLIOGRAFICA E RESUMOS	Data de Entrega:	09/03/2018
	ENTREGA PARCIAL DO RELATÓRIO		27/04/2018
	ENTREGA PARCIAL DOS RESUMOS		04/05/2018
	ATELIÊ CIENTÍFICO		15/06/2018

---

---

**Referências**

RUDIO, Franz Victor; INTRODUÇÃO AO PROJETO DE PESQUISA CIENTÍFICA. 21 ed. : Vozes, 1997.

REIS, Lineu Belico dos; ENERGIA ELÉTRICA E SUSTENTABILIDADE: ASPECTOS TECNOLÓGICOS, SOCIOAMBIENTAIS E LEGAIS. 2 ed. SAO PAULO: Manole, 2014.

BARROS, Aidil Jesus Paes de; PROJETO DE PESQUISA: PROPOSTAS METODOLÓGICAS. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

RúDIO, Frans Victor; INTRODUÇÃO AO PROJETO DE PESQUISA CIENTÍFICA. 28 ed. : Atlas, 2000

---

**A eletricidade e o cotidiano**

*Ângelo Gabriel Martins Dewes, Brunna Da Silva Ferreira, Fabiana Dos Santos Assef, Henrique Santos De Souza, Lethicia Nogueira Dos Santos Zuccon, Rodrigo Augusto Barbosa*

*3º Período*

A falta de energia elétrica provoca vários prejuízos econômicos, tanto para as concessionárias quanto para os clientes. As concessionárias têm como um dos seus objetivos diminuir o tempo das interrupções, para desta forma, evitar as perdas econômicas causadas, além de priorizar a aplicação de seus investimentos de forma racional e eficiente, ou seja, realizar em ordem decrescente os investimentos de maior retorno e resultados dentro de prazos e orçamentos estipulados. Somente a partir da reestruturação do setor elétrico nos anos 90, passou-se a ter uma maior atenção a qualidade do fornecimento de energia elétrica tendo em vista a necessidade de aprimorar os serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica e o relacionamento entre estas e seus clientes. Foram definidos pelos órgãos reguladores, diversos instrumentos legais a exemplo da portaria nº 466 de 12 de Novembro de 1997 da Resolução nº 24 de 27 de Janeiro de 2000 e da Resolução nº 520 de 17 de Setembro de 2002. Os objetivos dessas normas eram, entre outras: estabelecer as disposições de energia elétrica, nos seus aspectos de derivação e frequência; uma atualização dos procedimentos sobre as demandas relacionadas as condições de funcionamento de energia elétrica; procedimento de registro; apuração dos indicadores relativos as ocorrências emergenciais. As interrupções no fornecimento de energia elétrica provocam inúmeros prejuízos tanto para as Distribuidoras de Energia Elétrica (DEE's) quanto para os usuários. Devido a esses distúrbios, as concessionárias sofrem perdas em função da energia não suprida, multas, impostos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo cumprimento de metas de continuidade, ressarcimento de danos causados a consumidores e gastos com reparos e manutenção no sistema para normalização do serviço. O objetivo deste trabalho é apresentar cada passo de um processo emergencial realizado pelas empresas distribuidoras de energia elétrica desde o surgimento de um chamado até a restauração realizada em campo, mostrando a visão da empresa concessionária de energia elétrica durante um problema enfrentado diariamente pela sociedade, que é a falta de energia, apresentando o funcionamento de cada área desde o surgimento do chamado até a restauração da energia. Diante disso,

concluiu-se que todas as etapas a qual se passa um processo emergencial é de extrema importância para que não haja processos abertos em vão feitos por pessoas que agiram de má fé.

Energia elétrica, concessionária, falta de energia

---

*Orientação ANDERSON DO NASCIMENTO ROUVER*

**FONTES GERADORAS DE ENERGIA**

*Tiago Andrade Arrigoni, Débora Gonçalves Benevides, Rogério Camargo Quintiliano,  
Filipe Nunes de Souza*

*3º Período*

A energia desempenha um papel fundamental na vida Humana, sendo presente e constante em nossas atividades e necessidades diárias, sendo extremamente importantes para o desenvolvimento de um país, além disso, a qualidade e nível de capacidade das fontes de energia de um determinado local são indicativos para apontar o grau de desenvolvimento da região. Países com maiores rendas geralmente dispõem de maior poder de consumo energético. Sabemos que a eletricidade se tornou uma das principais características do ser humano, pilar importantíssimo para nossa sociedade moderna. Como a energia elétrica é a forma de energia atualmente mais utilizada no mundo, ela pode ser produzida por diversos meios, esse relatório apresentara quais são e os mais viáveis, sendo alguns deles, mais eficazes em larga escala de produção em relação aos demais, considerando que a energia é dividida também em subcategorias (Renováveis ou Não-Renováveis) e quais fatores contribuíram para o seu crescimento exponencial principalmente no Brasil, visando a sua implicação de como meio ambiente tem sido afetado por toda essa utilização de recursos naturais nos últimos anos e o que possivelmente ocorrerá nos próximos anos com toda essa demanda energética. Como a energia elétrica passa por diversas etapas até que chegue em nossos dispositivos, também apresentaremos como é feito esse processo de produção, transmissão e até a distribuição ao consumidor final.

Energia Elétrica. Geração. Consumo. Distribuição. Produção. Transmissão.

---

*Orientação Anderson Rouver*

**ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS REALIZADOS PELAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA**

*Ângelo Gabriel Martins Dewes, Brunna Da Silva Ferreira, Fabiana Dos Santos Assef, Henrique Santos De Souza, Lethicia Nogueira Dos Santos Zuccon, Rodrigo Augusto Barbosa*

*3º Período*

A falta de energia elétrica provoca vários prejuízos econômicos, tanto para as concessionárias quanto para os clientes. As concessionárias têm como um dos seus objetivos diminuir o tempo das interrupções, para desta forma, evitar as perdas econômicas causadas, além de priorizar a aplicação de seus investimentos de forma racional e eficiente, ou seja, realizar em ordem decrescente os investimentos de maior retorno e resultados dentro de prazos e orçamentos estipulados. Somente a partir da reestruturação do setor elétrico nos anos 90, passou-se a ter uma maior atenção a qualidade do fornecimento de energia elétrica tendo em vista a necessidade de aprimorar os serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica e o relacionamento entre estas e seus clientes. Foram definidos pelos órgãos reguladores, diversos instrumentos legais a exemplo da portaria nº 466 de 12 de Novembro de 1997 da Resolução nº 24 de 27 de Janeiro de 2000 e da Resolução nº 520 de 17 de Setembro de 2002. Os objetivos dessas normas eram, entre outras: estabelecer as disposições de energia elétrica, nos seus aspectos de derivação e frequência; uma atualização dos procedimentos sobre as demandas relacionadas as condições de funcionamento de energia elétrica; procedimento de registro; apuração dos indicadores relativos as ocorrências emergenciais. As interrupções no fornecimento de energia elétrica provocam inúmeros prejuízos tanto para as Distribuidoras de Energia Elétrica (DEE's) quanto para os usuários. Devido a esses distúrbios, as concessionárias sofrem perdas em função da energia não suprida, multas, impostos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo cumprimento de metas de continuidade, ressarcimento de danos causados a consumidores e gastos com reparos e manutenção no sistema para normalização do serviço. O objetivo deste trabalho é apresentar cada passo de um processo emergencial realizado pelas empresas distribuidoras de energia elétrica desde o surgimento de um chamado até a restauração realizada em campo, mostrando a visão da empresa concessionária de energia elétrica durante um problema enfrentado

diariamente pela sociedade, que é a falta de energia, apresentando o funcionamento de cada área desde o surgimento do chamado até a restauração da energia. Diante disso, concluiu-se que todas as etapas a qual se passa um processo emergencial é de extrema importância para que não haja processos abertos em vão feitos por pessoas que agiram de má fé.

Energia elétrica, concessionária, falta de energia

---

*Orientação Anderson Rouver*

**ENGENHARIA ACÚSTICA – O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS ELETROACÚSTICOS E CONTROLE DA INTENSIDADE DE RUÍDOS E VIBRAÇÕES**

*Caio Henrique e Silva Rodrigues, Lucas Scabello, Sebastião Marcelino Vidal, Tawan Dias Braga de Oliveira, Wagner Carolino Alves Filho*

*3º Período*

Os incômodos gerados pelos ruídos sonoros em níveis elevados em salões de festas de condomínios residenciais geram conflitos sociais e também danos à saúde. Este trabalho visa trazer melhorias aos moradores e aos síndicos com um sistema de controle de decibéis por componentes eletrônicos que tem por intuito limitar automaticamente os níveis sonoros nos salões de festas dos condomínios. O abuso de instrumentos sonoros, capaz de perturbar o trabalho ou o sossego alheio, tipifica a contravenção do art. 42, III, do Decreto-lei nº 3688/41. Pelo Código Civil: Lei nº 10.406/02. Art. 1337. O condômino, ou possuidor, que não cumpre reiteradamente com os seus deveres perante o condomínio poderá ser constringido a pagar multa. Este trabalho pretende criar uma espécie de controle do nível de ruído, em apartamentos ou locais fechados onde ocorrem eventos, com objetivo de manter uma faixa sonora que se possa regular e mostrar a intensidade, para não importunar as pessoas que não compartilham da festa. Sempre que ultrapassar uma proporção pré-determinada um alarme soará em um curto instante. Se não obedecer ao alerta, será solicitada a intervenção do ronda ou do síndico. A realização consiste na programação de uma plataforma baseada numa simples placa micro controladora Arduino, acoplada a um microfone capaz de captar ruídos e transformá-los em sinais elétricos, podendo o Arduino fazer a leitura. Para que o projeto fique mais eficiente utilizado um circuito integrado RTC (clock), pois assim o programar terá monitoramento de escalas diferentes em decibéis para determinada hora. Se o som chegar ao máximo à sirene será soado. Foi identificado que é necessário um investimento maior para que haja aperfeiçoamento na sensibilidade do microfone para obter melhor exatidão na medição sonora.

Nível de ruído, Faixa sonora, Arduino, Microfone, Monitoramento.

---

*Orientação Anderson Rouver*



**Energia infinita**

*Bruno Marculano Carminate, Felipe Ribeiro, Marcio Antonio de Souza Rufino, Ramon Carminati Santana, Thales de Medeiros Ramalho Leal*

*3º Período*

As fontes de energia são extremamente importantes para o desenvolvimento de um país. Os níveis de capacidades das fontes de energias são indicativos que apontam o grau de desenvolvimento de uma determinada região, ou seja, quanto maior a renda de um país maior será o consumo energético do mesmo. No Brasil não é diferente: à medida que o país foi se modernizando, o setor energético foi se desenvolvendo, com o aumento do consumo de energia ficou notória a necessidade cada vez maior da expansão e diversificação da matriz energética nacional, sendo todas renováveis ou limpas. Através de artigos científicos foram realizadas as pesquisas para avaliar os avanços das formas de energia limpa eficiente e barata, onde os imãs foram propostos como um meio de energia reciclável e acessível, podendo assim ter uma fonte “infinita” ou mais eficiente e proporcionando acesso a população a uma energia renovável.

fontes de energia, energia infinita, energia renovável

---

*Orientação Anderson Rouver*

**Nobreak de ponta com painel solar**

*Getulio Viana da Silva, Igor Cavalcanti Junca, Sthéfano de Souza Nascimento, Wericks da Silva Costa*

*3º Período*

Muitas baterias são descartadas mesmo tendo ainda uma vida útil, no projeto em questão, visamos recolher essas baterias para que assim tenhamos um banco de baterias, capaz de armazenar energia que será enviada de placas solares em um horário onde a luz solar poderá ser captada pelas placas solares, para liberar essa energia armazenada em um horário onde a energia é mais cara (horário de ponta), reaproveitando assim as baterias e evitando o armazenamento indevido da mesma, pois na maioria das vezes são armazenadas de forma incorreta causando assim o vazamento do ácido com chumbo prejudicando o local onde estão sendo despejados. Nosso sistema tem resultado de não para de utilizar o banco de bateria, um sistema fotovoltaico fazendo assim off-grid utilizar para eventos como picos de energia elétrica ou até mesmo apagão, faria com um chaveamento a conversão para ele e as baterias que seriam utilizadas para aguentarem melhor esse período de energia. Com tudo vemos que a utilização do sistema aplicado traria com grande benefício para a pessoa é acrescentando o banco de bateria. A implementação de um sistema de gerenciamento individual das baterias e garantir o máximo desempenho do sistema e permitir um controle melhor das baterias que serão reutilizadas nesse novo banco de bateria. banco de baterias, placas solares, energia solar,

---

*Orientação Anderson Rouver*

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Engenharia Elétrica	<b>4º e 5º Períodos – Noturno</b>
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Inovação Social e Tecnológica, Formação Profissional
Subtema: Eletrônica na prática	
Componentes Curriculares Envolvidas:	Circuitos Lineares I, Circuitos Lineares II, Materiais Elétricos e Eletrônica Digital

### Justificativa

Nas engenharias, enquanto se é estudante, é fundamental estudar matemática, cálculo, física e química com o propósito de se tornar capaz de aplicar esses conhecimentos na resolução de problemas. A capacidade, nesse caso, é a habilidade de pôr em prática os fundamentos dessas áreas na solução de um problema.

A melhor abordagem é resolver o maior número possível de problemas, dedicando uma boa parte do seu tempo enquanto estudante para analisar onde, quando e porque se encontra diante de dificuldades em chegar de maneira fácil a soluções bem-sucedidas. Talvez o discente constate que a maior dificuldade na resolução de problemas esteja relacionada com a matemática e não com a interpretação da teoria. Ou talvez, verifique que tentou resolver o problema de forma precoce, sem investir o tempo necessário para pensar em como abordá-lo de modo a poupar maior esforço e frustração.

Um dos principais objetivos do Projeto Integrador é tentar oferecer instantes de elucidação como esses aqui enumerados aos estudantes. No caso dos discentes do 5º Período de Engenharia Elétrica, após concluírem a componente curricular de Circuitos Lineares I e estarem cursando Circuitos Lineares II, Materiais Elétricos e Eletrônica

---

Digital, são convidados a explorarem suas habilidades e conhecimentos através do estudo das teorias dos circuitos elétricos e de eletromagnetismo, duas teorias fundamentais sobre as quais todos os campos da engenharia elétrica se baseiam. Muitos ramos da engenharia elétrica, como geração de energia, máquinas elétricas, controle, eletrônica, comunicações e instrumentação, têm como princípio teoria dos circuitos elétricos lineares. Portanto, explorar a teoria de circuitos elétricos no semestre corrente através do desenvolvimentos de atividades práticas é uma valiosa oportunidade para os alunos.

Um dos objetivos propostos neste Projeto Integrador foi oferecer aos discentes de Engenharia Elétrica a oportunidade de aprenderem a analisar e interpretar dados. A maior parte dos estudantes dedica horas fazendo cálculos na faculdade, e por isso é comum esperar que essa prática já tenha alcançado excelência. Entretanto, ao realizar um experimento é necessário dominar também a capacidade de analisar e interpretar os resultados obtidos.

E qual é o significado de tudo isso? Caso o estudante esteja examinando um gráfico de tensão versus resistência ou ainda da potência versus resistência, o que realmente deverá compreender? A curva faz sentido? Ela concorda com o que diz a teoria? Ela difere do esperado e, em caso positivo, por quê? Claramente, essa prática com dados aperfeiçoará sua habilidade.

De fato, desenvolver essa qualidade não é tão difícil. O que de fato precisa ser feito é analisar o experimento, subdividindo-o em partes mais simples, reconstruindo-o tentando compreender por que cada elemento se encontra ali e, finalmente, determinar o que o resultado apresentado representa.

Tendo compreendido as leis fundamentais da teoria dos circuitos (lei de Ohm e leis de Kirchhoff), o estudante deveria se sentir preparado para aplicar essas leis nas duas técnicas poderosas para análise de circuitos: a análise nodal, que se baseia em uma

---

---

aplicação sistemática da lei de Kirchhoff para corrente (LKC), ou lei dos nós, e a análise de malhas, que se baseia em uma aplicação sistemática da lei de Kirchhoff para tensão (LKT), ou lei das malhas.

Finalmente, dominar as ferramentas básicas de análise dos circuitos será o nosso principal objetivo no semestre corrente.

---

## **Objetivos**

Objetivo Geral: Análise e desenvolvimento de circuitos eletrônicos lineares

Objetivos Específicos: Compreensão da física de funcionamento dos circuitos estudados.

Estudo das tecnologias apresentadas pelos componentes dos circuitos utilizados nos projetos.

Implementação dos projetos eletrônicos disponibilizados ou apresentados pelos discentes.

Possível proposta de melhoria.

---

## **Metodologia**

A metodologia aqui proposta deverá abranger o estudo, a compreensão e a implementação dos projetos colocados a disposição dos discentes, ou apresentados por esses.

---

## **Avaliação**

Os discentes envolvidos serão avaliados através das discussões fomentadas em sala de aula, bem como na apresentação do Ateliê Técnico Científico.

---

---

## Cronograma

Atividade:	Revisão dos cálculo de potência.	Data de Entrega:	23/02/2018
	Estudo dos Amplificadores Operacionais.		23/03/2018
	Estudo do desenvolvimento de fontes lineares de energia		20/04/2018
	Início da implementação dos projetos.		27/04/2018
	Acompanhamento e avaliação do projetos.		11/05/2018

---

---

## Referências

Sedra, S, & Smith, K.C. Microeletrônica, Pearson Education, 2007.

Millman, A. & Grabel, Microelectronics, McGraw-Hill, 1987.

Tocci, R, J, Widner, N. S. & Moss, G, Sistemas Digitais, 2007.

Rabaey, J, M, Chandrakasan, A & Nikolic, B, Digital Integrated Circuits, 2003.

---

**Estudo do circuito integrado 555**

*Gilmar Lima dos Santos, Greyson da Silva Rampinelli, Rodrigo Bastos Ribeiro*

*5º Período*

A partir do estudo, trabalho experimental, cálculos teóricos e análise, apresentamos aqui o Circuito Integrado (CI) 555, exemplificando algumas aplicações possíveis, dentre elas, um simples timer. O CI, que basicamente funciona com um sistema multivibrador com capacidade de operar com frequência máxima de até 1 MHz, pode ser usado em muitas aplicações industriais. Isto se deve ao fato do mesmo operar em uma faixa de tensão de alimentação que varia de 4,5 a 18 V. Desta forma este circuito se torna uma opção barata para se construir de funções de portas lógicas (AND, por exemplo) e de amplificação operadas por transistores (Transistor-Transistor Logic – TTL), alimentadas por baterias. Para a indústria outra vantagem é que esse CI também opera com uma alta corrente de saída, em torno de 200 mA. Tal corrente pode acionar diretamente relés, lâmpadas, entre outros componentes que tenham demanda por potência elevadas. Na primeira parte do nosso estudo verificamos o funcionamento do 555 na função monoestável. Em seguida, implementamos um circuito na função multivibrador astável, resultando em um sistema de alarme controlado via potenciômetro. Por fim, para exemplificar uma aplicação mais complexa, desenvolvemos um modelo de manobra de carga elétrica acionada por um sensor de toque. Tudo isso, construído com o mesmo componente eletrônico – o incrível 555.

CI 555, monoestável, astável, sensor de toque

---

*Orientação Wanderson Muniz de Santana*

**Amplificador de áudio mono e estéreo: uma primeira abordagem***Alex Corrêa Loureiro, Thiago de Souza Balestrim, Weverton Gonçalves Vomock**4º Período*

Amplificadores de potência, ou powers, são equipamentos destinados a excitar ou movimentar a bobina móvel de um alto-falante ou de um complexo sistema de caixas acústicas. Costumam ser classificados de acordo com o ponto de operação escolhido, cujas denominações são: classe A, classe B e classe AB. Na operação em classe A – a mais simples, a forma de onda do sinal na saída do amplificador deve ser uma reprodução exata do sinal aplicado à entrada. Possui como desvantagem baixo rendimento e alto consumo de potência elétrica. Na operação em classe B há pouco consumo de potência e um alto rendimento, fazendo com que essa classe seja a preferida em muitas aplicações. Ainda na classe B, a base do transistor é polarizada de tal modo que, na ausência de sinal, a corrente de coletor é praticamente nula. Nessas condições, a corrente que flui pelo coletor depende do sinal e varia proporcionalmente com ele, aumentando e diminuindo conforme o sinal aumente ou diminua. A classe AB demonstra um resultado operacional entre as duas classes anteriores. Neste trabalho investigamos o funcionamento dos amplificadores de áudio, com controle de volume ajustável através de um resistor variável, que opera como um divisor de tensão num determinado ponto do circuito.

Amplificadores, áudio, circuitos

---

*Orientação Wanderson Muniz de Santana*



**Amplificadores operacionais: uma abordagem didática**

*Jeferson Freires do Nascimento, Leandro Nazario Nascimento, Lucas Modesto Ruy,  
Wanderson de Jesus Oliveira*

*5º Período*

Os amplificadores operacionais estão entre os componentes mais utilizados em eletrônica. Nos cursos de Engenharia Elétrica eles são apresentados destacando-se seu emprego em sistemas de controle, instrumentação, eletrônica digital, processamento e geração de sinais, etc., por ser um componente eletrônico versátil, pequeno, confiável, fácil de manusear e barato. O amplificador mais comum (e mais barato) no mercado é o 741. Exige uma fonte de alimentação simétrica e seu funcionamento pode ser resumido da seguinte forma: uma tensão aplicada à entrada não inversora (+) é subtraída da tensão aplicada à entrada inversora (-) e a diferença é amplificada cerca de 100.000 vezes, ou seja, o 741 tem um "ganho" de cerca de 100.000. Neste trabalho destacamos a importância da integração entre aulas teóricas, aulas de simulação e práticas de laboratório no ensino de Engenharia Elétrica. Devido a abrangência atingida pelo amplificador operacional, no sentido de tornar mais concreto o nosso estudo, desenvolvemos alguns circuitos extremamente didáticos, como um contador de bits. Também fizemos uso de outros amplificadores, como o LM358 ou o LM393, conforme evoluímos nosso entendimento sobre o assunto.

Amplificador operacional, eletrônica, contador de bits

---

*Orientação Wanderson Muniz de Santana*

**Amplificador de headphone**

*Ivaguison Andrade Coimbra, Tharles Waiyn, Yago Marcelos Rocha, Werli Muqui do Nascimento*

*5º Período*

A audição é uma destreza sensorial capaz de converter uma vibração física (por exemplo, na atmosfera) em um impulso nervoso, que é então interpretado pelo cérebro. Nossos ouvidos captam essas alterações na pressão do ar e as transformam em sinais elétricos. Os equipamentos eletrônicos de som operam da mesma forma. Eles expressam o som como uma variação da corrente elétrica. Em termos gerais, este tipo de reprodução sonora tem três etapas: na primeira as ondas sonoras movem o diafragma de um microfone para frente e para trás e o microfone traduz este movimento em sinal elétrico. Este sinal flutua, representando as compressões e rarefações de uma onda sonora. Na segunda etapa um gravador codifica este sinal elétrico no padrão de alguns tipos de mídia. Por fim, na terceira etapa um equipamento de reprodução reinterpreta esse padrão e usa a eletricidade para mover o cone de um alto falante. Isto recria as variações da pressão do ar originalmente gravadas pelo microfone. Neste trabalho nosso objetivo é compreender os requisitos mínimos de um projeto de áudio que possibilite a criação de um produto (fone de ouvido), cujas aplicações são as mais diversas: desde o simples lazer até a utilização médica, como em aparelhos auditivos. Este estudo poderá ainda ser evoluído através da investigação de áreas como ergonomia, usabilidade, design inclusivo para um projeto centrado no usuário que vise proteção da saúde.

Áudio, eletrônica, corrente elétrica

---

*Orientação Wanderson Muniz de Santana*

**Circuito monitor elétrico**

*Carlos Alexandre Nascimento de Souza, Geane Fonseca da Silva Egídio, José Eduardo Ribeiro, Israel Miranda Ribeiro*

*5º Período*

O LM741 é um amplificador operacional que tem muitos usos em aplicações de eletrônica. Neste trabalho, apresentamos como ele pode ser utilizado como um monitor do status de tensão. Para isso, é importante que uma tensão de saída seja ligada (ou desligada) automaticamente quando uma tensão medida (por exemplo, de uma bateria) atingir o mesmo valor que uma tensão de referência (configurada manualmente pelo usuário). Se a tensão de referência que chega ao pino 2 (chamado de inverso) do LM741 for menor do que a tensão da bateria chegando ao pino 3 (chamado de não inversor) através do divisor de tensão criado por um resistor variável ou um divisor de tensão, então a saída do pino 6 do LM741 será baixa. Caso coloquemos um LED neste pino ele acenderá, pois tem voltagem através dele. Se, por outro lado, a tensão de referência no pino 2 for maior que a tensão da bateria no pino 3, a saída do pino 6 será alta e, como não há tensão no LED, ela será desligada. Esses circuitos são adequados, inicialmente, porque apresentam boa precisão, simplicidade de operação e custo baixo. Do ponto de vista acadêmico, esse estudo nos proporciona uma junção entre a teoria e prática vista no curso de Engenharia Elétrica.

Amplificador operacional, tensão, baixo custo

---

*Orientação Wanderson Muniz de Santana*

**Amplificadores lineares**

*Douglas Soares de Lima, João Bernardo Guerini Hackbart, Kélvyn Malta Ragassi,  
Dhones Matheus Birschener Tapias*

*5º Período*

No estudo da engenharia elétrica não há tarefa fácil, nem matérias simples. Os procedimentos, as técnicas, posturas e visões adotadas neste processo de aprendizagem demandam confrontos de perspectivas, agregação de conhecimentos, avaliação de experiências e capacidade para extrair lições dos resultados obtidos. Sendo assim, no semestre corrente realizamos um estudo de amplificadores lineares por partes. Buscou-se uma forma didática para a explicação dos processos relativos às fontes de alimentação, a fim de termos uma chance de aprender como funciona o transformador, o processo de retificação, entre outros tópicos que compõem as etapas de regulação da tensão, bem como os procedimentos necessários à confecção de uma placa de circuito que pudesse consumir de maneira aplicada o conhecimento prático até aqui conduzido. Os experimentos apresentam os passos necessários à aprendizagem do dimensionamento de uma fonte de tensão contínua constante, regulada, para alimentação de equipamentos eletrônicos de baixa potência. Elaboramos estruturas dos circuitos didaticamente expostas em blocos, de modo a nos permitir analisar os componentes utilizados de maneira racional.

Engenharia, corrente, amplificadores

---

*Orientação Wanderson Muniz de Santana*

**Geladeira de Peltier**

*Andrey Carvalho Argolo, Gabriela Souza Correia, Rydhena Pereira da Silva, Valdir Carvalho Nobre Junior*

*4º Período*

Refrigerar e manter alimentos a temperaturas baixas é uma etapa relevante para se conservar alimentos. As pastilhas termoelétricas, ou pastilhas peltier, são pequenas, leves, funcionam com baixa potência e também são capazes de gerar um grande diferencial de temperatura. Com o intuito de estudar o funcionamento de uma geladeira portátil, que pudesse ser suficientemente versátil para ser utilizada em casa em um acampamento e até mesmo em um automóvel, construímos um pequeno refrigerador de peltier. Nosso objetivo é efetuar medições de temperatura do ar no interior seu interior, bem como dos objetos ali colocados. Para isso, utilizares sensores térmicos. Observaremos, ainda, o funcionamento da geladeira em condições diversas de ambientes, a fim de estimar o tempo necessário para que o seu interior alcance uma temperatura de estabilização, suficiente para refrigerar alimentos.

Geladeira, peltier, conservação alimentos

---

*Orientação Wanderson Muniz de Santana*

**Amplificador instrumental de baixo custo**

*Hugo Santana Passinato, Luan Magalhães Passinato, Isaac Mascarenhas Ribeiro*

*5º Período*

Amplificadores operacionais são muito aplicados em circuitos de instrumentação. Tais circuitos são aqueles que fornecem uma saída baseada na diferença entre duas entradas (vezes um fator de escala), uma alta impedância de entrada e uma alta rejeição a sinais não previstos. Existem várias aplicações, tais como, conversão DA, conversão AD, fotoconversão, etc, onde o sinal de entrada está na forma de corrente, ou a se deseja uma saída em corrente. Nosso objetivo neste trabalho é investigar uma solução, uma vez que esse tipo de exigência é assunto recorrente quando se fala em aquisição de equipamentos para empresas e instituições. Essa procura torna-se ainda mais premente quando as soluções disponíveis comercialmente são demasiado caras e não traduzem por completo os objetivos para as quais se destinam. Destacamos que procura por soluções de engenharia que tornem o cotidiano cada vez mais simples, mais prático e mais barato é para os Engenheiros uma constante fonte de inspiração.

Amplificador operacional, corrente, baixo custo

---

*Orientação Wanderson Muniz de Santana*



# Pedagogia

# ATELIÊ

técnico-científico

2018

14 e 15  
de Junho

8h  
e  
19h

Local:  
Faculdade  
Doctum Vitória



#### Faça uma escolha consciente

A influência daquilo que você acredita torna maior o impacto do seu trabalho.



#### Defina metas e não limites

Ter metas é um dos principais pontos do seu planejamento.



#### Avalie o seu aprendizado

Preveja o sucesso do seu trabalho com uma carteira de negócios.



#### Crie uma proposta sustentável

A contribuição do seu trabalho pode estar muito além do que imagina.

**SEJA A MUDANÇA QUE VOCÊ  
QUER PARA SUA VIDA!**

*Aqui suas ideias o levam ainda mais longe!*

rede de ensino  
**DOCTUM**



Ateliê Técnico-Científico  
Caderno de Resumos de Vitória/ES



14 e 15 de junho de 2018  
Rede de Ensino Doctum  
Instituto Ensinar Brasil



Faculdades Doctum de Vitória/ES  
**volume 01 | número 01 | 2018**

**O *Ateliê Técnico-Científico Caderno de Resumos de Vitória/ES* é uma publicação semestral, onde serão aceitos os resumos, em língua portuguesa, dos trabalhos apresentados no Ateliê Técnico-Científico das Faculdades Doctum de Vitória/ES – Rede de Ensino Doctum.**

## **REDE DE ENSINO DOCTUM      Corpo Editorial**

### **Instituto Ensinar Brasil**

Autor Corporativo

**Cláudio Cezar Leitão**

Presidente

**Ma. Ivana Leitão**

Superintendente de Ensino

**Ma. Heloisa Albuquerque**

Diretora de Ensino Superior

**Dra. Iana Penna**

Coordenadora Geral de Pesquisa

**Janilda Prata Guimarães**

Diretora

**Dra. Anna Cecília**

Coordenadora Acadêmica

**Dr. Wanderson Muniz de Santana**

Coordenador de Pesquisa

Rua João Pinheiro 147  
Centro – Caratinga – MG  
CEP: 35.300-037  
(33) 3322- 6314

Rua Joaquim Leopoldino Lopes, 230  
Consolação – Vitória – ES  
CEP 29045-580  
(27) 3031-3017

# Ateliê Técnico-Científico Caderno de Resumos de Vitória/ES



## **Coordenadores da Unidade**

Administração | Prof<sup>ª</sup>. Sheyla Valkíria Passoni

Arquitetura e Urbanismo | Prof. Marcos Correa

Direito | Prof. Stefano Antonini D'Amato

Engenharia de Produção | Prof<sup>ª</sup>. Fabiana Battista

Engenharia Elétrica | Prof<sup>ª</sup>. Fabiana Battista

Pedagogia | Profa. Anna Cecilia

## **Projeto Gráfico, Capa, Edição de Textos e Diagramação**

Dr. Wanderson Muniz de Santana

\*O conteúdo de todos os textos é de responsabilidade de seus autores correspondentes.

# Resumos

<b>1º Período A – Noturno .....</b>	<b>7</b>
EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA: IMPACTOS SOCIAIS .....	13
<b>4º Período – Noturno .....</b>	<b>14</b>
EXPERIMENTO: MÁQUINA DE FUMAR.....	19
A FORMAÇÃO DO UNIVERSO.....	20
POLUIÇÃO DA ÁGUA .....	21
EXPERIMENTO: FERMENTAÇÃO BIOLÓGICA. ....	22
PLANTAS MEDICINAIS .....	23
BIOLOGIA MARINHA .....	24
RESISTÊNCIA DOS FLUIDOS.....	25
RESISTÊNCIA DOS FLUIDOS.....	26
ENERGIA EÓLICA .....	27
MINHOCÁRIO.....	28
LEITE PSICODÉLICO .....	29
REAÇÕES QUÍMICAS .....	30
<b>6º Período -Noturno.....</b>	<b>32</b>
DORMI ALUNO(A)... ACORDEI PROFESSOR(A): NARRATIVAS DE UM PROCESSO DIALÓGICO .....	38

## **Apresentação**

O Ateliê Técnico-Científico da Faculdade Doctum de Vitória/ES - Rede de Ensino Doctum, caracteriza-se como um fórum de compartilhamento dos conhecimentos produzidos nos *Grupos de Leitura Supervisionada - GRULES*. Busca aprofundar os aspectos teóricos dos conteúdos abordados em sala de aula ao longo do semestre letivo, consolidando as bases científicas estruturadas pelo *Grupo Docente Interdisciplinar (GDI)* em cada um dos cursos de graduação da nossa unidade. Deste modo, pretende-se estimular o pensamento crítico do corpo docente e discente, além de fomentar a produção científica; proporcionando o desenvolvimento de uma massa crítica, aprofundamento teórico e motivando a autonomia e nova percepção da realidade pelo aluno.

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Pedagogia	1º Período A – Noturno			
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Formação Profissional			
Subtema: Educação e Tecnologia: impactos sociais				
Componentes Curriculares Envolvidas:	PROJETO	INTEGRADOR	I,	
	EDUCAÇÃO	E	TECNOLOGIA	e
	EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE			

### Justificativa

Por que a tecnologia hoje é cada vez mais importante na educação? Quais são os principais recursos tecnológicos usados para ensinar e aprender? Como criar a infraestrutura necessária para usar tecnologia nas escolas? Quais exemplos de aplicação da tecnologia na prática são inspiradores? O que está por vir em tecnologia para a educação? De que forma a escola está preparada para lidar com os avanços tecnológicos? Como utilizar desta ferramenta de ensino de forma qualificada? Os questionamentos apontados são instigantes sob a ótica de uma ferramenta que faz parte da sociedade e que precisa ser articulada na escola sob o ponto de vista da aprendizagem qualificada.

Sabemos que o uso da tecnologia na educação torna-se uma necessidade inadiável, reconhecida por todo profissional do ensino que busca a relação do ensino de forma significativa. Contudo, é preciso dar conta da utilização deste recurso e a forma como deve ser empregado nos diferentes contextos sociais e em especial a sala de aula. Por sua vez, entendemos que simplesmente utilizar das ferramentas tecnológicas na escola como fim em si mesmas, não é o objetivo do ensino aprendizagem.

Por se tratar de um tema que envolve os componentes curriculares de Educação e Tecnologia e Educação e Diversidade articulados ao Projeto Integrador estaremos

propondo um estudo com os alunos do 1º período do curso de Pedagogia que visa apontar reflexões em torno da Educação e Tecnologia: impactos sociais.

A educação sempre foi marcada por processos históricos e culturais que conduziram e guiaram modelos de instrução nas famílias, nas comunidades, nas escolas e, atualmente, podemos pensar também em ambientes fora dela. Os padrões tradicionalmente conhecidos de ensino estão dando lugar a novas formas de construir conhecimentos. Tal alteração é característica significativa da inserção das novas tecnologias ao ensino. Porém, educação e novas tecnologias, caminhando juntas, deixam rastros como indicadores de infinitas questões. A sociedade contemporânea vem apresentando diversas formas de conduzir o ensino sistematizado. As inovações tecnológicas exigem do profissional docente constante aperfeiçoamento, principalmente em termos da inserção dos recursos tecnológicos aplicados ao ensino. Logo, entende-se que é necessário haver professores qualificados para inserir na sua prática educativa recursos que auxiliem a aprendizagem do aluno, e nisto reside a importância da Educação e Tecnologia (DIAS, acesso em 9 abr. 2018).

Acreditamos que a temática por ser atual terá envolvimento do grupo provocando contribuições no campo do fazer e pensar o uso tecnológico na educação.

---

## Objetivos

---

Objetivo Geral: ☐ Refletir sobre o uso da tecnologia na educação e suas implicações no processo ensino aprendizagem.

---

Objetivos Específicos: ☐ Compreender que o emprego da tecnologia na educação não deve ser visto como um fim em si mesmo;

☐ Provocar reflexões sobre o uso de tecnologias na educação;

☐ Perceber que a tecnologia agrega valores ao trabalho do professor, jamais o substitui;

☐ Refletir sobre o uso das tecnologias no contexto da pós-

---

---

modernidade;

▮ Identificar os benefícios do uso da tecnologia em contextos educativos;

▮ Identificar as problemáticas do uso excessivo da tecnologia nas relações pessoais;

▮ Identificar os desafios dos professores diante de alunos tecnológicos;

▮ Compreender os impactos sociais decorrentes do uso da tecnologia;

▮ Estabelecer e definir o papel do computador na educação e sua inserção na prática pedagógica;

Conceber a Cibercultura como processo interativo no ensino-aprendizagem;

Desenvolver a capacidade de avaliação crítica dos recursos tecnológicos disponíveis de modo a contribuir para o enriquecimento da prática pedagógica.

Possuir fundamentação teórico-prática das tecnologias aplicadas à educação;

▮ Conhecer os principais recursos tecnológicos e de comunicação e suas aplicações em ambientes educacionais;

Utilizar a internet como veículo de pesquisa, comunicação e publicação de trabalhos.

---

## **Metodologia**

O presente estudo será articulado por meio da divisão de 9 grupos na turma com a distribuição dos assuntos:

---



- 
- ▮ O que é educação?
  - ▮ Avanços tecnológicos na educação
  - ▮ Contribuições da tecnologia na educação
  - ▮ Globalização da informação na educação
  - ▮ Formação do professor diante dos avanços tecnológicos
  - ▮ Que aluno temos nas séries iniciais do ensino fundamental diante da tecnológica?
  - ▮ O que é tecnologia?
  - ▮ Contribuições e limitações dos avanços tecnológicos
  - ▮ Estudo de casos que a tecnologia pode contribuir para a educação

A proposta será desenvolvida por meio do sorteio destes temas e cada grupo realizará inicialmente um estudo bibliográfico sobre o mesmo. Alguns temas terão que realizar estudo do campo para articular à teoria.

Em Educação e Tecnologia, será realizada uma visita técnica às escolas da rede pública de ensino e entrevistarão os professores de informática. Em seguida, serão realizadas as apresentações com socialização das mesmas.

Os estudos dos temas serão realizados por meio da articulação teórica e prática tendo como finalidade a escrituração de um relatório científico. Já a culminância da pesquisa no Ateliê Científico no mês de junho será realizada por meio de um diálogo – mesa redonda com professores da escola pública dos segmentos da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio acerca da Educação e Tecnologia: impactos sociais.

---

## **Avaliação**

---

---

## Cronograma

---

Atividade:	Apresentação do projeto para avaliação	Data de Entrega:	19/03/2018
	Apresentação do projeto para a turma e Divisão dos grupos		07/05/2018
	Sorteio dos temas e Encaminhamento de leitura e registros dos temas sorteados		08/05/2018
	Encaminhamento dos grupos que necessitarão de realizar pesquisa de campo e Processo de escrituração		22/05/2018
	Entrega dos relatórios científicos/ Apresentação do Ateliê – realizaremos um diálogo – mesa redonda com a temática Educação e Tecnologia: impactos sociais		04/06/2018

---

---

## Referências

---

- BRASIL. PROINFO: informática e formação de professores. Brasília: Ministério da Educação, 2000.
- CANO, Cristina. Os recursos da informática e a aprendizagem. In: SANCHO, Juana (Org.). Para uma tecnologia educacional. Porto Alegre: Artmed. 1998. Cap. 6. pp. 156-182.
- FLEISCHMANN, Lezi Jacques. Crianças no computador. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- KAWAMURA, Lili. Novas tecnologias e educação. São Paulo: Ática, 1990.
- PAPER, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Ates médicas, 1994.
- LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência. Rio de Janeiro: Nova Editora, 1993.
- NEGROPONTE, Nichollas. A vida digital. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
-

---

NORTON, Peter. Introdução à informática. São Paulo: Makron books, 1998.  
WEISS, Alba Maria Lemme. A informática e os problemas escolares de aprendizagem.  
Rio de Janeiro. 2. ed. DP&A, 1999.

---

**EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA: IMPACTOS SOCIAIS***SHENIA D'ARC VENTURIM CORNÉLIO; FÁBIO DIAS E VÂNIA MACHADO MARTINS**1º Período***EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA: IMPACTOS SOCIAIS**

Este estudo tem como finalidade contribuir com processos reflexivos enunciados por meio da Educação e Tecnologia: impactos sociais. Realizado por alunos do curso de Pedagogia – Unidade: Vitória, 1º período – 2018-1. Busca compreender o uso da tecnologia na educação a partir do olhar da necessidade social, reconhecida de forma significativa. Alerta que apesar de sua necessidade, torna-se preciso dar conta da utilização deste recurso de forma significativa nos diferentes contextos sociais e em especial a sala de aula. Metodologicamente, o estudo adota a perspectiva bakhtiniana de linguagem, tendo a pesquisa bibliográfica e estudo de caso como procedimento de coleta de dados. Os teóricos utilizados foram: Bakhtin (2003); Weiss (1999); Levy (1993) e Cano (1998). Esclarece que as inovações tecnológicas exigem do profissional docente constante aperfeiçoamento, principalmente em termos da inserção dos recursos tecnológicos aplicados ao ensino, logo sinaliza a necessidade de haver professores qualificados para inserir na sua prática educativa recursos que auxiliem a aprendizagem do aluno. Finaliza com apontamentos reflexivos e críticos acerca deste olhar nos segmentos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Enunciação. Educação e tecnologia. Impactos sociais.

---

*Orientação SHENIA D'ARC VENTURIM CORNÉLIO*

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Pedagogia	<b>4º Período – Noturno</b>
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Formação Profissional
Subtema: O ensino de ciências e da educação ambiental por investigação: a apropriação do mundo por meio da ciência e da tecnologia nas aulas experimentais	
Componentes Curriculares Envolvidas:	Metodologia e Prática das Ciências Naturais e da Educação Ambiental, Projeto Integrador IV, Estrutura, Organização e Funcionamento da Educação Infantil.

### Justificativa

A importância do ensino de Ciências é reconhecida por pesquisadores da área em todo o mundo, havendo uma concordância relativa à inclusão de temas relacionados à Ciência e à Tecnologia nas Séries Iniciais. Apesar da convergência de opiniões e de sua incorporação pelas propostas curriculares e planejamentos escolares, ainda hoje em dia a criança sai da escola com conhecimentos científicos insuficientes para compreender o mundo que a cerca.

### Objetivos

Objetivo Geral: Compreender que o ensino de ciências e da tecnologia tem por fim precípua propiciar a todos os cidadãos os conhecimentos e oportunidades de desenvolvimento de capacidades necessárias para se orientarem nesta sociedade complexa, compreendendo o

---

que se passa à sua volta, tomando posição e intervindo na sua realidade.

---

Objetivos Específicos:

1. Visitar os espaços não formais de ensino de ciências e meio ambiente da região metropolitana de Vitória e vivenciar as práticas ali desenvolvidas;
2. Elaborar e apresentar em roda de conversa, os aspectos positivos e negativos da visita, articulando-os a proposições de intervenções pedagógicas em sala de aula regular;
3. Elaborar um plano de aula e executá-lo, utilizando a metodologia de ensino por investigação;
4. Elaborar um banner com os resultados científicos da pesquisa realizada em cada área de conhecimento a ser estudada;
5. Realizar uma feira de ciências apresentando os experimentos realizados nas aulas experienciais.

---

## **Metodologia**

Os momentos de exposição dos temas a serem investigados foram desenvolvidos, a fim de organizar o planejamento teórico-metodológico do componente curricular Educação e Meio Ambiente - Ciências Naturais, do curso de Pedagogia, 4º período noturno. Bem como garantir a execução da investigação como forma de atender o eixo ensino – pesquisa – extensão que se constitui no cerne do Ensino Superior no Brasil e na formação do Pedagogo.

Para orientar os trabalhos de campo, foi construído este projeto que segue do relatório de execução das expedições pedagógicas realizadas nos espaços não formais de

---

---

ensino e da prática docente nas séries iniciais do Ensino Fundamental quando das aulas de Ciências, objeto da investigação e articulação da práxis pedagógica no ensino de Ciências. Após a introdução, no que tange à discussão teórica, primeiramente apresentamos os espaços da educação: formal, não formal e informal, logo, a utilização dos espaços não formais para o ensino de Ciências, pontuando as principais funções dos espaços escolhidos para a expedição pedagógica: conservação, pesquisa, lazer e a educação neles praticada. E, posteriormente, como sistematizar estas exposições não formais em sala de aula, articulando-as aos conteúdos trabalhados.

Após a exposição de referencial teórico concernente, apresentamos a metodologia de pesquisa utilizada no processo de visita e após, a apresentação prévia de cada visita e dos relatórios emitidos. Posteriormente, como podem ser articulados à didática do ensino de Ciências em sala de aula.

Por último, se tem os resultados apresentados aqui por meio de aulas expositivas experienciais em que cada Grupo de Leitura Supervisionado (GruLeS) simulou uma aula para as séries iniciais do Ensino Fundamental, finalizando com a produção de banner e as referências utilizadas para embasar a prática metodológica de cada projeto utilizado como ferramenta didática para a constituição da identidade docente do acadêmico de Pedagogia na área das Ciências Naturais e conseqüente feira de ciências a ser realizada no Atelier Científico Doctum.

Esta proposição de investigação científica vai de encontro à proposição do tema central dos Grupos Docentes Interdisciplinares (GDI), qual seja, os direitos humanos e fundamentais, pois muito se tem discutido e escrito sobre a importância do ensino de Ciências Naturais em todos os níveis de escolaridade.

Desta forma, a metodologia aqui proposta contempla ações que inter-relacionam pesquisa e extensão, visto que a proposição aqui realizada favorece que o acadêmico utilize de seus conhecimentos científicos, interaja diretamente com o problema da pesquisa e proponha ações reais de intervenção na realidade por meio da pesquisa

---

---

científica.

---

---

## Avaliação

---

---

## Cronograma

---

Atividade:	Em roda de conversa, agendada para os dias 05 a 13/04, em que os grupos apresentarão e socializarão como foram as visitas e resultados;	Data de Entrega:	13/05/2018
	Feito essa identificação o grupo deverá elaborar um plano de aula e executá-la, utilizando a metodologia de ensino de ciências e tecnologia por investigação. As aulas acontecerão entre os dias 26/04 a 17/05/2018;		17/05/2018
	O trabalho escrito deverá ser entregue até o dia 30 de maio de 2018, para análise final do professor/orientador e validação para apresentação dos grupos de suas propostas de ação no Ateliê Científico do dia 14/06/2018.		14/06/2018

---

---

## Referências

---

CANIATO, Rodolpho. Com ciência na educação: ideário e prática de uma alternativa brasileira para o ensino de ciências. Campinas: Papirus, 1997.

- DELIZOICOV Demétrio; ANGOTTI, José André Peres. Metodologia do ensino de
-



---

ciência. São Paulo: Cortez, 1990.

- FRACALANZA, Hilário; AMARAL, Ivan A.; GOUVEIA, Mariley S. Flória. O ensino de ciências no primeiro grau. São Paulo: Atual, 1986.
  - FRIZZO Marisa N.; MARIN, Eulália B. O ensino de ciências nas séries iniciais. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 1989.
  - FUMAGALLI, Laura. O ensino de ciências naturais no nível fundamental de educação formal: argumentos a seu favor. In: WEISSMANN, Hilda (Org.). Didática das ciências naturais: contribuições e reflexões. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
  - HARLEN, W. Enseñanza y aprendizaje de las ciencias. 2. ed. Madrid: Morata, 1994.
  - KRASILCHIK, Myriam. O professor e o currículo das ciências. São Paulo: EPU, 1987.
  - LORENZETTI, Leonir. Alfabetização científica no contexto das séries iniciais. Florianópolis: Centro de Educação da UFSC, 2000. Dissertação de mestrado.
-

**EXPERIMENTO: MÁQUINA DE FUMAR**

*KARLA GOMES BRUNELLI, RAYSAN VASCONCELLOS CAVALCANTE, SARA ANTUNES COSTA, SARA PONTE ALVARENGA, VINÍCIUS VIANA DOS SANTOS*

*4º Período*

A partir da experimentação em sala de aula, demonstrar por meio da montagem da “máquina de fumar” em ação, as substâncias tóxicas que existem no cigarro e alguns dos problemas de saúde causados pelo hábito do tabagismo. Assim, o expectador (aluno) poderá identificar os riscos e danos à saúde causados pelo tabagismo; informar-se que o tabagismo é uma doença crônica, transmissível, através da propaganda e publicidade. O experimento tem forte apelo visual, pois, ao final, a água da garrafa apresentará um aspecto repugnante. Perguntar aos alunos o que sabem sobre a relação entre fumo e saúde. Mesmo que haja protestos na relação fumo – saúde, o tema é recorrente; levando o fumante a recorrência de doenças patológicas como aumento da pressão arterial, risco de câncer de pulmão, câncer de bexiga, asma, isquemia, derrame e alteração da coagulação sanguínea.

Biologia Humana. Saúde. Tabagismo.

---

*Orientação Anna Cecília Teixeira e Fábio Souza Dias*

## **A FORMAÇÃO DO UNIVERSO**

*DAYONE BATISTA DA SILVA, ÊGLEYSE MARQUES FERREIRA, LARISSA DOS SANTOS SILVA, MARIA DA PENHA GOMES DE OLIVEIRA*

*4º Período*

A partir do conhecimento construtivista da criança o processo de ensino-aprendizagem, será explicada a metodologia de pesquisa e os porquês da escolha do tema "A formação do Universo". A importância do conteúdo específico, das ideias prévias dos alunos, do papel mediador do professor e das formas interativas e discursivas na construção do conhecimento científico em sala de aula; em que o expectador, a partir da experimentação possa identificar a origem do espaço solar e suas especificidades; tornar-se conscientes para os problemas dos efeitos colaterais que posteriormente podem acontecer com a causa do Universo e as poluições que o homem causa; ser capaz de investigar e organizar as características (tamanho, posição e composição) dos planetas do Sistema Solar; desenvolver concepção de Universo coerente com os conhecimentos atuais; e a reconhecer a importância da tecnologia no estudo do Sistema Solar e do Universo.

Geociências. Sistema Solar. Tecnologia.

---

*Orientação Anna Cecília Teixeira e Fábio de Souza Dias*

**POLUIÇÃO DA ÁGUA**

*DAYONE BATISTA DA SILVA, ÊGLEYSE MARQUES FERREIRA, LARISSA DOS SANTOS SILVA, MARIA DA PENHA GOMES DE OLIVEIRA*

*4º Período*

A água é usada para diferentes fins, serve para ser bebida, para tomar banho, para lavar roupas e utensílios. Além disso, abastece as cidades, sendo também utilizada nas indústrias e na agricultura. A partir da temática de Meio Ambiente, a pesquisa se constituiu em realizar investigação dos conhecimentos acerca do que é poluição, ressaltando a poluição da água, pode ser através de exposição de conteúdo que instigam os alunos a lembrar de acontecimentos que eles tenham presenciado ou que eles já tenham ouvido de alguém. Assim, abrindo um debate para maior interação e entendimento do conteúdo da poluição da água tendo como início o contexto em que vivem, neste caso, os municípios da Grande Vitória no ES, em especial o bioma dos manguezais. A partir de jogos lúdicos, os resultados alcançados foram a identificação dos diferentes tipos de poluição (atmosférica, solo, sonora, térmica, luminosa e visual brevemente, caracterizando e ressaltando a poluição da hídrica como foco pois será em cima dessa proposta que iremos trabalhar; a consciência para o problema da poluição da água; a diferenciação de esgoto doméstico e industrial; o reconhecimento das implicações existentes do esgoto para o meio ambiente.

Meio Ambiente.Poluição da Água. Manguezais.

---

*Orientação Anna Cecília Teixeira e Fábio Dias*

**EXPERIMENTO: FERMENTAÇÃO BIOLÓGICA.**

*HELLEN KARLA RIBEIRO DOS SANTOS, NATHALIA RABELO DE PAULO, PATRICIA MATTOS DE ALMEIDA, RENATA EMILIA SANTOS DE OLIVEIRA CASTRO RAFAEL*

*4º Período*

Os fungos são organismos eucariontes que apresentam nutrição heterotrófica, ou seja, não conseguem produzir seu próprio alimento. Seus principais representantes são os cogumelos, orelhas-de-pau, leveduras e bolores. Algumas espécies de fungos trazem grandes prejuízos aos seres humanos, como a deterioração de alimentos, doenças como candidíase, pano branco, micoses, aspergilose pulmonar etc., no entanto, outras espécies são extremamente importantes. Como dito, são organismos heterótrofos e se alimentam de moléculas orgânicas retiradas da matéria orgânica. Essa matéria orgânica da qual eles tiram essas moléculas é proveniente de cadáveres e restos de plantas e animais. Por esse motivo, eles são chamados de saprófagos e, juntamente com as bactérias, decompõem a matéria orgânica, fazendo a reciclagem de nutrientes na natureza e impedindo o acúmulo de lixo orgânico. Além de serem importantes como decompositores, na indústria alimentícia e de bebidas, os fungos também são muito importantes na indústria farmacêutica, na produção de antibióticos como a penicilina, descoberta por Alexander Fleming no ano de 1929, que é amplamente empregada nos dias atuais. Por isso, entender que os fungos podem trazer benefícios e malefícios ao homem, sua importância para os seres humanos, e para o ecossistema, caracterizar e identifica-los, trata-se de um conteúdo relevante no ensino fundamental séries iniciais. Para isso, escolheu-se a experimentação por meio do processo de fermentação, para que observando, o expectador (aluno), compreenda o processo de fermentação utilizado para fabricação em geral, bem como a importância dos fungos.

Fungos. Economia. Ecossistema.

---

*Orientação Anna Cecília Teixeira e Fábio Dias*

**PLANTAS MEDICINAIS**

*HELLEN KARLA RIBEIRO DOS SANTOS, NATHALIA RABELO DE PAULO, PATRICIA MATTOS DE ALMEIDA, RENATA EMILIA SANTOS DE OLIVEIRA CASTRO RAFAEL*

*4º Período*

Segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de 80% da população faz uso de plantas medicinais para fins de tratamento, cura e prevenção de doenças, contudo é importante lembrar que tais drogas vegetais não estão isentas de provocarem efeitos colaterais em seus usuários. O uso indiscriminado e sem orientação pode levar a severos danos ao organismo, sem mencionar a prática da automedicação que é igualmente nociva à saúde. Este trabalho teve como objetivo desenvolver ações em que por meio da experimentação e do jogo lúdico (oficina de aprendizagem) o expectador (aluno) seja capaz de identificar os tipos de plantas medicinais, conhecer os nomes científicos e populares das plantas medicinais e compreender a importância e os benefícios das plantas medicinais para a saúde. As informações para realização da experimentação foram obtidas através de entrevistas com um roteiro contendo questões que buscaram explorar o conhecimento fitoterápico e farmacológico da população.

Plantas Medicinais. Saúde. Ecossistema

---

*Orientação Anna Cecília Teixeira e Fábio Dias*

**BIOLOGIA MARINHA**

*JULIANA MARIA BRITTO JARDIM, LARISSA LYRIO FERNANDES NASCIMENTO,  
LEONARA RODRIGUES DA VITÓRIA, LETÍCIA CORREIA DE OLIVEIRA*

*4º Período*

A água está presente em todos os seres vivos e é de extrema importância para a vida de todos os seres vivos que habitam a Terra. Embora este recurso seja encontrado em abundância em nosso planeta (cerca de 70% da superfície é composto por água), somente 4% da água é doce, ou seja, própria para o consumo. Levando em conta que a população mundial atual é de sete bilhões de habitantes e continua crescendo, é de fundamental importância que o ser humano busque formas de usar a água de forma racional e inteligente. Todos seres vivos são formados por unidades de células, que determinam suas funções vitais, a manutenção da vida depende de várias transformações que ocorrem no corpo. Essas transformações só são possíveis se as substâncias que compõem os organismos estiverem dissolvidas na água. Os líquidos que circulam no corpo do peixe de água salgada têm aproximadamente a mesma quantidade de sais (ou seja, concentração) que a água do mar. “Se o peixe for colocado em água doce, a concentração de líquidos do seu corpo será maior que a do ambiente”. Como os corpos tendem a estar sempre em equilíbrio, o peixe absorverá água e não terá como eliminá-la porque seu rim é pouco desenvolvido. Ele inchará e poderá até explodir. O oposto acontecerá se um peixe de água doce for colocado no mar. A concentração de líquidos do seu corpo será bem menor que a água e ele perderá líquido até ficar desidratado.

Biologia Marinha. Ecossistema Aquático. Concentração de água.

---

*Orientação Anna Cecília Teixeira e Fabio Dias*

**RESISTÊNCIA DOS FLUIDOS**

*JULIANA MARIA BRITTO JARDIM, LARISSA LYRIO FERNANDES NASCIMENTO,  
LEONARA RODRIGUES DA VITÓRIA, LETÍCIA CORREIA DE OLIVEIRA*

*4º Período*

No estudo da Física, fluidos correspondem a substâncias cujas forças de coesão interna são muito pequenas. Por isso, eles geralmente não possuem forma própria e precisam de um recipiente para contê-los. Se algum corpo se move em um fluido, como é o caso do ar e da água, essa substância exerce uma força de resistência para reduzir a velocidade do objeto: a chamada força de arraste. O corpo, então, sofre a ação de uma força que se opõe ao seu movimento. Essa força depende da existente no objeto, das propriedades do fluido e, ainda, da velocidade do corpo em relação a essa substância. E para demonstrar esta força, trabalhou-se com a experimentação a partir da mistura de amido e água em que os expectadores puderam comprovar a força dos fluidos e serem capazes de caracterizar a resistência de um fluido ao escoamento; identificar viscosidade que varia conforme o tempo ou quantidade de pressão; e a entender os variáveis comportamentos do líquido e sólido com a ocorrência da pressão e emancipação. O efeito da resistência ou não, obtidos acontece porque quando se mistura o amido e a água, as partículas de amido vão ocupar os espaços vazios das partículas de água. Quando apertamos e esprememos a mistura, as partículas de água e de amido vão ficar muito juntas e a mistura ganha o aspeto de um sólido duro e seco. Quando deixamos a mistura sobre o prato, as partículas de amido e de água voltam a afastar-se um pouco e a mistura parece ser um líquido grosso.

Experimentação de Física. Fluidos. Resistência e Força.

---

*Orientação Anna Cecília Teixeira e Fabio Dias*



**RESISTÊNCIA DOS FLUIDOS**

*JULIANA MARIA BRITTO JARDIM, LARISSA LYRIO FERNANDES NASCIMENTO,  
LEONARA RODRIGUES DA VITÓRIA, LETÍCIA CORREIA DE OLIVEIRA*

*4º Período*

No estudo da Física, fluidos correspondem a substâncias cujas forças de coesão interna são muito pequenas. Por isso, eles geralmente não possuem forma própria e precisam de um recipiente para contê-los. Se algum corpo se move em um fluido, como é o caso do ar e da água, essa substância exerce uma força de resistência para reduzir a velocidade do objeto: a chamada força de arraste. O corpo, então, sofre a ação de uma força que se opõe ao seu movimento. Essa força depende da existente no objeto, das propriedades do fluido e, ainda, da velocidade do corpo em relação a essa substância. E para demonstrar esta força, trabalhou-se com a experimentação a partir da mistura de amido e água em que os expectadores puderam comprovar a força dos fluidos e serem capazes de caracterizar a resistência de um fluido ao escoamento; identificar viscosidade que varia conforme o tempo ou quantidade de pressão; e a entender os variáveis comportamentos do líquido e sólido com a ocorrência da pressão e emancipação. O efeito da resistência ou não, obtidos acontece porque quando se mistura o amido e a água, as partículas de amido vão ocupar os espaços vazios das partículas de água. Quando apertamos e esprememos a mistura, as partículas de água e de amido vão ficar muito juntas e a mistura ganha o aspeto de um sólido duro e seco. Quando deixamos a mistura sobre o prato, as partículas de amido e de água voltam a afastar-se um pouco e a mistura parece ser um líquido grosso.

Experimentação de Física. Fluidos. Resistência e Força.

---

*Orientação Anna Cecília Teixeira e Fabio Dias*

**ENERGIA EÓLICA**

ANDERSON ROCHA DE OLIVEIRA, EDILSON PEREIRA FERNANDES, MARLETE  
RICARDO PATROCÍNIO

4º Período

Você sabia que a energia elétrica pode ser produzida a partir dos ventos? Isso mesmo, a energia produzida pela movimentação do ar é chamada de energia eólica, que nada mais é do que o aproveitamento da força que os ventos possuem para a ativação de geradores de energia elétrica. A energia eólica é considerada uma fonte limpa de energia, pois, diferentemente de outros recursos energéticos, não emite poluentes para o ar, evitando, portanto, o agravamento dos problemas ambientais em nível local e global. Outra vantagem da energia eólica é que os ventos são fontes renováveis de energia, ou seja, eles não se esgotam com a sua utilização, podendo ser sempre aproveitados. Dentre as desvantagens da energia eólica, podemos citar o seu alto custo de produção, os ruídos produzidos para as áreas próximas e que geram muito desconforto, a interferência em rotas de aviões e na migração de pássaros, entre outros casos. No entanto, esses problemas são menores do que os que existem em outras fontes de energia. O Brasil, por sua vez, possui um alto potencial para produzir energia a partir dos ventos, principalmente nas áreas litorâneas da região Nordeste e também em algumas zonas no interior da Bahia e de Minas Gerais. Todavia, ainda faltam investimentos para a instalação dos parques eólicos, que são poucos no nosso país. E para demonstrar como é gerada a energia eólica, foi construído uma maquete de uma cidade em que, a partir do vento gerado por meio de um secador de cabelos, pode se observar como a energia é gerada, além de conhecer um pouco mais sobre a história da eletricidade e descarga elétrica, aprender o que é eletricidade, conceito de relâmpagos, eletricidade estática, campo, identificar o que é uma corrente elétrica e a identificar como a energia elétrica chega até as residências.

Energia Eólica. Fontes Renováveis. Física Elétrica.

---

*Orientação Anna Cecília Teixeira e Fabio Dias*

## **MINHOCÁRIO**

*ANNA KAROLYNE FERREIRA PATRICIO, RAQUEL DOS SANTOS RIOS, THALIA  
BARCELLOS FILISBINO DE SOUZA*

*4º Período*

As minhocas são animais detritívoros e que formam túneis e galerias no solo. Graças a esta primeira habilidade, reciclam a matéria orgânica, auxiliando na decomposição, ao mesmo tempo em que enriquecem o solo - uma vez que expelem húmus ao ingeri-la. A construção do minhocário permitiu com que os alunos conhecessem uma representação do hábitat destes animais, podendo ser útil na horta da escola, caso exista, ou mesmo ser o ponto de partida para que esta seja consolidada. Trabalhar a questão do lixo orgânico e o trabalho dos detritívoros e decompositores na cadeia alimentar foi um dos objetivos da experimentação realizada, bem como a introdução dos conceitos e práticas de coleta seletiva, na qual o lixo orgânico é direcionado para locais e fins próprios.

Minhocário. Lixo Orgânico. Húmus.

---

*Orientação Anna Cecília Teixeira e Fabio Dias*

**LEITE PSICODÉLICO**

*KARLA GOMES BRUNELLI, RAYSAN VASCONCELLOS CAVALCANTE, SARA ANTUNES COSTA, SARA PONTE ALVARENGA, VINÍCIUS VIANA DOS SANTOS*

*4º Período*

O efeito visto ocorre porque o detergente dissolve (emulsifica) a mistura de leite e corante. O leite é uma mistura de várias substâncias, principalmente água e gordura. No entanto, o leite que compramos para consumir é homogeneizado, o que significa que por meio de processos industriais a gordura do leite passa por um furo muito pequeno que quebra os glóbulos de gordura, tornando-os minúsculos e fazendo com que fiquem em suspensão no leite. Assim, os corantes não se misturam no leite por causa de sua gordura. Mas o detergente é um agente tensoativo, que é capaz de quebrar essa tensão superficial que impede o corante de se dissolver no leite. Essa ação do detergente pode ser entendida no processo de retirada da gordura das louças. O detergente é constituído por moléculas com longas cadeias carbônicas apolares e uma extremidade polar. Visto que possui uma parte apolar e uma polar, o detergente é capaz de interagir tanto com a gordura como com a água. A extremidade polar interage com a água e a cadeia longa apolar interage com a gordura, formando pequenos glóbulos, chamados de micelas. Nas micelas, a parte apolar fica voltada para a parte interna do glóbulo em contato com a gordura, e a parte polar fica voltada para a parte exterior, em contato com a água. Dessa forma, quando se “arrastam” as micelas de detergente, removem-se também a gordura junto, pois ela estará aprisionada na região central da micela. Um fenômeno similar ocorre com o leite e o corante, sendo que o detergente quebra a tensão e eles começam a se misturar loucamente.

Tensão Superficial. Quebra de Moléculas. Ligações Moleculares.

---

*Orientação Anna Cecília Teixeira e Fabio Dias*

**REAÇÕES QUÍMICAS**

*KARLA GOMES BRUNELLI, RAYSAN VASCONCELLOS CAVALCANTE, SARA ANTUNES COSTA, SARA PONTE ALVARENGA, VINÍCIUS VIANA DOS SANTOS*

*4º Período*

No nosso cotidiano, é possível observar diversas reações químicas envolvidas, como na digestão de alimentos no nosso organismo, no apodrecimento de frutas, fabricação de alimentos, preparo dos alimentos, etc. Sempre que novas substâncias se formam a partir da combinação de outras substâncias diz-se que ocorreu uma transformação química. Por isso dizemos que as reações químicas são transformações em que envolve alterações, quebra e/ou formação nas ligações entre partículas (átomos, moléculas ou íons) da matéria, resultando na formação de nova substância com propriedades diferentes da anterior. Algumas reações ocorrem somente sob determinadas circunstâncias (ex. fornecimento de calor, presença de luz ou eletricidade). Algumas reações são acompanhadas de indicações externas (ex. mudança de cor, desprendimento de gás, calor ou luz). Um dos tipos de reações químicas envolvidas nesse experimento é a reação de dupla troca, onde dois compostos químicos trocam seus radicais para formar dois novos compostos. Buscou-se por meio da prática da experimentação demonstrar uma Reação Química a partir do Isopor com a acetona. O isopor é um poliestireno que consiste em macromoléculas formadas pela união sucessiva de várias moléculas iguais entre si. O poliestireno é obtido inicialmente na forma de pequenas contas que podem ser amolecidas sob vapor e esculpidas na forma desejada. O poliestireno é obtido aquecendo-se esse polímero com substâncias que produzem gases e, dessa forma, ele incha, ficando extremamente leve. A acetona pura em contato com o isopor enfraquece as ligações dessas moléculas

liberando o ar que está inserido nesse polímero. Com isso, resta apenas o plástico (poliestireno) no recipiente. A partir desta aula prática foi possível compreender os conceitos de reação química, ligações polares e apolares e a aplicar os conceitos teóricos à prática realizada através do levantamento de hipóteses.

Reação Química. Ligações Polares e Apolares. Eletronegatividade

---

*Orientação Anna Cecília Teixeira e Fabio Dias*

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Pedagogia	6º Período -Noturno
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Formação Profissional
Subtema: DORMI ALUNO(A)... ACORDEI PROFESSOR(A): NARRATIVAS DE UM PROCESSO DIALÓGICO.	
Componentes Curriculares Envolvidas: Princípios e Organização do Trabalho do Pedagogo / Projeto Integrador VI	

### Justificativa

Esta pesquisa objetiva explicitar as narrativas de aprendizagem concernentes à construção de memoriais na trajetória de formação e constituição da identidade docente de professores do Curso de Pedagogia da Rede de Ensino Docutrn - Unidade de Vitória-ES. Salientamos que este relato de experiência oportuniza reflexões acerca dos conhecimentos singulares dos sujeitos do processo, ressaltando as formas de pensar, experienciar, historiar, agir, operar e cooperar com o processo educativo, a partir da elaboração de um vídeo documentário. A construção dos documentários acerca do percurso de formação e enquanto prática de autoformação, potencializa no sujeito dimensões da práxis educativa, centrada na ação-reflexão-ação que possibilita um diálogo permanente entre a identidade do educando e sua relação com o conhecimento universal, percebendo o caráter processual da formação identitária dos docentes e de sua trajetória de vida pessoal e profissional.

Assim, desenvolvemos, no contexto do Curso de Pedagogia, através das disciplinas Projeto Integrador VI, que discute a temática da proposta Político-Pedagógica como trabalho integrador e que se constitui no documento que orienta e norteia o fazer pedagógico da escola; e de outro lado o componente curricular Princípios e Organização do Trabalho do Pedagogo, que por meio da escrita de memórias dos estudantes do 6º período, os quais se compuseram de sua trajetória pessoal e

profissional, sobretudo as descobertas, avanços e dificuldades no processo de formação foi que nasceu esta proposta de pesquisa documental e de campo.

É importante registrar que estas disciplinas são campos de aprendizagem do fazer e ser na formação docente, na qual situações de atividades de aprendizagem profissional são apresentadas para o educando, tendo em vista a sua formação inicial e continuada ratificadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pelo Plano Nacional da Educação, bem como na proposição da Base Nacional Curricular que também norteia e implementa a proposta da formação docente como princípio para a qualidade da educação nacional.

A educação é, antes de tudo, um compromisso com a pessoa, com o ser humano. É, pois, uma relação dialógica. É um ato de amor, de transformação, lembra Paulo Freire. Para Carlos Rodrigues Brandão, ninguém escapa à educação. Em casa, na Igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela – para aprender, para ensinar, para aprender a ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Porém, não misturamos a educação com a vida. Neste sentido, a educação, compreendida como um compromisso com a pessoa, com o ser humano, não só pode como deve desempenhar um papel fundamental na construção e no desenvolvimento de uma consciência cidadã, preocupada com a defesa dos Direitos Humanos e com a afirmação da Cidadania, pois como afirma Gadotti, na educação (do homem) a raiz é o próprio homem. O essencial da reflexão sobre a educação é a condição humana, o homem, a antropologia.

O direito à educação faz parte da Declaração (art. 26) e, como é estabelecido no preâmbulo, a implementação dos direitos humanos fica vinculada à intervenção educativa. A escola e o professor são novamente convocados a exercer seu papel-chave na divulgação e defesa dos direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu Art. XXVI, 2 estabelece: “A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade



humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais”. Por sua vez, a Constituição Federal determina no Art. 205 que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, numa direção clara em favor de uma educação voltada para a defesa dos Direitos Humanos e a Cidadania.

Dessa forma, percebemos que as instituições de ensino podem alterar e ressignificar questões limítrofes na formação docente, através da incorporação de atitudes dialógicas com as necessidades da sociedade, dos sujeitos e dos processos formativos. Assim, é importante sinalizar que a prática educativa é um traço cultural compartilhado que tem relações com o que acontece em outros âmbitos da sociedade e em diferentes instituições. É, a partir desse olhar, que este componente curricular no curso de formação de professores da Rede Doctum, a partir das experiências profissionais e pessoais de seus docentes proporciona aos futuros profissionais de educação compreender a complexidade que envolve os diferentes contextos educacionais, a ponto de estabelecer uma relação dialógica com as práticas institucionais e as ações vivenciadas no âmbito escolar.

Nesta perspectiva, a educação deve ser construída com base nos conhecimentos pessoais e sociais, de forma que suscite um saber fazer pautado na ação-reflexão-ação, em que esteja comprometido com a emancipação do estudante-professor como sujeito autônomo no seu pensar e no seu agir.

Para tanto, precisamos construir um processo educativo que ultrapasse o aspecto reprodutivista e sectário e denote a postura dialógica e emancipatória sobre a formação. Nesse sentido, a necessidade de investigar a importância das trajetórias dos docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia, nasceu esta proposta em que interessa compreender como esses profissionais expressam as suas aprendizagens e práticas docentes através das narrativas que formam e reformam na formação profissional.

A metodologia utilizada nesse estudo encontra-se ancorada na pesquisa com histórias de vida, tangenciados pelos estudos de Catani (1996; 1998), Nóvoa (1991), Josso (2002) e Souza (2006), dentre outros autores, que revelaram a importância da pesquisa-formação, através de instrumentos como memorial, o qual possibilitam narrativas de experiências nos processos de formação. Josso (2006) apresenta nos seus estudos que as pesquisas com trajetórias de vida abarcam a totalidade da vida, denominando-as de “abordagem biográfica” ou ‘abordagem experiencial”. E aquelas pesquisas relacionadas [...] “aos projetos (projetos de expressão, projetos profissionais, projeto de reinserção, projeto de formação, projeto de transformação de práticas, projeto de vida)” [...] (JOSSO, 2002, p.15) envolvem temáticas relativas a um itinerário pontual da história de vida do sujeito. Além de da análise documental com base na legislação da educação, qual seja a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96 e o Plano Nacional de Educação (PNE), que focam a formação continuada de professores como de fundamental importância para a garantia de uma educação de qualidade. Educação esta que no art. 206 da Constituição Federal do Brasil, se caracteriza por um Direito Fundamental do cidadão e Direito Humano enquanto responsabilidade do Estado a sua oferta e fiscalização.

Com esse enfoque de pesquisa, cada grupo de até 04 (quatro) componentes deverá desenvolver seus vídeos documentários e elencar fatos, falas e sentidos que desvelaram os elementos significativos para constituição do eu pessoal e profissional do docente investigado.

No decorrer desta prática, tanto em sala de aula, quanto do processo de docência, as observações trazidas como enfoque do vídeo documentário deverão se constituírem em um campo semântico e fecundo para uma formação significativa, uma vez que, muitos estudantes, por serem egressos do curso de magistério e/ou por atuarem como professores há um tempo significativo, estabelecem uma relação dialógica entre o passado como estudantes e/ou como docente às demandas das atuações atuais.

Espera-se que, os vídeos documentários produzidos indiquem as trajetórias formativas relevantes para formação do pedagogo a medida que apresentem campos relevantes das suas aprendizagens e constituição identitária

---

## Objetivos

Objetivo Geral: Ressignificar questões limítrofes na formação docente, através da incorporação de atitudes dialógicas com as necessidades da sociedade, dos sujeitos e dos processos formativos.

---

Objetivos Específicos: Elaborar memorial articulando-o as proposições de intervenções pedagógicas em sala de aula regular;  
Escolher um docente para realização do vídeo documentário  
Elaborar roteiro de entrevista;  
Agendar e produzir material para o vídeo documentário;  
Editar e desenvolver um vídeo documentário de no máximo 30 minutos;  
Apresentar o vídeo no Atelier Científico Doctum.

---

---

## Metodologia

Elaborar um vídeo documentário, com base no memorial é reconstruir a própria existência. Essa não é uma tarefa fácil, pois, na opinião de Moraes (1992), “[...] memorial é um retrato crítico do indivíduo visto por múltiplas facetas através dos tempos, o qual possibilita inferências de suas capacidades”.

Sendo assim, ao elaborar o vídeo documentário, cada GruLeS deverá buscar considerar a crítica e a autocrítica do desempenho acadêmico ao longo da trajetória pessoal, acadêmica e profissional do docente investigado. Procure destacar os elementos que, marcados por quebras de paradigmas, por coerência e incoerências, e

---

---

por meio das relações estabelecidas com o mundo, possibilitaram a construção de sua trajetória docente que envolve os âmbitos, pessoal e profissional do entrevistado.

O desafio proposto é resgatar fragmentos das experiências passadas conscientes e “inconscientes” que possam dar vida ao Vídeo Documentário e as transformações percebidas no decorrer dessas experiências.

---

---

## **Avaliação**

---

---

## **Cronograma**

Atividade:	Produção do Memorial	Data de Entrega:	10/04/2018
	Qualquer coisa...		17/04/2018
	Qualquer coisa...		24/04/2018

---

---

## **Referências**

Qualquer coisa...

---

**DORMI ALUNO(A)... ACORDEI PROFESSOR(A): NARRATIVAS DE UM PROCESSO DIALÓGICO.**

*Maria Aparecida Bussular, Ezimar Bravin, José Arlon da Silva*

*6º Período*

Esta pesquisa objetiva explicitar as narrativas de aprendizagem concernentes à construção de memoriais na trajetória de formação e constituição da identidade docente de professores do Curso de Pedagogia da Rede de Ensino Docutm - Unidade de Vitória-ES. Salientamos que este relato de experiência oportuniza reflexões acerca dos conhecimentos singulares dos sujeitos do processo, ressaltando as formas de pensar, experienciar, historiar, agir, operar e cooperar com o processo educativo, a partir da elaboração de um vídeo documentário. A construção dos documentários acerca do percurso de formação e enquanto prática de autoformação, potencializa no sujeito dimensões da práxis educativa, centrada na ação-reflexão-ação que possibilita um diálogo permanente entre a identidade do educando e sua relação com o conhecimento universal, percebendo o caráter processual da formação identitária dos docentes e de sua trajetória de vida pessoal e profissional.

Assim, desenvolvemos, no contexto do Curso de Pedagogia, através das disciplinas que compõem o GDI, avanços e dificuldades no processo de construção da jornada profissional de professores do Curso de Pedagogia da Rede de Ensino Docutm - Unidade de Vitória-ES, através de pesquisa documental e de campo.

Com esse enfoque de pesquisa, a turma deverá se organizar em grupos de até 06 (seis) componentes para desenvolver as tarefas diversas que culminarão na apresentação dos vídeos no Ateliê Científico. A organização dos grupos ficará a cargo da turma, considerando as habilidades diferenciadas de cada aluno e as necessidades para a concretização do projeto.

**TAREFA 1- PARA TODOS OS GRUPOS:** ler o projeto e organizar os grupos conforme as tarefas 2 até 6. Os docentes a serem investigados são os professores José Arlon e Ezimar Bravin.

**TAREFA 2-** Elaborar o roteiro de entrevista e levantar contatos de pessoas ligadas ao professor, fontes, fotos e demais materiais para compor as entrevistas.

**TAREFA 3-** Produzir material para o vídeo documentário, realizando as entrevistas

com os professores Arlon e Bravim gravando vídeos, fotografando, etc. Também poderão ser realizadas entrevistas ou coleta de depoimentos de pessoas ligadas aos professores (conforme o levantamento feito pelo grupo responsável pela tarefa 2)

TAREFA 4- Editar o vídeo documentário em no máximo 30 minutos.

TAREFA 5- Produzir um relatório da atividade segundo as normas da ABNT para relatório científico.

TAREFA 6- Organizar, arrumar e preparar a sala de aula para a apresentação dos vídeos documentários, garantindo toda a infraestrutura necessária e acolhedora. Recepcionar os convidados e presentes encerrar as apresentações de modo criativo.

A metodologia utilizada nesse estudo encontra-se ancorada na pesquisa com histórias de vida, tangenciados pelos estudos de Catani (1996; 1998), Nóvoa (1991), Josso (2002) e Souza (2006), dentre outros autores, que revelaram a importância da pesquisa-formação, através de instrumentos como memorial, o qual possibilitam narrativas de experiências nos processos de formação. Josso (2006) apresenta nos seus estudos que as pesquisas com trajetórias de vida abarcam a totalidade da vida, denominando-as de “abordagem biográfica” ou ‘abordagem experiencial”. E aquelas pesquisas relacionadas [...] “aos projetos (projetos de expressão, projetos profissionais, projeto de reinserção, projeto de formação, projeto de transformação de práticas, projeto de vida)” [...] (JOSSO, 2002, p.15) envolvem temáticas relativas a um itinerário pontual da história de vida do sujeito. Além de da análise documental com base na legislação da educação, qual seja a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96 e o Plano Nacional de Educação (PNE), que focam a formação continuada de professores como de fundamental importância para a garantia de uma educação de qualidade. Educação esta que no art. 206 da Constituição Federal do Brasil, se caracteriza por um Direito Fundamental do cidadão e Direito Humano enquanto responsabilidade do Estado a sua oferta e fiscalização.

Espera-se que, os vídeos documentários produzidos indiquem as trajetórias formativas relevantes para formação do pedagogo à medida que apresentem campos relevantes das suas aprendizagens e constituição identitária. Sendo assim, ao elaborar o vídeo documentário, cada GRULES deverá buscar considerar a crítica e a autocrítica do desempenho acadêmico ao longo da trajetória pessoal, acadêmica e profissional do docente investigado. Procure destacar os elementos que, marcados por quebras de paradigmas, por coerência e incoerências, e por meio das relações estabelecidas com o mundo, possibilitaram a construção de sua

trajetória docente que envolve os âmbitos, pessoal e profissional do entrevistado.

O desafio proposto é resgatar fragmentos das experiências passadas conscientes e “inconscientes” que possam dar vida ao Vídeo Documentário e as transformações percebidas no decorrer dessas experiências. Sendo assim, ao elaborar o vídeo documentário, cada GRULES deverá buscar considerar a crítica e a autocrítica do desempenho acadêmico ao longo da trajetória pessoal, acadêmica e profissional do docente investigado. Procure destacar os elementos que, marcados por quebras de paradigmas, por coerência e incoerências, e por meio das relações estabelecidas com o mundo, possibilitaram a construção de sua trajetória docente que envolve os âmbitos, pessoal e profissional do entrevistado.

Docência- identidade docente- trajetória docente

---

*Orientação Maria Aparecida Bussular*





# Engenharia de Produção ATELIÊ técnico-científico

2018

14 e 15  
de Junho

8h  
e  
19h

Local:  
Faculdade  
Doctum Vitória



#### Faça uma escolha consciente

A influência daquilo que você acredita torna maior o impacto do seu trabalho.



#### Defina metas e não limites

Ter metas é um dos principais pontos do seu planejamento.



#### Avalie o seu aprendizado

Preveja o sucesso do seu trabalho com uma carteira de negócios.



#### Crie uma proposta sustentável

A contribuição do seu trabalho pode estar muito além do que imagina.

**SEJA A MUDANÇA QUE VOCÊ  
QUER PARA SUA VIDA!**

Aqui suas ideias o levam ainda mais longe!

rede de ensino  
**DOCTUM**

Ateliê Técnico-Científico  
Caderno de Resumos de Vitória/ES



14 e 15 de junho de 2018  
Rede de Ensino Doctum  
Instituto Ensinar Brasil



Faculdades Doctum de Vitória/ES  
**volume 01 | número 01 | 2018**

**O *Ateliê Técnico-Científico Caderno de Resumos de Vitória/ES* é uma publicação semestral, onde serão aceitos os resumos, em língua portuguesa, dos trabalhos apresentados no Ateliê Técnico-Científico das Faculdades Doctum de Vitória/ES – Rede de Ensino Doctum.**

## **REDE DE ENSINO DOCTUM      Corpo Editorial**

### **Instituto Ensinar Brasil**

Autor Corporativo

**Cláudio Cezar Leitão**

Presidente

**Ma. Ivana Leitão**

Superintendente de Ensino

**Ma. Heloisa Albuquerque**

Diretora de Ensino Superior

**Dra. Iana Penna**

Coordenadora Geral de Pesquisa

**Janilda Prata Guimarães**

Diretora

**Dra. Anna Cecília**

Coordenadora Acadêmica

**Dr. Wanderson Muniz de Santana**

Coordenador de Pesquisa

Rua João Pinheiro 147  
Centro – Caratinga – MG  
CEP: 35.300-037  
(33) 3322- 6314

Rua Joaquim Leopoldino Lopes, 230  
Consolação – Vitória – ES  
CEP 29045-580  
(27) 3031-3017

# Ateliê Técnico-Científico Caderno de Resumos de Vitória/ES



## **Coordenadores da Unidade**

Administração | Prof<sup>ª</sup>. Sheyla Valkíria Passoni

Arquitetura e Urbanismo | Prof. Marcos Correa

Direito | Prof. Stefano Antonini D'Amato

Engenharia de Produção | Prof<sup>ª</sup>. Fabiana Battista

Engenharia Elétrica | Prof<sup>ª</sup>. Fabiana Battista

Pedagogia | Profa. Anna Cecilia

## **Projeto Gráfico, Capa, Edição de Textos e Diagramação**

Dr. Wanderson Muniz de Santana

\*O conteúdo de todos os textos é de responsabilidade de seus autores correspondentes.

# Resumos

<b>1º Período – Noturno .....</b>	<b>7</b>
LOGÍSTICA REVERSA EM PNEUS: PROMOVEDO MAIOR SUSTENTABILIDADE AO MEIO AMBIENTE .....	10
SOS MULHER: A TECNOLOGIA QUE UNE MULHERES CONTRA A VIOLENCIA E O FEMINICÍDIO .....	11
CHUVEIRO SUSTENTÁVELREUTILIZAÇÃO PLUVIAL.....	13
AS RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA EXISTENTES ENTRE O DIREITO À VIDA E O DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL .....	14
<b>2º Período – Noturno .....</b>	<b>15</b>
PAPEL BIODECOMPOSTÁVEL: PRODUÇÃO DE POLPA CELULÓSICA PARA MANUFATURA DE PAPEL CONSTITUINTE DE FIBRA.....	18
ANÁLISE METODOLÓGICA DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E A PROPOSIÇÃO DE NOVO LAYOUT PARA FÁBRICA DE COSTURA DO PROJETO COSTURANDO O FUTURO - SEJUS - ES.....	19
<b>3º Período – Noturno .....</b>	<b>20</b>
ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE.....	23
ERGONOMIA.....	24
ERGONOMIA.....	25
<b>4º e 5º Períodos – Noturno.....</b>	<b>26</b>
ECONOMIA.....	30
ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE.....	31
ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE.....	32
ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE.....	33
ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE.....	34

## Apresentação

O Ateliê Técnico-Científico da Faculdade Doctum de Vitória/ES - Rede de Ensino Doctum, caracteriza-se como um fórum de compartilhamento dos conhecimentos produzidos nos *Grupos de Leitura Supervisionada - GRULES*. Busca aprofundar os aspectos teóricos dos conteúdos abordados em sala de aula ao longo do semestre letivo, consolidando as bases científicas estruturadas pelo *Grupo Docente Interdisciplinar (GDI)* em cada um dos cursos de graduação da nossa unidade. Deste modo, pretende-se estimular o pensamento crítico do corpo docente e discente, além de fomentar a produção científica; proporcionando o desenvolvimento de uma massa crítica, aprofundamento teórico e motivando a autonomia e nova percepção da realidade pelo aluno.

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Engenharia de Produção	1º Período – Noturno
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Engenharia de Produção
Subtema: Engenharia e Direitos Humanos	
Componentes Curriculares Envolvidas: Gestão de Pessoas, Desenho, Álgebra e Projeto Integrador	

### Justificativa

O objetivo deste trabalho consiste em abordar as tecnologias das áreas da Engenharia Produção, com soluções inovadoras já existentes ou em desenvolvimento, atuando na garantia e na manutenção dos direitos humanos fundamentais. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição que diferencie um ser humano do outro, a razão desses direitos está na própria viabilidade da existência do ser humano, uma existência assegurada em todas as suas dimensões, garantida através do oferecimento de condições essenciais, tais como a vida, a liberdade de expressão, o trabalho, a saúde, a alimentação, a moradia, a educação e ao meio ambiente preservado, condições perseguidas a muito tempo e sendo conquistada através de uma luta muito grande. Este trabalho vem de forma a apresentar um pouco sobre a atuação das ideias da Engenharia Elétrica podem contribuir com os direitos humanos fundamentais.

### Objetivos

Objetivo Geral: Com o intuito de aproximar os alunos das Engenharias ao mercado de trabalho e promover a interação academia com a

---

sociedade, as pesquisas e trabalho que serão apresentados neste Ateliê, tem como objetivo ressaltar a importância da engenharia para a vida e levar os jovens estudantes a refletirem sobre suas futuras profissões de um ponto de vista mais humano.

---

Objetivos Específicos:

- 1- Demonstrar na formação dos futuros engenheiros a necessidade de adequação à complexidade do mundo contemporâneo;
  - 2- Propiciar uma visão integradora e ao mesmo tempo, especializada do seu campo de trabalho ao favorecer uma consciência crítica quanto ao uso do instrumental teórico e prático do seu curso;
  - 3- Inspirar atitudes solidárias, éticas, inovadoras e ousadas em todas as ações, enfatizando que todo esse esforço deve se voltar para o atendimento das necessidades de uma sociedade mais justa, equilibrada e humanizada.
- 

## **Metodologia**

O trabalho será desenvolvido a partir da análise das conjunturas sociais a que pertencem os alunos. Em princípio, será realizado um estudo sobre o conceito de Direitos Humanos. Depois qual a relação da Engenharia e os Direitos Humanos. Movidos por tais questionamentos, os alunos serão agrupados, conforme interesses comuns e pesquisas afins e iniciarão uma série de atividades, no intuito de focarem suas ideias em projetos que possam intervir nas vidas das pessoas, possibilitando o acesso ao que se está estabelecido nas legislações relacionadas aos Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Para chegarem aos seus respectivos objetivos,

---



---

serão utilizados estudos bibliográficos, visitas monitoradas, entrevistas, pesquisas na internet, pesquisas de campo, experimentos, etc.

---

---

## Avaliação

---

---

## Cronograma

Atividade:	Elaboração do conceito de Direitos Humanos Relacionando Direitos Humanos e Engenharia Definição da Pesquisa Desenvolvimento do Pré-Projeto Seminário de exposição das pesquisas	Data de Entrega:
------------	---	------------------

---

---

## Referências

- BOBBIO, Norberto. Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH – 3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República– ver. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. PNDH. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.
-

**LOGÍSTICA REVERSA EM PNEUS: PROMOVENDO MAIOR SUSTENTABILIDADE  
AO MEIO AMBIENTE**

*BIANCA LAYSLA DE SOUZA NEVES, JANINE BARBOSA A SILVA, JARDEL DOS  
SANTOS SARAIVA, MIRIAN ROSA DE FREITAS, RAFAELA MIERTSCHINK  
CUZZUOL, RAPHAELA BECALLE DOS SANTOS*

*1º Período*

Os problemas de poluição do ar, da água e o aumento de resíduos sólidos sensibilizam cada vez mais as pessoas, as empresas e até mesmo os governos para os efeitos do uso indevido de produtos que causem danos à natureza. Os custos para recuperação de áreas ambientalmente degradadas são elevados e torna-se mais barato preservar do que regenerar danos ambientais. Sendo assim, a logística reversa vem ganhando espaço para preencherem essa lacuna. Ela busca um maior reaproveitamento e a revalorização dos produtos em final de vida útil, para que possam passar por canais reversos de reuso, desmanche, reciclagem até a disposição final, de forma que os impactos causados possam ser minimizados sem necessidade de novos produtos. Visando meios de contribuir com a logística reversa nesse projeto será utilizado pneus inservíveis para pavimentação de estradas. Os pneus são moídos e misturados ao asfalto aumentando sua elasticidade e durabilidade. Será feito para diminuir o impacto ambiental que os pneus causam, como, riscos de incêndio, assoreamento de rios e lagos, proliferação de insetos que podem transmitir doenças graves. Com um processo de logística reversa eficiente, haverá uma participação maior dos consumidores de pneus, conseqüentemente haverá a preservação da matéria prima, diminuição do descarte inadequado, economia para determinadas indústrias, além de preservação do meio ambiente.

Logística reversa - Sustentabilidade - Pneus - Pavimentação - Meio Ambiente

---

*Orientação FABIOLA SAMPAIO*

## **SOS MULHER: A TECNOLOGIA QUE UNE MULHERES CONTRA A VIOLENCIA E O FEMINICÍDIO**

*Aline de Souza Correia, Joicy Alves Januário, José Geraldo de Souza Junior  
Lorena Garcia Millioli, Lucas Cardozo Machado, Lucas Garcia Millioli, Ygor  
CruppeizakiDemuner*

*1º Período*

A violência contra mulher muitas vezes trás como consequência algum problema de saúde, uma vez que quando ocorre trás danos tanto fisicamente, quanto psicologicamente à vítima. Muitas pesquisas mostram que é no espaço doméstico onde acontece a maior parte das agressões a mulher, legitimadas por uma ordem patriarcal de organização familiar, onde a dominação masculina é vista como natural. Atualmente, o ritmo acelerado da vida e a fragmentação das relações afetivas levaram a família a uma nova dinâmica e, conseqüentemente, a mudanças de padrão de convivência. Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, as famílias diminuíram o número de filhos e a mulher acumulou as funções externas com o doméstico, aumentando o estresse e alterando o equilíbrio interno das famílias. O equilíbrio interno de uma família também é afetado quando um dos membros faz o uso de algum tipo de drogas, lícitas ou ilícitas. Várias pesquisas associam o alto consumo de álcool a desagregação familiar, e essa substância é consumida em grande escala no Brasil, principalmente por homens, levando-os a mudanças de humor que repercutem desfavoravelmente na mulher, submetendo-as à violência física. Cada 30 minutos, um processo é aberto no judiciário capixaba envolvendo a violência contra a mulher. Somente em 2017, segundo o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, foram expedidas quase 2,2 mil medidas protetivas. Nas delegacias especializadas em atendimento as mulheres, foram registrados quase 3 mil boletins de ocorrência por ameaça e mais de 1,3 mil por lesão corporal, os dados são da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp). Uma mulher é assassinada a cada dois dias no estado do Espírito Santo. O estado tem a maior taxa de feminicídio da região sudeste e ocupa também a 3º posição entre os estados mais violentos do país. Dados bastante preocupantes, não só contra a mulher, mais ao abuso sexual infantil também, sendo que em 2016 foram registrados mais de 250 casos de violência contra crianças. Tendo isso como material de pesquisa, surgiu

então a ideia do grupo em criar uma plataforma virtual, como uma espécie de botão do pânico, onde as vítimas poderão pedir ajudar em algum momento de opressão. O aplicativo que iremos apresentar chamado “SOS MULHER” tem por objetivo ajudar e conectar as vitima (mulheres) com as ONGs para ajudarmos as mesmas sobre o problema, viabilizando de forma fácil e ágil o combate à violência. De modo particular, a violência praticada contra as mulheres é um problema mundial, não só no estado do Espírito Santo, porém como já falamos acima, o Estado ocupa a 3º posição atingindo pessoas de todas as classes sociais, religiosas e etnias.

VIOLÊNCIA - MULHER - APLICATIVO

---

*Orientação Fabiola Vasconcellos P Sampaio*

**Chuveiro Sustentável Reutilização Pluvial***Danilo, Guilherme, João Victor, Luiz, Rudson, Wederson**1º Período*

O objetivo deste trabalho consiste em abordar as tecnologias das áreas da Engenharia Elétrica e de Produção, com soluções inovadoras já existente ou em desenvolvimento, atuando na garantia e na manutenção dos direitos humanos fundamentais. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição que diferencie um ser humano do outro, a razão desses direitos está na própria viabilidade da existência do ser humano, uma existência assegurada em todas as suas dimensões, garantida através do oferecimento de condições essenciais, tais como a vida, a liberdade de expressão, o trabalho, a saúde, a alimentação, a moradia, a educação e ao meio ambiente preservado, condições perseguidas a muito tempo e sendo conquistada através de uma luta muito grande. Este trabalho vem de forma a apresentar um pouco sobre a atuação das ideias da Engenharia de Produção podem contribuir com os direitos humanos fundamentais.

sustentabilidade - captação - água - chuva

---

*Orientação Fabiola Vasconcellos Patta Sampaio*

**As relações de interdependência existentes entre o direito à vida e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável**

*FLÁVIO NASCIMENTO PEREIRA, JOÃO VICTOR ROCON DA SILVA, MARCELO GABRIEL C. BELCHIOR, MOISÉS OLIVEIRA DE CARVALHO. OSCAR BARBOSA TISEO*

*1º Período*

O objetivo deste trabalho consiste em abordar as tecnologias das áreas da Engenharia Elétrica e de Produção, com soluções inovadoras já existente ou em desenvolvimento, atuando na garantia e na manutenção dos direitos humanos fundamentais. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição que diferencie um ser humano do outro, a razão desses direitos está na própria viabilidade da existência do ser humano, uma existência assegurada em todas as suas dimensões, garantida através do oferecimento de condições essenciais, tais como a vida, a liberdade de expressão, o trabalho, a saúde, a alimentação, a moradia, a educação e ao meio ambiente preservado, condições perseguidas a muito tempo e sendo conquistada através de uma luta muito grande. Este trabalho vem de forma a apresentar um pouco sobre a atuação das ideias da Engenharia de Produção podem contribuir com os direitos humanos fundamentais.

Lixo - consciência ecológica - meio ambiente

---

*Orientação Fabiola Sampaio*

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Engenharia de Produção	2º Período – Noturno
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Engenharia de Produção
Subtema: Engenharia e Direitos Humanos	
Componentes Curriculares Envolvidas: Gestão de Pessoas, Desenho, Álgebra, Projeto Integrador	

### Justificativa

O objetivo deste trabalho consiste em abordar as tecnologias das áreas da Engenharia Produção, com soluções inovadoras já existente ou em desenvolvimento, atuando na garantia e na manutenção dos direitos humanos fundamentais. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição que diferencie um ser humano do outro, a razão desses direitos está na própria viabilidade da existência do ser humano, uma existência assegurada em todas as suas dimensões, garantida através do oferecimento de condições essenciais, tais como a vida, a liberdade de expressão, o trabalho, a saúde, a alimentação, a moradia, a educação e ao meio ambiente preservado, condições perseguidas a muito tempo e sendo conquistada através de uma luta muito grande. Este trabalho vem de forma a apresentar um pouco sobre a atuação das ideias da Engenharia Elétrica podem contribuir com os direitos humanos fundamentais

### Objetivos

Objetivo Geral: Com o intuito de aproximar os alunos das Engenharias ao mercado de trabalho e promover a interação academia com a sociedade, as pesquisas e trabalho que serão apresentados neste

---

Ateliê, tem como objetivo ressaltar a importância da engenharia para a vida e levar os jovens estudantes a refletirem sobre suas futuras profissões de um ponto de vista mais humano.

---

Objetivos Específicos:

- 1- Demonstrar na formação dos futuros engenheiros a necessidade de adequação à complexidade do mundo contemporâneo;
  - 2- Propiciar uma visão integradora e ao mesmo tempo, especializada do seu campo de trabalho ao favorecer uma consciência crítica quanto ao uso do instrumental teórico e prático do seu curso;
  - 3- Inspirar atitudes solidárias, éticas, inovadoras e ousadas em todas as ações, enfatizando que todo esse esforço deve se voltar para o atendimento das necessidades de uma sociedade mais justa, equilibrada e humanizada.
- 

## **Metodologia**

O trabalho será desenvolvido a partir da análise das conjunturas sociais a que pertencem os alunos. Em princípio, será realizado um estudo sobre o conceito de Direitos Humanos. Depois qual a relação da Engenharia e os Direitos Humanos. Movidos por tais questionamentos, os alunos serão agrupados, conforme interesses comuns e pesquisas afins e iniciarão uma série de atividades, no intuito de focarem suas ideias em projetos que possam intervir nas vidas das pessoas, possibilitando o acesso ao que se está estabelecido nas legislações relacionadas aos Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Para chegarem aos seus respectivos objetivos, serão utilizados estudos bibliográficos, visitas monitoradas, entrevistas, pesquisas na

---



---

internet, pesquisas de campo, experimentos, etc.

---

---

## Avaliação

---

---

## Cronograma

---

Atividade:	Elaboração do conceito de Direitos Humanos Relacionando Direitos Humanos e Engenharia Definição da Pesquisa Desenvolvimento do Pré-Projeto Seminário de exposição das pesquisas	Data de Entrega:
------------	---	------------------

---

---

## Referências

---

BOBBIO, Norberto. Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH – 3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República– ver. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. PNDH. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

---

**Papel Biodecompostável: Produção de polpa celulósica para manufatura de papel constituinte de fibra**

*Breno Viana, Luã Targa, Stéfani Nunes, Valdik Cunha, Veridiane Marcelino*

*2º Período*

O objetivo deste trabalho consiste em abordar as tecnologias das áreas da Engenharia Elétrica e de Produção, com soluções inovadoras já existente ou em desenvolvimento, atuando na garantia e na manutenção dos direitos humanos fundamentais. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição que diferencie um ser humano do outro, a razão desses direitos está na própria viabilidade da existência do ser humano, uma existência assegurada em todas as suas dimensões, garantida através do oferecimento de condições essenciais, tais como a vida, a liberdade de expressão, o trabalho, a saúde, a alimentação, a moradia, a educação e ao meio ambiente preservado, condições perseguidas a muito tempo e sendo conquistada através de uma luta muito grande. Este trabalho vem de forma a apresentar um pouco sobre a atuação das ideias da Engenharia de Produção podem contribuir com os direitos humanos fundamentais. Em virtude dos danos causados ao meio ambiente pela fabricação do papel comum, buscamos uma maneira alternativa para de produção sustentável. Encontramos três matérias primas que após o seu uso primário eram descartas e hoje podemos transforma-las em papel biodecompostável.

Papel - reciclagem - biocompostagem

---

*Orientação Fabiola Vasconcellos Patta Sampaio*

**ANÁLISE METODOLÓGICA DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E A PROPOSIÇÃO DE NOVO LAYOUT PARA FÁBRICA DE COSTURA DO PROJETO COSTURANDO O FUTURO - SEJUS - ES**

*Alice Pizetta de Oliveira, Ediania da Silva Diniz, Talita Ribeiro Alves da Silva Robson Silva da Conceição, Gustavo Rodrigues Alves, Victor Júlio Pereira dos Santos*

*2º Período*

O presente trabalho apresenta o sistema de produção das fábricas de costura do projeto “Costurando o Futuro”, da Secretária de Justiça do Espírito Santo - SEJUS. O projeto visa produzir e fornecer uniformes para cerca de 19.000 indivíduos que cumprem pena no sistema prisional do estado do Espírito Santo. Este projeto deu início no semestre passado, onde foi realizado uma visita de campo, tendo objetivo realizar um mapeamento do processo e assim propor ideias de melhorias com objetivo de otimizar a linha de produção. Em continuidade, neste semestre, a pesquisa consistirá numa metodologia que se baseia na observação do processo, onde será feito um estudo de caso sobre a gestão do RH e a estrutura física do ambiente com intuito de melhorar a qualidade de vida do capital humano e aumento de produtividade.

GESTÃO DE PESSOAS - PROCESSO - PRODUÇÃO - LAYOUT - OTIMIZAÇÃO

---

*Orientação FABIOLA VASCONCELLOS P. SAMPAIO*

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Engenharia de Produção	3º Período – Noturno
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Engenharia de Produção
Subtema: ERGONOMIA	
Componentes Curriculares Envolvidas: Ergonomia, Segurança do Trabalho	

### Justificativa

Devido a alta concorrência as organizações vêm sofrendo pressões constantes, nesse sentido, vários estudos voltados para redução de custos e aumento de produtividade estão frequentes. Esses fatores de certa forma exigem uma maior produtividade dos colaboradores, e como consequência, muitos casos de lesões por operações repetitivas. Desse modo, as empresas estão buscando alternativas para adequar o colaborador em um posto de trabalho, de tal forma que consiga melhorar sua produtividade, aliando a uma redução do número de lesões nos trabalhadores.

Assim sendo, estudos ergonômicos vem ganhando espaço dentro das empresas, pois um trabalho preventivo é menos oneroso financeiramente para as organizações, do que o trabalho corretivo, pois um trabalhador afastado proporciona um ônus financeiro sem a contra prestação de serviços. A análise ergonômica parte da identificação de um problema que justifique um estudo, buscando ações ergonômicas para a solução destes. A sua análise permite compreender a natureza e a dimensão dos problemas apresentados, bem como elaborar um plano de intervenção para abordá-los.

O envolvimento do componente curricular “Ergonomia” será imprescindível, pois será utilizado o embasamento teórico de conceitos para a realização de uma análise ergonômica em determinado posto de trabalho. Algumas variáveis como condições ambientais de iluminação e temperatura nos locais de trabalho analisados serão subsidiadas pelo componente curricular “Segurança no Trabalho”.

---

## Objetivos

---

Objetivo Geral: Realizar uma Análise Ergonômica do Trabalho (AET) em um posto de trabalho em determinada organização escolhida pela equipe de alunos.

---

Objetivos Específicos: Ergonomia: O envolvimento do componente curricular Ergonomia será imprescindível, pois será utilizado o embasamento teórico de conceitos para a realização de uma análise ergonômica em determinado posto de trabalho.

Segurança do Trabalho: Algumas variáveis como condições ambientais de iluminação e temperatura nos locais de trabalho analisados serão subsidiadas pelo componente curricular Segurança no Trabalho.

---

---

## Metodologia

---

- Apresentação dos temas para os discentes;
  - Planejamento, desenvolvimento e construção dos projetos, conforme temas propostos;
  - O envolvimento do componente curricular “Ergonomia” será imprescindível, pois será utilizado o embasamento teórico de conceitos para a realização de uma análise ergonômica em determinado posto de trabalho. Algumas variáveis como condições ambientais de iluminação e temperatura nos locais de trabalho analisados serão subsidiadas pelo componente curricular “Segurança no Trabalho”.
  - O produto final da pesquisa será o resumo científico;
  - Relação com a extensão através da aplicação prática do produto final em painéis
-

---

integrados na própria comunidade acadêmica ou fora dela.

---

---

## Avaliação

---

---

## Cronograma

---

Atividade:	Apresentação dos temas e dos grupos	Data de Entrega:	01/03/2018
	Discussão do embasamento teórico		29/03/2018
	Planejamento, desenvolvimento do projeto, finalização e apresentação do projeto		03/05/2018
	Entrega do Resumo à Coordenação		24/05/2018
	Apresentação - Ateliê Técnico Científico		12/06/2018

---

---

## Referências

---

PESAMOSCA, Daniela. Análise ergonômica do trabalho (AET) em uma empresa de confecções: análise do posto de trabalho de costura. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Daniela-Pesamosca.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

---

**Economia do Meio Ambiente**

*Bruno de Castro, Mickeyas Nicolas Mota, Vinicius Mihorelli, Rodrigo Andrade*

*3º Período*

Análise Ergonômica do trabalho na organização Ascamare. O objetivo do presente trabalho é fazer uma Análise Ergonômica do Trabalho e suas relações com a saúde, segurança e produtividade da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória - Ascamare. A participação desses trabalhadores na sociedade está contribuindo para identificar os possíveis riscos envolvidos na atividade de catadores de material reciclável, analisar as condições ambientais e organizacionais do trabalho, com base nessas informações o grupo pretende desenvolver melhorias na ergonomia do trabalho. A metodologia utilizada foi através de revisão bibliográfica com ênfase na Análise Ergonômica do Trabalho. Além disso, foram feitas observações da rotina do trabalho, pesquisas online de empresas semelhantes e informações coletadas no local. Como resultado, após o acompanhamento do trabalho dos catadores, verificou-se que existem diversos riscos envolvidos e que os catadores realizavam as atividades com movimentos e posturas que poderão comprometer o sistema musculoesquelético. Desta maneira, conclui-se que a atividade dos catadores de materiais recicláveis é permeada de riscos ocupacionais e que o acompanhamento do trabalho dos catadores permite a elaboração de um diagnóstico ergonômico e sugestões de melhorias.

Ergonomia. Análise ergonômica. Catadores. Ascamare.

---

*Orientação PAULO CEZAR RIBEIRO DA SILVA*

## **ERGONOMIA**

*Fábio Simão Coelho, Jefferson Nascimento de Souza, Lucas Calais Sette, Raissa Ravena Costa Morais.*

*3º Período*

Análise ergonômica de postos de trabalho em um supermercado

O objetivo do presente trabalho consiste em efetivar uma análise ergonômica do trabalho. Segundo a legislação brasileira na Norma Regulamentadora 17, tem como finalidade avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, cabendo ao empregador realizar a análise ergonômica do trabalho, devendo a mesma abordar no mínimo, as condições do trabalho. Como metodologia foram utilizadas pesquisas bibliográficas, levantamento de dados, entrevista e observação presencial. A análise ergonômica de postos de trabalho foi realizada no Supermercado Schowambach, localizado no bairro Santa Martha em Vitória - ES, onde se analisou criteriosamente os postos de trabalho dos operadores de caixa, repositores e embaladores.

Ergonomia. Análise Ergonômica. Posto de Trabalho. Supermercado.

---

*Orientação PAULO CEZAR RIBEIRO DA SILVA*



## **ERGONOMIA**

*Alan Vieira da Silva, Alessandro Rodrigues de Souza, Evandro Alves da Silva,  
Polyanne Brito da Silva, Sidney Robson de Oliveira.*

*3º Período*

Análise ergonômica de postos de trabalho em determinada instituição de ensino superior

O presente trabalho tem como objetivo central a elaboração de uma análise ergonômica em vários postos de trabalho na Faculdade Doctum de Vitória, que tem como objetivo principal estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo conforto, segurança e desempenho eficiente nos respectivos postos de trabalho investigados. A elaboração da análise ergonômica visou atendimento da norma regulamentadora NR-17 em atendimento a portaria 3.214 de 08 de junho de 1978. Em relação à metodologia foram realizadas pesquisas bibliográficas e levantamento de dados. As técnicas empregadas para a realização da análise ergonômica foram baseadas em atuação direta, no próprio local de trabalho e atuação indireta, através de entrevista. A análise postural foi o método aplicado para determinação dos fatores de risco postural e por esforço físico.

Ergonomia. Análise Ergonômica. Posto de Trabalho.

---

*Orientação PAULO CEZAR RIBEIRO DA SILVA*

## PLANO DE TRABALHO

Curso: Engenharia de Produção	4º e 5º Períodos – Noturno
Tema: Direitos Humanos Fundamentais	Eixo(s): Engenharia de Produção
Subtema: ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE	
Componentes Curriculares Envolvidas: Pesquisa Operacional, Economia	

### Justificativa

Na atualidade, fica cada vez mais evidente que a consciência ambiental desempenha um papel definitivo na construção da cidadania. De forma crescente, as pessoas avaliam seus comportamentos em sociedade e como eles se refletem na conservação do ecossistema. A atitude, inclusive, vai além do aspecto comportamental, já que não são somente as pessoas físicas que geram impactos na natureza. Nesse sentido, as empresas possuem responsabilidade de peso nesse contexto.

É neste cenário de mudanças que o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) vem para balizar as ações corporativas em busca do equilíbrio do homem, da organização e do meio ambiente. Definição importante para esses novos tempos de valorização dos empreendimentos verdes, o SGA é um conjunto de políticas, práticas e procedimentos técnicos e administrativos de uma empresa com o objetivo de obter um melhor desempenho ambiental. Desse modo, todas as oportunidades e melhorias nos processos do negócio também devem ser buscadas pelo viés do SGA, a fim de reduzir os impactos de suas atividades produtivas no meio.

A proposta do SGA aplicada às organizações traz inúmeros benefícios, como a redução de riscos de acidentes ecológicos e a melhoria significativa na administração dos recursos energéticos, materiais e humanos, o que tem um impacto positivo direto nas contas de água e energia elétrica. O fortalecimento da imagem da empresa junto à

comunidade, assim como aos fornecedores, stakeholders, clientes e autoridades também entra na lista das vantagens de se seguir um modelo verde de gerenciamento.

O envolvimento do componente curricular Ergonomia será fundamental, pois será utilizado o embasamento teórico de conceitos da economia do meio ambiente, tendo em vista a realização das análises dos aspectos da sustentabilidade empresarial necessárias para efetivar o projeto integrador. Algumas variáveis utilizarão a aplicação de métodos científicos a problemas complexos para auxiliar no processo de tomada de decisões, tais como projetar, planejar e operar sistemas em situações que requerem alocações eficientes de recursos escassos, desta forma serão subsidiadas pelo componente curricular Pesquisa operacional.

---

## Objetivos

---

Objetivo Geral: Elaborar um plano de gestão sustentável de determinada organização empresarial escolhida pelas equipes de alunos, envolvendo as dimensões sociais, ambientais e econômicas.

---

Objetivos Específicos: **Economia:** O envolvimento do componente curricular Ergonomia será fundamental, pois será utilizado o embasamento teórico de conceitos da economia do meio ambiente, tendo em vista a realização das análises dos aspectos da sustentabilidade empresarial necessárias para efetivar o projeto integrador. **Pesquisa Operacional:** Algumas variáveis utilizarão a aplicação de métodos científicos a problemas complexos para auxiliar no processo de tomada de decisões, tais como projetar, planejar e operar sistemas em situações que requerem alocações eficientes de recursos escassos, desta forma serão subsidiadas pelo componente curricular Pesquisa operacional.

---

---

## Metodologia

---

O trabalho será desenvolvido a partir de pesquisa teórica – revisional bibliográfico e de campo, que culminará na elaboração de painel científico (banner), segundo normas da ABNT. Ao final do semestre pretende-se socializar o material produzido em apresentação oral e exposição do banner em ateliê científico da Unidade. Todas as atividades serão realizadas por meio da análise interdisciplinar. A relação do trabalho com a extensão será através da aplicação prática do produto final em painel integrado com a participação da comunidade acadêmica e outros colaboradores da Unidade.

O envolvimento do componente curricular Ergonomia será fundamental, pois será utilizado o embasamento teórico de conceitos da economia do meio ambiente, tendo em vista a realização das análises dos aspectos da sustentabilidade empresarial necessárias para efetivar o projeto integrador. Algumas variáveis utilizarão a aplicação de métodos científicos a problemas complexos para auxiliar no processo de tomada de decisões, tais como projetar, planejar e operar sistemas em situações que requerem alocações eficientes de recursos escassos, desta forma serão subsidiadas pelo componente curricular Pesquisa operacional.

---

---

## Avaliação

---

---

## Cronograma

---

Atividade:	Apresentação dos temas e dos grupos	Data de Entrega:	10/03/2018
	Discussão do embasamento teórico		29/03/2018
	Planejamento, desenvolvimento do projeto, finalização e apresentação do projeto		03/05/2018

---

---

Entrega do Resumo à Coordenação	24/05/2018
Apresentação - Ateliê Técnico Científico	12/06/2018

---

---

## Referências

---

SEBRAE Gestão Ambiental. Metodologia Sebrae para implementação de gestão ambiental em micro e pequenas empresas. Brasília: Sebrae, 2004.

RESPONSABILIDADE social empresarial para micro e pequenas empresas – Passo a passo. São Paulo: Sebrae, 2003. Disponível em <<http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/>

ARQUIVOS\_CHRONUS/bds/bds.nsf/357151C893C7938983256E92005F13B5/\$File/NT00005622.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

---

**Economia**

*DOUGLAS DA SILVA GONZAGA, ASSIS CARLOS MIRANDA RIBEIRO, JANIO LOBO  
MINCHIO, JOSÉ LUIZ CAMPOS MONTEIRO, GABRIEL MIRANDA RIBEIRO*

*5º Período*

Projeto de uma empresa júnior para o curso de engenharia de produção

O objetivo do presente trabalho consiste em criar um modelo de empresa júnior para o curso de engenharia de produção, que priorize atividades práticas, através de consultorias com base na teoria aprendida em sala de aula, sempre com a supervisão dos professores do curso. A ideia central é que o projeto gere resultados expressivos dentro das empresas clientes, em que os graduandos participem deste processo, aproximando-se do mercado de trabalho e estimulando o aprendizado prático. Além de prestar serviço de consultoria dentro da área de engenharia de produção, será construído um website para divulgação da organização, a fim de atrair novas parcerias e clientes. Em relação aos aspectos metodológicos foram utilizadas pesquisas bibliográficas, levantamento de dados em websites de diversas empresas juniores de engenharia de produção. Os futuros alunos integrantes da empresa júnior do curso de engenharia de produção da Doctum de Vitória terão a rotina de buscar soluções, desenvolver projetos, protótipos, estratégias de gestão, marketing e pesquisa de mercado.

Empresa Júnior. Consultoria. Engenharia de Produção.

---

*Orientação PAULO CEZAR RIBEIRO DA SILVA*

### **Economia do Meio Ambiente**

*ADRIANO SILVA DOS REIS, BRUNA ALCANTARA FREIRE, MATEUS DIAS SILVA,  
NELSON PEREIRA DA SILVA JUNIOR, RAMON AUGUSTO ALVARENGA SILVA,  
WEVERTON GOMES CONT, ANDRE DA SILVA MARTINS*

*5º Período*

Plano de gestão sustentável em uma instituição de ensino superior

O presente trabalho tem como objetivo central o desenvolvimento de um plano de gestão sustentável que priorize a mudança de comportamento dos colaboradores em relação às questões socioambientais na Faculdade Doctum de Vitória. A prioridade do projeto é criar um comitê de sustentabilidade para verificar o consumo excessivo de materiais diversos, energia elétrica e água, além disso, fazer a conscientização do descarte correto dos materiais recicláveis, bem como criar estratégias de redução do desperdício. Em relação aos aspectos metodológicos foram utilizadas pesquisas bibliográficas e levantamento de dados na organização objeto de estudo. O foco central será a sensibilização do público interno sobre a importância das práticas sustentáveis nas dependências da unidade, estimular os participantes a aderirem ao projeto para promover a redução dos resíduos sólidos através da implantação da coleta seletiva, uso eficiente da água, eficiência energética, qualidade no ambiente de trabalho interno, e criar uma cultura sustentável por meio de treinamentos, palestras e placas de conscientização.

Gestão Sustentável. Coleta Seletiva. Energia. Água. Comitê de Sustentabilidade

---

*Orientação PAULO CEZAR RIBEIRO DA SILVA*

## **ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE**

*EDILSON LOPES FERREIRA, JOSÉ PEDRO MENDES SANTANA, CAIO HENRIQUE  
DE MENEZES SANTOS*

*5º Período*

Projeto de sensores de alinhamento de veículos automotores

O Objetivo central do presente trabalho é promover o desenvolvimento de um protótipo de sensores que indicarão se determinado veículo automotor necessita de alinhamento de pneus. É importante salientar que, atualmente, os veículos automotores saem das fábricas sem informações que permitem o condutor saber se o veículo está com alinhamento de pneus no momento que o mesmo passa por uma revisão periódica. Desse modo, quando se verifica a irregularidade é necessário, em alguns casos, a troca dos pneus com um desgaste rápido. Em relação aos aspectos metodológicos foram utilizadas pesquisas bibliográficas e levantamento de dados fotográficos de amostras e coletar informações de manutenções. Assim, com esta inovação tecnológica proposta de sensores os condutores de veículos automotores terão uma relação custo/benefício favorável com a otimização do processo de alinhamento de pneus.

Veículos automotores. Sensores. Alinhamento de pneus.

---

*Orientação PAULO CEZAR RIBEIRO DA SILVA*



**ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE**

*ISABELA DESTÉFANI NASCIMENTO, ELAINE RIBEIRO DE SOUZA, EDUARDO DE SOUZA SALES JUNIOR, MAKSON SANTIAGO ARAUJO*

*4º Período*

**FERRAMENTA DE GESTÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS**

O objetivo central deste trabalho é desenvolver uma proposta para um novo modelo de gestão destinado ao tratamento de resíduos sólidos industriais de forma sustentável, preservando o meio ambiente, reduzindo custos de produção e facilitar o acesso à gestão correta de resíduos. O projeto tem como foco a articulação da compra e venda de resíduos sólidos industriais através da publicação de anúncios classificados na internet. A busca de um modelo que atenda de forma adequada à gestão em resíduos sólidos industriais, capaz de promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica e que possa ser implementado nas empresas, tem sido um grande desafio para gestores que atuam na área. Em relação aos aspectos metodológicos realizou-se uma revisão bibliográfica em artigos científicos e outras publicações cujos temas são relacionados ao gerenciamento dos resíduos provenientes da indústria. Muitas empresas possuem o desejo e a necessidade de gerir corretamente os resíduos que produzem, mas encontram muitas dificuldades para tornar isso realidade. Não se trata de apenas cumprir a lei, a gestão correta de resíduos contribui para o desenvolvimento sustentável da organização.

Coleta Seletiva. Reciclagem. Resíduos Sólidos. Sustentabilidade.

---

*Orientação PAULO CEZAR RIBEIRO DA SILVA*

## **ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE**

*BRENDA DOS SANTOS ELBACHA, THAMARA CRYSTINE DA SILVA LEANDRO  
MARCELINO, WESLEY ALVES DA CUNHA FERREIRA*

*5º Período*

A utilização da modelagem para o aprimoramento da distribuição física até o Supply Chain Management na empresa JS Distribuidora Ltda

No sentido de investigar os conceitos e as aplicações da gestão da cadeia de suprimentos, o presente trabalho tem como objetivo central demonstrar de que forma é possível o Supply Chain Management reduzir os custos por meio de compras mais vantajosas, da racionalização dos transportes, da redução de desperdícios, diminuindo assim os custos por meio da redução de estoques. Sendo assim a partir do gerenciamento de toda cadeia de suprimentos é possível identificar os gargalos, ou seja, onde os principais focos de atraso ocorrem e focalizar as atenções reduzindo o prazo de introdução destes produtos no mercado. Em relação aos aspectos metodológicos foram utilizadas pesquisas bibliográficas e levantamento de dados na organização objeto de estudo. É importante destacar que ainda que muito bem geridos os processos internos, apenas esta eficiência não é suficiente. A partir desta ótica torna-se necessário que sejam administradas as interações entre os processos de negócio de cada um dos componentes envolvidos obtendo assim um ótimo total e não somente uma eficiência localizada.

Supply Chain Management. Cadeia de suprimentos. Modelagem

---

*Orientação PAULO CEZAR RIBEIRO DA SILVA*

